



José Sarney e Pedro Costa

AMAPÁ: A TERRA ONDE O BRASIL COMEÇA

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

35

SENADO FEDERAL



EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

Amapá é o único estado do Brasil que se tornou brasileiro pela vontade de ser brasileiro. Aqui a história se contorceu, houve enfrentamentos e sangue. Surgiram heróis e mártires. Foi a luta e a determinação dos homens e mulheres do Amapá que todos os dias, em incursões de idealismo e patriotismo, baixavam a bandeira da França e faziam subir a bandeira do Brasil. O coração de ser brasileiro estava no peito dos amapaenses.

Essa vontade vem desde o século XVI. Descoberto o Brasil, os portugueses, limitados em suas condições de ocupar o vasto império dos mares que estava descobrindo, da América às costas da China, dedicados à heroica e caríssima missão de equipar carracas para o caminho das Índias, ficaram visitando o sul do Brasil, em passagens esporádicas, sem verdadeiramente ocupá-lo. (os autores).

O Decreto 5.812, de 13 de setembro de 1943, cria o Território Federal do Amapá e Janary Gentil Nunes, um dos mais expressivos brasileiros, à época, é designado para governá-lo. Janary foi responsável pela formalização de Macapá como capital e da construção da infraestrutura básica do Território, na década de 40, do século passado. Janary tem uma relação direta da história do Amapá que vem dos últimos 80 anos.

Quando o Território foi criado, 70% da população de Macapá era de descendentes de africanos escravizados que vieram da costa africana de Moçambique, do Golfo de Benim, do Golfo da Guiné, de Angola e do Congo, trazidos pelos ingleses no século XVII e por outros europeus. Foram eles que construíram a Fortaleza de São José de Macapá. Os africanos reagiram à escravização constituindo quilombos no entorno da cidade de Macapá e, hoje, somos, proporcionalmente, a terceira população negra do país. Nosso símbolo e expressão cultural, o marabaixo, é a manifestação de que a cultura e a identidade do povo negro venceram.

Somos um estado de migrantes e nos orgulhamos disso. Setenta e quatro por cento de nossa população vêm de diferentes cantos. São assim como eu, que têm pais que vieram do Nordeste brasileiro. De todos os cantos acorreram gentes para fundar e ocupar as nossas terras, aruaques, aristés, caripunas, galibis, cearenses, franceses, ingleses, espanhóis, portugueses. Nós nos orgulhamos dessas gentes que sintetizam o povo e a civilização da margem esquerda do Amazonas, expressas na força da poesia negra de Mãe Luzia, de Tia Venina e de Julião Ramos.

Senador Randolfe Rodrigues

Amapá:
a terra onde o
Brasil começa

SENADO FEDERAL

Mesa

Biênio 2023/2024

Senador Rodrigo Pacheco

PRESIDENTE

Senador Veneziano Vital do Rêgo

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Rodrigo Cunha

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Rogério Carvalho

1º SECRETÁRIO

Senador Weverton

2º SECRETÁRIO

Senador Chico Rodrigues

3º SECRETÁRIO

Senador Styvenson Valentim

4º SECRETÁRIO

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

Senadora Mara Gabrilli

Senador Dr. Hiran

Senadora Ivete da Silveira

Senador Mecias de Jesus

CONSELHO EDITORIAL

Senador Randolfe Rodrigues

PRESIDENTE

Esther Bemerguy de Albuquerque

VICE-PRESIDENTE

CONSELHEIROS

Alexandre de Souza Santini Rodrigues

Ana Cláudia Farranha

Ana Flávia Magalhães Pinto

Ana Maria Veiga

Alcinéa Cavalcante

Bruno Lunardi Gonçalves

Carlos Ricardo Cachiollo

Eduardo Rômulo Bueno

Esmeraldina dos Santos

Fernando Pimentel Canto

Heloisa Maria Murgel Starling

Ilana Trombka

João Batista Gomes Filho

Marco Américo Lucchesi

Nathalia Henrich

Rafael André Chervenski da Silva

Victorino Coutinho Chermont de

Miranda

José Sarney
Pedro Costa

Amapá: a terra onde o Brasil começa

Edições do Senado Federal
vol. 35

4ª edição

Brasília, 2024

SENADO FEDERAL



EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
VOL. 35

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

Organização: Cristiano Ferreira

Revisão: Anderson Gonçalves, Cristiano Ferreira, Marília Matias, Mariana Mello e Marco Couto

Capa: Thomas Gonçalves e Leonardo Matoso

Projeto gráfico: Eduardo Franco

Diagramação: Nely Graça

© Senado Federal, 2024

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº

CEP 70165-900 — DF

cedit@senado.leg.br

<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/conselho-editorial-1>

Todos os direitos reservados

Sarney, José, 1930-

Amapá : a terra onde o Brasil começa / José Sarney, Pedro Costa. —
4. ed. — Brasília : Senado Federal, 2024.
260 p. : il., fots., mapas. — (Edições do Senado Federal ; v. 35)

ISBN: 978-65-5676-443-6

1. Amapá (Estado), história, séc. XVI-XX. 2. Amapá (Estado), descrição. I. Costa, Pedro, 1947-II. Título III. Série.

CDD 981.16

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
<i>Senador Randolfe Rodrigues, presidente do Conselho Editorial do Senado Federal</i>	
APRESENTAÇÃO	15
O LUGAR	21
A TERRA	35
Do Jari ao Oiapoque	35
O Amazonas, a corrente do Atlântico	36
Os rios: Jari, Araguari, Amapá, Caciporé, Cunani, Calçoene,	
Oiapoque	39
Os cabos: Norte, Orange	42
O Descobrimento	43
Vicente Pinzón	45
Orellana	47
Os índios	49
AS FEITÓRIAS	51
Franceses, ingleses, holandeses, espanhóis e portugueses	51
La Ravardière	56
REAÇÃO PORTUGUESA	61
Diogo de Campos Moreno, Jerônimo de Albuquerque,	
Alexandre de Moura	61
O Pará	65
Bento Maciel Parente	68
Pedro Teixeira	73
Padres espanhóis	76
O que se mandava para Europa	80
Forte de Camaú ou Cumaú	81
Os anos intermediários do século XVII	83

FIRMANDO POSIÇÃO	85
Jesuítas e franciscanos	85
Gomes Freire de Andrade	91
A Guiana francesa	99
De Ferroles	101
Os primeiros tratados: Lisboa	105
Os primeiros tratados: Utrecht	107
A OCUPAÇÃO	111
Viagem de La Condamine	111
Pombal e Mendonça Furtado	114
Macapá	117
O forte	123
Como se vivia no fim do séc. XVIII	127
A COLÔNIA CHEGA AO FIM	129
Tratados impostos	129
A fuga para o Brasil	130
Caiena portuguesa	130
Novos tratados	132
Independência e Império	133
Negociações em Paris	135
LA RÉPUBLIQUE DU COUNANI	137
O ouro ou <i>la couleur</i>	137
A criação das capitánias	139
A REPÚBLICA DO CUNANI	141
Firmino	141
O triunvirato	142
As leis	144
Trajano	148

TRAGÉDIA EM AMAPÁ	151
A luta	151
Uma carta de Coudreau a Tocantins	204
A reação	205
Uma missão de observação	209
A NEGOCIAÇÃO	215
O barão do Rio Branco	215
O laudo	224
A NOVA OCUPAÇÃO	227
O fim da república do Cunani	227
Território do Awwicari	230
A Colônia Agrícola de Cleveland	231
Território do Amapá	233
O Estado do Amapá	233
A lanc-patua	234
As festas, a festa de São Tiago	235
ESPERANÇA E CERTEZA	239
BIBLIOGRAFIA	252
NOTAS	255

PREFÁCIO¹

Senador Randolfe Rodrigues
Presidente do Conselho Editorial do Senado Federal

Neste livro, o presidente José Sarney, ex-senador pelo Amapá, nos convida a refletir sobre nossa “guiana” mergulhando em suas grandezas naturais e culturais. Perfeita é a sua percepção de que “é a combinação margem e costa que realmente define o Amapá”, porque o nosso litoral tem a distinção de ser costa banhada pelo maior rio do mundo:

Amazonas, indiferente a tudo, abre a sua boca num estuário imenso. Tolda de barro as águas azuis. Serpenteia por igarapés, rios, estreitos e canais. Invade florestas, oscila nas marés e nas estações. A margem esquerda [...] [adentra] ilhas e bancos de areia, recebe o rio Jari, majestoso, tranquilo, que despenca das alturas nas cachoeiras [...] de Santo Antônio. Chega largo e [...] com a cabeceira ondulante [...]. Na frente [...] [não se distingue o que é céu do que são as águas] (SARNEY; COSTA, 2004).

O nosso lugar vai do Oiapoque ao Jari. O nosso nome deriva do aruaque: guianas. Guiana não é o nome de um lugar, não são as guianas europeias, portuguesas, nosso nome outrora, não são as guianas fran-

1 Adaptado do discurso proferido pelo senador Randolfe Rodrigues em 11 de setembro de 2023, durante sessão solene no Plenário do Senado Federal em comemoração aos 80 anos do Amapá.

cesa, a antiga holandesa – hoje, Suriname – e a antiga inglesa. Guiana é uma generalização do aruaque: terra de muitas águas.

Hoje só se tem uma vaga ideia de como os europeus ficaram encantados ao encontrar esta região. Pinzón assim a denominou: costas alagadas, costas afogadas. Assim, ele definiu o conjunto de várzeas que acompanham toda a costa amapaense. São várzeas, rios e lagos. Em nenhum lugar do mundo é possível navegar de lago em lago, só entre a foz do rio Amapá Grande e a foz do rio Araguari. Essa diversidade de águas outrora foi denominada por Mário de Andrade: “grandezas tão grandiosas que ultrapassam as percepções humanas”. Cito Mário de Andrade assim como poderia citar, ao longo da história, tantos e tantos que se encantaram com as nossas belezas naturais. Padre Antônio Vieira dizia sobre a região do Estuário do Amazonas:

[Há ali] [...] um confuso e intrincado labirinto de rios e bosques espessos, aqueles com infinitas entradas e saídas, estes sem entrada nem saída alguma, onde não é possível cercar, nem achar, nem seguir, nem ainda ver ao inimigo, estando ele no mesmo tempo debaixo da trincheira das árvores, apontando e empregando as suas frechas (SARNEY; COSTA, 2004).

La Condamine, cientista do século XVIII, designado pela francesa Académie des Sciences para cumprir missão especial na Amazônia, descreveu em 1745 a nossa diversidade:

Entre Macapá e o cabo do Norte, no local onde o grande canal do rio se encontra mais apertado pelas ilhas, e sobretudo em frente à grande foz do Araguari, que entra no Amazonas pelo Norte o fluxo do mar oferece um fenômeno singular. Durante os três dias mais próximos das cheias e das luas novas, tempo das marés mais altas, o mar, em vez de levar cerca de seis horas para subir, chega à sua altura máxima, em um ou dois minutos: pode-se bem imaginar que isso não possa ocorrer tranquilamente. Ouve-se a uma ou duas léguas de distância um ruído assustador, que anuncia [o que os indígenas chamam de] a pororoca. É o nome que os índios desses cantões dão a essa terrível vaga. Na medida em que nos aproximamos o ruído aumenta, e logo se vê um promontório de água de 12 a 15 pés de

altura, [...], depois um terceiro e por vezes um quarto, a intervalos breves, e que ocupam [...] a largura do canal (SARNEY; COSTA, 2004).

Imaginemos o estupor de La Condamine, na época, ao ver a pororoca, uma das nossas grandezas naturais. O estrondo da pororoca é uma das expressões vastas e grandes do Amapá, como o rio Amazonas e seu estuário, vastas e grandes como a diversidade de nossas águas e de nossos rios Jari, Araguari, Amapá, Cassiporé, Cunani, Calçoene e Oiapoque. Os aruaques estavam certos: guiana, terra de muitas águas. Essa dimensão de águas e rios também era de gentes, de muita gente. Data-se, segundo os estudos arqueológicos, de 7 mil anos antes da era comum o começo da ocupação da margem esquerda do Amazonas, uma ocupação que se seguiu pelo povo aruaque do rio Essequibo, onde hoje se chama Venezuela, até a margem esquerda do Amazonas. Os aruaques, diferentes povos que desenvolveram a cerâmica Aristé, que tanto conhecemos, referência para toda a humanidade, constituíram, até a chegada dos europeus naquele canto, a região mais povoada das Américas. Hoje se vangloriam de ser uma “tal de Nova York, São Paulo e outras metrópoles pós-europeias”.

Um dos nomes atribuídos a esta região, Amapá, vem do tupi; a origem é amapaba, lugar da chuva ou, uma variação também do tupi, lugar onde a terra acaba. Diversos grupos indígenas viviam nestas terras, como os tucujus e tapuiaçus, que davam o nome à província no século XVI. Os oiampis, os emerehons e os palicures, também, estavam presentes. Todos pertenciam a três grupos principais: aos aruaques, aos caraíbas e aos tupi-guarani.

Pinzón denomina a costa que encontra, antes dos portugueses, em 1498, de Costa Palicúria. Para os portugueses, logo no século XV, ao chegarem, fomos a Capitania do Cabo Norte; para os espanhóis, a partir do século XVI, Adelantado de Nueva Andaluzia; para todos, a Guiana Portuguesa. Muitos nomes, muitas gentes. A terra dos aruaques; a terra, a mais populosa da região das Américas; a terra dos tukuyenes – tukuyenes, como eram chamados o que os europeus chamavam de tucujus. Há muitas diferentes notícias desse povo: para alguns, mítico; para outros, aquele que nos trouxe a nossa identidade. Quando Joãozinho Gomes

compôs Jeito Tucuju, também queria falar do jeito dos tucujus, dos palicures, do jeito dos aruaques que por lá passaram, do jeito dos galibis, galibis-maruornos e de tantos, tantos, tantos dos nossos povos originários. Esses povos migraram, pressionados pela colonização europeia. Desses povos talvez se tenham poucas notícias de personagens. Um em especial temos que destacar. Porque nós falamos do Cabral, do Janary, falamos de Mãe Luzia, de tantos e tantos outros da história mais recente, mas é importante falar daqueles cuja história é de antes da chegada dos europeus. Karumayra, um xamã palicur, uma figura histórica, que liderou os palicures em um conflito com os tukuyenes.

Após a chegada dos europeus, diferentes nações reivindicaram a posse daquelas terras. Pinzón, em 1498, foi quem primeiro deu nome ao lugar, Marinatãbalo, assim denominou o arquipélago de Marajó, em frente à atual cidade de Macapá. A nossa Macapá, cuja ocupação começa no século XVII, nada tem a ver com o Adelantado de Nueva Andaluzia, que é do século XV. Pinzón é um dos que por lá passaram; a seguir, os ingleses, que tentam lá se estabelecer no século XVII e, em 1613, fundaram o Forte do Cumaú, apoiado pelo Conde de Buckingham e por Jaime e Carlos I, ambos reis da Inglaterra durante o período de construção do Forte. Não demorou a reação portuguesa e, em 1632, o Cumaú foi destruído por Pedro Baião e Feliciano Coelho, capitães-mores que lideraram a reação portuguesa e, posteriormente, a construção, em substituição ao Forte do Cumaú, do Forte de São Antônio do Macapá, em 1685.

Eu falei do Padre Vieira, falei aqui de La Condamine, mas também talvez a melhor definição sobre a nossa terra venha de um missionário jesuíta da missão de Pedro Teixeira, que desceu desde Quito até a Foz do Amazonas, Cristóbal de Acuña. Dizia ele que as terras da Capitania do Cabo do Norte têm mais notícias de minas do que toda a Espanha, são maiores que essa nação e tem o solo muito mais fértil do que todos os outros que ocorre nessa região das Amazonas; relatava também ao rei da Espanha sobre os melhores proveitos de frutos do que tantas quantas já viu. Definia assim Acuña a diversidade, a riqueza, a beleza e a singularidade que nos faz. Os portugueses demoraram até o século XVIII para consolidar a ocupação. Deve-se ao Marquês de Pombal e ao seu meio-irmão Francisco Mendonça Furtado a criação das vilas de

Mazagão, de Macapá, de Vistosa da Madre de Deus. Nesse período, se destacam na história: a construção da Fortaleza de São José de Macapá, a maior fortaleza de toda a história do império colonial português, no mundo, obra do eminente arquiteto do período iluminista, no século XVIII, Enrico Galluzzi. A segunda, a obra épica da transladação da cidade de Mazagão da costa do Marrocos, do arquipélago do Açores, até o meio dos trópicos equatoriais amazônidas.

Chegamos ao século XIX, chegamos ao período do Contestado com os franceses. Nós escolhemos ser Brasil e lutamos para ser Brasil mesmo quando o então Império hesitava. É do senador, do Maranhão, Cândido Mendes, de 23 de setembro de 1873, o projeto de lei, em Assembleia-Geral, de criação da Província de Pinsônia. O senador justificava a importância dessa Província para consolidar a ocupação da margem esquerda do Amazonas. Lamentavelmente, a reação da elite belenense impediu que nos separássemos da então Província do Pará e nos tornássemos província do Brasil já no século XIX. O sonho só veio a ser concretizado 70 anos depois.

O Decreto 5.812, de 13 de setembro de 1943, cria o Território Federal do Amapá, e Janary Gentil Nunes, um dos mais expressivos brasileiros, à época, é designado para governá-lo. Janary foi responsável pela formalização de Macapá como capital e pela construção da infraestrutura básica do território, na década de 40 do século passado. Janary tem uma relação direta da história que vem dos últimos 80 anos.

Quando o Território foi criado, 70% da população de Macapá era de descendentes de africanos escravizados que vieram da costa africana de Moçambique, do Golfo de Benim, do Golfo da Guiné, de Angola e do Congo, trazidos pelos ingleses no século XVII e por outros europeus. Foram eles que construíram a Fortaleza de São José de Macapá. Os africanos reagiram à escravização constituindo quilombos no entorno da cidade de Macapá e, hoje, somos, proporcionalmente, a terceira população negra do país. Nosso símbolo e expressão cultural, o marabaixo, é a manifestação de que a cultura e a identidade do povo negro venceram.

Somos um estado de migrantes e nos orgulhamos disso. Setenta e quatro por cento de nossa população vêm de diferentes cantos. São assim como eu, que têm pais que vieram do Nordeste brasileiro. De todos os

cantos acorreram gentes para fundar e ocupar as nossas terras, aruaques, aristés, caripunas, galibis, cearenses, franceses, ingleses, espanhóis, portugueses. Nós nos orgulhamos dessas gentes que sintetizam o povo e a civilização da margem esquerda do Amazonas, expressas na força da poesia negra de Mãe Luzia, de Tia Venina e de Julião Ramos.

Acorremos todos, de todos os cantos, para, no calor e na umidade da nossa terra, constituir uma civilização no mais belo endereço deste planeta, esquina do rio mais doce, com a Linha do Equador. “Só quem viu o Amazonas pode entender o jeito de ser do povo de lá; só quem viu e conhece o Amazonas pode entender o jeito de ser do povo daqui”, como diz a poesia de Joãozinho Gomes. Este meio ambiente que constitui o Amapá não são somente os rios, as terras, mas, sobretudo, a sua gente. Essa gente que quer ser feliz, que tem direito à comida, à diversão e à arte.

APRESENTAÇÃO

É uma grande alegria este livro sobre o Amapá ter se tornado uma referência para o estado e para todos os que se interessam por sua história, chegando a esta quarta edição. Ele foi escrito para que essa história ficasse acessível aos amapaenses ou a quem ali chegasse para partilhar do seu destino. Nós nos interessamos pelas suas grandes perspectivas de futuro, mas sabíamos que este existe sobre o passado, com seus desafios e suas soluções. A famosa expressão “sobre os ombros de gigantes”¹ serve para exprimir os avanços científicos e do conhecimento, mas também a própria vida das civilizações.

A presença da antiga Capitania do Cabo Norte é estratégica na formação do Brasil, sendo uma cristalização da oportunidade que tiveram os portugueses de passar ainda além, não apenas da Trapobana², como cantou Luís de Camões, mas da linha das Tordesilhas, que, passando pelo seu Oriente, tornara-se letra morta pela união das duas coroas ibéricas. Ali — ali e nas províncias do Prata — decidiu-se que o Brasil podia avançar Amazônia adentro, subir o rio que a define em sua imensa bacia, lançar postos avançados.

Mas era um marco que precisava ser defendido a cada dia. Nós o disputamos, demos nosso sangue por ele, contra aventureiros e piratas de toda parte. O mais difícil foi resistir à nossa vizinha do Norte, a França, que, instalada em Caiena, desejava, a qualquer custo, ter um pé no rio Amazonas. Vivemos um bom tempo com o aposto de “contestado”, território contestado. Foi necessária a visão de um dos maiores

1 Criada por Bernardo de Chartres, sua primeira expressão está gravada na rosácea sul da Catedral de Chartres, onde os quatro evangelistas se voltam para a imagem de Jesus Cristo como pequenas figuras sobre os ombros dos profetas Isaías, Jeremias, Ezequiel e Daniel.

2 Atual Sri Lanka.

homens públicos brasileiros, o Barão do Rio Branco, para desenvolver a arquitetura da causa brasileira, forçar a escolha de um mediador conveniente e montar o alçapão em que a diplomacia francesa perdeu, nos foros internacionais, o péfio direito que pensava ter. Foi preciso que um grupo de brasileiros, sob a liderança heroica do Cabralzinho, resistisse fisicamente às várias invasões que tencionavam montar um *uti possidetis*³ para, mais tarde, partilhar o controle da navegação na bacia amazônica.

Entramos no século XX nessas aventuras, formou-se até uma ilusória République du Counani, mas logo pudemos ter certeza de que o Amapá era Brasil. Era, e é, a terra onde o Brasil começa.

Desejamos a todos uma boa leitura.

José Sarney e Pedro Costa

3 A expressão latina é parte de um princípio baseado no direito romano, lançado por Alexandre de Gusmão — *uti possidetis, ita possideatis* (como possuíis, assim possuais) — como peça central no Tratado de Madrid.



Um dos baluartes do Forte de São José de Macapá
(foto de Paulo Uchôa)

O LUGAR

Amapá é o único estado do Brasil que se tornou brasileiro pela vontade de ser brasileiro. Aqui a história se contorceu, houve enfrentamentos e sangue. Surgiram heróis e mártires. Foi a luta e a determinação dos homens e mulheres do Amapá que todos os dias, em incursões de idealismo e patriotismo, baixavam a bandeira da França e faziam subir a bandeira do Brasil. O coração de ser brasileiro estava no peito dos amapaenses.



Mata de açai, a árvore símbolo do Amapá

Essa vontade vem desde o século XVI. Descoberto o Brasil, os portugueses, limitados em suas condições de ocupar o vasto império dos mares que estavam descobrindo, da América às costas da China, dedicados à heróica e à caríssima missão de equipar carracas para o caminho das Índias, ficaram visitando o sul do Brasil, em passagens esporádicas, sem verdadeiramente ocupá-lo.

A área esquerda do rio Amazonas, então, era uma terra deserta, até mesmo de povoação nativa, das poucas tribos que ali habitavam. Eram os tucujus e tapuiaçus (ou tapujuçus). O mapa de João Teixeira Albarnaz, o moço, de meados do século XVII incluía mais uma, a dos Marigus. Na verdade eram todos pertencentes aos três grupos indígenas: os aruaques, os caraíbas e os tupis-guaranis. Os dois primeiros desceram da América Central e, do mar do Caribe e, pelos caminhos de terra, chegaram até essas regiões. Já os tupis-guaranis vinham do sul, mais familiarizados com as águas, e contra aqueles travavam guerra, tentando expulsá-los.

Antes de os portugueses descobrirem o Brasil, Pinzón visitou a costa nordeste da América e chegou até o estuário do grande rio que, enroscado em igarapés, furos, rias e passagens, não se dava a conhecer. Sua foz abarcava mais de cinquenta léguas e suas águas pareciam avançar dezesseis em oceano aberto (hoje, se sabe que alcançam trezentos e vinte quilômetros).

Aqui o rio Amazonas, indiferente a tudo, abre sua boca num estuário imenso. Tolda de barro as águas azuis. Serpenteia por igarapés, rias, estreitos, canais. Invade florestas, oscila nas marés e nas estações. A margem esquerda vem entrando entre ilhas e bancos de areia, recebe o rio Jari, majestoso, tranquilo que se despenca das alturas nas cachoeiras belas de Santo Antônio. Chega largo e já com a cabeleira ondulante das primeiras ondas. Na frente, só o céu e as águas. Ao lado aparece a cidade de Macapá, densa de história, com o seu forte de São José, imponente, heroico, sombra da missão que lhe deram de defender este lado, para afastar corsários e aventureiros, impedindo-os de subir o grande rio, reservado ao domínio e aos amores de Portugal.

Pinzón foi quem primeiro deu nomes aos lugares. Conheceu a ilha de Marajó que chamou de Marinatãbalo, assinalou um cabo que chamou de São Vicente, que deve ser o cabo Orange, e chamou o Amazonas de Santa María de La Mar Dulce. À região para o norte, onde é hoje o Amapá, chamou de *costas anegadas*, isto é, terras afogadas. Descobriu o rio Oiapoque, que logo recebeu seu nome.

A região que começava no Amapá foi visitada por navegantes, corsários e piratas de várias nacionalidades. O desejo de colonizá-la aflora no fato de Richelieu ter criado, em 1633, uma empresa, Companhia do Cabo

Norte, para explorar a área até o Orinoco. Mas assinalada ficou a viagem de Orellana, descendo de Quito e descobrindo o Amazonas, naquele tempo em geral chamado de rio Marañón. De volta à Espanha, ganha a concessão dessas imensas terras, incluindo o Amapá, e ao vir ocupá-las morre na foz do rio que descobrira, depois de naufrágios sucessivos. No mesmo ano de 1546, Luís de Melo e Silva passa pela boca do Amazonas e, com o rei de Portugal, consegue também uma concessão, uma Capitania a cujo nome e documentos não nos chegaram. Mas também morre no desejo de possuí-la, tragado em suas águas, em outro naufrágio.

Apesar dos fracassos e da falta de documentos, sabemos que as passagens dos portugueses pela área do Amapá eram frequentes: os mapas desse tempo, inclusive os holandeses, em geral já trazem marcado o nome português de Cabo do Norte. Mas a próxima visita documentada é de franceses. De dois deles guardamos os nomes, porque depois se fixaram em terras da ilha de Upaon Açu, no Maranhão: Jacques Riffault e Charles des Vaux.

No seu traço aparece o nobre francês Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière, que partindo de Cancale, na Bretanha, navega por esses mares, ancora no cabo Caciporé, visita a *terra de Yapoco*, corre a costa do hoje Amapá, chega à foz do rio Caiena e volta à França levando um índio, chamado de Itapucu que depois o acompanha em várias viagens. Com ele vinha Jean Mocquet, chefe do *Gabinete de Singularidades* de Henrique IV, que é o primeiro cronista do Amapá, quando conta a viagem de La Ravardière, as lutas entre os índios e as novidades desse novo mundo. Esse La Ravardière vai ocupar uma posição muito importante na história das descobertas. Recebe de Henrique IV uma concessão para colonizar essa vasta região, fundar a França Equinocial. Derrotado por Jerônimo de Albuquerque, é preso, abandona o seu sonho de dominar o estado do Grão-Pará e Maranhão, onde se encontravam encravadas as terras do Amapá.

Desde 1596 os ingleses aparecem, na pessoa do explorador Keymis, quem primeiro deu o nome de Oiapoque ao rio de Vicente Pinzón. Nesse período, ingleses, irlandeses e holandeses fazem várias visitas registradas à foz do Amazonas, o que supõe a terras amapaenses. Eles, também, ganham concessão do rei da Inglaterra, James I. O mais importante, o

notório sir Walter Raleigh, estava convencido que ali era o Eldorado e divulgou esse mito. Até o duque de Buckingham foi dono do Amapá. Todos eles, depois da derrota dos franceses, foram expulsos da região.



Rio Araguari, que os franceses pretendiam ser o *Yapoco* ou *Vicent Pinzón*, em lugar do Oiapoque, e portanto a fronteira fixada no tratado de Utrecht

Começa verdadeiramente em 1637 a colonização europeia do Amapá com a sua concessão, como Capitania do Cabo Norte, por Filipe IV de Espanha e III de Portugal, a Bento Maciel Parente, governador do Maranhão e Grão-Pará. As terras do Amapá, pela primeira vez, são delimitadas do Oiapoque ao Paru, passando pelo Jari. Como desde 1580 estavam unidos os reinos, e portanto não havia a questão do limite entre suas terras na América, não se examinou se esse limite estava aquém

ou além da linha de Tordesilhas. Bento Maciel Parente logo começa a fazer a ocupação efetiva de sua Capitania.

Pedro Teixeira, quando volta de sua descoberta do Amazonas, veio seguindo pela margem esquerda, com os jesuítas Alonso de Rojas e Christoval de Acuña, enviados em sua companhia no percurso de volta, que, ao narrarem a viagem, chamam de Banda do Norte. Acuña afirma, ao se referir ao atual Amapá:

As terras da Capitania do Cabo do Norte, além de serem elas sós maiores que toda a Espanha junta, e haver nelas muitas notícias de minas, têm pela maior parte o solo mais fértil e para dar maiores proveitos e melhores frutos do que quantas há neste imenso rio da Amazonas.



Vista de um dos baluartes do forte de São José de Macapá;
ao fundo o rio Amazonas

É a época em que os fortes se sucedem, primeiro com a consolidação de Gurupá, logo com o de Cumaú, que, deslocado da ilha de Santana para a margem norte, daria origem a Macapá. Época também da penetração dos religiosos jesuítas e franciscanos, fixando os índios nas aldeias das missões.

No final do século, os franceses, finalmente instalados em Caiena, tentam pela primeira vez fixar seu domínio na margem esquerda do Amazonas. O marquês de Ferroles desce pessoalmente duas vezes ao futuro Amapá; da primeira vez até ao Araguari, onde encontra um forte português que faz com que torne caminho; uns poucos anos depois desce com mais armas e toma Cumaú; na ilha de Santana permanece por menos de um mês, logo expulso pelos soldados lusitanos.

Pouco depois é firmado em Utrecht, em meio às grandes negociações entre as potências européias, um tratado que fixava a fronteira entre as terras de França e Portugal, na América, no rio Yapoco ou Vicente Pinzón. Duraria quase duzentos anos a discussão sobre se eram o mesmo rio e qual rio eram, isto é, onde era nossa fronteira.

Desde Gomes Freire de Andrade, os governadores tinham procurado solidificar as fortificações e as defesas da região. Um deles, seu sobrinho Bernardo Pereira de Berredo, escreveu os *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, se intitulado *do Conselho de S. Majestade, Governador, e Capitão General, que foi do mesmo Estado, e de Mazagão*. Era a narrativa dos cento e vinte primeiros anos de lutas pela fixação na região amazônica. Essa Mazagão, que não entra na narrativa, ainda era a fortaleza da costa da África que, em 1769, tendo Pombal que abandoná-la, daria origem à nossa povoação, com a transferência de cento e sessenta e três famílias negras.

Foi o marquês de Pombal quem, por meio de seu meio-irmão, o governador Mendonça Furtado, fez realmente construir o forte de Macapá e transformou a povoação nascente em vila, quando corria o ano de 1758. Aí fixou as famílias açorianas que formaram a primeira geração de amapaenses.

No findar do século, a ameaça francesa se faz cada vez mais próxima, no terreno americano ou nas mesas européias. Conquistador da Europa continental, Napoleão fez constar que a Guiana vinha até o Amazonas.

Mas ao afugentar a família real portuguesa de Lisboa, deu origem a uma reação militar que resultou na determinação de D. João de mandar ocupar Caiena. O futuro marquês de Queluz, Maciel da Costa, governa a antiga colônia francesa por sete anos e recebe, ao entregá-la de volta, feita a paz entre os dois países e anulados os tratados impostos pelo imperador francês, as lágrimas de saudade da população.

Permanece um estado de dúvida sobre a fronteira durante os primeiros anos do império brasileiro. O Brasil acaba por admitir uma situação de contestação do território entre o Oiapoque e o Araguari, e a acordar com a França uma neutralidade em que nenhum dos dois países deve intervir, a não ser como polícia e justiça de seus respectivos cidadãos.

Fatos singulares foram a corrida do ouro e a República do Cunani. A República do Cunani é tida como uma iniciativa sem qualquer dimensão. Resolvi estudá-la. Revistei os arquivos brasileiros e franceses. Fiz uma releitura. Cheguei à conclusão de que não era assim. Era uma inteligente e sábia ação diplomática e política, para criar uma região independente, sob a proteção da França. Por trás de toda a história dessa república que tinha bandeira, leis, selo, condecorações, está a razão política de tentar desvincular o sentimento brasileiro da questão do contestado.

O fio revelador está na figura de Trajano. Tido pelos historiadores que trataram do fato como *o preto Trajano*, na realidade era o Capitão Trajano Benítez, protegido da França e o criador da *République du Cou-nani*, com a declaração inédita que publico adiante. Esse documento foi encontrado no *Quai d'Orsay* e é revelador porque explica o motivo do governador de Caiena mandar



Um dos selos do
État Libre du Cou-nani

uma missão tão grande libertá-lo na vila de Amapá, onde fora preso por Veiga Cabral.

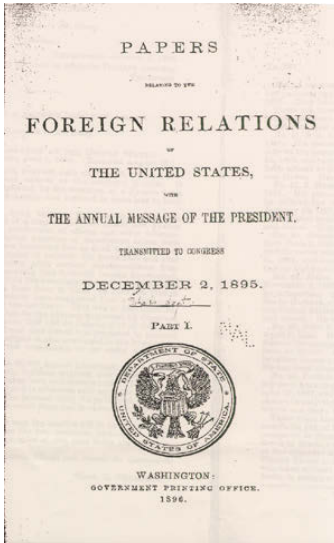
Então avulta a figura de Veiga Cabral, o Cabralzinho, que era um mistura de herói e fanático. Sua coragem não tinha limites e foi ele que, dominado pelo sentimento brasileiro, fez com que os franceses recuassem da aventura de possuir, sem resistência, esses territórios.

A república que Cabralzinho funda é a própria República do Cunani, do lado brasileiro, e ele preside o triunvirato que a governa. Veja-se que naqueles lugares solitários se jogava uma cartada política da maior importância. O Congresso americano tomou conhecimento do fato na *Mensagem Anual* que lhe é dirigida pelo presidente dos Estados Unidos. Embora a dimensão do fato tenha sido limitado, ele revela que a questão do Contestado teve a ameaça de ser um país cunha entre a Guiana Francesa e o Brasil.

Foi a luta dos amapaenses que abortou tudo isso. Deve o Brasil aos amapaenses nessa luta, também, a questão maior da navegação internacional do Amazonas, aspiração que até hoje existe.



Barca e canoa nas margens do rio Cunani; ainda praticamente os mesmos do tempo de Cabralzinho



Documentos relacionados com a Política Externa dos Estados Unidos, com a Mensagem Anual do presidente transmitida ao Congresso; o presidente era Grover Cleveland, o mesmo que seria homenageado com o nome dado à colônia que se faria no Oiapoque

Brasil e França foram forçados a resolver de uma vez por todas a questão. A complexa e notável figura do barão do Rio Branco dirigiu a guerra diplomática. Do saber enciclopédico ao charme e à sedução, do texto escorrito em várias línguas à montagem de uma rede de agentes a vasculhar os arquivos europeus, usou o

barão de todas as armas. De um de nossos mais eminentes cientistas, o professor Emílio Goeldi, suíço de nascimento, fez um espião, a buscar informações e fornecer contrainformação aos dirigentes da Federação Helvética encarregados de arbitrar a disputa. A vitória foi completa. O Brasil pôde então reunir novamente a região entre o Oiapoque e o Jari. Era o Amapá.

O Amapá é um estado vocacionado para a área internacional. Veja-se sua posição estratégica no extremo norte, junto ao Caribe. É a entrada do Amazonas, com o melhor porto fluvial da Amazônia, Santana, com um calado de mais de quinze metros, o que lhe assegura receber navios de até setenta toneladas. Ele será o grande porto da área, onde os navios da rota oceânica poderão desembarcar suas cargas que subirão o rio Amazonas em barcaças que não voltarão vazias, mas com as mercadorias e cereais produzidos em toda a Amazônia e mais os grãos do Mato Grosso, vindos na hidrovia do rio Madeira.

As reservas minerais estão com sua exploração ainda começando. O estado tem excelente condição para a indústria de reflorestamento que está sendo feita nas terras altas dos alagados, onde as chapadas permitem plantar sem derrubar, numa combinação de mata ciliar e matas artificiais.

Será um grande entreposto, aproveitando as vantagens do transporte intermodal, redistribuidor de carga e exportador.

Há outro fato importante. O Amapá é o estado da Amazônia que tem o maior índice de desenvolvimento humano. Seu sistema educacional, pelo isolamento, é bom. Os recursos humanos são abundantes, com classe média qualificada.

É um estado de imigrantes. Recente pesquisa mostra que somente 26% da população são formados de nascidos no estado. O total de imigrantes é de 74%. Em Santana, cidade portuária, é de 83%.

Macapá e Santana formam uma área de livre comércio, hoje, o polo mais dinâmico do estado. Em breve, naturalmente, depois da fase mercantilista, virá a fase industrial. Dos imigrantes, apenas 0,70% vieram por causa da área de livre comércio. A imigração está vindo pela ação governamental de proibir o corte do palmito de açaí e das restrições da indústria madeireira. Outro fator foi a falta de financiamento ao setor primário, deflagrando o velho processo do êxodo rural, segundo o estudo *Realidade Migratória em Macapá e Santana*, da Diocese de Macapá.



O vale do Rio Eusébio

O futuro é a ocupação do território, o mais conservado do Brasil. A floresta é intocada. Devemos preservá-la, evitando qualquer desenvolvimento predatório, fazendo um desenvolvimento sustentável, com ênfase ao turismo ecológico e à industrialização, aproveitando os produtos regionais e as vantagens estratégicas.

De onde vem o nome Amapá? Muitos historiadores, sem citar a fonte, afirmam que o nome significa *onde a terra acaba*. Essa definição faz sentido quando se sabe que aqui começam (ou acabam) as águas do Amazonas. Comporta, também, o conceito de *onde a terra começa*, se olharmos pelo lado das águas. Mas é aqui que termina ou começa o Brasil. Quem vem do Oiapoque e aqui chega neste mundão de águas que é a margem esquerda do Amazonas pensa mesmo que a terra acaba e o mar começa.

Na língua tupi o nome Amapá significa *o lugar da chuva*. Talvez essa denominação tenha sido dada pela visão do marinheiro que vê diferente a chuva que cai no mar e as águas que do céu caem em terra. Aquelas terras que cercavam o rio, chovendo, envolvidas pela tempestade equatorial que é frequente, as nuvens negras baixando e os lençóis de água rompendo-se no azul cinzento das águas podem ter dado a definição para os indígenas. Antônio Lopes registra, no seu estudo sobre *Topônimos Tupist*, *Amapá – Ama + pa ou paba (chuva + estância, morada, lugar), lugar da chuva*. E a seguir *Yamapa, árvore, Hancornia amapa, Herb*.

Desde que cheguei ao Amapá, interessei-me pela sua história. A rica história de uma região que foi disputada entre as grandes potências coloniais. Franceses, ingleses, holandeses e portugueses lutaram. O singular é que nasceu um sentimento nativista que foi a raiz de a região tornar-se brasileira.

Pesquisei durante mais de quatro anos. Achei que devia vincular meu nome não somente à política, como à área cultural, uma das facetas de minha personalidade.

O trabalho estava demorando. Cooptei Pedro Costa, filho de meu irmão de alma, Odylo Costa, filho, devotado ao estudo da História, intelectual de grande talento, para colaborar comigo nessa tarefa. Ele se encarregaria de buscar e rever os documentos dos arquivos franceses e brasileiros, onde havia encontrado pistas. Por outro lado precisava terminar este trabalho que já se arrastava há anos.

Agora ele está pronto. Agradeço a Sérgio Danese, Paulo Flexa de Lima, João Pessoa Fragoso e Meira Matos a ajuda que me deram, pelos documentos que me remeteram, inéditos muitos deles. Meu agradecimento se estende a Paulo Uchôa, grande artista fotógrafo, de Macapá, pelas belas fotos que ilustram o livro.

Entrego ao Amapá e ao seu povo este trabalho. Ele é um esforço para sistematizar tudo que aqui se desenrolou ao longo de sua história. Se toda ela se mistura à história da Amazônia, nunca perde a sua singularidade.

Este trabalho não estaria completo se não falasse nas belezas e nas riquezas do Amapá. Este é um dos estados mais belos do Brasil. O vale do Aporema, os campos do Curiaú, a região dos lagos, lugares que são mais belos que o Pantanal. Outrora, dizia La Condamine, se navegava de lago em lago, ao longo da costa. São planícies, são campos, são selvas. São rios, que serpenteiam entre barrancas e pássaros.

São os imensos vales. Depois do Jari, vêm os do Cajari, Maracá, Preto, onde se formam grandes baixadas sobrevoadas por nuvens de garças, jaçanãs, patos, marrecas e todos os pássaros amazônicos. Aí, nos seus confins, a natureza muda. Dos campos começa a selva virgem, compacta, impenetrável, subindo os primeiros elevados e sem limites visíveis ela se estende além do Tumucumaque onde ainda não se sabe o que é a Guiana, o Suriname e o Brasil. Parece que, ali, o mistério do homem ainda existe no verde, apenas quebrado pelas cores roxas, brancas e amarelas, em copas imensas, que mostram a morada da andiroba, do pau-d'arco, da ucuúba, das castanheiras, do angico, da aquariquera, do acapu, da cuiúba, da acaporana, da macacaúba, da maçaranduba, do pau-amarelo e de tantas essências.

Mais para a costa atlântica a mata vai desaparecendo e o paraíso vai surgindo. É o arquipélago do Bailique, com suas ilhas em roda, do Curuá, do Marinheiro. Acima, o Araguari, com os campos do Aporema, o Tartarugal e seu afluente, o Tartarugalzinho, que deságuam no Duas Bocas, o Eusébio e tantos outros. Tudo é água e terra. É o primeiro dia da Criação, a terra se separando das águas.

Vem, mais acima, uma das mais belas regiões da face da Terra, diferente e bela, onde os campos estão no céu, misturados ao horizonte: é a

região dos lagos. O Comprido, o Lago Novo, o Duas Bocas. São baixadas e alagados: Reserva do Piratuba, o Calçoene, o Amapá Grande, o Cunani, o Caciporé, o Parque Nacional do Cabo Orange. É um mundão de águas, em rios e lagos. São campos em flores, são nuvens de pássaros, são peixes de todas as espécies, terreno do tucunaré, do pirarucu, do dourado, do filhote, do apaiari, do gurijuba, do trairão, do trairuçu, do acará...

Macapá é simples como uma bela moça morena dos tucujus. Espraia-se, plana, vigiando dia e noite o desaguar deste lado do Amazonas. Ela tem os ventos que vêm do grande mar oceano, brisa que lhe acaricia o corpo e os cabelos compridos. Macapá, moça morena de lábios de sol e olhos de chuva. É a capital dos vastos territórios que daqui só terminam nas barrancas do Oiapoque, passando por lagos, rios, campos, florestas, chapadas, riachos e montanhas.

A paisagem humana de sua gente, no seu falar cantado, descendo e subindo sempre nos barcos, rio vai e rio vem, em demanda das ilhas ou dos pequenos portos, povo ribeirinho que passa o tempo navegando.

Amapá, Macapá, misto de ternura e bondade, gente boa, raça forte.

J. S.

A T E R R A

O rio-mar vem perdendo velocidade e aumentando de volume ao se aproximar do Atlântico. De repente começa a se multiplicar em ilhas, que vão crescendo. Por um tempo água e terra ora se embolam, ora se separam. Mas acaba a terra. Ele avança oceano dentro, adoçando a água por dezenas de quilômetros¹. Surgindo entre as correntes que giram o mar no sentido horário, ao norte do Equador, e as anti-horárias, do sul, a corrente sul-equatorial contorna o nordeste do Brasil até se encontrar, aqui, com o Amazonas. Aqui também se define a costa brasileira: aqui passa a linha do Equador.

Começa a terra. Começa o Brasil. Esta é a primeira terra do norte do Brasil. Durante muito tempo esta terra equatorial foi conhecida pelo nome de seu cabo que mais avança no mar: Cabo Norte. Terras do Cabo Norte! Não terras frias, mares de gelo; mas rios majestosos, florestas exuberantes. Mas é amapá: a morada da água, a casa da chuva: o Amapá.

DO JARI AO OIAPOQUE

Do Jari, lançando-se no Amazonas, ao Oiapoque, já dirigindo-se ao norte, é a combinação de margem e costa que realmente define o Amapá. Ainda hoje só se tem uma vaga ideia desses territórios do alto Jari, das serras do Tumucumaque. Quando se tem, é porque um rio permitiu a penetração, uma presença assim necessariamente limitada aos arredores de seu curso.

Baixa, lamacenta, de contornos variáveis², como a definiu Capistrano de Abreu, *costa anegada³* (terras afogadas, costa submersa), no dizer de Vicente Yáñez Pinzón, o primeiro europeu a avistá-las: assim é ela. Mar e terra se misturam, se disputam, cedem passo um ao outro. Nessa

mutação permanente intervêm também as bocas dos rios, ora saindo aqui, ora acolá. Por todos eles a pororoca avança.

Esse começo das terras do Brasil é, assim, definido pelas águas.

O mar se desviando; os rios. E entre estes, sendo, o Amazonas.

O AMAZONAS, A CORRENTE DO ATLÂNTICO

Mário de Andrade falou que *é uma dessas grandezas tão grandiosas que ultrapassam as percepções do homem.*⁴

As águas vêm de uma área quase tão grande quanto o Brasil: seis milhões de quilômetros quadrados. Reúnem um quinto da água doce do mundo: cem milhões de litros de água por segundo. Três milhões de toneladas de sedimentos são lançados por ele, a cada dia, no oceano. E a água do mar fica doce. Os descobridores ficaram intrigados com o fenômeno, que acontecia até a vinte, quarenta léguas de distância da foz – hoje se sabe que ele vai a trezentos e vinte quilômetros, numa área que equivale a um Mar Mediterrâneo inteiro.

Ao longo de sua descida das altas montanhas dos Andes, acolhe as águas vindas das brumas do norte, dos chapadões do sul. Acolhe, mas nem sempre sem conflito; e um sem-número de ilhas, furos, lagos se forma nesses gigantescos estuários internos. Algumas vezes não são os afluentes que penetram no Amazonas, mas ele que os invade. E então sobe: cinco, dez, vinte metros. A floresta desaparece.

Na chegada ao mar, nova disputa. Não é só Marajó, a ilha. São milhares de ilhas, grandes e pequenas, fixas umas, móveis outras. Ilhas que se transformam a cada dia, que crescem e decrescem ao sabor do rio-mar. Ilhas que se espalham pelos trezentos e sessenta quilômetros de bocas.

Contra ele, vindo das costas da África, do meio do Atlântico Sul, vem a corrente do Brasil. É ela que, seguindo para noroeste desde que se choca com o continente, na altura dos estados do Nordeste, vem se somar ao impacto desmesurado do rio para criar uma imensa força rumo ao norte. Dessa força, desse embate, nascem as terras encharcadas, as costas afogadas, os matos submersos que dominam a paisagem do Marajó ao Oiapoque. Assim o padre Vieira contava ao rei de Portugal, explicando a dificuldade dos esforços de catequese:



Os mapas do século XVI tinham uma visão completamente mítica do interior do Brasil; neste mapa de Descelliers, de 1546, o Amazonas ainda não aparece

Um confuso e intrincado labirinto de rios e bosques espessos; aqueles com infinitas entradas e saídas, estes sem entrada nem saída alguma, onde não é possível cercar, nem achar, nem seguir, nem ainda ver ao inimigo, estando ele ao mesmo tempo debaixo da trincheira das árvores, apontando e empregando as suas flechas.⁵

É a região da pororoca, descrita em 1745 por La Condamine:

Entre Macapá e o cabo do Norte, no local onde o grande canal do rio se encontra mais apertado pelas ilhas, e sobretudo em frente à grande foz do Araguari, que entra no Amazonas pelo norte, o fluxo do mar oferece um fenômeno singular. Durante os três dias mais próximos das cheias e das luas novas, tempo das marés mais altas, o mar, em vez de levar cerca de seis horas para subir, chega à sua altura máxima em um ou dois minutos: pode-se bem imaginar que isso não possa ocorrer tranqüilamente. Ouve-se a uma ou duas léguas de distância um ruído assustador, que anuncia a pororoca. É o nome que os índios desses cantões dão a essa terrível vaga. Na medida em que nos aproximamos o ruído aumenta, e logo se vê um promontório de água de 12 a 15 pés de altura, depois outro, depois um terceiro e por vezes um quarto, a intervalos breves, e que ocupam toda a largura do canal. Essa onda avança com rapidez prodigiosa e, ao passar, destroça e arrasa tudo o que lhe resiste. Vi em alguns lugares um grande terreno arrastado pela pororoca, enormes árvores arrancadas, devastações de toda espécie. Por toda parte onde passa, a margem fica limpa, como se tivesse sido varrida com cuidado. Os botes, pirogas e até as barcas não têm outro meio de se prevenir contra o furor dessa *barre* (é o nome francês que lhe dão em Caiena) senão fundear num local onde haja muita profundidade. Não entrarei aqui em maiores detalhes sobre o fato, nem em sua explicação. Só indicarei suas causas, dizendo que, após tê-lo examinado com atenção em



A pororoca na foz do rio Araguari

diversos locais, observei sempre que aquilo só acontecia quando a onda que subia e entrava num canal estreito encontrava em seu caminho um banco de areia ou pouca profundidade, que constituíam obstáculos; era ali e não alhures que começava o movimento impetuoso e irregular das águas, que cessava um pouco além do banco, quando o canal se tornava de novo profundo ou se alargava consideravelmente.⁶

OS RIOS: JARI, ARAGUARI, AMAPÁ, CACIPORÉ, CUNANI, CALÇOENE, OIAPOQUE

Façamos então a contagem dos principais rios que forjam o Amapá. No extremo ocidental está o Jari. Nascendo no alto da serra do Tumucumaque, na fronteira do Suriname, já além da Guiana Francesa, desce seus quinhentos metros de desnível em múltiplas cachoeiras, esgueirando-se de norte a sul ao lado dessas diversas serras menores em que a grande serra se desdobra a caminho do Amazonas. Aí chega ao canal do Norte como o segundo dos grandes rios da margem esquerda.

Mas antes dele correm o Cajari, o Tambaqui, o Maracapucu, o Preto, o Mazagão, o Vilanova e o Matapi, o Pedreira, o Jupati, o Gurijuba. Na ordem de grandeza da região, são pequenos fios, fios capilares do imenso caudal.

No extremo leste, o primeiro afluente da margem esquerda é o Araguari. Sua foz já parece correr no mar aberto, mas aqui é a boca do Amazonas, e na sua desmesura é difícil manter o senso. Mas não há dúvida, é no rio maior que chegam essas águas tortuosas que, nascidas nas bandas da serra Lombarda, próximo ao Oiapoque, descem também de norte a sul até a serra do Navio, que contornam, para então dirigirem-se ao sol nascente, vencendo e juntando as águas dessa ponta afogada da terra. Há cerca de cento e cinquenta anos, dois enormes furos que havia próximo a sua foz se fecharam⁷, hoje a boca sai a uns quarenta quilômetros do cabo do Norte, sobre a lama.

Seguem-se, mar acima, na antiga região contestada, o Carapaporis (Carapapouri), o Amapá (Mapá), o Maiacaré, o Calçoene (Carsevene), o

Cunani (Counani), o Caciporé (Cachipour) e o Uaçá (Ouassa). O Carapaporis e o Maiacaré, logo abaixo da ilha de Maracá, na realidade são, segundo Rio Branco, canais extravessores dos lagos desta região onde se misturam terra e mar.

O Amapá, o Calçoene e o Cunani correm rápido de oeste a leste, quase paralelos. Já estão fora do território lacustre, mas até o começo do século XIX os lagos se estendiam até o Oiapoque e era possível navegar entre o Oiapoque e o Amazonas por lagos, rios e canais. O Amapá mudou de curso nessa época, quando, saindo mais ao sul, deixou o antigo nome de Maiacaré. Em 1835 os franceses o deram por encontrado:

Diante da ponta setentrional da ilha Maracá, ou ilha do cabo Norte, os exploradores encontraram um rio grande e profundo, desconhecido até então. Há alguns anos, era um riacho, que, mesmo nas marés altas, só podia ser freqüentado por pirogas. Hoje, é um rio onde se acha vinte a vinte e cinco pés na baixa-mar.⁸



O rio Matapi



Corredeiras no Calçoene



Cachoeiras do Caciporé

Caciporé corre de sul a norte, saindo entre o cabo que leva o seu nome e o Cabo Orange, já bem no extremo norte. Já na baía do Oiapoque, ao sul, mas a oeste do Cabo Orange, sai o Uaçá, que também vai de sul a norte.

O Oiapoque contraria a todos: nasce já no alto da Serra do Tumucumaque e despenca bruscamente, para traçar uma linha precisa, de sudoeste a nordeste, em direção ao Cabo Orange. A proeminência do cabo, o

volume do rio, já considerável, a presença, logo a oeste, de montanhas próximas à costa,

fizeram dele um dos primeiros a ser nomeado. De um lado o nome do descobridor — era o *Rio de Vicente Pinzón* —, do outro a multitude de variações do nome indígena foram a base da longa controvérsia que oporia o Brasil à França. Mas ele não podia ser confundido facilmente: nenhum dos rios entre ele e o Amazonas chega perto de suas dimensões, nem tem suas nítidas referências geográficas.



Descelliers, 1550; já agora o rio-mar assume proporções gigantescas

OS CABOS: NORTE, ORANGE

O cabo Orange, limite norte da costa do Brasil, é também o fim deste país afogado, dessas partes que mar e terra disputam. Marco do Oiapoque, visto por Vicente Pinzón na viagem inaugural e por ele chamado de cabo de São Vicente, chamou-se ao longo dos anos de Cecyll, Conde, Corde, até fixar-se no nome dado pelos holandeses.⁹

O cabo Norte, ou cabo do Norte, é o limite norte da boca do Amazonas e marca essa grande massa de terra molhada que é o extremo leste do Amapá. Seu nome definiu a região, mas durante muito tempo serviu a mais de um senhor: foi dado também ao atual cabo Raso do Norte, ao norte da ilha de Maracá.

O DESCOBRIMENTO

Outra linha imaginária: a do tratado de Tordesilhas, que passa aqui defronte, em pleno mar oceano.

Em longas tratativas, Portugal e Espanha negociavam o resultado da fantástica aventura a que se haviam lançado: o descobrimento do caminho marítimo das Índias. O senhor das terras, o reino de Castela, unificador da Ibéria, vencedor dos infiéis, e o conquistador do oceano, o marítimo reino de D. João II (1481-1495), buscavam os tesouros fantásticos do Oriente. Era preciso estabelecer uma regra.

Fernando de Aragão e Isabel de Castela conseguiram, em 1492, fazer o novo papa: Alexandre VI, o aragonês Rodrigo Bórgia. Com a segunda bula *Inter coetera* expedida em abril, mas datada de 3 de maio de 1493, concedeu aos Reis Católicos *toda e cada uma das sobreditas terras e ilhas desconhecidas e até hoje por vossos emissários achadas e a serem achadas para o futuro, as quais não estejam constituídas sob o atual domínio temporal de nenhuns Príncipes Cristãos*¹⁰. Mas Portugal reagiu. E em 28 de junho o papa expediu nova bula *Inter coetera*, esta datada de 4 de maio, que distinguiu as *ilhas e terras firmes achadas e por achar, descobertas ou a descobrir, para o Ocidente e o Meio-Dia, fazendo e construindo uma linha desde o Pólo Ártico, a saber do Setentrião, até o Pólo Antártico, a saber Meio-Dia, que sejam terras firmes e ilhas encontradas e por encontrar em direção à Índia, ou em direção a qualquer outra parte, a qual linha diste de qualquer das ilhas que vulgarmente são chamadas dos Açores ou Cabo Verde cem léguas para o Ocidente ou Meio-Dia*. Outras bulas, a *Eximae devotionis* e a *Dudum siquidem*, mais aumentaram a confusão, não só quanto ao direito garantido por outros e antigos decretos papais, como à própria definição dos limites, pois definir um limite a sul (Meio-Dia) e oeste (Ocidente) de Açores e Cabo

Verde, grupos de ilhas com centenas de quilômetros entre si, e indo de um pólo a outro, era uma contradição em termos.

D. João II iniciou negociações e fez pressões diretamente sobre os primos de Espanha. Negociações, mas ao mesmo tempo a preparação de uma armada. Propôs logo uma divisão pelo paralelo que passa pelas ilhas Canárias, deixando a Portugal todo o sul do mundo: a maior parte de África e Índia, as ilhas de especiarias, e o sul das novas Índias.

Em 1488, Bartolomeu Dias passou o cabo das Tormentas, o extremo sul da África e lhe deu nome Boa Esperança¹¹. Pero da Covilhã negociou aliança com o Preste João¹². Mas em 12 de outubro de 1492, o genovês Cristoforo Colombo, sob contrato de Espanha, chegou com a *Santa Maria*, a *Pinta*, e a *Niña* ao outro lado do mar. Não sabia onde estava, que parte da Índia era aquela, mas tratou de descobrir. Em março de 1493 chegou de volta a Lisboa. Insistiu com D. João II que tinha seguido suas instruções e evitado o mar português¹³. Em Espanha foi recebido como herói. Já como *Almirante do Mar Oceano* voltou ao Caribe. Só em 1498 o almirante dos portugueses, Vasco da Gama, chegaria finalmente à (verdadeira) Índia.



Diogo Homem, 1558;
...o Norte é Septentrio, Setentrião, e
o sul é Meridies, Meio-Dia

Sentaram-se às mesas de negociação da cidade de Tordesilhas, e lá, a 7 de junho de 1494, se estabeleceu uma regra: a *Capitulação da Partição do Mar Oceano*. Por ela, acertavam fazer e assinalar no dito mar Oceano uma raia ou linha direita de polo a polo, a saber, do polo ártico ao polo antártico, que é de norte a sul, a qual raia ou linha se tenha de dar e dê direita, com dito é, a trezentas e sessenta léguas das Ilhas de Cabo Verde, para a parte do poente, por

*graus ou por outra maneira, como melhor e mais depressa se possa dar, de modo que não sejam mais, e que tudo o que até aqui se tem achado e descoberto, e daqui por diante se achar e descobrir pelo dito Senhor Rei de Portugal e por seus navios, assim ilhas como terra firme, desde a dita raia ou linha, dada na forma acima dita, indo pela parte do levante...*¹⁴ Em suma: a leste dessa linha as descobertas seriam de Portugal; mais além, de Espanha. Ainda uma vez a linha não estava localizada com precisão, e através dos anos as negociações e discussões prosseguiriam. Parece claro que sabiam portanto os assessores de D. João II da existência de terras substanciais onde hoje é o Brasil¹⁵. Quanto sabiam é incerto.

VICENTE PINZÓN

Em abril de 1500 uma frota comandada por Pedro Álvares Cabral chegou a Porto Seguro na terra que recebeu o nome da Cruz. Mas pouco antes, aquém da linha de Tordesilhas, o espanhol Vicente Yáñez Pinzón, que fora o comandante do terceiro navio da frota de Colombo, o *Niña*, vindo em quatro caravelas de Palos, na Espanha, com paradas nas Ilhas Canárias e do Cabo Verde¹⁶, costeou o nosso litoral: no dia 26 de janeiro de 1500 chegou a um cabo, talvez no atual Pernambuco, talvez no Ceará, a que chamou de *Santa María de la Consolación*; pouco depois, entrou pela doce água do mar diante do rio maior, e o chamou de *Santa María de la Mar Dulce*, e chamou às grandes ilhas de *Marinatábaló*; e depois de a um outro cabo, adiante, dar o nome de *San Vicente*, chamou de *San Vicente*; finalmente seguiu para o poente.¹⁷

Só um pouco acima da linha do Equador, onde cruza com a linha imaginária de Tordesilhas, a costa começaria a ser da coroa espanhola. Mas ainda por muitos anos (e o barão do Rio Branco mostrou que até o século XIX) as medições de latitude e longitude seriam muito imprecisas. Pinzón não se preocupou com a linha, considerou que tomava posse de toda esta terra em nome do rei de Espanha.

Seguiu viagem até o golfo de Paria e chegou finalmente a Hispaniola (a ilha onde hoje estão o Haiti e a República Dominicana). De lá voltou à Espanha, onde chegou em setembro de 1500. Mas ao contrário de

Cabral, que, pela mão de Pero Vaz de Caminha, fizera saber ao rei da descoberta — a carta de nosso batismo data de 10 de maio de 1500, e no mapa do espanhol Juan de la Cosa, de outubro de 1500¹⁸, já consta a viagem portuguesa — só em 5 de setembro de 1501 assinou a *Capitulación* da viagem, em Granada¹⁹, e só 1513 iria torná-la pública, no depoimento constante do processo que Diego Colombo moveu contra a coroa espanhola. Nesse processo vários companheiros chamaram o grande rio de *Marañón*²⁰. Esse o nome que prevaleceu por um tempo.



Ortelius, 1587

Pinzón chamou ainda de *terras afogadas* a região entre a foz do (futuro) Amazonas e o (futuro) Cabo Orange. E a outra grande foz deu o nome de *Boca de los Leones*²¹. Alguns anos depois, em 1509²², voltou, desta vez correndo em direção ao nascente.

De qualquer forma, baseado em sua informação, ou na de Diego de Leppe, que numa viagem mais rápida repetiu seu trajeto, partindo depois e chegando de volta antes de Pinzón. Já neste mapa de Juan de

la Cosa aparece um golfo de Santa Maria, na altura do equador ²³. Logo começa uma certa confusão, com o nome de Maranhão sendo dado nos diversos mapas umas vezes ao Amazonas, outras ao atual Maranhão; ainda outras eles se confundem. Essa confusão está na base de outra mais importante para a história dessas terras do cabo do Norte: a da localização geográfica da boca do grande rio. Mesmo o grande cartógrafo Mercator o deslocava de até 3^a de latitude sul. ²⁴



ORELLANA

Passou o tempo. Os portugueses de D. Manuel o Venturoso cuidavam sobretudo da Índia. Visitavam a nova terra em viagens exploratórias, como a de Pinzón, mas sem a motivação ou os meios de colonizar. Assim João Coelho, João de Lisboa, Diogo Ribeiro, Fernão de Fróis... Mas em 1536 o capitão Aires da Cunha, donatário da primeira capitania do Maranhão, que se associara ao da segunda capitania, Fernando Álvares de Andrade, tesoureiro-mor do reino, e com João de Barros, feitor e tesoureiro da Casa da Índia ²⁵, donatário da capitania do Rio Grande, chefiou uma expedição com dez navios, muitos colonos e novecentos homens de armas, dos quais

mais de cem cavaleiros. Sua nau capitânia afundou, mas os sobreviventes fundaram uma colônia na ilha do Maranhão, Nazaré. Encontrando oposição, por dois anos resistiram aos assaltos dos índios, até que, vencidos, tiveram que abandonar a empresa. ²⁶

Os espanhóis de Carlos I (o mesmo Karl V, Carlos V, do Sacro Império Romano, filho de Joana a Louca — a rainha Isabel falecera em 1504, Fernando V, em 1516), entretanto, tinham descoberto grandes riquezas. A

noroeste de Hispaniola haviam encontrado o continente, e no planalto, Hernán Cortés, em 1519-1521, conquistara o império asteca; a sudoeste, atravessando o istmo continental, descendo o oceano, Francisco Pizarro com 180 homens conquistara o império inca. Inaugurou-se, lá, a política de crueldade e morte que vigeria entre nós a partir da união peninsular de 1580.

Em 1540 o fundador de Guaiaquil, Francisco de Orellana, ouviu dizer que Gonzalo Pizarro, seu amigo e fundador de Quito, pretendia seguir em conquista das terras da Canela. Partiram em direção ao interior. A cento e trinta léguas de Quito viram-se num impasse. Pizarro mandou construir um barco. Orellana foi contra. Começaram a descer o rio. Depois de cinquenta léguas nova dúvida. Dessa vez acertaram que Orellana desceria o rio, e Pizarro voltaria atrás (como voltou). Conta o frei Gaspar de Carvajal:

Tomou consigo o Capitão Orellana a 57 homens, com os quais se meteu na embarcação que construía e em algumas canoas que haviam tomado aos índios, começando a descer o rio com a intenção de volver logo que encontrasse víveres. Mas tudo saiu ao contrário do que todos pensávamos, pois não descobrimos comida num decurso de 200 léguas...²⁷

O rio dá noutro rio. Já não sabem, não podem, não querem voltar. O outro rio dá no rio. O rio-mar. Constroem outro bergantim.

Aqui demos de chofre na boa terra e senhorio das amazonas... Estas mulheres são muito alvas e altas, com o cabelo muito comprido, entrançado e enrolado na cabeça. São muito membrudas e andam nuas em pêlo, tapadas as suas vergonhas, com os seus arcos e flechas nas mãos, fazendo tanta guerra como dez índios...²⁸

Desde o ponto em que deixamos Gonzalo Pizarro já caminhamos 1400 léguas, antes mais do que menos, e não sabemos ainda o que falta daqui até o mar...²⁹

Até que em agosto de 1542, em exaustão, chegam ao mar oceano:

Saímos da boca deste rio por entre duas ilhas, separadas uma da outra por quatro léguas de largura do rio, e o conjunto, como vimos acima, terá de ponta a ponta mais de cinqüenta léguas, entrando a água doce pelo mar mais de vinte e cinco léguas.³⁰

Haviam descido os futuros Coca, Napo, Amazonas. Subiram a costa ainda sem nomes. Foram parar em São Domingos em novembro, e em Lisboa chegaram em abril de 1543³¹. Em 1544 a Espanha encarregou Orellana de descobrir e povoar as costas do rio-mar. Partiu em junho de 1546. Um primeiro navio, de quatro que trazia, ficou em Cabo Verde, onde uma centena de pessoas pereceu. No fim do ano duas naus chegaram à boca do rio. Sem conseguir se instalar, comeram os cães e cavalos que levavam. Construíram novo bergantim. Resolveram procurar o braço principal. Outro naufrágio. Só uns poucos sobreviventes, afinal, chegaram à Ilha Margarita, no mar do Caribe.³²

OS ÍNDIOS



Hulsius, 1603; a visão de índios ferozes e de amazonas se confundia com a realidade

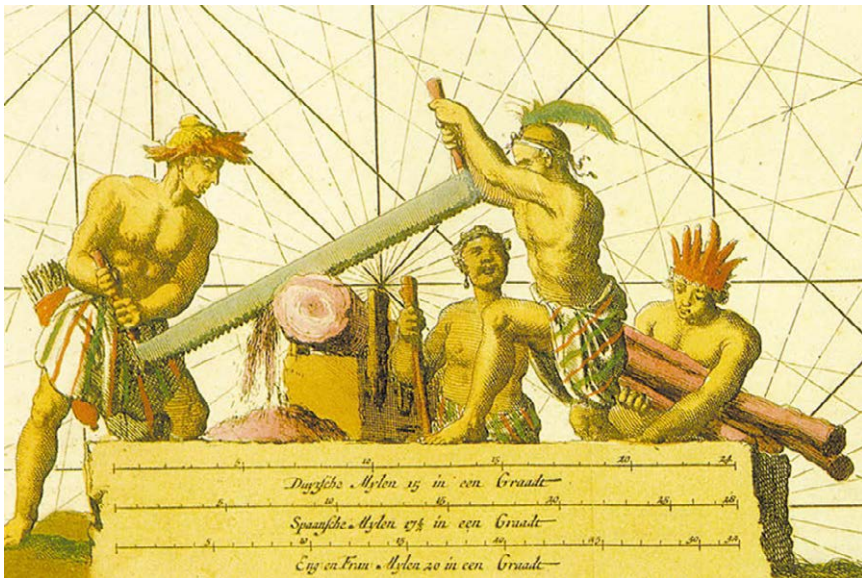
No tempo do descobrimento havia, talvez — há teses que sustentam o contrário —, uma grande movimentação entre os diversos grupos indígenas. Na região do cabo do Norte eram três: os aruaques, os caraíbas e os tupis-guaranis. Os primeiros viriam da região do rio Negro; os segundos do Xingu e do Tapajós; os últimos do sul do Brasil. Seus principais representantes na região seriam os palicures, os emerenhons e os oiampis. Mas nestes primeiros séculos a região era conhecida como sendo as províncias dos Tapuçuçus e dos Tucujus.

Eram civilizações primitivas, vivendo basicamente da caça e da pesca, com o cultivo incipiente de raízes (*aruaque* quer dizer comedor de farinha) e a apanha de frutos, raízes, etc. O quadro geral era o que a mídia nos acostumou a ver entre os sobreviventes: o uso de pinturas e plumas, a nudez, a ingenuidade, numa lembrança do mito do bom selvagem; as habitações coletivas; a poligamia; a cestaria e uma cerâmica primitiva. Apresentavam-se como vítimas ideais dos europeus que vinham cativá-los para si ou simplesmente sobre eles exercer sua crueldade com uma liberdade jamais vista.

AS FEITORIAS

FRANCESES, INGLESES, HOLANDESES, ESPANHÓIS E PORTUGUESES

Perdido no Mar Oceano, um pequeno navio, quando em vez, aproa nessas bocas de rio. São corsários, arrastados na busca de ganhos rápidos, sem lei nem rei. Aqui encontram índios cordiais. Encontram paus de tinta, madeiras preciosas, algumas pedras, animais e lendas. Vão de volta à Europa. Quem sabe voltam? Mas não vêm para ficar



Van Keulen, 1683;
a extração do pau-brasil e a mão de obra indígena eram os maiores atrativos do Brasil e da região amazônica

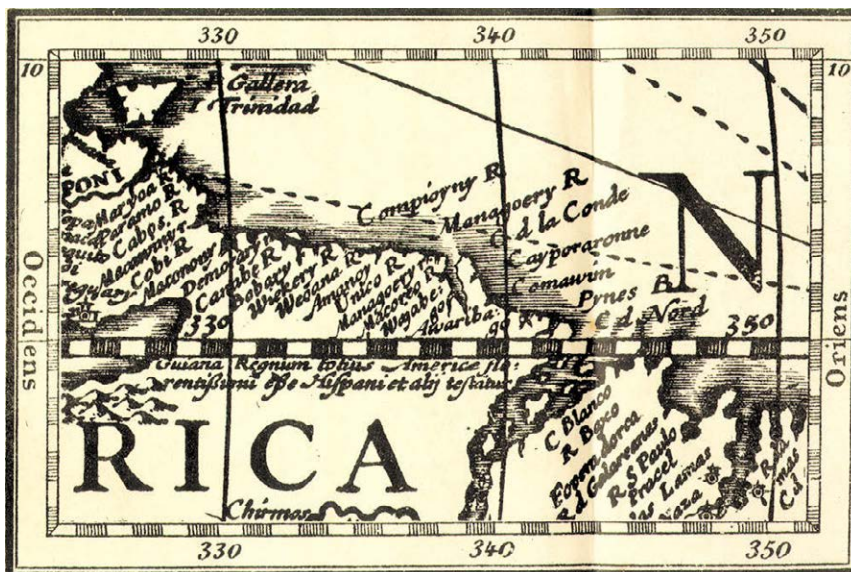
Assim por volta de 1546 Luís de Melo da Silva explora, com sua pequena caravela, o Amazonas — isto é, a boca do Amazonas. De lá deve ter seguido pela costa da Guiana, já que chega à Ilha Margarita. Em 1553 obtém do rei D. João III (1521-1557) capitania na entrada do grande rio (não se conhecem os documentos originais, mas há antiga menção dessa carta de concessão). Mas não dá mais sorte que Orellana: afunda na entrada do Pará em 1554.³³

Outros portugueses devem ter explorado a região. O barão do Rio Branco chama a atenção para o fato de as primeiras cartas holandesas da região assinalarem, em português, o *Cabo do Norte*.³⁴



Thévet, 1575

Os franceses costumavam visitar a costa brasileira entre o cabo de São Roque e a Angra dos Reis, isto é, a mais fácil e acessível. Em 1583 dois capitães franceses disseram a sir Walter Raleigh conhecer o Maranhão, mas nunca se saberá se se tratava do Maranhão ilha ou do Maranhão rio. Em 1594 alguns navios conduzidos por Jacques Riffault chegam ao Maranhão. Aí deixam um curioso personagem, Charles des Vaux, habitando entre os indígenas.³⁵



Keer, 1614, como mostrado por Rio Branco na Memória... que preparou para defender e conseguir fixar a fronteira no Oiapoque

Os ingleses Sir Walter Raleigh, em 1595, e Sir Robert Dudley, em 1594-1595, visitam o Orinoco, mas não chegam ao futuro Amapá³⁶. Mas em 1596 Lawrence Keymis, enviado por Raleigh, explora o estuário do Amazonas e do Araguari ao cabo do Norte, depois a costa da Guiana até o Orinoco³⁷. É Keymis quem faz conhecer o rio de Vicente Pinzón como *Oiapoque*, seu nome indígena. Ao futuro Cabo Orange dá o nome de *cap Cecyll*. Ainda por conta de Raleigh, Leonard Berrie explora em 1597 do Cabo Norte ao Orinoco³⁸.

Charles Leigh chega em 22 de maio de 1604 à margem esquerda do Oiapoque, toma posse em nome do rei da Inglaterra, James I. Funda então a colônia de Principium no monte Caribote (Lucas) que existe até 1606. Como Nazaré, ela desaparece. Mas Robert Harcourt cria no mesmo lugar nova colônia; essa resiste entre 1608 e 1611; em 1617 é restabelecida por Edward Harvey. Michel Harcourt e Harvey exploram o baixo Araguari em 1608. Robert Thornton explora a costa de 1608 a 1609. Nesta época sir Thomas Roe declarava conhecer melhor que ninguém a região entre o Amazonas e o Orinoco. E os capitães William Clovel e Thomas Tyndall exploravam a margem guianense do Amazonas, na região ocupada pelos tapujus³⁹.

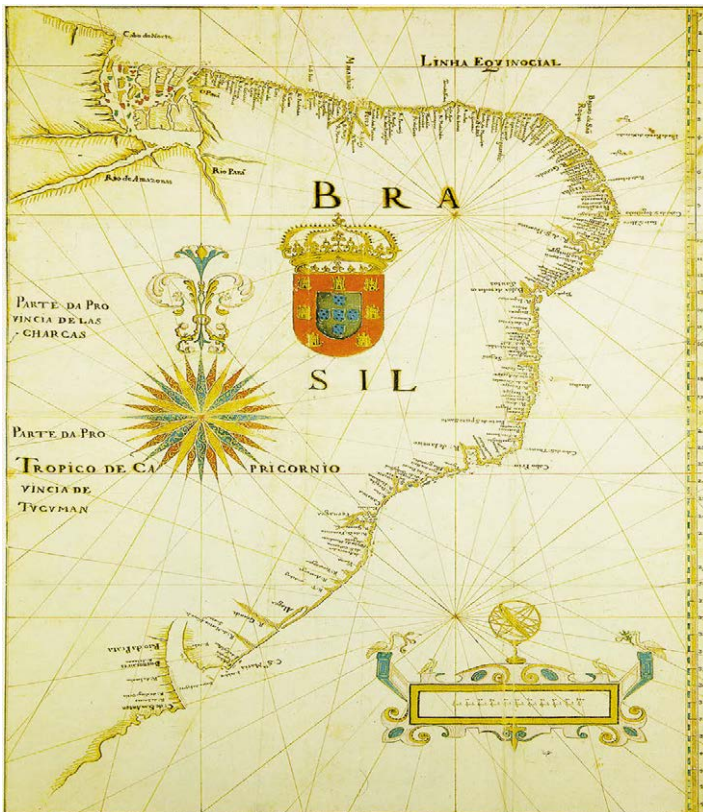
Os holandeses teriam começado a visitar a região norte por volta de 1598. Logo havia plantações e fortes holandeses no Xingu, chamados de Orange e Nassau. Por volta de 1610 tinham feitorias também entre o Jari e Macapá, na região dos tucujus.⁴⁰ Em 1616, Jan de Moor, burgomestre do grande porto de Flessinga, chefiava companhia holandesa para explorar estabelecimentos na Amazônia. Pieter Ariansson foi instalar-se próximo ao Rio Jenipapo, criando uma colônia e um forte.⁴¹

Em 1623 Luís Aranha de Vasconcelos, ajudado por Bento Maciel Parente, atacou e destruiu dois fortes holandeses, Muturu e Mariocai, na margem direita do Amazonas. Na confluência do Rio Cajari, Ariansson naufragou e explodiu seu navio. Aí Bento Maciel construiu outro forte, que em outubro de 1623 o holandês tomou e queimou⁴²; em lugar do forte Mariocai, fez Bento Maciel construir o forte de Santo Antônio de Gurupá.

A 28 de agosto de 1613, James I deu a Robert Harcourt, Sir Thomas Challoner e John Rovenson o território entre o Amazonas e o Essequibo. A 3 de abril de 1626, fazia a mesma concessão a Harcourt e Roger North; em 16 de maio de 1627, a transferia ao duque de Buckingham, ao conde de Penbroke e a 52 associados numa companhia que se propunha a colonizar a Guiana, inclusive o rio das Amazonas. North, o homem de campo, representante do duque, diz que derrotou os portugueses em 1622, na margem esquerda do grande rio.⁴³

Holandeses e ingleses, agindo em conjunto, têm um período de intensas atividades. Nikolaas Oudaen, escoltado pelo almirante Lucifer,

construiu o forte de Mandiutuba. Pedro Teixeira, que acabara de conquistar os fortes holandeses do Xingu, em 23 de maio de 1623 atacou em duas colunas, pelo rio e por terra, obrigando os invasores a se refugiar com os ingleses na província dos tucujus — isto é, no futuro Amapá. Foram ao Cajari onde os ingleses possuíam dois fortes, Tiletile e Uari-miuaca, e plantavam tabaco. No caminho viram o navio de Pieter Janss, ancorado diante do forte dos irlandeses na confluência do rio Tauregue (Maracapucu)⁴⁴. Em Tauregue viviam ingleses e irlandeses, liderados por Bernard O'Brien.



João Teixeira Albernaz, o moço, 1666;
a margem esquerda do Amazonas, na foz, aparece com uma
direção sul-norte

Em 1625 novamente Pedro Teixeira derrota a aliança, destruindo os dois fortes e capturando Oudaen e o capitão irlandês James Purcell⁴⁵. Escaparam quarenta e seis holandeses sob o comando de Pieter de Bruyne, que desceram o Amazonas, subiram a costa até o Oiapoque e aí foram resgatados por Lucifer em 1627. Purcell foi conduzido à Espanha por Bento Maciel Parente — que tentou enforcá-lo, sem conseguir — e voltou ao forte Tauregue em abril 1628 com 112 colonos, tentando plantar tabaco⁴⁶. Depois de um ataque em junho por Pedro da Costa Favela, em 24 de outubro de 1629, Pedro Teixeira, depois de um mês de cerco, conseguiu sua rendição. Deixando a Aires de Sousa Chichorro o encargo de arrasar o forte⁴⁷, Teixeira voltou a Gurupá.

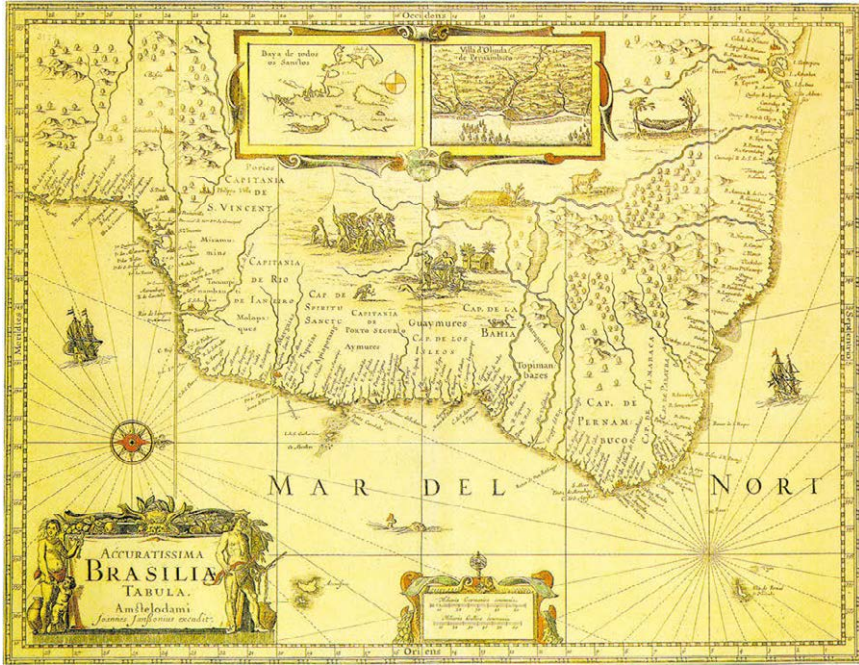
Pouco depois Roger North, com dois navios, o atacou. Repelido, se fixou entre o Matapi e o Anairapucu, construindo o forte que os portugueses chamaram de Filipe. Esse foi destruído em 10 de maio de 1631 pelo governador Jácome Raimundo de Noronha.

Mas os ingleses haviam se fixado no Cumaú. Em 9 de julho de 1632, Feliciano Coelho de Carvalho tomou o forte; seu comandante, Roger Frey, voltando do Cabo Norte, foi abordado a 14 por Aires de Sousa Chichorro. Ainda uma vez o forte foi arrasado.⁴⁸

LA RAVARDIÈRE

No fim do século XVI, um francês, Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière, consegue falar ao seu rei de um projeto mais amplo. Ele era um homem do Poitou, isto é, da região do Loire, terra longe do mar, mas casado com uma herdeira normanda, gente de Saint Malo e do Mont Saint Michel, terra de navegadores.⁵⁰

O rei de França é Henrique IV, Henrique de Navarra, o bravo gascão que sobreviveu à terrível noite de São Bartolomeu, quando o sangue dos protestantes transformou o Rio Sena na cor do vinho. Sucessivamente protestante e católico, ao sabor da violência, Henrique era um pragmático e um estrategista. Em 1598 firmou o Édito de Nantes, decreto que obrigava à convivência pacífica entre as religiões, decisivo no fim da mortandade que se abatera sobre a França. Foi fácil para ele aceitar a ideia de uma exploração sistemática das terras ao sul das caraíbas.



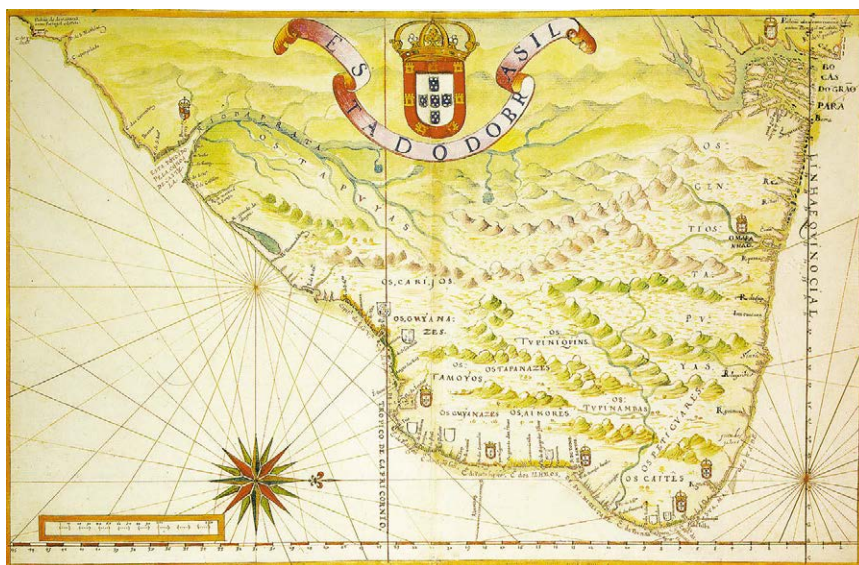
Janssonius, séc. XVII; apesar de *exatíssima*, esta carta não mostra a boca do Amazonas; em compensação assinala a *cidade de Nazaré*, a colônia estabelecida pelos enviados de João de Barros, talvez o primeiro estabelecimento português na Amazônia

Em 1602 ele nomeia o governador de Rennes, René-Marie de Montbarrot, *lieutenant-général* na Guiana. Esse fidalgo estabelece um contrato de associação com La Ravardière no direito de armar e embarcar 400 homens para tomar posse e organizar futuras colônias na região em torno à boca do rio das Amazonas.

Partindo em 12 de janeiro de 1604, de Cancale, em dois navios, La Ravardière chega à região amazônica no dia 8 de abril. Ancora perto do cabo Caciporé. De lá vai à Terra de Yapoco, habitada por índios inimigos dos de Caiena e governados por Anacaiouri; com eles permanece de 9 a 15 de abril. Segue até o Rio Caiena, onde fica até 18 de maio. A 15 de agosto está de volta. Traz o usual: muita madeira, especialmente o pau-brasil, algodão, peles de animais, centenas de papagaios, e homens do Brasil. Entre os índios está Itapucu, vindo da serra do Ibiapava (hoje entre Piauí e Ceará), que viverá os próximos anos como um verdadeiro

aventureiro francês, atravessando várias vezes os mares⁵¹. E entre os franceses estava outro curioso personagem, Jean Mocquet, que tomará conta, mais tarde, do Gabinete de Singularidades do rei de França, e fará uma narrativa muito confusa desta viagem.

A 3 de julho de 1605, Henrique IV nomeia La Ravardière *lieutenant-général* das costas do Amazonas e deste rio até a Ilha de Trindade. Mas não é fácil montar a expedição. Em 1609, depois de o rei confirmar seus poderes, uma nova expedição parte para o Maranhão, onde decidiram se estabelecer. Lá passam seis meses. Os longos contatos estabelecem uma aliança com os tupinambás da futura Ilha de São Luís. Embora na costa um ataque de índios liderados pelo português Martim Soares Moreno mate grande parte dos soldados, Daniel de La Touche volta cada vez mais entusiasmado.



João Teixeira Albernaz, o velho, 1631;
neste mapa muito importante, aparece o *Padrão de Demarcação* entre
Portugal e Castela e o *R. de V. Pinzón*

Traz consigo dois embaixadores tupinambás para apresentar ao rei sua submissão. Mas a morte ronda. Os índios não resistem à viagem. O rei Henrique, o Vert Galant, cai ante o punhal de um pobre de espírito, Ravailac, alucinado por visões religiosas.

O novo rei, Luís XIII, é um menino de nove anos, maltratado e abusado ao limite do imaginável. O governo nominal era de sua mãe, Maria de Médicis, a regente. A rainha-mãe era completamente dominada por sua camareira, que trouxera da sua Florença natal, com o seu marido, Concini, o verdadeiro chefe do governo. Com esse foi muito difícil reunir o dinheiro necessário para a grande expedição final.

Mas desde primeiro de outubro de 1610, uma carta patente reconhece os direitos *de La Ravardière de La Touche, seu lugar-tenente-geral na terra da América, desde o rio das Amazonas até a ilha da Trindade, que teria feito duas viagens diversas às Índias para descobrir portos e rios próprios para abordar e estabelecer colônias, o que teria tão felizmente sucedido que, tendo chegado naquelas bandas, tinha facilmente disposto os habitantes das ilhas do Maranhão e da terra firme adjacente vista por ele tupinambás, tabajaras e outros a buscar nossa proteção...*⁵² Para obter os recursos, ele cria uma companhia financeira, e finalmente se associa a François de Razilly, nobre da região de Tours, vizinha ao seu Poitiers. A associação é aprovada por um decreto de 1611. A eles se junta o barão de Molle e de Gros-Bois, Nicolas de Harlay, senhor de Sancy.

Na nave *Régent* eles partem a primeiro de março de 1612. Levam consigo quatro capuchinhos, chefiados pelo padre Yves d'Évreux, que deixará, como o padre Claude d'Abbeville, deliciosa narrativa. A 26 de julho chegam ao Maranhão. Aqui estabelecem a colônia que vai controlar a boca do rio das Amazonas e as terras ao norte, até Caiena, visitadas por La Ravardière em abril de 1604. A Amazônia — e o nosso Amapá — é francesa.

REAÇÃO PORTUGUESA

Mas não por muito tempo. Em Recife e na Bahia o governo-geral, chefiado por Gaspar de Sousa, vem montando uma jornada de conquista. Entrega-a a um velho caboclo, Jerônimo de Albuquerque, já entrado em anos. Partindo em 1612, chega ao Ceará, onde Martim Soares Moreno era uma sentinela avançada da presença portuguesa. Combinam que Martim Soares partirá em reconhecimento até o Maranhão enquanto Jerônimo de Albuquerque seguirá para a serra de Ibiapava. Sem notícias de seu explorador, que terminara fazendo um longo circuito via Antilhas e Europa, e sem recursos para sustentar-se por mais tempo, o velho terminou recuando.

DIOGO DE CAMPOS MORENO, JERÔNIMO DE ALBUQUERQUE,
ALEXANDRE DE MOURA

De Lisboa, já lutando com uma falta de pessoal e recursos que assolaria toda a conquista, foi mandado o sargento-mor do Brasil, Diogo de Campos Moreno, para reiniciar a jornada. Numa primeira etapa também ele não passou do Ceará. Chegou então *aviso de Portugal do Capitão Martim Soares Moreno ser vivo, e estar em seus trabalhos arribado por Índias, e que havia visto o Maranhão, e suas terras, e a grandeza, e bondade delas, e que achava, que tinha muitos franceses, e fortalezas, e infinitos índios à sua devoção.*⁵³ A 22 de junho partiu Jerônimo de Albuquerque por terra com índios flecheiros, cerca de 300, a que se juntariam os comandados de Camarão, e a 23 de agosto partiu por mar Diogo de Campos Moreno com dois navios redondos, uma caravela, cinco caravelões e cerca de trezentos homens. O comando foi repartido entre os dois. Levavam entre eles um engenheiro ilustre, Francisco de Frias de Mesquita, que viria

a traçar a cidade de São Luís e o belíssimo mosteiro beneditino do Rio de Janeiro, e um piloto mandado por Martim Soares, Sebastião Martim.

Encontram-se os dois chefes na foz do rio Grande. Descobriram que os índios eram muito menos que os esperados. Formaram quatro companhias. Novamente se separaram, e assim foram seguindo ao longo da costa. A 22 de outubro, já na proximidade da Ilha do Maranhão, partiram para o que devia ser a ponta de lança da conquista.

Disse o de Albuquerque ao Sargento-Mor do Estado: Apostemos umas meias de seda, que antes de sábado tenho índios do Maranhão em minha companhia. Sou contente de as perder, disse o do Estado, a troco de que todos tenhamos este gosto...⁵⁴

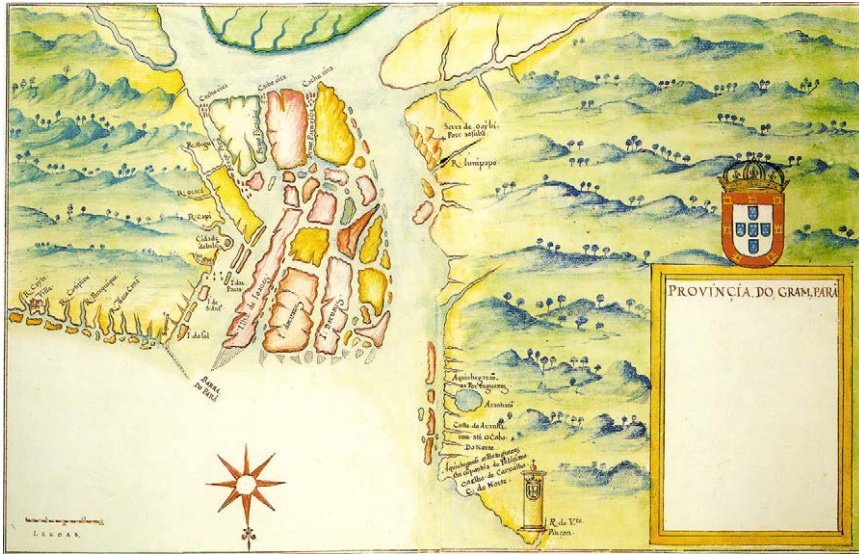
A 26 estavam em Guaxenduba, em vista da Ilha. Logo nessa surgiram grandes fogos.

Logo sobre a eleição do sítio, e forma da fortificação teve Jerônimo de Albuquerque alguns debates com o engenheiro Francisco de Frias, querendo que se fizesse entre o mato uma casa, como fazem os índios no sertão, que é uma cerca de mato com a rama cortada para fora com folha, e tudo como quem cerca o gado, dizendo, que bastava aquilo, que cá nestas partes não se usavam outras fortalezas...⁵⁵

Finalmente Frias *traçou destramente um hexágono perfeito*, e aos 28 do dito se disse missa. Depois de alguns entreveros um índio capturado revelou *que na Ilha havia muitos franceses, e muitos fortes, e muita artilharia de ferro, e de bronze, e muitos navios, em particular uma nau muito grande*.⁵⁶ Disso mandaram aviso a Pernambuco por dois caravelões, que partiram a 5 de novembro.

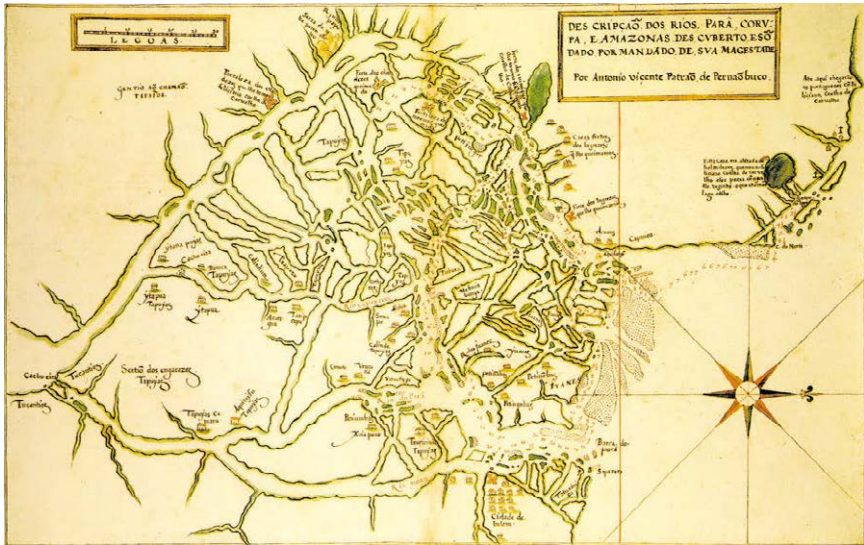
Vieram se chegando a cada dia os franceses. A 11 tomaram três dos seis navios que restavam. A 19 viram que tudo *estava coalhado de embarcações de vela, e remos, que vinham com grande silêncio chegando-se à praia desviados do forte de um tiro de falcão por detrás dos mangues: deu-se aviso, e com o novo dia começaram a mostrar tantas bandeiras, e tanto número de gente, que a uma grande cidade pudera dar cuidado*...⁵⁷ La Ravardièrre man-

dou carta exigindo a rendição, que não houve. A batalha durou uma hora. Ao fim e ao cabo 170 portugueses e 80 índios venceram 400 franceses e 2000 índios. Os portugueses tiveram 11 mortos, os franceses, 115.



João Teixeira Albernaz, o velho, séc. XVII; aqui também aparece o marco de demarcação junto ao *R. de V.te Pinçon*

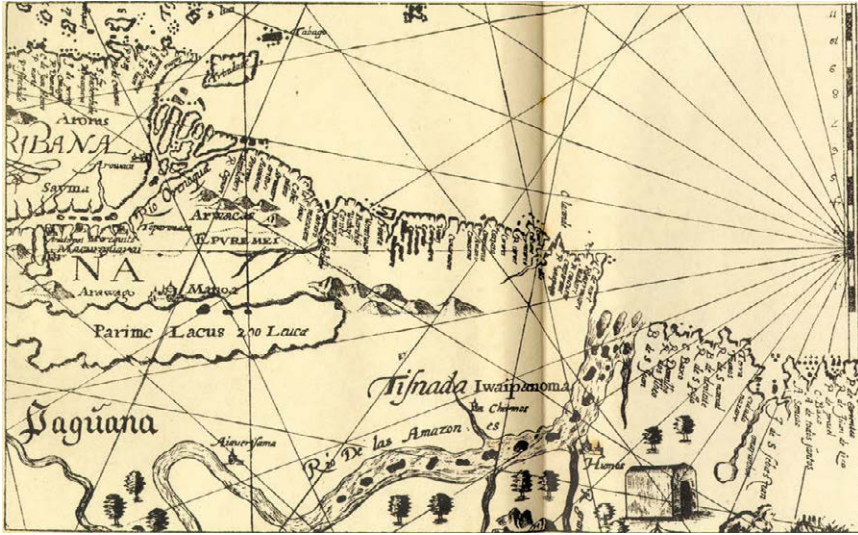
Iniciou-se aí extraordinária troca de correspondência entre os dois lados, chegando-se enfim a uma trégua para que mandassem representantes a Portugal e França para receber instruções. Para Lisboa partiu Diogo de Campos Moreno a 4 de janeiro de 1615; no dia 5 de março se apresentou ao vice-rei de Portugal, o arcebispo D. Aleixo de Meneses. Imediatamente foram passadas ordens severas para o rompimento da trégua e expulsão dos franceses. De Pernambuco foi mandado Alexandre de Moura, com autoridade de comandante em chefe. No dia 10 de julho chegou ao Maranhão Francisco Caldeira de Castelo Branco com 250 homens. Renegociam, e os portugueses passam à ilha, ocupando o pequeno forte de Itapari, que recebe o nome de São José. A 17 de outubro chegou Alexandre de Moura. Logo mandou sitiar o forte de Saint Louis, Jerônimo de Albuquerque por terra, Diogo de Campos Moreno por mar.



Cochado, séc. XVII;
estão assinaladas diversas praças de visitantes estrangeiros já
conquistadas e queimadas pelos portugueses

A 1º de novembro desembarcou na ponta de São Francisco, diante do forte de Saint Louis. No dia seguinte recebeu La Ravardière, que assinou a 4 de novembro de 1615 o termo de rendição. Mais de quatrocentos franceses foram mandados de volta, em navios que tiveram seu armamento retirado. Cerca de cinquenta, casados com índias, ficaram no Maranhão.⁵⁸ Daniel de la Touche seguiu, a 9 de janeiro, com Alexandre de Moura para Pernambuco⁵⁹. De lá foi a Lisboa, onde reivindicou durante algum tempo uma espécie de indenização do governo; mais tarde conseguiu também uma licença para negociar com Pernambuco e Bahia usando dois navios portugueses; mas terminou preso na Torre de Belém. Por intervenção do governo francês acabou sendo solto. De volta à França consegue renovar seus antigos poderes de *lieutenant-général* da Amazônia. Mas escolhe mal o novo associado, o governador de La Rochelle, que participa de rebelião contra o Cardeal Richelieu. Nunca mais volta.

O PARÁ



De Jonghe, cerca de 1640, como mostrado por Rio Branco na *Memória*

Logo em seguida à rendição de São Luís — apesar de mudado o nome da fortaleza para São Filipe, o padroeiro do rei francês prevalecerá sobre o do rei espanhol —, Alexandre de Moura mandou Francisco Caldeira de Castelo Branco conquistar o Amazonas. *Com a força de duzentos soldados e mais petrechos, que correspondiam a uma tal empresa, a bordo tudo de um patacho, de um caravelão, e uma lancha grande*⁶⁰, costeou até o Pará a boca sul do Amazonas. Desembarcou nos primeiros dias de janeiro⁶¹. *Ajudado de um copioso número de índios levantou logo terra para fortificar-se, sendo tão poderosa sua atividade no trabalho da obra, que dentro em poucos dias já se lhe dava o nome de fortaleza*⁶². Como partira a 25 de dezembro do Maranhão, deu-lhe o nome de Presépio. Aí surgiria a futura Belém.

Escreveu logo D. Aleixo de Meneses a Gaspar de Sousa:

Governador Amigo, Eu El-rei vos envio muito saudar; de Francisco Caldeira de Castelo Branco que enviaste com socorro à conquista do Ma-

ranhão e dela o mandou descobrir o rio Pará, recebi carta de 12 de abril deste ano em que me dá conta haver chegado a ele a salvamento os três navios com que partiu em 18 dias e com a armada entrar pelo primeiro braço que aquele rio faz, e navegando por ele trinta léguas, escolheu um sítio forte por natureza (onde edificou uma fortaleza) com enseada de fundo bastante para navios de grande porte, e o canal muito limpo para poderem entrar e surgir debaixo da artilharia; e que tem este primeiro braço vinte e cinco léguas de largura, todo de ilhas povoado de gentio; e que na mesma forma é todo aquele arquipélago; e que o rio é muito maior que o do Maranhão, e que todos os mais que há no descoberto, e a terra fertilíssima de todos os mantimentos, que costuma haver no Brasil infinito gentio muito doméstico, e diferente de todo aquele Estado, e muito acomodado para efeito de se plantarem canas e se fazerem engenhos; e ainda para se poderem semear todos os demais frutos da Europa, e que de presente há quantidade de algodões, pita, tabaco, e uma tinta vermelha de certos frutos que os estrangeiros vão buscar; e que também há pérolas e muitos sinais de minas de prata e de outras riquezas, e que é sadia de muitos bons ares; conclui com dizer que todo o Estado do Brasil não é nada em comparação deste; e que tem feito pazes com o gentio, e trazido algumas aldeias para junto da fortaleza; e que trata de fazer pazes com todos os mais; e que entre eles achou um holandês que tem consigo, do qual soube, e de outro francês como o deixara havia dois anos, uma nau que aí fora para efeito de aprender a língua e que esperava em maio passado quinze naus holandesas que haviam de vir fazer fortaleza e povoar aquele rio; e que estando o navio que enviou para partir, soubera por via dos gentios como pelo rio acima, cento e vinte léguas da nossa fortaleza estava uma colônia de ingleses com mulher e filhos; e da banda do norte uma casa forte e povoação em que residiam holandeses que tinham já feito engenhos de açúcar, e que pela necessidade em que estava de munições e mantimentos me avisava, e porque a matéria está pedindo que se acuda com toda a brevidade possível com socorro a Francisco Caldeira para se fortificar e ir continuando com o descobrimento das costas daquele rio e conquista e se conservar o ganhado, vos mando que recebendo esta logo com toda a diligência envieis ao dito Francisco Caldeira algum socorro de mantimentos e munições e gente, porquanto deste porto de Lisboa mando

que também se envie logo um navio com o mesmo, para que Francisco Caldeira não deixe por falta dele de conseguir o efeito para que aí foi enviado; e depois deste socorro, pretendo mandar breve outro bastante com gente para povoar aquela conquista; e porque do zelo e cuidado com que folgais de os empregar em meu serviço entendo não o faltareis nesta ocasião; vo-lo não encarrego mais; e do que nesta matéria fizerdes me avisareis. Escrita em Lisboa a 4 de setembro de 1616⁶³.



Blaeu, 1631;
aparecem a mítica *Manoa*, o *el Dorado*, às margens do lago Parima,
e diversas fortificações no Amazonas

E a luta, que duraria mais de trinta anos, contra os aventureiros holandeses e ingleses, logo começou. Mas desde cedo a presença militar foi ombreada pela ação missionária. Ao mesmo tempo a união das duas coroas permitiu a constatação de que o combate além de Tordesilhas

(que não se sabia exatamente onde passava⁶⁴) seria muito mais fácil a partir das conquistas portuguesas que das espanholas. Como uma providência fundamental Filipe III criou, em 13 de junho de 1621⁶⁵, o estado do Maranhão, compreendendo as terras do Ceará, do Maranhão e do Grão-Pará.

Por aviso de 4 de novembro de 1621, foram comunicadas as providências que se intentavam dar, a fim de povoar e fortificar a costa que corre do Brasil até S. Tomé de Guiana e Bocas de Drago e... dos demais rios e os que forem tão largos que não alcance artilharia de uma parte a outra se fortifiquem e ainda que esta conquista seja da Coroa de Castela se pode encomendar a de Portugal por ser mais em conta, e que pela notícia de que na outra costa há povoados de ingleses e holandeses se poderia enviar em reconhecimento e conforme o que houvesse tomar resolução e fazer o necessário para expulsá-los.⁶⁶

BENTO MACIEL PARENTE

Entre os capitães dessa conquista, dois são especialmente importantes para as Terras do Cabo do Norte: Bento Maciel Parente e Pedro Teixeira. Poucos anos depois de sua passagem pelo Maranhão, Vieira os citava como maus exemplos. Assim tratavam os índios:

E, perguntando eu a um dos cabos desta entrada, como se haviam com eles, me respondeu com grande desenfado e paz da alma: «A esses dávamos-lhe uma carga cerrada, caíam uns, fugiam outros, entrávamos na aldeia, tomávamos aquilo que havíamos mister, metíamos-nos nas canoas e, se algumas das suas eram melhores que as nossas, trocávamos-las e prosseguíamos nossa viagem». Isto me respondeu este capitão como se contara uma ação mui louvável; e assim fala toda esta gente nos tiros que fizeram, nos que lhe fugiram, nos que alcançaram, nos que lhe escaparam, e nos que mataram, como se referiram às festas de uma montaria, e não importaram mais as vidas dos índios que a dos javalis ou gamos.⁶⁷

Veterano das guerras da Paraíba e Rio Grande, onde participou da criação dos fortes de São Filipe e dos Reis Magos, foi mandado ao interior da Bahia, 80 léguas sertão adentro, para extrair salitre. Em 1609 era capitão de entradas e descobrimentos em São Vicente. De 1613 a 1615 foi sargento-mor das vila vicentinas. Na armada de Alexandre Moura, comandava um dos navios, que talvez tenha custeado. Quando Jerônimo de Albuquerque ficou como capitão-mor, ele foi feito capitão de entradas. Explorou os dois grandes rios que desembocam na baía de São Marcos, por baixo de São Luís, o Pindaré e o Mearim, e subiu 100 léguas do Gurupi (na fronteira dos atuais estados do Pará e Maranhão). Em 1618 se desentende com o novo governador, Antônio de Albuquerque, filho e sucessor do velho sertanista, e é mandado preso a Pernambuco.⁶⁸

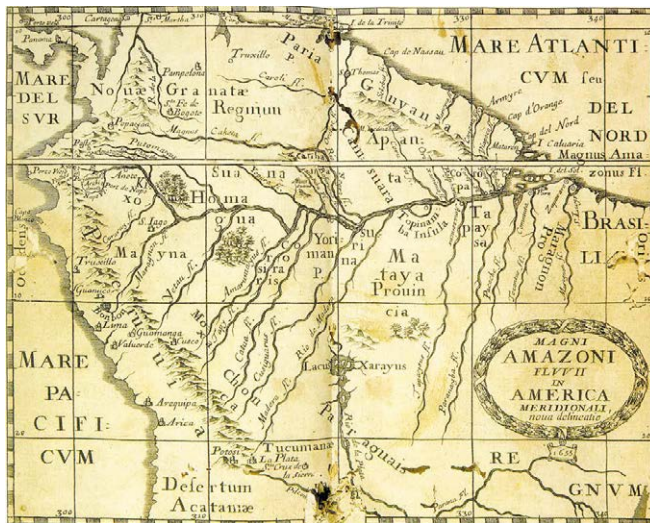


Jansonius, 1641; esta excelente carta distingue *Guiana*, uma área interna com o lago Parime, e *Caribes*, uma área litorânea

Volta mandado por D. Luís de Sousa, o novo governador geral, como capitão de guerra. Com 80 soldados e 400 índios tapuias, parte contra os tupinambás de Tapuitapera (aldeia onde fica a atual Alcântara), que resistiam à maneira portuguesa. Avançou terra adentro atrás dos fugitivos, dos sobreviventes. Arrastou-os de Belém, que sitiavam. E se embrenhou pela floresta mais 200 léguas. Num livro de propaganda do Maranhão, o *Relação Sumária das Coisas do Maranhão*, de Simão Estácio da Silveira, publicado em 1624, consta que passariam de 500.000 almas os mortos e cativos. Esse número, ou outro em que se desconte o exagero da *Relação*, o qualifica.

Em 1619 chegaram a São Luís os primeiros açorianos, dos muitos que povoariam o norte do Brasil. Em seguida se organizaram as primeiras eleições para Câmara municipal, e Bento Maciel foi um dos eleitores. Em 18 de julho de 1621 assumiu como capitão-mor do Pará. Fortificou o forte do Presépio, ordenou investidas contra os invasores. Em janeiro de 1623 avisou que:

estrangeiros têm tomado pé em duas partes chamadas Cuimena e Comorno, e que em cada uma residem doze soldados, com quatro peças de artilharia, de mais de que na entrada da barra do rio das Amazonas da banda e junto ao cabo Norte estavam em uma povoação cento e cinquenta soldados flamengos, pechilingues, irlandeses e ingleses, posto que não sabiam se tinham artilharia, e diziam aguardar neste mês de maio passado 120 naus grandes, de mercadorias, com 400 homens cada uma, que iam povoar naquela costa, da qual tiravam pau de tinta, tabaco, carajuru, urucu, cuias, algodão e outras mercadorias...⁶⁹



Comte de Pagan, 1656;
este mapa, parte de livro em que o conde, engenheiro militar francês, propunha ao cardeal Mazarino a ocupação da Amazônia, mostra o *Yapoco fl.* junto ao cabo Orange, e foi utilizado por Rio Branco

Em maio desse mesmo ano de 1623, chega Luís Aranha de Vasconcelos, com ordens de reconhecer o rio e expulsar os inimigos. Partiu para o Mariocai, onde foi cercado. Bento Maciel reuniu Pedro Teixeira, Aires de Sousa Chichorro e Salvador de Melo, com setenta soldados e mil flecheiros, e foi em seu auxílio. Dividiu o grupo, seguindo Pedro Teixeira pela margem esquerda (isto é, pelo atual Amapá) e Bento Maciel pela direita. Na terra dos tucujus encontraram abandonadas as feitorias. Em Mariocai, conquistaram e incendiaram as defesas. Aí fez o forte de Santo Antônio de Gurupá.⁷⁰

Em outubro de 1626, com a chegada tardia de Francisco Coelho de Carvalho, primeiro governador do novo estado, foi substituído por Manuel de Sousa d'Eça. Seguiu para a Europa, no mesmo navio que James Purcell, que tentou enforcar. Lá defendeu firmemente a escravidão dos índios e propôs a criação de diversas capitanias, além das existentes. Entre elas, uma Capitania do Cabo do Norte. Sugeriu ainda uma povoação na foz do Jenipapo (Paru), na margem esquerda do Amazonas.

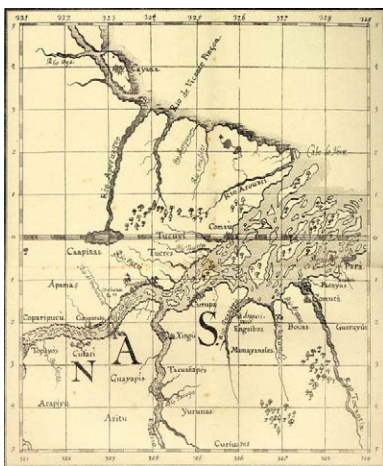
Em 1630 Pernambuco foi invadido pelos holandeses. Bento Maciel foi consultado e, logo depois, enviado para a luta. Participou de várias fases da resistência, foi feito fidalgo em 1634 — desde 1625 recebera o hábito de cavaleiro de Santiago. Recebeu terras no Amazonas — desde 1624 recebera terras no Itapicuru. Em 1636 morreu Francisco Coelho de Carvalho, governador do Maranhão, e Jácome Raimundo de Noronha assumiu interinamente; mas finalmente, em 27 de junho de 1637, Bento Maciel Parente foi nomeado para seu antigo sonho.

Desde o dia 14 recebera do rei Filipe IV a Capitania do Cabo Norte⁷¹:

Hei por bem, e me apraz de lhe fazer, como com efeito faço, por esta presente Carta irrevogável Doação entre vivos valedoura, deste dia para todo sempre, de juro, e herdade, para ele, e todos os seus filhos, netos, herdeiros, e sucessores, que após ele vierem, assim descendentes, como transversais, e colaterais (segundo ao diante irá declarado) das terras, que jazem no cabo do Norte, com os rios, que dentro nelas estiverem, que tem pela costa do mar trinta e cinco, até quarenta léguas de distrito, que se contam do dito cabo, até o rio de Vicente Pinzón, aonde entra a repartição das Índias do Reino de Castela; e pela terra adentro, rio das Amazonas

arriba, da parte do canal, que vai sair ao mar, oitenta para cem léguas até o rio dos Tapuiaçus; com declaração, que nas partes referidas, por onde acabarão as ditas trinta e cinco, ou quarenta léguas da sua Capitania, se porão marcos de pedra, e estes marcos correrão via reta pelo sertão adentro; e bem assim serão do dito Bento Maciel Parente, e seus sucessores, as Ilhas, que houver até dez léguas ao mar...⁷²

Chegou de volta a São Luís, portanto, em 27 de janeiro de 1638, no auge de seu prestígio. Subiu a Belém, foi ao Gurupá e, de lá, partiu para a fundação do forte de Nossa Senhora do Desterro, na foz do Jenipapo, como sugerira anos antes. Suas preocupações se concentraram, neste momento, na consolidação de sua capitania. *Fez cabeça dela o sítio de Corupatuba* [atual Montealegre], onde fundou habitação em que estão residindo os missionários da Companhia de Jesus. De Belém ou São Luís procurou enviar colonos e soldados. Nomeou o sobrinho João Velho do Vale capitão-mor do Gurupá e do Cabo do Norte, associando estreitamente os interesses do estado e os seus.



Fritz, 1695, como mostrado por Rio Branco na Memória...; os franceses tentaram utilizar outro mapa do jesuíta Fritz a seu favor, mas Rio Branco descobriu este (aqui mostrado, como em seu trabalho, em detalhe) e documentos do Pe. Pfeil que ainda uma vez nos favoreceram

Em junho de 1641 chegou a notícia da aclamação de D. João IV, da restauração do reino português (1º de dezembro de 1640), que Bento

Maciel se apressou em reconhecer. Mas, embora em 1639 tivesse sido abordado um navio da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais perto de Gurupá por João Pereira de Cáceres,⁷³ não tinha protegido bem a cidade de São Luís quando se apresentou, em 25 de novembro

de 1641, uma esquadra holandesa de 19 embarcações. Mandada pelo príncipe Joan Mauritz van Nassau-Siegen, desde 1637 governador-geral da Nova Holanda, com sede em Pernambuco, aproveitando a confusão consequente de ambos os países estarem em guerra com Espanha, sendo aliados naturais, ela recebeu primeiro saudações de pólvora seca, depois tiros no vazio. O comandante Joan Cornellizon Lichthart desembarcou com 1000 homens, negociou uma espécie de trégua, que não cumpriu, e saqueou e ocupou a cidade. Em 1637 ela tinha 250 habitantes civis e 60 soldados; passados quatro anos não seriam muitos mais. Bento Maciel Parente foi mandado prisioneiro a Pernambuco. O comandante político da expedição, conselheiro Pieter Jansen Bas, assumiu o governo, ocupando a capitania, mas não passou ao Pará. Sob inspiração do padre Lopo do Couto, jesuíta, levantou-se dez meses depois Antônio Moniz Barreiros a partir do Itapicuru. Com reforços de Pedro Maciel Parente, capitão-mor do Pará, e de seu irmão João Velho do Vale, venceram os portugueses mais uma vez uma luta desigual. Durante algum tempo ainda resistiram os holandeses, até que, em 28 de fevereiro de 1644, partiram, deixando a cidade em destroços.⁷⁴

Bento Maciel, entretanto, foi mandado por Nassau para a fortaleza dos Reis Magos, mas faleceu a caminho, em fevereiro de 1642.⁷⁵

PEDRO TEIXEIRA

Não menos feroz foi Pedro Teixeira. Nascera em Catanhede, mas viera moço para o Brasil. Participando da conquista do Maranhão, ficou como um dos seus capitães. Com Francisco Caldeira de Castelo Branco participou da viagem ao Amazonas. Com um companheiro, Antônio da Costa, e três — isso mesmo, três — soldados e alguns índios parte a 7 de março de 1616 por terra de volta a S. Luís com as notícias da jornada⁷⁶. Ainda em 1616 toma o reduto de Mariocai⁷⁷; em 1625 os fortes holandeses do Xingu, depois o de Mandiutuba, depois os ingleses do Cajari; em 1629 o do Tauregue, de ingleses e holandeses⁷⁸; em 1630 *obrou a ação de surpreender a fortaleza do Rio do Filipe e a do porto de Camaú, que tomou aos ingleses, e a do lago de Maiacari que ocupava o general Baldegrues, da mesma nação*⁷⁹.

Em 1636 dois irmãos franciscanos, freis Domingos de Brieva e André de Toledo e seis soldados desceram o Napo e depois o Amazonas numa pequena canoa.

Sem mais derrota que a da Divina Providência, chegaram a Cidade de Belém do Pará com uma geral admiração dos seus moradores; dos quais favorecidos com muita largueza, passaram logo a São Luís do Maranhão; e informando bem o Governador da sua jornada, asseguraram todos que saberiam repetir os perigos dela até dentro de Quito, se achassem companheiros do mesmo ânimo⁸⁰.



Fritz, 1707,
numa das muitas versões deste mapa famoso

Jácome Raimundo de Noronha havia tomado com certo atropelo de formas⁸¹ o governo do estado, vago pela morte de Francisco Coelho de Carvalho. Resolveu aproveitar a oportunidade de uma exploração mais

longa do rio das Amazonas, objeto de repetidas instruções de Portugal e Espanha. Nomeou Pedro Teixeira capitão-mor de uma expedição. A 25 de julho de 1637 o capitão partiu de Belém. Parou em Cametá.

Saiu, pois, este bom caudilho dos confins do Pará aos 28 de outubro de mil seiscentos e trinta e sete anos, com quarenta e sete canoas de bom tamanho e nelas setenta soldados portugueses, mil e duzentos índios de voga e guerra, que, junto às mulheres e moços de serviço, passariam de duas mil pessoas⁸².

A partir de fins de fevereiro de 1638, assolado pelas deserções, enviou na frente Bento Rodrigues de Oliveira, com 8 canoas, achando caminho, preparando pouso, criando a ilusão de que estavam próximos do fim da jornada. Deixando em agosto o grosso da tropa no Napo⁸³, sob o comando de Pedro da Costa Favela, em princípio de outubro chegou a Quito. Lá foi recebido com pompa e circunstância, *Te Deum* e sessão solene do Tribunal da Câmara. Logo chegou uma carta de congratulações do vice-rei do Peru — mas que voltasse com urgência a Belém. De torna viagem, trouxe consigo dois religiosos, observadores castelhanos, os padres jesuítas Cristoval de Acuña e Andrés de Artieda, e quatro padres mercedários. A 10 de fevereiro de 1639, partiram; a 16 de agosto, na foz do rio do Ouro ou Aguarico, Pedro Teixeira plantou um marco com as armas de Portugal; a 12 de dezembro estavam em Belém.⁸⁴

Bento Maciel, então governador do estado, recompensou estes e outros serviços durante mais de quatro lustros prestados por seu companheiro de armas, concedendo por três vidas encomendação de trezentos casais de índios.⁸⁵

De São Luís, onde fora dar contas a Bento Maciel, Pedro Teixeira voltou em fevereiro de 1640 como capitão-mor do Pará. No ano seguinte pediu substituição e *quando dispunha a sua jornada para Lisboa, lha embaraçou uma doença tão aguda, que lhe tirou a vida.*⁸⁶



Visscher, séc. XVII

PADRES ESPANHÓIS

O padre Alonso de Rojas descreveu como estava o baixo Amazonas na viagem de volta de Pedro Teixeira:

Na boca do rio das Amazonas, na margem que fica da parte do Sul, em meio grau de latitude, há uma povoação de portugueses, que chamam a cidade do Grão-Pará. Tem esta cidade para sua defesa um castelo erguido sobre uma penedia, na boca do rio em frente ao mar, e uma enseada em forma de ferradura.

O forte tem parapeitos que dão para o rio e para a enseada, coberto de telha até à retirada das peças, para defesa das carretas em que estão postas vinte peças de artilharia: duas de até 90 libras de bala, 18 de oito,

dez e doze libras de bala; e na praça d'armas, embora pequena, há casa de residência para o capitão e outra, separada, para a munição, feita de pedra.

Está construído todo o forte com muralha de terrapleno sobre base de cantaria e com fosso; na porta há ponte levadiça, mas tem reduto de duas portas com troneiras. [...] Subindo o rio acima 40 léguas, há outra povoação pequena de portugueses, do lado do Sul, que chamam Camutá, a qual não tem defesa nem forte.

Mais acima, a cem léguas dele, está o castelo dos portugueses [Gurupá], onde chegaram os dois religiosos e seis soldados, que dissemos que desceram pelo rio. Está construída essa fortaleza em um lugar alto, à margem do rio, com plataforma e nela quatro peças de artilharia de ferro coado, uma de quatro, outra de cinco, outra de sete e outra de oito libras de bala, postas em carretas de madeira, baixas e voltadas para o rio, com parapeitos até aos peitos.

Logo se segue a praça d'armas e uma casa de munição, onde vive o condestável da artilharia. Todo o sítio está cercado por uma muralha com cimentos de pedra.

Pela parte de fora tem fosso, e na entrada ponte levadiça de madeira, de modo que, levantada a ponte, está bem defendido o forte.

Fora dele vivem os soldados portugueses e os índios amigos, e ali perto do forte há outras povoações de índios, sujeitos aos soldados.⁸⁷

E o contou o padre Acuña, que acompanhou Pedro Teixeira:

A vinte e seis léguas da ilha do Sol, debaixo da linha Equinocial, espraído em oitenta e quatro de boca, tendo pelo lado do sul o Zapparará e do oposto o cabo do Norte, deságua no Oceano o maior pélogo de águas doces que há no descoberto, o mais caudaloso rio de todo o Orbe: a Fênix dos rios, o verdadeiro Maranhão, tão suspirado e nunca acertado dos do Peru, Orellana antigo e, para dizê-lo de uma vez, o grande rio das Amazonas, depois de haver banhado com as suas águas mil trezentas e cinquenta e seis léguas de extensão, depois de sustentar com suas riquezas infinitas nações de Bárbaros, depois de fertilizar imensas terras e depois de haver

passado pelo coração de todo o Peru e, como canal principal, recolhido em si o melhor e mais rico de todas as vertentes.⁸⁸

Sobre as terras do cabo do Norte:

A pouco mais de quarenta léguas da boca do rio dos Tapajoses está o Corupatuba que, desaguando no principal das Amazonas, pela banda do Norte, dá nome à primeira povoação ou aldeia que os portugueses têm em paz e submissão a sua Coroa.

Não mostra este rio ser muito caudaloso de águas mas sim de tesouros, se os naturais não nos enganam. Afirmam estes que, subindo por este rio, que eles chamam Iriquiriqui, com seis dias de viagem se acha grande quantidade de ouro, que o apanham nas margens de um riacho pequeno, que banha as fraldas de um monte não muito alto, chamado Iaquaracuru.⁸⁹

Não promete menos tesouros, segundo as notícias comuns, o rio Jenipapo, que, correndo pela mesma banda do norte, desemboca no das Amazonas setenta léguas abaixo da aldeia de Corupatuba, do qual falam tanto os índios, e do muito ouro que se pode recolher em suas margens, que a ser assim, só este rio deixará atrás, com seus haveres, aos maiores de todo Peru.

As terras que este rio rega são da Capitania de Bento Maciel Parente, Governador do Maranhão, que além de serem elas sós maiores que toda a Espanha junta, e haver nelas muitas notícias de minas, têm pela maior parte o solo mais fértil e para dar maiores proveitos e melhores frutos do que quantas há neste imenso rio das Amazonas.

Estão todas da banda do Norte; contêm em si grandes províncias de bárbaros; e o que é mais de estima, encerram debaixo de sua jurisdição as famosas e dilatadas terras do Tucuju, tão suspirado e tantas vezes povoado, embora com seu dano, pelo inimigo holandês que, reconhecendo nelas as maiores comodidades do mundo para enriquecer aos seus moradores, nunca as pôde esquecer.

São não só apropriadas para grandes colheitas de tabacos, como estão entre as melhores de descoberto para a instalação de muitos engenhos de açúcar, e mais ricas em suas produções, que pedem pequeno trato e

cultivo, como dão excelentes campinas, as quais, com abundantes pastos, sustentarão infinitos gados.

Nesta Capitania, a seis léguas de onde deságua o Jenipapo, rio das Amazonas acima, está um forte dos portugueses, que chamam do Desterro [próximo à atual Almeirim], com trinta soldados e algumas peças de artilharia, o qual, no que toca à defesa do rio, não serve de nada, apenas dando importância à dita Capitania e pondo algum medo aos índios, que a ela se vão submetendo.

Bento Maciel deixou este forte com o título de Governador do Gurupá, que fica trinta léguas mais abaixo, onde por muitos anos esteve situado, em localização muito boa, e onde as naus inimigas vinham ordinariamente fazer reconhecimentos.^{90 e 91}



Hulsius, 1603;
representação da cidade imaginária de Manoa, capital do Eldorado, às
margens do lago Parime

O QUE SE MANDAVA PARA EUROPA

Acuña descrevia ainda o que trazia portugueses e estrangeiros, além do sonho do Eldorado, persistentemente localizado nesta região, com sua lendária capital, Manoa, às margens do não menos lendário lago Parima ou Paruma:

Há neste grande rio das Amazonas quatro gêneros que, cultivados, serão sem dúvida suficientes para enriquecer não a um mas a muitos reinos. O primeiro são as madeiras, que além de haver muitas de tanta curiosidade e estima como o melhor ébano, há tantas das comuns para embarcações, que se poderiam mandar para outras regiões, certos sempre de que, por muito que se tirem, nunca se poderão esgotar. O segundo gênero é o cacau, de que suas margens estão tão cheias que algumas vezes as madeiras que se cortavam para o alojamento de todo o exército eram quase exclusivamente as das árvores que produzem este tão estimado fruto da Nova Espanha, e de todos os lugares onde sabem o que seja o chocolate. Esse fruto beneficiado é de tanto proveito, que a cada pé de árvore correspondem de renda todos os anos, fora todos os gastos, oito reais de prata; e bem se vê com que pouco trabalho se cultivam estas árvores neste rio, pois sem nenhum benefício da arte, só a natureza as enche de abundantes frutos. O terceiro é o tabaco, que se encontra em grande quantidade e muito crescido entre os moradores ribeirinhos; e se se cultivasse com o cuidado que pede esta semente, seria dos melhores do mundo, porque na opinião dos entendidos, a terra e clima formam tudo o que se pode desejar para grandiosa colheita. As maiores, que a meu ver, se deveriam empreender neste rio, são as de açúcar, que é o quarto gênero que, como o mais nobre, mais proveitoso, mais seguro e de maiores rendimentos para a Coroa Real, e do qual há tempos tanto diminuiu o tráfico no Brasil, mais se deveria tomar a peito, e procurar desde logo instalar muitos engenhos, que em breve tempo restaurassem as perdas daquela costa. Para o que não seria mister nem muito tempo nem muito trabalho, nem, o que hoje se receia, muita costa; pois a terra para cana-doce é a mais famosa que há em todo o Brasil, como podemos testemunhar, os que percorremos aquelas regiões: porque é toda ela um massapé contínuo, que é o que os lavradores desta planta tanto estimam

e com as inundações do Rio, que nunca duram senão poucos dias, ficam tão fertilizadas que antes seria para temer o demasiado viço.

E não será novidade naquela terra levar cana-doce, pois por todo este dilatado rio, desde as suas nascentes, sempre a fomos encontrando, que parece dava desde logo mostras do muito que depois se multiplicará, quando se queiram fazer engenhos para tratá-la. Estes serão de mui pequeno custo, por haver, como disse, as madeiras à mão e a água em abundância, e só se precise de cobre, o que com muita facilidade fornecerá nossa Espanha, certa do bom pagamento que por ele havia de receber.

Não só estes gêneros podia prometer este novo mundo descoberto, com que enriquecer a todo o Orbe, mas também outros muitos, que, embora em menor quantidade, não deixariam de auxiliar com o seu quinhão para o enriquecimento da Coroa Real, como são o algodão, que se colhe em abundância, o urucu, com que se obtém um vermelho perfeito, que os estrangeiros estimam grandemente; a canafístula, a salsaparrilha, os óleos que competem com os melhores bálsamos para curar feridas, as gomas e resinas perfumadas, a pita, de que se tira o mais estimado fio, e da qual há grande abundância, e outras muitas coisas que cada dia a necessidade e a ambição virão trazendo à luz.⁹²

FORTE DE CAMAÚ OU CUMAÚ

Na atual ilha de Santana, ao sul de Macapá, Roger Frey construiu, em 1632, o forte do Camaú. O governador do Maranhão encarregou seu filho, Feliciano Coelho de Carvalho, de expeli-los.

Passou ao Camutá, sítio acomodado para o seu armamento, donde saiu no dia 19 de julho assistido de duzentos e quarenta soldados, e cinco mil índios, a bordo tudo de cento e vinte e sete canoas.

Logo alcançou o forte. Mandou Aires de Sousa Chichorro fazer trincheiras para consolidar o cerco.

Fez Aires de Sousa a diligência a todo o risco com militar acerto; e recolhendo-se a dar conta dela ao seu Comandante, deixou no sítio desenhado com dez soldados, e todos os índios ao capitão reformado Pedro Baião de Abreu; porém ele observando bem a insensibilidade do inimigo, os escalou tão valorosamente naquela mesma noite 9 do mês de julho, que dentro de três horas de combate lhe renderam as armas, julgando-se atacados (nas horrorosas representações do seu desacordo) de todo o poder do campo contrário; o qual também atribuindo um tão vivo fogo ao empenho só de Pedro Baião, no desassossego dos sitiados, não soube da sua entrega senão pelos avisos.

Achava-se ausente do Forte o seu Comandante Roger Frey, inglês de nação, que em uma nau de boa equipagem havia saído a comboiar outra, que esperava de Londres com o socorro já prometido de quinhentos homens; e malogradas estas esperanças, se recolhia ao seu presidio, quando pelas notícias da desgraça dele se jactava soberbo, que o triunfo só fora de um cadáver, por lhe faltar o seu espírito no corpo da defesa; porém Feliciano Coelho para castigar o atrevimento com que o inglês o ia buscando, mandou abordá-lo por algumas canoas armadas em guerra, governadas pelo Capitão Aires de Sousa Chichorro, que desempenhou bem nesta grande ação a sua mesma fama; porque desprezando o formidável fogo dos inimigos, os entrou tão valorosamente no dia 14 do mesmo julho, que depois de forte resistência sendo já despojo aos seus pés o Capitão Roger, lhe meteu nas mãos as últimas palmas da vitória; e reproduzidas para a devida distribuição dos mais vencedores, coube a Pedro Baião de Abreu muita parte delas.

Feliciano Coelho, que sem sair do seu alojamento logrou duas vitórias no breve termo de cinco dias, depois de mostrar-se tão bom católico, como soldado, dando de ambas as devidas graças ao Senhor de todas, mandou arrasar o Forte Cumaú...⁹³

Os portugueses mantiveram a ilha de Santana como um dos pontos estratégicos. Alguns anos depois nela seria erguida a fortaleza de Santo Antônio de Macapá.

OS ANOS INTERMEDIÁRIOS DO SÉCULO XVII

Começavam a rarear os visitantes. Em 1646 Sebastião de Lucena de Azevedo subiu o Araguari e o Maiacari, atravessou o lago d’El-Rei (atual lago Novo) e desceu de lago em lago até a região entre o Maiacaré e o Caciporé. Ali, na foz do Maiacaré, pouco acima do cabo do Norte, os holandeses, comandados por Van der Goes, tinham um forte. Depois que Sebastião de Lucena o destruiu, eles não mais se fixaram no Maranhão — embora continuassem a visitar as Terras do Cabo do Norte para capturar o peixe-boi.⁹⁴

Com o fim da guerra de Restauração, Portugal e Espanha firmaram o Tratado de Lisboa de 13 de fevereiro de 1668. Por ele se convencionou que as fortificações tomadas de parte a parte seriam restituídas e que se guardariam as fronteiras anteriores à guerra. Estas eram então o Vicente Pinzón, no norte da costa, e o Napo e o Alto Rio Negro no interior da Amazônia.⁹⁵ Os últimos eram conhecidos dos portugueses desde a expedição de Pedro Teixeira.⁹⁶



João Teixeira Albernaz, o moço, séc. XVII; vê-se bem *Província dos Tucujus, Província dos Marigus, Cabo do Norte, R. de Vicente Pinzón*; mais acima do *Rio de Amazonas, Província dos Índios a que chamam de Tapuiaçus*

Em 1654 João de Bitancor Muniz com 70 soldados e 400 índios sobe o Jari. Tratava-se de uma ocupação, firmada primeiro pela participação portuguesa na luta entre aruaquis e anibas, e logo em seguida, pela presença de

uma missão de jesuítas, passada mais tarde a responsabilidade dos franciscanos. Essa missão se tornaria na Vila de Frágoso, que existiu ali até que, em 1833, começou a ser abandonada.⁹⁷

Por volta de 1660 houve o abandono do Desterro, mas, na mesma época, Pedro da Costa Favela procedeu à construção de forte no Araguari. Mal implantado, precariamente construído, pouco tempo depois ele seria destruído por pororoca.⁹⁸

FIRMANDO POSIÇÃO

Conhecida a configuração geral da terra, os portugueses passaram a investir na sua defesa e na afirmação de sua presença.

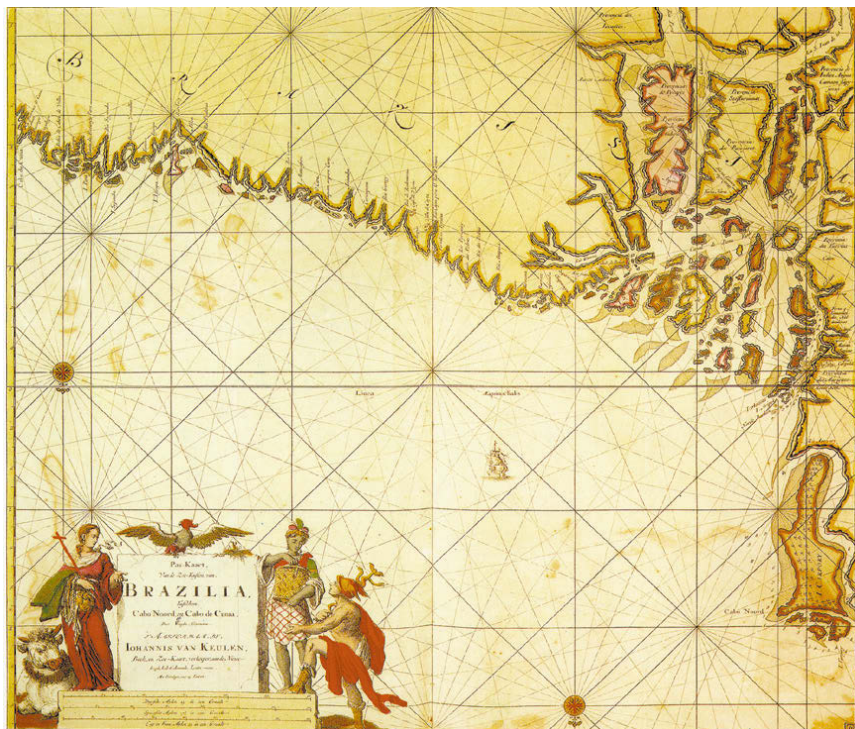
A Capitania do Cabo do Norte, com a morte de Bento Maciel Parente, passou a seu filho de mesmo nome. Essa sucessão foi consolidada com uma carta patente de D. João IV de 9 de julho de 1645 que confirmou a doação. Desse filho ela passaria a Vital Maciel Parente. O padre jesuíta Aluísio Conrado Pfeil, em 1680, encontrou um Domingos Barbosa Silva como agente residente do donatário em Iauacuara.⁹⁹

JESUÍTAS E FRANCISCANOS

As diversas ordens religiosas estiveram presentes na Amazônia desde os primeiros momentos da ocupação. Em 1617 os capuchinhos franciscanos se instalaram em Belém; em 1627, os carmelitas; em 1636, os jesuítas; em 1639, os mercedários; e em 1693 os franciscanos da Piedade e da Conceição.¹⁰⁰

Santo Antônio de Surubiú (futura Alenquer) em 1626 já era aldeia missionária¹⁰¹. Em 1636 Luís Figueira começou missão no Gurupá—pensou em ali instalar missão permanente, e disso tratou em Lisboa, mas seus planos desapareceram com ele nas bocas dos nheengaíbas da ilha dos Joanes (atual Marajó). Em 1639 havia 3 aldeias frequentadas pelos missionários portugueses na recente Capitania do Cabo do Norte: Tapuçuçus, Curupatuba e Iauacuara (perto do forte do Desterro).¹⁰² Em 1655 Vieira enviou o padre Manuel de Sousa, que logo foi expulso num dos inúmeros episódios de defesa dos índios. No ano seguinte Vieira tentou novamente com os padres Salvador do Vale e Paulo Luís, ficando o primeiro com a Residência de Nossa Senhora do Desterro, na aldeia de Tapará, e o segundo com a Residência de S. Pedro, junto ao forte. A

missão se espalhou pelas aldeias de Arapijó, Caviana, Boavista, Muturu, S. Aleixo dos Coanises.¹⁰³



Vooght, séc. XVII;
nesta carta, com o norte voltado para baixo, estão assinaladas diversas
províncias indígenas e fortificações

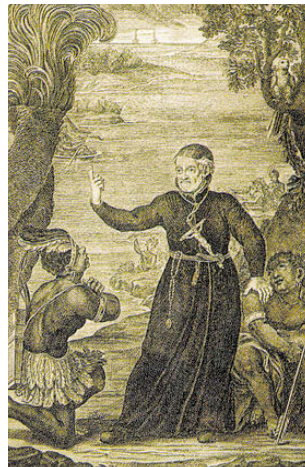
Depois da exploração do Jari em 1654, os jesuítas aí também instalaram uma missão (talvez a aldeia de Curuçá¹⁰⁴), que mais tarde, no final do século, passaria à responsabilidade dos franciscanos, e se transformaria na vila de Frágoso.¹⁰⁵ Duas outras aldeias no Jari, iniciadas em 1709-1710, também passaram aos franciscanos da Conceição.

Entre 1653 e 1661 teve sua passagem luminosa pelas terras do estado do Maranhão e Grão-Pará o imperador da língua portuguesa, Antônio Vieira. Depois de sua expulsão, do inferno nos cárceres da Inquisição,

do acarinamento nas mãos da rainha Cristina da Suécia, ainda é Vieira que transmite, em 1680, instruções ao superior da Missão do Maranhão, padre Pier Luigi Consalvi:

Quanto a outras missões, em que havemos de residir, com os índios em suas terras, a primeira que se deve fazer como Sua Alteza deseja, pelo que importa à conservação do Estado, é a do Cabo do Norte, passando a outra banda do rio das Amazonas, que segundo as minhas antigas notícias deve ser a nação dos Tecujus. Espera-se que de lá venha muito particular informação de todas aquelas terras, rios e portos, de que se não tem bastante conhecimento, e da distância e lugares em que está a nova conquista dos holandeses, e dos navios que ali mandam e do comércio que têm com os índios, e de que nações estes sejam, e se a dita conquista fica além ou aquém dos padrões, que ali se puseram, no tempo da divisão das terras entre Castela e Portugal; e se se pudessem ver os mesmos padrões, e a forma e inscrição deles, tudo será tão bem recebido como desejado, e de tudo se espera informação dos nossos missionários, a mais exata que puder ser; pelo que importa que vá a este descobrimento a pessoa de maior inteligência e indústria, da qual parece que seria bom companheiro o Padre Conrado, pela arte que tem de debuxar mandando-se cá um mapa daquele trato de terras, mares e rios, e da navegação e fundo de que são capazes, com o rumo dos ventos, etc. Para esta empresa e as demais irá, com aviso de Vossa Reverência tudo o que for necessário, e, de presente, além dos provimentos que de lá se pediram, mandamos neste navio dez quintais de ferro, um quintal de aço, cinquenta dúzias de facas, e quatro maços de velórios.¹⁰⁶

O Padre Antônio Vieira, na *Vida...* de André de Barros, a primeira biografia do grande escritor; por Carolus Grandi, 1742, portanto uma representação póstuma, mas considerada como correspondendo bem à imagem que dele faziam seus contemporâneos



Em obediência a essas ordens foi cuidadosamente desenhado e oferecido ao rei D. Pedro II *um grande mapa novo e belo do grande rio das Amazonas, delineado e feito pelo P. Aloísio Conrado Pfeil, insigne matemático, para aí ver as terras e rios que tinha, desde o Pará até o marco do cabo do Norte pela costa, sita aquém do rio de Vicente Pinzón, e pelo rio das Amazonas arriba, até onde chega o distrito destas conquistas do Estado do Maranhão.*¹⁰⁷ Esse mapa e as informações prestadas diretamente por Pfeil foram provavelmente a base do trabalho do padre Samuel Fritz, que em 1691 desenhou o primeiro mapa conhecido da Amazônia, atualizado em versão mais conhecida em 1707. Mas já em 22 de maio de 1637, com as informações dos viajantes de Quito, os jesuítas haviam desenhado um mapa esquemático do rio, e em setembro de 1658 Vieira enviava a Roma :

Vai com esta um mapa de todas as terras e rios, por onde até agora estamos estendidos, e das casas e residências e mais cristandades que temos à nossa conta, as quais todas já têm igrejas.¹⁰⁸

O padre Bettendorf deu conta da viagem de 1682 de Consalvi e Pfeil ao Araguari em sua *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*:

Passados uns poucos dias de viagem e navegação pelo rio das Amazonas a Araguari e mais paragens daquelas banda, achando que os franceses tinham resgatado alguns escravos, lhos pagou e os restituiu em suas liberdades, advertindo-os que eram resgatados fora das terras da jurisdição de Caiena e em aldeias da coroa de Portugal e assim os deu por forros...¹⁰⁹

Consalvi faz ainda uma descida (instalação em aldeia controlada pelos padres) de Tucujus do Anauerapucu (ou Areperipucu).¹¹⁰

Em 1687 o padre Pfeil voltou ao cabo do Norte guiando os padres Antônio Pereira e Bernardo Gomes, na companhia do capitão-mor Antônio de Albuquerque. Deixaram-nos instalados na ilha Camonixari, no lago Camacari (lago Macari, ou Carapaporis, atual lago da Jaca). No retorno, na aldeia de Tabanipixi, de índios maraúnus, ergueram também uma casa para Pfeil.¹¹¹



Pierr-du-Val, 1679, como reproduzido por Rio Branco na Memória...

A aldeia na ilha de que era principal Macuraguaia tinha então quatro casas de índios. Por um tempo o trabalho correu bem. Mas índios da vizinhança, os oivanecas, não aceitaram a pregação, e no início de setembro de 1688, com a omissão de Ma-

curaguaia, mataram Antônio Pereira e Bernardo Gomes. Contou o reitor do Pará, padre Francisco Ribeiro, ao geral, padre Tirso Gonzáles:

Foi eleito, para dar princípio àquela missão o Pe. Antônio Pereira, o melhor e mais capaz sujeito dela, por sua virtude, mais que medianas letras, o melhor língua de todo o Estado, o mais noticioso da missão, como quem de menino acompanhou e lidou com o Pe. Antônio Vieira, que o recebeu na Companhia, e o mais que V. P. saberá das informações que deste sujeito têm ido aos antecessores de V. P. Tinha este por seu companheiro um novo sacerdote, por nome Bernardo Gomes, natural de Pernambuco, sujeito de muita virtude. Estando o Pe. Antônio Pereira com seu companheiro, pacífico, na sua missão, em uma aldeia, e mui amado dos seus paroquianos, na ausência que fizeram os soldados portugueses a virem buscar aprestos para a nova fortificação (que só tinham ido a ver o sítio, não querendo o padre ficassem com eles soldados, por não ver as ofensas de Deus que semelhante gente usa nas tais aldeias), se amotinou o gentio; e, fugindo ao padre todos os seus doutrinados, o deixaram só. E vendo-se assim, quis passar para outra aldeia e estando com o seu fato arrumado, veio outro gentio, que às

vezes vinha à dita aldeia, e deteve o padre para que se não fosse, que eles assistiriam com ele, e logo viriam outros muitos. Sossegou-se o padre, e foi dizer missa. Estando nela, e ajudando o padre seu companheiro, deram os bárbaros nele, e com as suas armas que são uns fortes paus, quebraram a cabeça primeiro ao Pe. Antônio Pereira, revestido e posto no altar, e logo a seu companheiro, e quatro índios crioulos, que o padre levava consigo das nossas aldeias domésticas. Por onde não ficou ninguém que referisse as circunstâncias do sucesso, mais que a confissão dos cúmplices, atrás de quem foram os portugueses, na segunda ida que fizeram àquelas partes, e os alcançaram, indo-se já metendo no amparo dos franceses.¹¹²



Nieuhof, 1681;
o autor, holandês que esteve no Brasil, registra a maior parte dos nomes em português

Os mártires tiveram seus ossos recolhidos por Pfeil e levados para Belém. Pouco tempo depois, em dezembro de 1687, ficava pronto o forte do Araguari. Pfeil se estabeleceu como superior da missão do Cabo do Norte a 12 horas do Forte. Aí foi chamado para receber, na ausência dos comandantes, a visita que fazia o vice-governador de Caiena, De Ferroles, com uma companhia armada.¹¹³

Em março de 1693 carta do rei ao governador dividira as tarefas de catequese na área. *Aos Padres de Santo Antônio assinala tudo que fica ao norte do mesmo rio das Amazonas, e o sertão chamado Cabo do Norte, para que percorrendo pela margem do dito rio compreendam os rios do Jari, do Paru, e aldeia de Urubuquara, que é missão dos padres da Companhia...*¹¹⁴ A ordem foi sendo cumprida aos poucos, muitas vezes com dificuldade e ressentimentos.

A presença dos jesuítas continuou ainda de um modo ou outro. Um forte sinal viria a se mostrar no fim do século seguinte, com a Companhia de Jesus já banida pelo marquês de Pombal: em 1778 morre em Cunani, como missionário, o antigo reitor do Pará, o padre João Ferreira.

GOMES FREIRE DE ANDRADE

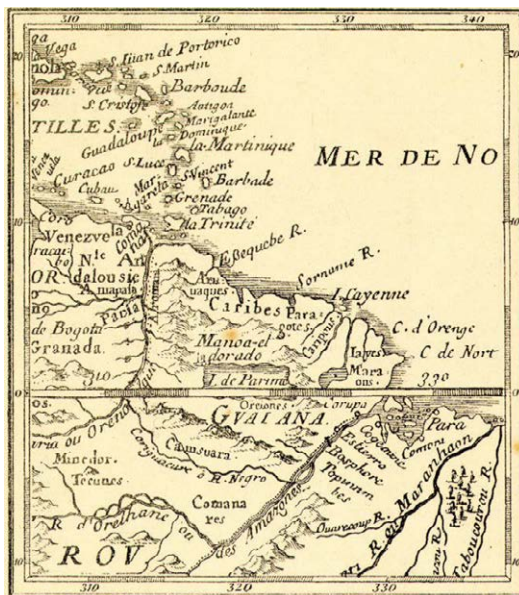
No Maranhão, em 23 de fevereiro de 1684, uma revolta popular depôs o governador, Francisco de Sá Meneses, e expulsou, mais uma vez, os jesuítas. A 15 de maio chegou de Lisboa novo governador, um homem de grande autoridade, veterano da guerra de restauração, Gomes Freire de Andrada. Agindo a um só tempo com severidade — os dois principais líderes, Manuel Beckman e Jorge Sampaio, foram enforcados — e benevolência — concedeu de resto um perdão geral —, impôs-se rapidamente. No seu curto período de governo — deixou o cargo em 14 de julho de 1687 —, além de estabelecer a ligação interior com o Estado do Brasil, encarregando disso João Velho do Vale, iniciou o exame e a reestruturação das fortificações do norte.

Por esse tempo os franceses, implantados na vizinha Guiana, começavam a visitar nossas costas. O governo de Caiena expedia passaportes para que eles fossem até o Jari. Alguns franceses foram presos, e o rei D.

Pedro II de Portugal deu ordem (24.2.1686)¹¹⁵ a Gomes Freire de fazer uma fortaleza no Torrego, onde os ingleses tinham tido uma, e de mandar os padres de Santo Antônio buscar a amizade dos índios tucujus. Mais tarde escreve-lhe o rei:

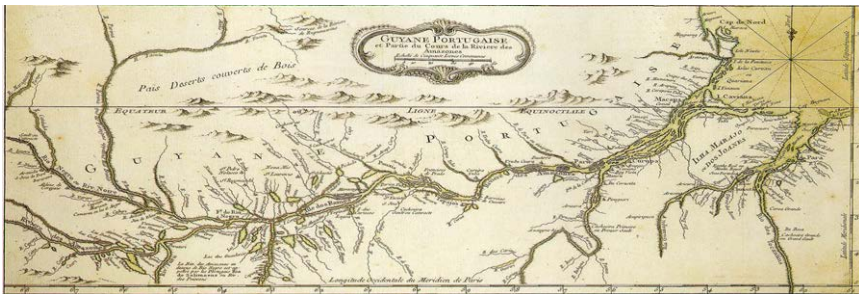
Pierre-du-Val, 1664,
como apresentado
por Rio Branco na
Memória

Viu-se vossa carta de 23 de agosto deste ano, em que me dais conta do procedimento, que tivestes com o governador de Caiena, e do que ele vos respondeu sobre a entrada e comércio que os vassallos de El-Rei



Cristianíssimo procuram ter nas terras desse estado, que ficam para a parte do Norte, e mandando considerar este negócio com a atenção que pede a qualidade dele, me pareceu dizer-vos, que o expediente que tomastes, em mandar os franceses prisioneiros ao seu governador, foi muito acertado, como têm sido todos os do vosso governo, e porque o meio mais eficaz de se atalhar o intento dos franceses são os que contêm a vossa carta, procurareis de os deixar dispostos de maneira que Artur de Sá de Meneses, que vos vai a suceder, os possa conseguir, e executar tão prontamente como lhe mando encarregar por outra carta. Para as fortalezas, que é um dos meios que apontais, vos tenho já mandado passar as ordens necessárias com o primeiro aviso que desta matéria me fizestes, dizendo-vos os efeitos de que vos haveis de valer; e porque tinha só aprovado uma das ditas fortalezas, e no meio tempo destes avisos podeis ter mudado de parecer sobre o sítio em que se deve fabricar, podereis escolher de novo o que a

experiência vos tiver mostrado ser mais conveniente, sem embargo do que dispõem as ditas ordens; como também podereis fazer, não só uma, mas todas as que julgardes necessárias, tanto para dominar o gentio da parte do Norte, o qual procurareis persuadir com as dádivas que os costumam obrigar, como para impedir quaisquer nações que entrem nas terras desta Coroa sem as condições necessárias com que o devem fazer. E entendendo eu, que neste princípio de se fabricarem as fortalezas pode ser necessária no sertão a assistência de alguma pessoa que tenha autoridade para tudo o que importar a obra delas, e me tendes informado do zelo e cuidado com que me serve Antônio de Albuquerque Coelho, capitão-mor do Pará : — Hei por bem vá com o engenheiro desse Estado, e alguns práticos daquele sertão, sinalar e dispor as ditas fortalezas, e vos valereis ao mesmo tempo dos missionários capuchos de Santo Antônio, que têm as missões do Cabo do Norte, e dos padres da Companhia de Jesus, que forem mais a propósito a este fim, avisando-os da minha parte do que devem fazer, para conservar sem desconfiança a sujeição dos índios das aldeias, e se tratar e ajustar com segurança a paz e amizade do gentio que não estiver domesticado... E aos padres da Companhia de Jesus tenho ordenado que façam uma nova missão para o Cabo do Norte, e os achareis com a disposição que costuma sempre adiantar o seu zelo nas matérias do serviço de Deus Nosso Senhor, e meu. E para que uns e outros a façam sem competências de jurisdições, procurareis dividir as suas residências e missões com a distinção que seja útil, para não terem dúvidas no que pertence a uns e outros para a conservação do gentio, e bem do Estado...¹¹⁶



Bellin, séc. XVIII (1764?);
a *Guyane Portugaise* ocupa toda a margem esquerda até o rio Negro

Gomes Freire de Andrade ao rei, em 19 de julho de 1687:

Tratei prontamente de esquipar canoa que a toda a pressa fosse a buscar o engenheiro, para o que me vali daqueles índios, que os moradores têm casados com suas escravas, e de outros privilegiados até àquele tempo, por serem da Aldeia do Bispo, juntos também aos que Antônio Albuquerque mandou conduzir da sua Vila do Camutá, lhe fiz aprestar as mais canoas em que ele havia de passar ao Cabo do Norte com os práticos e soldados, que o acompanharam; e, com todo o fornecimento necessário, partiu desta cidade, em dois de junho, levando consigo os missionários da Companhia, e entre eles o Pe. Aluísio Conrado, homem insigne nas Matemáticas e Fortificações, a quem persuadi a que quisesse fazer a Vossa Majestade o serviço de se achar nesta função, tanto para observar os sítios convenientes para fortalezas como para desenhá-las em caso que o engenheiro se desenesse do capitão-mor (o que assim não sucedeu) e porque ele dá conta a Vossa Majestade da diligência que fez sobre o que lhe ordenei (de onde voltou a 14 de junho), o farei eu só da resulta dela.

Conferi a sua relação com o Governador Artur de Sá de Meneses e com os ministros de V. Majestade, chamando também os homens, soldados e práticos, de quem esperava que com acerto votassem nesta matéria, e com a informação do Padre Aluísio Conrado e do engenheiro, se assentou sem contradição que no rio Araguari, na boca de seus lagos (porta por onde os estrangeiros entram de inverno a comerciar com o gentio das Amazonas), se fizesse uma Casa Forte, porque, impedido este passo às pequenas canoas que o navegam, não fica outra entrada para os sertões mais que a de voltarem a costa; e sem o auxílio dos índios aruãs (que agora lhe não fica fácil), todo aquele risco das pororocas e correntes lhe será infrutuoso, principalmente fabricando-se a outra fortaleza, que também se desenhou, no sítio de Cumaú aonde já esteve outra, que as armas portuguesas ganharam aos ingleses. É a terra sadia e capaz de ser povoada, por que tem pasto para gados, é muito fértil de mantimentos e fica perto do Gurupá, tem porto de mais de vinte e cinco braças, aonde todos os anos vêm navios franceses à pescaria do peixe-boi.

Em toda a costa, que viu o capitão-mor, se não achou outra baía capaz de se chegar a ela com embarcações. Trouxe notícias de que no cabo Orange, e no rio de Vicente Pinzón se podia fortificar, para fazer duas grandes e importantes povoações, mas como as informações dadas por índios pedem boa averiguação, e também, para nos avizinharmos tanto a Caiena, se necessitava de novas ordens de V. Majestade e sempre para conservá-las e socorrê-las era preciso ter feito os fortes sobreditos, entendi que por ora bastava assegurar, com eles, os sertões, do comércio dos franceses, e amparar a nova missão que já está introduzida.¹¹⁷



Aa. séc. XVII/XVIII

Antônio de Albuquerque escrevia ao rei na mesma data:

Em cujo cumprimento, sendo-me dada pelo Governador Gomes Freire de Andrada uma ordem pela qual me encarregava que passasse à outra parte do rio das Amazonas, levando em minha companhia o engenheiro

deste Estado, soldados e mais pessoas práticas, que para esta função havia nomeado, penetrasse os sertões do cabo do Norte, contratando pazes com algumas nações do gentio, daquelas que se acham separadas da nossa comunicação chegasse a ver, e examinar os sítios em que estiveram as fortalezas de Torrego, a de Cumaú e a de Maiacari, todas ganhadas pelas armas portuguesas...

... tanto que do preciso fui aprestado dei princípio à viagem com toda a prontidão, e brevidade possível, para que Vossa Majestade, nesta mesma ocasião fosse informado do efeito dela, e continuando por partes que bem pudessem examinar e registrar as entradas mais patentes do dito rio das Amazonas, entrei pelo rio de Araguari, contíguo à ponta do dito cabo do Norte, a qual não pude passar por ser muito arriscada a navegação por aquela costa, o que só se faz em certas monções. Das cabeceiras deste rio, com notícia da minha chegada, desceram a ver-me quantidade de índios, parte da multidão, que naquele sertão habita, aos quais mandei logo fazer as práticas convenientes ao serviço de Deus, e de Vossa Majestade... Neste dito rio tive notícias de oito franceses que, divididos, andavam comerciando escravos pelo rio das Amazonas, nas ilhas dos Haroans, nas quais têm os religiosos capuchos sua missão; e mandando-os logo buscar, se acharam só três com alguns escravos já comprados, e notícia de que os mais eram passados para os sertões dos tucujus, pouco distante da fortaleza de Gurupá, ao mesmo comércio. E vindos que foram, dei parte ao governador do Estado, da forma em que os achei, continuando neste meio tempo a penetrar o rio e lagos de Maiacari, aonde vivem muitas nações de gentio, cujos principais fiz convocar à aldeia sita em um grande lago chamado Camonixari, praticando-os na forma referida, o que abraçaram com muito alvoroço, e mostras do próprio desejo de serem admitidos à conversão da Fé e nossa amizade, dando a entender quão violenta lhes era a dos franceses de Caiena, que repetidamente continuavam aqueles sertões, por ser aquela aldeia a sua principal estrada, por onde passam ao dito rio das Amazonas. Nos mesmos lagos encontrei com outros franceses em uma canoa vindos de Caiena, apercebidos de muitas ferramentas, e outros resgates para o comércio de escravos, a que se dirige a sua entrada, com permissão por escrito do seu Governador Pedro Ferrole, os quais, fazendo alguma repugnância, que se lhes rebateu, se renderam em boa paz; depois

do que, tratando-os modestamente, e fazendo-lhes severas práticas sobre o arrojo que cometiam em entrarem em terras de Vossa Majestade, advertindo-lhes não quisessem ser achados naquelas ou em outras paragens que nos tocassem, outra vez, com cominação de serem por diferente estilo tratados, os fiz logo voltar com uma carta ao seu governador, cuja cópia será com esta presente a Vossa Majestade...

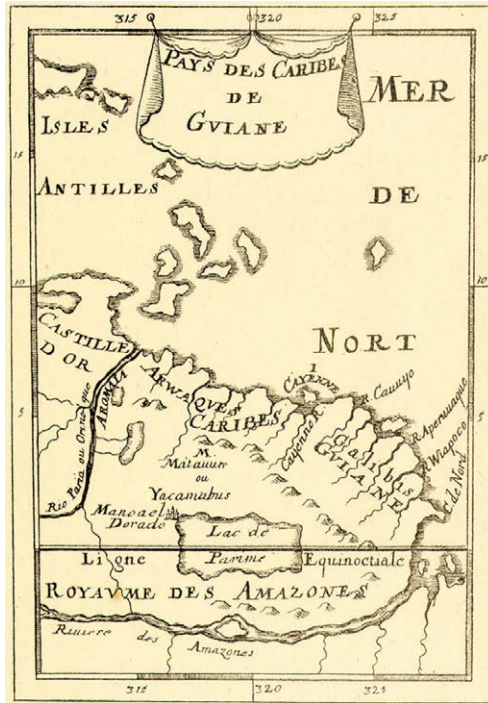
E vendo que a falta das águas me dificultava a passagem das minhas canoas, e impedia o continuar a dita viagem, penetrando aquele sertão até a costa e paragem aonde houve a dita fortaleza de Maiacari me resolvi a voltar, deixando na dita aldeia de Camonixari o missionário que levava em minha companhia por ser ali mais preciso, e o dito gentio mo pedir...

Manesse-Mallet, 1683,
como apresentado por
Rio Branco na Memória...

É certo, Senhor que se esta ordem de Vossa Majestade chegara mais cedo, se findara esta diligência, por que só é franca esta passagem desde o mês de janeiro até o de maio...

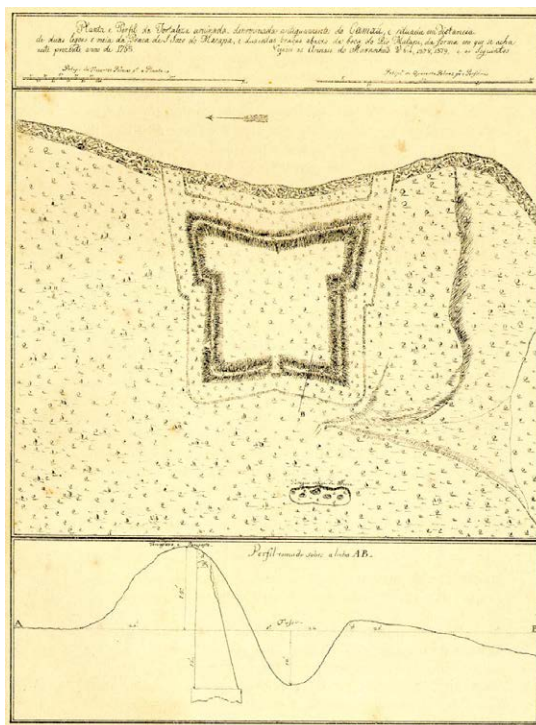
Em todas esta paragens não achei nenhuma capaz, nem sítio algum para fortalezas, e somente na boca do rio de Maiacari

que sai ao de Araguari (por onde desembocam todos os franceses que vêm de Caiena pelos ditos lagos) mandei ao capitão engenheiro desenhasse nele uma casa forte, e por hora se principiou uma, em forma de vigia, para que, sendo conveniente, se faça com a força necessária, para impedir a entrada



dos ditos franceses, que poderá ser com muita facilidade; e suposto que é terra alagadiça, tem a conveniência da vizinhança do gentio mauranuns para o sustento de quem assistir nela; e esta não poderá ser expugnada pelos ditos franceses, por navegarem por aquelas partes dos lagos em canoas limitadas, e facilmente poderão ser rechaçados... Feitas estas diligências e vistas estas paragens do rio de Araguari e lagos de Maiacari e praticado todo aquele gentio, despendendo com ele largos mimos... E voltando pelo rio das Amazonas acima pela parte do cabo do Norte...¹¹⁸

Fortificação primitiva em Cumaú, sobre a qual se ergueu a primeira fortaleza de Santo Antônio de Macapá; apresentada por Artur Viana em *As Fortificações da Amazônia*



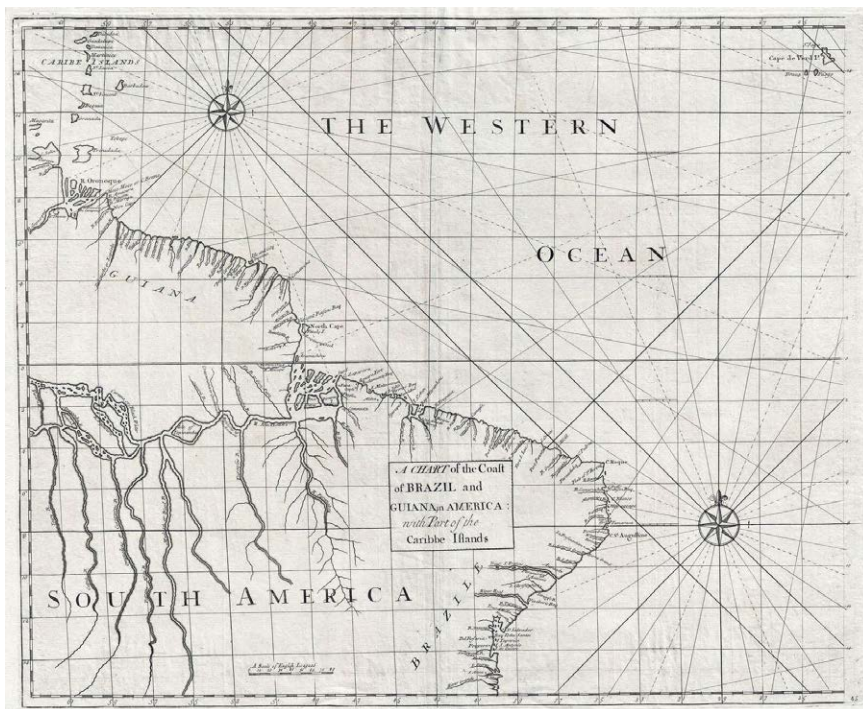
Foram construídos então, por volta de 1687-1688, seguindo essas ordens, vários fortes. Sobre as ruínas do Cumaú, ergueu-se Santo Antônio do Macapá. Em 1765 restavam dele as trincheiras feitas no terreno, na forma de um quadrado de cerca de sessenta metros, a que se teriam puxado as pontas¹¹⁹. No cabo do Norte, fez-se o do Araguari. E a seis léguas do forte do Desterro, abandonado em 1660¹²⁰, nas margens do Jenipapo (Paru), o forte que tomou nome das serras do Paru.

As medidas de defesa eram urgentes. Os franceses se preparavam para a invasão e a longa disputa.

A GUIANA FRANCESA

As tentativas de ocupação da Guiana eram efêmeras. A colônia de Principium que Charles Leigh fundou em 1604 na margem esquerda do Oiapoque durou dois anos. A que Robert Harcourt fundou no mesmo lugar em 1608 também não passou disto; em 1617 foi a vez de Edward Harvey. Como os ingleses, os franceses não conseguiram se manter por períodos prolongados. La Ravardière, depois do brilhante episódio do Maranhão, não conseguiu nem usar a patente renovada em 27 de novembro de 1624. Em 1626 alguns comerciantes de Rouen conseguiram manter por algum tempo uma colônia de 26 homens na margem do rio Sinamari, a 50 léguas do Oiapoque.¹²¹ Em 1627 os 46 holandeses escapados dos ataques de Pedro Teixeira no Amazonas foram encontrados pelo almirante Lucifer instalados na margem esquerda do Oiapoque.¹²² Em 1628 os franceses se instalaram um pouco mais demoradamente em Conanama, perto do Sinamari: primeiro com 14 homens, mas em 1630 chegaram mais 50 e em 1633 mais 66 homens.¹²³

Em 27 de junho de 1633, foi dada permissão a comerciantes normandos para criarem uma *Compagnie du Cap Nord* por Richelieu e Luís XIII. A concessão ia do Oiapoque ao Maroni. *Cabo do Norte* era o nome dado a todas as guianas, do Amazonas ao Orinoco.¹²⁴ Como a concessão de La Ravardière, essa ficou só no papel. Mais tarde, em 26 de maio de 1640, foi estabelecida nova companhia com o mesmo nome. Dessa vez seus limites se estendiam das margens do Amazonas às do Orinoco. Em 1643, com 300 homens, Poncet de Bretigny chegou a Caiena. Ele só encontrou das outras colônias e aventuras *seis franceses em Caiena, quatro em Maroni e sete no Suriname, sem nenhuma provisão ou comodidades da França, e todos reduzidos a viver bestialmente entre os selvagens, sem comparação mais caridosos que a Companhia.*¹²⁵ Mas não teve melhor sorte: a colônia durou um ano. Uma terceira *Compagnie*, de Isle de Marivault e Royville, recebe concessão com os mesmos limites em 1651. Em 29 de novembro de 1652 chega o grupo com entre 400 e 500 homens.



Senex, séc. XVIII

Mais de 400 homens já tinham falecido, e os outros estavam reduzidos à última extremidade, quando, no dia 11 de dezembro de 1653, dois navios, um holandês e o outro inglês, apareceram diante de Caiena. O comandante deste último ofereceu ao pequeno número de franceses que se achavam no forte Céperou levá-los a Suriname, o que eles aceitaram com o maior reconhecimento.¹²⁶

Durante nove anos, de 1656 a 1664, os holandeses se mantiveram em Caiena.¹²⁷ Apesar de não terem um pé nas Guianas, Luís XIV fez do duque de Ampville vice-rei da América, com responsabilidade ainda na área entre o Amazonas e o Orinoco.

Caiena foi retomada em 15 de maio de 1664 pelo capitão Lefebvre de La Barre. Como La Ravardière, ele tinha o título de *lieutenant-général du Roi* e era chefe da *Compagnie de la France Equinoxiale* criada seis

meses antes. Nesse mesmo mês, no dia 28, Luís XIV decretou que todas as companhias americanas seriam fundidas na Compagnie des Indes Occidentales.¹²⁸ Depois de pouco mais de um ano, La Barre voltou à França e publicou um livro com seus estudos sobre a Guiana. Curiosamente, embora a descrição de seu cargo também incluísse os limites de Amazonas e Orinoco, ele dizia:

a Guiana Francesa, propriamente França Equinocial, que contém cerca de oitenta léguas francesas de costa, começa no cabo Orange, que é uma ponta de terra baixa que se lança no mar, e de que se tem conhecimento por três pequenas montanhas que se vê sobre ela, e que estão além do rio Oiapoque, que se lança no mar sob este cabo... se pode no rio Maroni limitar a Guiana Francesa.¹²⁹

Eram os limites fixados por Richelieu.

Entre setembro e dezembro de 1667, enquanto La Barre estava fora, Caiena foi tomada e incendiada por ingleses, chefiados por sir John Harman.¹³⁰

Em 1674 são os holandeses chefiados por Jacob Binkes que conquistam Caiena. Os Estados Gerais resolvem, em 1675, fundar uma nova colônia. Johannes Aprigius chega com 350 homens em 4 de março de 1677 ao Oiapoque e aí funda a cidade de Orange no mesmo lugar onde houvera o forte do almirante Lucifer.¹³¹

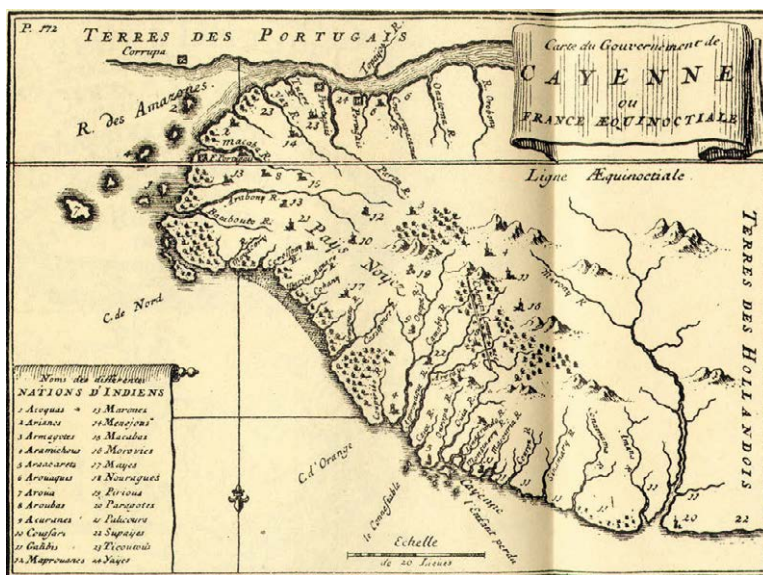
A 18 de dezembro de 1676, o almirante d'Estrées reconquistara Caiena. O *chevalier* de Lezy de la Barre assumira como governador, tendo como ajudante Pierre-Eléonor de la Ville de Ferrole. No ano seguinte De la Barre conquistou os pontos holandeses no Oiapoque e no Arouague.¹³²

DE FERROLES

A França estava neste momento no auge do reinado do Roi- Soleil, Luís XIV. Quando Luís XIII o Justo faleceu em 1643, Luís XIV tinha cinco anos. Sua mãe, que assumiu a regência, Ana da Áustria, filha de Filipe II de Espanha, entregou o governo ao cardeal Mazarin. Passando por

uma terrível guerra interna, a Fronde (1648/1653), Mazarin conseguiu pôr fim à guerra dos Trinta Anos (1648). Em 1659 veio a paz com a Espanha. A partir de 1661 Luís XIV instituiu a monarquia absoluta. Em meio a novas guerras — ao norte, e ao sul, na Espanha (1701/1713) — ele era dominado pelo sentimento de grandeza que o levou a construir Versalhes e a buscar a expansão da França até na América. Essa expansão, no nosso lado, significava a conquista da margem esquerda do Amazonas.

O primeiro passo fora a instalação em Caiena. No final do século, já bem estabelecidos, passaram adiante. Em junho de 1688 o governador, François Lefebvre de la Barre, irmão do criador da colônia, enviou o mesmo cavaleiro Pierre de Ferroles para reconhecer a costa até a fortaleza de Cumaú. Partindo de Ouia num bergantim e duas canoas, explorou o Arouague, o Oiapoque e o Caciporé. Aí deixou o bergantim, continuando com as duas canoas. Pelo Maiacari ele penetrou até o Macari. Daí chegou, a 28 de junho de 1688, pelos mangues, até o forte construído na margem esquerda do Araguari¹³³.



Froger, 1698-1699, como apresentado por Rio Branco na *Memória*; reparar no *chemin*, feito segundo a concepção fantasiosa de De Ferroles

No forte — *um forte quadrado na forma de uma estrela*¹³⁴, no dizer de seu construtor, Pedro de Azevedo Carneiro —, armado com três canhões, estavam 25 soldados. Rapidamente chamaram o padre Pfeil. Exigiu De Ferroles que os portugueses abandonassem o forte, já que toda a margem esquerda do Amazonas pertencia a Sua Majestade Cristianíssima (título do rei da França). Respondeu-lhe o comandante (segundo De Ferroles) que, *em virtude de uma doação feita a Bento Maciel Parente, os limites das possessões portuguesas eram no rio do cabo de Orange, chamado pelos portugueses rio de Vicente Pinzón e pelos franceses Oyapoc*.¹³⁵

Apesar de ameaçar vir desalojá-los pela força, De Ferroles deixou com Pfeil uma carta para o capitão-mor Antônio de Albuquerque e retornou no dia 1º de julho, descendo o Araguari e o Amazonas e costeando até Caiena.¹³⁶



Aa, 1713

Em 1690 Pierre de Ferroles foi nomeado governador de Caiena e feito marquês.¹³⁷ De Ferroles imaginou criar um caminho terrestre subindo o Rio Ouia — defronte da ilha de Caiena — e descendo o Paru: extraordinária fantasia, pois mesmo no mapa de Froger, feito segundo as instruções do marquês, é evidente que o caminho, passando pelas fontes do Arouague, tem que atravessar a serra do Tumucumaque, e, na realidade, o Paru surge muito mais a oeste. Foi por mar e rio portanto que ele chegou no dia 31 de maio de 1697¹³⁸ *com quantidade de canoas carregadas de soldadesca para reparações de guerra e mantimentos.*

Viu-os o cabo Manuel Pestana de Vasconcelos e reconhecendo eram franceses, como quer que não havia guerra entre as duas coroas, Portugal e França, desceu para o porto, perguntando de longe quem eram, a que vinham, e que era o que pretendiam; respondeu o Marquês que vinha parte de seu Rei, com ordem de conquistar a fortaleza o pedia-lhe lha entregasse em paz, pois era sua por direito, por estar em suas terras, e quando não, havia de a tomar com os soldados que trazia para este efeito. Respondeu-lhe o cabo Manuel Pestana que se Sua Senhoria pedisse outra cousa que se lhe pudesse dar, a daria com muito gosto, mas que por nenhum caso entregaria a fortaleza senão levada à viva força por não poder mais. Com isso subiu para riba e mandou fechar as portas, e deu ordem ao artilheiro que disparasse uma peça das que lá havia contra os franceses, que vinham marchando para cima com bandeira desfraldada e tambor... armados todos, e preparados até de petrechos de fogo para acometer. O artilheiro, oficial pedreiro de seu ofício que sabia melhor manear a sua colher para rebocar paredes que disparar peças, não acudiu logo, por não estar a peça aparelhada; com isso chegaram os franceses à porta, preparados já a botar seus fogos artificiais e fazê-la render-se à viva força, quando o cabo Manuel Pestana, vendo-se sem ânimo dos que o acompanhavam, se entregou com a praça...¹³⁹

Carta de De Ferroles a Antônio de Albuquerque:

Depois de vos ter eu escrito muitas vezes, Senhor, que El-Rei meu amo não permitia que fizésseis edificar fortaleza da banda ocidental deste rio, como

terras dependentes de sua coroa, ordenou-me Sua Majestade de expulsar os portugueses, o que me tem obrigado a vir cá, onde mandei avisar ao Sr. Manuel de me entregar a fortaleza, o que ele recusou a fazer: portanto, cheguei eu mesmo em pessoa à porta dela para com isso obrigá-lo a não esperar o fogo de meus soldados, os quais estavam prestes a lançar os seus fogos artificiais e foi tal a sua obstinação que me custou muito detê-los... Mando derrubar a fortaleza do Paru... Estes fatos, Senhor, vos farão refletir sobre o direito da França a estas terras, e vos devem significar que nunca houve linhas de demarcação entre nós...¹⁴⁰

A resposta de Antônio de Albuquerque, que estava no Gurupá, veio rapidamente: o cabo Francisco de Sousa Fundão, com 160 soldados e 150 índios, foi encarregado de levá-la. De Ferroles partira imediatamente, deixando 40 soldados, comandados por dois oficiais e um sargento. Logo em seguida Fundão capturou alguns soldados com o padre jesuíta Claude de la Mousse. Por este mandou aviso de que se rendessem. Houve tiroteio, mas os muros foram escalados e a praça reconquistada a 28 de junho de 1697. Durou menos de um mês o domínio francês na ilha de Santana.¹⁴¹

OS PRIMEIROS TRATADOS: LISBOA

Protestou D. Pedro II de Portugal junto ao Rei-Sol. Pouco depois — a 2 de setembro de 1697 — chegava a Lisboa seu novo embaixador, Pierre Rouillé, presidente do Grand Conseil de France.

Nesta época de 1699 onde o rei Luís XIV se acreditava capaz de falar com certa altivez, ele havia encarregado seu embaixador de reclamar, não o Vicente Pinzón, nem mesmo o Amazonas, mas uma parte do Pará. O Rei Luís XIV, para garantir o Amazonas, pretendia o Maranhão!¹⁴²

A essa pretensão desmedida reagiram os representantes portugueses, Nuno Álvares Pereira, Roque Monteiro Paim, Gomes Freire de Andrada e o secretário de estado Mendo de Foios Pereira. O longo debate se

travou em grande parte por escrito, através de memórias; os franceses apresentaram uma versão modificada de um trabalho de De Ferroles de 1688. Não se tem a memória francesa, mas o marquês se deixara envolver pelo sonho, e delirava:

Além disso, quando a França quiser sustentar todos os seus direitos, ela não se limitará a pedir a restituição destas terras; ela levará suas pretensões até o Maranhão. Os franceses o ocuparam primeiro, eles construíram o forte principal que os portugueses ocupam.¹⁴³

Mais tarde ele afirmaria:

O rio das Amazonas está distante de Caiena sessenta e duas léguas. Sua boca está cheia de ilhotas freqüentadas pelos índios. A maior é chamada Oyapok, e se situa na metade do caminho do cabo do Norte ao Pará: ela deve fazer a separação das dependências da França e do Brasil.¹⁴⁴

Responderam os portugueses com um trabalho sereno, mostrando principalmente como a autoridade de Filipe IV era que estabelecera o rio Oiapoque ou Vicente Pinzón como limite norte do estado do Maranhão e a Capitania do Cabo do Norte. Era sem dúvida o rio que aparecia no mapa de Froger e De Ferroles com o Yapoco.

Não conseguiram, entretanto, chegar a um acordo de limites. Em vez disso Rouillé e o duque de Cadaval — o chefe de governo de Portugal — assinaram, a 4 de março de 1700, um tratado provisório que estabeleceu, pela primeira vez, uma zona contestada.¹⁴⁵ O tratado mandava destruir os fortes de *Araguari* e *Cumaú* ou *Maçapá*, e outros que se achassem da margem do rio Amazonas até o Oiapoque, desocupar a região, e permitia que franceses, a partir de Caiena, entrassem até o Amazonas, e portugueses, a partir do Amazonas, entrassem até o Oiapoque. Essas terras que se estendiam entre os dois rios e até uma linha traçada entre Macapá e as fontes do Oiapoque eram declaradas em suspensão de posse.¹⁴⁶

Em 18 de junho de 1701, foi celebrado em Lisboa um tratado de aliança entre Luís XIV e Pedro II. Seu artigo 15º mandava que o tratado provisório *seja e permaneça como Tratado definitivo e perpétuo*. Estranha

situação, que não podia permanecer.¹⁴⁷ Dois anos depois, em 16 de maio de 1703, D. Pedro II assinou aliança entre Portugal, Áustria, Inglaterra e Holanda contra a França e seu candidato à sucessão de Espanha. Seu artigo 22 afirmava:

Não se poderá também fazer a paz com o Rei Cristianíssimo se ele não ceder todo o direito que pretende ter sobre as terras chamadas normalmente do Cabo do Norte, pertencentes ao Estado do Maranhão, e situadas entre os rios das Amazonas e de Vicente Pinzón, apesar de todo Tratado provisório ou decisivo concluído entre Sua Majestade portuguesa e o dito Rei Cristianíssimo.¹⁴⁸

OS PRIMEIROS TRATADOS: UTRECHT

Em 1706, já no reinado de D. João V, Portugal invadiu a Espanha, chegando a conquistar Madri, numa das inúmeras frentes em que se travou a guerra. Nenhuma delas foi decisiva. Em 1709 Luís XIV propôs negociações. Em Haia se reuniram João Gomes da Silva, conde de Tarouca, e D. Luís da Cunha com negociadores ingleses, holandeses, austríacos, franceses.¹⁴⁹ Com a morte do imperador da Áustria, José I, o candidato da aliança, Charles de Harbsburg, seu irmão, o sucedeu e abandonou a pretensão à coroa espanhola. Assim a França conseguiu seu principal objetivo, fazer do neto de Luís XIV, o duque de Anjou, rei de Espanha (Filipe V). Mas estava economicamente arruinada e tinha que fazer muitas concessões. No começo seus negociadores insistiram na pretensão da margem esquerda do Amazonas; depois que permanecesse a situação de suspensão de posse; mais tarde a divisão das terras, garantida a livre navegação do Amazonas aos franceses. Os portugueses, habilmente, contrapropuseram uma divisão de terras a partir de três graus e três quartos norte, o que significava para eles a foz do Oiapoque (esta é na realidade a latitude do Caciporé), e não servia aos propósitos franceses, que eram ao menos a navegação no Amazonas. Essas eram as instruções que tinha o marechal D'Huxelles, principal representante francês.¹⁵⁰ Finalmente foi proposta uma troca: para garantir a aceitação de sua

tese, Portugal abria mão das localidades na fronteira com Espanha que tinha assegurado em cláusulas secretas do tratado de 1703. O tratado foi assinado em Utrecht no dia 11 de abril de 1713.



De L'Isle, 1716;

o geógrafo do rei de Luís XV fazia o Amazonas infletir a norte perto da foz, mas assinalava *pays noyez*, terras inundadas, o equivalente às costas *anegadas* de Pinzón

Assim ficou redigido seu artigo fundamental, o oitavo:

A fim de prevenir toda ocasião de discórdia que poderia haver entre os vassallos da Coroa de França e os da Coroa de Portugal, Sua Majestade Cristianíssima desistirá para sempre, como presentemente desiste por este Tratado pelos termos mais fortes e mais autênticos, e com todas as cláusulas que se requerem, como se elas aqui fossem declaradas, assim em seu nome, como de seus descendentes, sucessores e herdeiros, de todo e qualquer direito e pretensão que pode ou poderá ter sobre a propriedade das terras chamadas do Cabo do Norte, e situadas entre o rio das Amazonas e o de Japoc, ou Vicente Pinzón, sem reservar ou reter porção alguma das ditas terras, para que elas sejam possuídas daqui em diante por Sua Majestade portuguesa, seus descendentes, sucessores e herdeiros, com todos os direitos e soberania, poder absoluto e inteiro domínio,

como parte de seus estados, e lhe fiquem perpetuamente, sem que Sua Majestade portuguesa, seus descendentes, sucessores e herdeiros possam jamais ser perturbados na dita posse por Sua Majestade Cristianíssima, seus descendentes, sucessores e herdeiros.¹⁵¹

Estabelecia ainda o tratado que a França desistia de qualquer pretensão à navegação no Amazonas e às terras nas suas duas margens, e que os habitantes de Caiena ficavam proibidos de comerciar na boca do Amazonas ou no Maranhão, ou comprar escravos nas *Terras do Cabo do Norte*, e os portugueses de comerciar em Caiena.

A OCUPAÇÃO

Nesta época começava a mudar a natureza da presença portuguesa na Amazônia. Já não se tratava mais de explorar e defender um domínio amplo e desconhecido, mas de fixar o homem à terra, de ocupar permanentemente o espaço. Essa transformação marcaria o século XVIII.

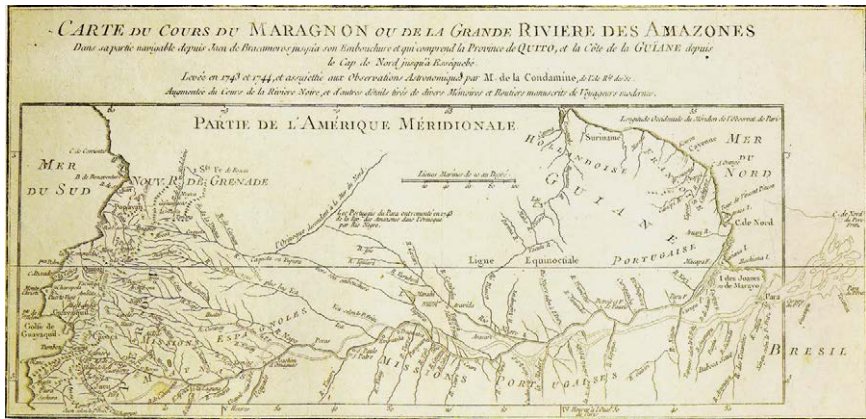
VIAGEM DE LA CONDAMINE

Em 1735 Charles-Marie de la Condamine participou de uma expedição sob o patrocínio da Académie des Sciences para medir o comprimento do raio da Terra na linha do Equador. A zona escolhida para as observações foi a América, e seus trabalhos começaram nas proximidades de Quito. Em 1743, La Condamine resolveu descer o Amazonas, seguindo o já conhecido caminho do Napo. Em Quito ele conhecera o padre jesuíta Samuel Fritz, autor do precioso mapa do Amazonas, que fizera a viagem e tivera muitas informações sobre o Pará e o Cabo do Norte com o padre Pfeil. Sua viagem é a primeira de um cientista à Amazônia, embora não se distinga muito sua narrativa da feita por Carvajal cem anos antes. Em 1744, já em Caiena, ele fez duas investigações importantes: a primeira sobre o curare, de que ele conseguira amostras; a segunda sobre o *cahuchuc*, a borracha, que ele conhecera em Quito e reencontra na Guiana.¹⁵²

La Condamine comenta sobre São Paulo de Olivença, primeira missão portuguesa:

recebemos um tratamento que nos fez esquecer que estávamos no centro da América, afastados 500 léguas de terras habitadas por europeus. Em São Paulo começamos a ver, em lugar de casas e igrejas feitas de caniços, capelas e presbitérios de alvenaria, barro e tijolo, e muralhas brancas e limpas... O comércio com o Pará dá a esses índios e a seus missionários

um ar de abundância, que distingue à primeira vista as missões portuguesas das castelhanas...¹⁵³



La Condamine, séc. XVIII

Essa é uma importante distinção que mostra como a presença dos religiosos portugueses se fazia do sentido da fixação e da civilização.

Só no final de sua viagem, naturalmente, ele observa a Capitania do Cabo do Norte. Ele já está fazendo a viagem de Belém, de onde partira a 29 de dezembro de 1743, para Caiena. Contornando Marajó, *cai de novo no verdadeiro leito ou canal principal do Amazonas, em frente ao novo forte de Macapá, situado na margem ocidental do rio e transportado pelos portugueses para duas léguas ao norte do antigo.*¹⁵⁴ Pela última vez passa a linha do Equador: *observei no novo forte de Macapá, ou antes, no terreno destinado a construir esse novo forte, nos dias 18 e 19 de janeiro, de 3, latitude setentrional.*

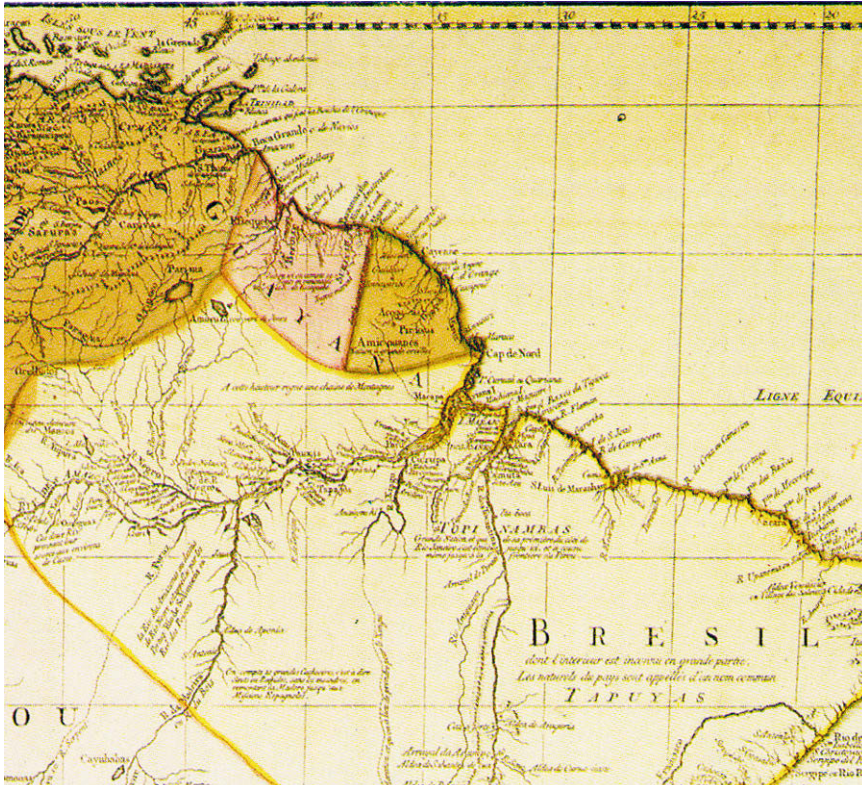
Ele dá uma excelente descrição da região de Macapá:

O solo de Macapá está 2 ou 3 toesas acima do nível da água. Só a beira do rio é coberta de árvores; o interior das terras é uma região uniforme, a primeira que encontrei dessa natureza desde a cordilheira de Quito. Os índios asseguram que ele continua assim avançando para o norte, e que se pode ir a cavalo dali até as nascentes do Oiapoque, por grandes

planícies descobertas, que só são interrompidas por pequenos bosquetes de madeira clara.¹⁵⁵

Durante 7 dias permaneceu atolado no cabo do Norte. Era fácil, já que a navegação se fazia *por mar e até mesmo por terra*.

Não exagero, pois a costa é tão plana entre o cabo do Norte e a ilha de Caiena, que o leme tocava continuamente o lodo, ou antes, não parava de sulcá-lo, não chegando a profundidade por vezes a um pé d'água a meia légua ao largo.¹⁵⁶



Covens & Mortier, 1757

Mas nesses dias pretendeu verificar que o Oiapoque e o Vicente Pinzón eram dois rios diferentes. Já desde 1725 em Caiena se começara a levantar a tese de que o rio Vicente Pinzón ficava no cabo do Norte¹⁵⁷. (Em 1732 M. de Charanville, governador da Guiana, mandou fazer postos na região, e o capitão Dunezat tomou posse do Gurijuba.¹⁵⁸) La Condamine sustentou que era na realidade *outra boca do Araguari, hoje fechada pelas areias*, como podia ver qualquer *que tenha consultado os mapas antigos*.¹⁵⁹ Essa afirmação, por sua autoridade, serviria de origem a um dos principais argumentos no longo debate sobre os limites entre Brasil e Guiana Francesa. Como Rio Branco demonstrou exaustivamente¹⁶⁰, o próprio La Condamine afirmava que no cabo do Norte terminava sem equívoco o Amazonas; uma boca a norte do cabo faria o Araguari desembocar a um só tempo no Amazonas e no oceano; e nunca existira esta indicação em mapas, mas sim havia provavelmente uma má leitura de um mau mapa de João Teixeira Albernaz, o velho (avô de João Teixeira Albernaz, o moço, o excelente cartógrafo do fim do século XVII).

Mas os portugueses não estavam parados. Em 1723 o capitão-general Maia da Gama enviou João Pais do Amaral para procurar o marco colocado por Bento Maciel Parente na fronteira do Oiapoque. Quatro anos depois, constando que o governador de Caiena, Claude d'Orvillers, mandara destruir o marco, até lá foi Francisco de Melo Palheta. Em 1728 Diogo Pinto da Gaia e, novamente, Francisco de Melo Palheta patrulharam a região.

POMBAL E MENDONÇA FURTADO

Pouco antes de falecer D. João V, em 1750, Portugal assinou com Espanha um tratado longamente negociado pelo brasileiro Alexandre de Gusmão. Este acordo estabelecia basicamente dois princípios: o Tratado de Tordesilhas era inválido; e prevaleceria o princípio do *uti possidetis*, isto é, da prevalência da ocupação. Logo em seguida ocupou o governo Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras e futuro marquês de Pombal. Chefe do governo, com poderes quase ditatoriais, sobretudo depois do terremoto de Lisboa em 1755, Pombal se destacou como des-

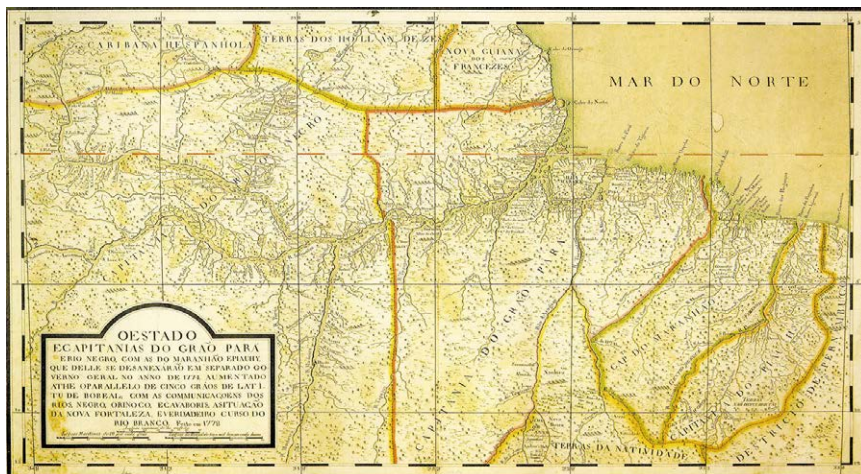
potá esclarecido. As leis foram sistematizadas e renovadas no código pombalino; fez-se a abolição da escravidão em Portugal; foi criada a Companhia das Índias Ocidentais. Em 1759, em grande parte influenciado por seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, decretou a expulsão dos jesuítas, e contra eles lutou até conseguir a completa dissolução da Companhia de Jesus.



Mapa das Cortes, 1751, que foi utilizado nas negociações para o tratado de Madri

Logo que assumiu o governo, Pombal enviou Mendonça Furtado como governador do Pará. Ainda antes do ato de nomeação lhe foram passadas instruções. A 19^a mandava povoar as *Missões do Cabo do Norte*, e especialmente fazer alguma defesa contra a presença de franceses e holandeses¹⁶¹; a 22^a novamente entregar as aldeias do Cabo do Norte aos jesuítas¹⁶²; a 28^a examinar as fortalezas e repará-las, especialmente a da costa de Macapá¹⁶³. Estavam traçados aí os dois grandes objetos de seus oito anos de governo: o povoamento e os limites.

Para tratar destes recebeu, datada de 30 de abril de 1753¹⁶⁴, uma nomeação específica. Adversário de Alexandre de Gusmão, o marquês era contra o Tratado de Madri. Assim mesmo tomou várias medidas para efetivá-lo. No norte do Brasil, criaram os irmãos a Capitania de São José do Rio Negro, com sede em Barcelos, e os fortes de Marabitanas e S. Joaquim, estendendo em curtos anos a presença efetiva, que mesmo depois da anulação do tratado pelo do Pardo, em 1761, não mais retrocederia. Em relação aos limites com a Guiana Francesa, prevalecia ainda o tratado de Utrecht. Mas em 16 de junho de 1754, Pombal advertia que Mendonça Furtado precisasse sempre as latitudes, porque



Anônimo, 1778;
 este curioso mapa assinala o Oiapoque mais a norte, e não no cabo Orange, e o Vicente Pinzón saindo junto ao Araguari, certamente influenciado pelo prestígio de La Condamine

ficam claras para todo o tempo, e são marcos que se não podem mudar, porque no Tratado de Utrecht não se deu a verdadeira latitude do cabo do Norte, temos tido sempre a grande dúvida que V. Ex.a. sabe, com os franceses, vindo ultimamente Condamine a fazer a baía de Vicente Pinzón, ao norte da ilha de Maracá, em dois graus e meio de latitude, quando ela verdadeiramente era na foz do rio Oiapoque, em cinco graus de latitude, e o cabo do Norte, ao que eles mudaram nome chamando-lhe cabo de Orange, e veio isto, por falta de se declarar a latitude, a reduzir-se a uma questão, dizendo os franceses que a baía é ao norte da ilha de Maracá, e nós que é à boca do Oiapoque; e como não tem havido, até agora, quem decida esta questão, se foram fazendo senhores de uma grande parte da costa, até entrarem no rio Cachipur, no qual me dizem que têm excelentes engenhos e fazendas.¹⁶⁵

Embora confundindo ele também Orange e Norte, sua posição era defensiva. Um ano antes comunicara ao irmão com todo sigilo propostas secretas dos espanhóis para combinarem de avançar sobre as guianas holandesa e francesa, ante o que *Sua Majestade se fez desentendido*.¹⁶⁶

MACAPÁ

Em outubro de 1738, o governador João de Abreu Castelo Branco escrevera ao rei D. João V informando da situação calamitosa da fortificação de Santo Antônio de Macapá e pedindo licença para tomar providências. Em carta régia de 9 de fevereiro de 1740, o rei mandara que fizesse, no mesmo lugar onde construía um pequeno reduto e instalara um destacamento, a duas léguas e meia ao norte do antigo forte¹⁶⁷, um forte de *faxina e terra, com uma boa paliçada dobre e largueza capaz de recolher os moradores e guarnição*¹⁶⁸. Junto enviara a planta do forte, desenhada por Manuel Luís Alves sob a direção do engenheiro-mor do reino, Manuel de Azevedo Fortes.

Não vindo junto recurso, nada fora modificado, no entanto. O próximo governador, Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, voltara a insistir

com el-rei.¹⁶⁹ Mas nada fora feito, ainda uma vez. A ideia chegou afinal a Pombal e Mendonça Furtado.

O que importava, a seu ver, era fortificar o Amazonas. E o ponto inicial era Macapá. Para povoá-la, haviam sido enviados colonos dos Açores. É interessante acompanhar a correspondência de Mendonça Furtado sobre Macapá. Em maio de 1751 escrevia ao pai, d. Francisco Luís da Cunha Ataíde, chanceler do Reino e padastro de Pombal: *chegaram os ilhéus, e fico pondo o que é preciso para os mandar para o Macapá*¹⁷⁰. Em dezembro comentava da dificuldade de transporte dos *povoadores da nova Povoação de Macapá, no Cabo do Norte*¹⁷¹. Dizia que só tinha podido mandar 234 pessoas, que *já mandei um clérigo, a quem aqueles novos moradores chamam Vigário*; e explicava:

não me pareceu que nada estava primeiro que povoar do que o Macapá, porque temos ali maus vizinhos... e em saindo a frota vou logo fundar a nova Povoação de São José, se Sua Majestade for servido que assim se chame.¹⁷²

Em 18 de dezembro passou instruções ao capitão-mor João Batista de Oliveira que foi estabelecer a nova vila de S. José de Macapá. Parte importante delas era relativa ao trato, proibido, com os franceses e com Caiena.¹⁷³ No dia seguinte foram mais 68 pessoas, completando 302, fora soldados; ainda restavam perto de 200 a ser transportados, e depois havia o gado que pretendia levar.¹⁷⁴ Por essa época, comunicava, diziam que os padres mercedários tinham mais de sessenta mil cabeças no Marajó, os jesuítas de vinte e cinco a trinta mil, e os do Carmo de oito a dez mil, *só de gado vacuum, não falando de éguas de cria*.¹⁷⁵ A 25 de janeiro de 1752 dava conta ao rei de que naquele dia estavam partindo os últimos dos 486 açorianos, a quem tinha dado cirurgião, clérigo, comandante:

...todos os povoadores se acham contentes naquele sítio, não só pela fertilidade que as terras prometem, mas também pela abundância de peixe que tiram do rio, ainda que com algum trabalho. Logo que partir a frota deste, determino fazer viagem para aquela povoação, a repartir a terra pelos moradores, na forma que Vossa Majestade manda, e a dar todas as

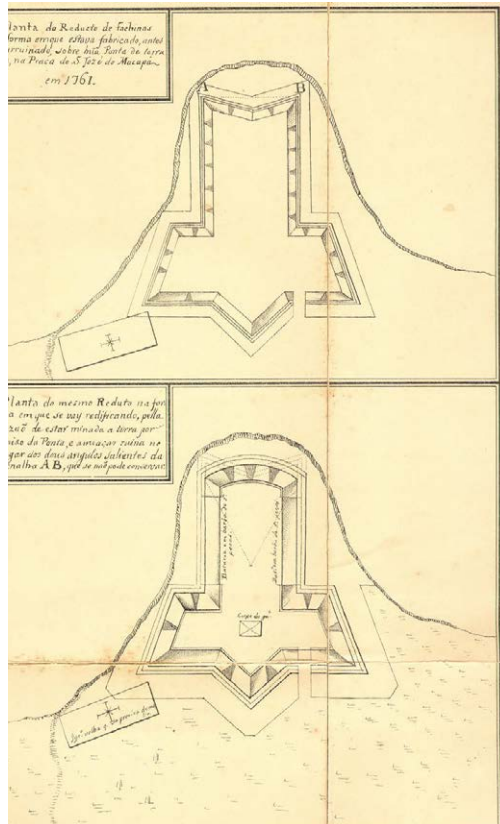
providências que me parecem precisas para o aumento da terra, e também para a defesa de qualquer invasão que intentem os franceses, sem embargo que esta será mais dificultosa, porque não temos naquele sítio mais que um pequeno reduto com o nome de Presídio de Macapá, o qual é fabricado de terra e sem defesa alguma.¹⁷⁶

Gronfelts (?), 1762,
reproduzido por Artur
Viana em *As Fortificações
da Amazônia*

Faz então sua primeira viagem de inspeção pelo Amazonas, partindo a 24 de fevereiro. Em Macapá esteve de 6 de março a 1º de maio.¹⁷⁷ Assim louvaram-lhe a viagem:

Rodeando as extremidades da mesma ilha [dos Joanes], pela parte de oeste, atravessou o canal maior a buscar a terra firme, oposta, chamada de Macapá, costa que se prolonga por baixo do Equador para o norte, a formar o cabo deste nome e continua caminho do noroeste a buscar Caiena, ilha habitada de franceses, que são por aquela parte nossos confinantes.

Portou S. Ex^a no presídio chamado de Santa Ana de Macapá; em cujo distrito, em sítio plano, fundou uma vila, destinando para seus primeiros povoadores um bom número de famílias insulárias, que da Terceira e outras dos Açores, havia S. Majestade Fidelíssima mandado conduzir a



expensas de sua real fazenda para aquele estabelecimento; no qual, em demonstração da sua bem ordenada piedade os primeiros alicerces que mandou abrir, foram aqueles em que se havia construir casa para Deus, e levantar altar para o sacrifício, consagrando a igreja ao grande patriarca S. José, com cuja sagrada denominação apelidou a vila, não só em memória do glorioso nome do Rei N. S., por ser a primeira fundação do seu feliz reinado, mas também por dar àquela costa, até então deserta, um tutelar, que bem pode ser defensor dos domínios de uma Monarquia, que se dignou chamar sua, aquele mesmo Rei, de que o Santo Patriarca foi custódio.

Demorou-se S. Ex^a mais de um mês, presenciando as operações desta fundação, e partilha das terras para as lavouras dos novos moradores; os quais experimentaram os efeitos da sua grande bondade; porque, além de com eles resplandecer a misericórdia de os vestir, também exercitou a de os sustentar; mandando à Cidade buscar mantimentos para lhes suprir, enquanto as terras não retribuía com a doçura dos frutos, as amarguras do trabalho; e assim, favorecidos no temporal e recomendados à inspeção de um oficial de merecimento, os deixou socorridos no espiritual com um vigário de igual ciência que caridade, encarregando a este, a obrigação de um bom Pastor, e àquela a vigilância de honrado Capitão.¹⁷⁸

A situação progrediu rapidamente, levando Mendonça Furtado a escrever em novembro de 1757:

...o arroz se dá excelentemente nestes países, principalmente nas terras contíguas à nova vila de São José de Macapá, do qual remeto a vossa majestade uma amostra para o mandarem beneficiar, e quando chegou a frota o estava eu comendo, e lhe não achei diferença alguma não só no da Carolina, mas nem ainda do de Veneza...¹⁷⁹

No ano de 1752 começam a aparecer referências ao regimento de Macapá, *com 500 homens e coronel*, como informa ao governador do Mato Grosso¹⁸⁰; mas já na ordem do rei para criação de fortaleza no rio Branco se determinava que *esteja sempre guarnecida com uma companhia do Regimento de Macapá*.¹⁸¹ Em maio de 1753 lhe comunicam que estão seguindo dois regimentos, *um para a guarnição desta Cidade, e outro para*

a nova Povoação de Macapá.¹⁸² Em novembro escrevia a Pombal dizendo que devia pôr no Macapá, por ora, ao menos, cento e cinqüenta homens.¹⁸³ Em fevereiro do ano seguinte lhe dava conta dos oficiais dos dois regimentos.¹⁸⁴ As condições não deviam ser tão maravilhosas como pintava, pois em outubro de 1754, passando pelo Gurupá a caminho do rio Negro, mandou um capitão com vinte soldados, para suprirem a falta dos que têm fugido.¹⁸⁵

Aconteciam, é claro, os problemas naturais de disciplina, como lhe manda dizer o bispo do Pará, encarregado do governo durante sua viagem: *um peralvilho que é um Manuel de Sousa Braga, soldado desta Praça, o qual, entrando na aldeia de Santana de noite, roubou uma índia, com quem andava concubinado, obrando outras muitas violências.*¹⁸⁶ Os índios da aldeia de Santana, vizinha à nova povoação, eram em grande parte responsáveis por seu abastecimento e por sua sobrevivência.

Dessa aldeia de Santana de Macapá e seus problemas Mendonça Furtado tratara com o próprio Pombal.¹⁸⁷ Um sertanista, Francisco Portilho de Melo, baixa gente para ela em fevereiro de 1753¹⁸⁸; em abril Mendonça Furtado lhe escrevia dando instruções diretas.¹⁸⁹ Em outubro de 1754 leva-o para o Negro, substituindo na administração da aldeia. Mas o tom é de desconfiança: *para deixar de me acompanhar, não admito pretexto algum; e V. m. não tirará da Povoação o mais de que a precisa esquipação para a sua canoa, e de algum Principal que o acompanhe.*¹⁹⁰ Em fevereiro de 1756 o bispo respondia a carta do governador:



A. R. Ferreira, 1793(?); Alexandre Rodrigues Ferreira fez a primeira excursão científica; ele também segue o erro de La Condamine e distingue o Iapoque e o Vicente Pinzón; o Norte está à direita no mapa

A determinação que V. Ex^a me comunica a respeito de Francisco Portilho é legítima produção daquela constante inflexível retidão com que V. Ex^a sabe premiar os bons e castigar os maus. Este homem, abusando totalmente da piedade e comiseração que V. Ex^a praticou com ele, na conformidade das ordens de S. Maj., ainda que mudou de lugar, não reformou os costumes; porque, além da muita gente que extraiu da aldeia de Santana, ainda pelo que me consta, se conserva na positiva resolução de evacuar mais a dita aldeia, por cujo motivo o considero nos termos de ser recolhido à prisão na forma da Provisão número, a qual espero que se conclua brevemente, porque já expedi todas as ordens necessárias ao Capitão José Antônio Salgado, que se acha comandando o destacamento de Vila Viçosa. Reside o dito Portilho em um igarapé por detrás da aldeia que foi dos bocas; e como atualmente, vive sem receio, ao que me parece, espero que com pouco trabalho o cheguem a prender. Sendo assim, me parecia justo que ficasse recolhido na Fortaleza da Barra, por ser a prisão mais segura que temos; pedia licença para o remeter para o Reino; pela frota executarei a ordem, que me vier. Mas antes de a executar terei o cuidado de lhe pedir uma exata conta de todos os índios e índias que tirou da referida aldeia, obrigando a repor todos, assim os que conserva em seu poder como os que entregou a seus irmãos Nicolau Portilho e Domingos Portilho, dos quais me enviou o Ajudante José de Barros uma total relação. Desta importantíssima matéria informarei a V. Ex^a brevissimamente, porque mais ou menos dia espero aqui este novo hóspede.

Já em pleno conflito com os jesuítas — em 1755 fora retirada a jurisdição temporal que esses tinham sobre os índios –, provocado pela desconfiança de que estavam contra a demarcação das fronteiras, pela ambição do que imaginavam como sendo bens incalculáveis e, sobretudo, pela competição que faziam, velada ou abertamente, pelo poder, Mendonça Furtado começara a fundar suas próprias aldeias¹⁹¹. Era um prenúncio do terrível sistema de diretórios que os irmãos instituiriam, que começaria com a promessa de liberdade para os índios, mas que seria decisivo, segundo Capistrano de Abreu¹⁹², para conter o grande esforço de povoação de que eles mesmos eram parte.

Mas a preocupação com a defesa da região ante os franceses era constante, e ela devia começar por Macapá¹⁹³, para onde, como *chave das Amazonas*, se deviam transportar *algumas das peças de artilharia que estão à porta da Alfândega, e munições competentes*¹⁹⁴. Ao mesmo tempo escrevia a Pombal dizendo que para cumprir a ordem do rei para fortificar Macapá necessitava de engenheiro, administrador, operários especializados, cal... E concluía:

para se fazer a obra com segurança será necessário que Sua Majestade ordene que todos os navios da frota, até as naus de guerra inclusive, tragam por lastro pedra de Alcântara, para cá se fazer a cal para a dita obra...¹⁹⁵

A 4 de fevereiro de 1758, finalmente, passando outra vez pela povoação, presidiu a sua elevação a vila: Vila de São José de Macapá.¹⁹⁶ Com seu meio milhar de habitantes, era sem dúvida um dos maiores centros urbanos do norte, e merecedor da regalia.

Em março de 1759, Mendonça Furtado foi substituído por Manuel Bernardo de Melo e Castro. Tornou-se secretário de estado em Lisboa. De lá dirigiu ainda, com Pombal, os negócios da Amazônia, até a morte de D. José I em 1777.

O FORTE

Finalmente o governador Fernando da Costa de Ataíde Teive aprovou projeto de Henrique Antônio Galúcio, que em 2 de janeiro de 1764, na presença do governador, começou a ser delineado no solo. A 29 de junho, foi lançada a primeira pedra no baluarte que levava o nome de São Pedro. Os outros baluartes receberiam os nomes de Nossa Senhora da Conceição, de São José e Madre de Deus¹⁹⁸. No ano seguinte, por ordem do governador, o projeto sofre modificação.¹⁹⁹ Mendonça Furtado, a tudo acompanhando, comunicava a aprovação do rei (isto é, de Pombal) e recomendava urgência nos trabalhos.²⁰⁰ Em julho de 1766, com os trabalhos de dois baluartes concluídos, Teive pede ao secretário

de estado 74 peças de artilharia. Antes do fim do ano, recebe 58 peças grandes e, em maio do ano seguinte, mais 4.²⁰¹



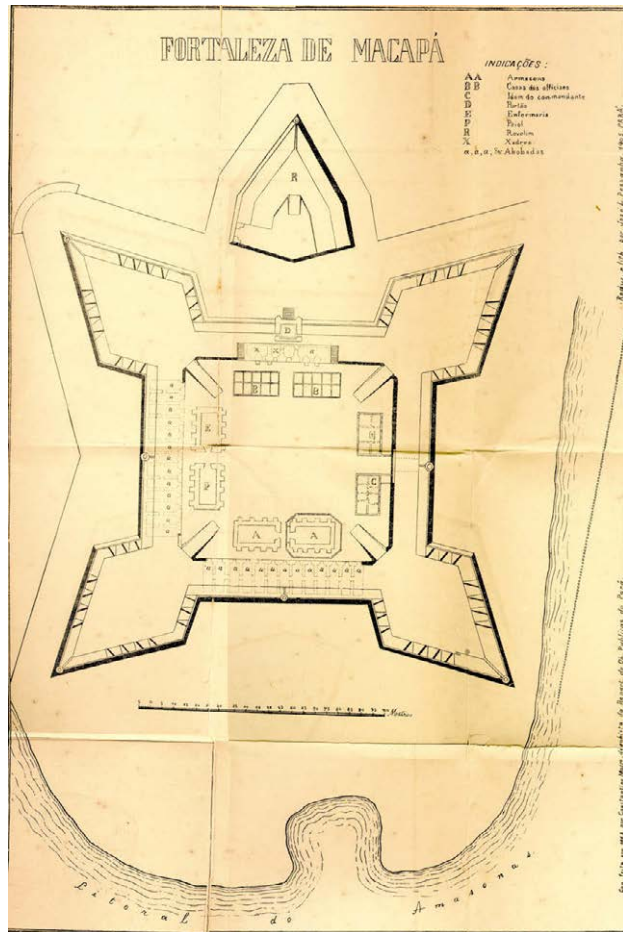
Capela do forte de São José de Macapá

Em outubro de 1769 morre Galúcio, segundo tudo indica de problemas mentais.²⁰²

Sua morte trazia à obra da fortaleza um sério transtorno, tanto mais quando ele, cioso do seu plano, jamais o mostrara aos oficiais engenheiros que com ele trabalhavam; mas o comandante da praça, mestre-de-campo do 1º terço de infantaria auxiliar de Belém do Pará, Marcos José Monteiro de Carvalho, conhecendo de perto o fato, sabendo que Galúcio morrera às cinco e meia horas da manhã, apresentou-se às seis horas em sua casa e fez a apreensão de todos os desenhos, plantas e estudos da fortaleza²⁰³.

O engenheiro Gronfelds assumiu então a direção. As obras internas estavam acabadas em 1771. A partir daí o trabalho quase para. O maior esforço é dedicado a reforçar o baluarte de S. José, construído sobre terreno pantanoso que cedia. No dia do santo padroeiro, 19 de março, no ano de 1782, quase como uma formalidade, foi inaugurada. Já começara, entretanto, seu abandono. Abandonada ao mesmo tempo foi a pequena vigia erguida na foz do igarapé Curiau desde 1761, que permitia avistar um largo trecho do rio-mar não avistado desde Macapá.²⁰⁴

Já em 1793 o governador D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho — também irmão do principal ministro, já agora D. Rodrigo de Sousa Coutinho — fazia um relatório das condições defensivas da Capitania do Pará que traçava um quadro pretensamente otimista, mas sombrio. Tudo era precário em termos físicos e de pessoal:



Molta, 1868, reproduzido por Artur Viana em *As Fortificações da Amazônia*

contudo em Macapá, onde fora preciso mais tropa do que aquela que permite o número de seus habitantes, e dos de Mazagão temos menos do que havia naquele tempo pelas ausências e mudanças de muitas famílias daquela vila, e principalmente de Vila Vistosa, que está quase abandonada.²⁰⁵

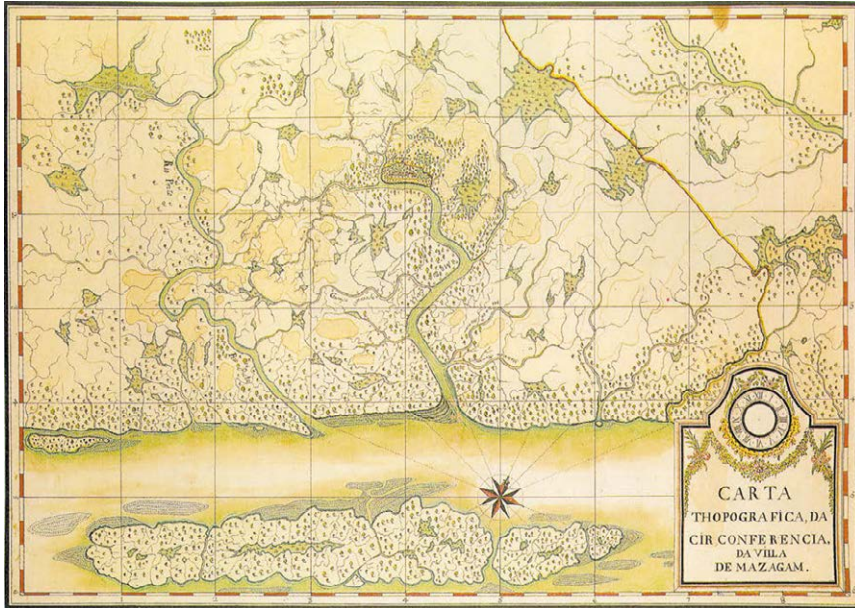
A artilharia estava em *deplorável estado*.²⁰⁶ Mas a praça de Macapá não tem ruína alguma além da que experimentou logo que se parou com a obra e o estado em que se parou é o mesmo em que está, faltando-lhe consequentemente as obras exteriores, que se não fizeram.²⁰⁷

Desde 1776 o governo francês — que em 1763-1766 perdera o Quebec para os ingleses e fora forçado a ceder a Louisiana (todo o oeste do Mississípi) para ingleses e espanhóis — decidira que seria estabelecido um posto na fronteira da Guiana, no *Vincent Pinçon*, na realidade o Maiacari. *De lá Sua Majestade pretende traçar uma linha reta de Este a Oeste para fixação dos limites*.²⁰⁸ O ordenador da Guiana, Malouet, em junho de 1777, criou o posto e em fevereiro de 1778 uma missão franciscana, pouco depois transferida para a margem esquerda do Cunani e considerada por eles como a fronteira de direito.²⁰⁹

Em 1781 o novo governador, barão de Bessner, invocando o Tratado de Utrecht, considerou que o *Vincent Pinçon* era a entrada meridional do canal de Maracá e que a fronteira devia seguir o curso do Macari, que seria um ramal do Araguari. No ano seguinte ele começou aí o forte de *Vincent Pinçon*, levado em 1783, junto com uma missão, para a beira do lago Macari.²¹⁰ Ele encarrega em seguida o engenheiro Simon Mentelle de examinar se seria possível simplificar a fronteira, trocando este *Vincent Pinçon* pelo canal principal do Araguari, em troca de alguma compensação. Mas em sua morte Cunani e Macari foram abandonadas por padres e soldados.²¹¹

D. Francisco de Sousa Coutinho, em 1791, mandou fazer um reconhecimento até o Oiapoque. Descobriu as duas aldeias, que evacuou, e imediatamente criou três postos portugueses: na margem esquerda do Furo Grande do Araguari (que ainda existia), na margem norte do Araguari e na margem norte do Sucuriju.²¹²

Do lado português, em 1769 Pombal, tendo que abandonar a velha fortaleza de Mazagão na costa do Marrocos, decidira criar uma Vila Nova de Mazagão na foz do Anaueraucu, próximo a Macapá, e para aí transferir, desde a África, sua população de cento e sessenta e três famílias negras.²¹³



Anônimo, séc. XVIII;
os arredores da nova Mazagão; a vila é a pequena mancha
avermelhada no centro e ao alto

COMO SE VIVIA NO FIM DO SÉC. XVIII

Capistrano de Abreu traçou o retrato definitivo da vida da população amazônica trezentos anos depois do descobrimento:

Na baixada amazônica o predomínio da água e da mata restringia as ocupações agrícola e pastoril. Lavoura existia apenas nas proximidades dos povoados maiores, limitada à cana, ao café, a poucos cereais e à mandioca:

esta desfazia-se em farinha-d'água, mais resistente à umidade; o tucupi ou manipuera dava um molho apreciado; cru servia também para apanhar aves. O gado vacum criado na ilha do Marajó, perto do Paru, em Óbidos, no Tapajós, nos campos do rio Branco, não chegava para o consumo interno. De gado cavalariço ainda menos se curava: as embarcações, desde a montaria, verdadeira sucedânea do cavalo, como o nome está indicando, até as grandes canoas, arqueando centenas de arrobas e durante parte do ano impelidas rio arriba pelos ventos gerais, eram o quase exclusivo meio de transporte.

O povo alimentava-se de peixe, fresco, pegado diariamente pelos múltiplos e engenhosos processos recebidos dos indígenas, ou salgado, como o pirarucu, a tainha e o peixe-boi; de tartaruga, mais abundante à medida que se caminhava para oeste, ou porque assim estivesse distribuída originariamente, ou por se não ter adiantado tanto por aquelas bandas a obra de devastação. Verdadeira vaca amazônica, gado do rio como a chamavam, podia-se guardar às centenas em currais, e fornecia manteiga; a gema do ovo de uma espécie tomava-se com café, como leite. Sua manteiga, além de condimento usual, fornecia iluminação; o casco, sem brilho e por isso imprestável para obras delicadas, empregava-se como vasilha.

A extração de produtos florestais, cacau, salsa, piaçava, cravo, ocupava a maioria da população masculina em certas quadras do ano, marcadas pelas enchentes e vazantes do rio-mar, durante as quais as aldeias ficavam reduzidas a velhos, meninos e mulheres. Estas fabricavam louça, pintavam coités, não raro reveladoras de talento artístico, fiavam e teciam. A seringueira, já conhecida e utilizada, entrava apenas no fabrico de objetos caseiros, como o que lhe deu o nome, ou no tornar impermeáveis botas e tecidos. Nem de longe se poderia ainda prever a importância que lhe adveio depois de descobertos os modernos processos de manipulação.²¹⁴

A COLÔNIA CHEGA AO FIM

TRATADOS IMPOSTOS

A filha de D. José I, D. Maria I, governou com o marido e tio, a quem fez chamar Pedro III, e fez uma política de conciliação, que começou com o afastamento — e julgamento, e banimento — de Pombal e seus aliados. Em 1786 ficou viúva, e em fins de 1791, louca. Seu filho D. João, embora só fosse feito formalmente Príncipe Regente em 1799, governou desde 1792, sobretudo com D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares.

Era a época da maior transformação por que passou o Ocidente. Em 1789 acontecera a revolução francesa. Depois da agitação, que culminara com o terror, formara-se um novo tipo de governo, o Diretório. Começava a surgir a figura decisiva de Napoleão Bonaparte.

Em 1797 o Diretório pretendeu impor tratado que dizia que o Vicente Pinzón era o Calçoene. O ministro plenipotenciário de Portugal, Antônio de Araújo Azevedo, conde da Barca, criando dificuldades, foi convidado a deixar a França em 24 horas (em 26 de abril de 1797)²¹⁵; tentou mais tarde comprar a ratificação francesa, tendo-se invertido as posições: os franceses já achavam pouco o que exigiam, o declararam *nul et non avenu*, os portugueses agora achavam suficiente e o ratificaram — e acabou preso, entre dezembro de 1797 e março de 1798, na torre do Templo²¹⁶. A 1º de julho de 1798 Talleyrand assume o comando da política externa francesa²¹⁷.

Em 1801 Napoleão provocou a invasão de Portugal pela Espanha e novo tratado, a ser assinado por Lucien Bonaparte. Quando o tratado está pronto, chegam instruções ainda mais severas. Os negociadores resolvem assiná-lo com data anterior, para evitar recomeçar as discussões²¹⁸. Assim o de Badajós, de 6 de junho de 1801, entre Portugal, França e Espanha, que fixava a fronteira no Araguari. O futuro imperador não engoliu a desculpa e mais uma vez se recusou a ratificá-lo²¹⁹. A 29 de

setembro o Tratado de Madri estabeleceu a fronteira no Carapanatuba (próximo a Macapá)²²⁰. Pouco depois, em Amiens, na efêmera paz entre a Inglaterra, a França, a Espanha e a Holanda, em 25 de março de 1802, a divisa era posta de volta no Araguari. Finalmente, a 27 de outubro de 1807, o Tratado de Fontainebleau, entre França e Espanha, repartia Portugal e deixava para resolver depois os despojos do Brasil.²²¹ Nada disso teve qualquer consequência, já que não eram verdadeiros tratados, mas imposições crescentes da mais poderosa das França.

A FUGA PARA O BRASIL

Os franceses não tinham como ser contidos. Em 27 de novembro de 1807, ante a invasão napoleônica, três dias antes das tropas de Junot entrarem em Lisboa, D. Rodrigo conseguiu embarcar a rainha louca, D. Maria I, o Príncipe Regente, e mais de 15.000 pessoas em 8 naus, 4 fragatas, 3 brigues, uma escuna, numerosas charruas e navios mercantes. Era a realização precipitada de um sonho longamente acalentado — a *doidice de rei sisudo*, do famoso diálogo de Martim Afonso e D. João III, a proposta de Vieira para D. João IV, a de D. Luís da Cunha a D. João V. Ao chegar, ainda na Bahia, D. João declarou aberto os portos às nações amigas.

A 1º de maio de 1808 D. João denunciou formalmente aqueles tratados.²²² Já assinara declaração de guerra a 22 de março. Com os dois amigos de José Bonifácio (que ficou lutando em Portugal), o conde de Linhares e D. Tomás Antônio de Vilanova Portugal, criou um vasto programa *desenvolvimentista*: a permissão de estabelecer-se indústria, de ter-se imprensa, a criação do Banco do Brasil etc. E começou a governar o Brasil.

CAIENA PORTUGUESA

Enquanto em Portugal a luta se fazia pela resistência à ocupação pelas forças francesas comandadas por Junot, no Brasil resolveu-se garantir as fronteiras de Utrecht. Os governadores do Pará há muito tomavam

posições firmes em relação aos franceses de Caiena. Esta era a atitude de D. Rodrigo: já em 1796 escrevera ao irmão, D. Francisco de Sousa Coutinho, então governador do Pará, que *viendo grande probabilidade de poderdes conquistar a Ilha de Caiena e domínios franceses na Guiana, assim o façais* ²²³ Em janeiro de 1802, D. Francisco recebeu correspondência do governador Victor Hugues anunciando expedição científica ao Amazonas. Era o começo de uma fantasiosa invasão abortada. A viagem da galeota *Musette*, mandada acompanhar por D. Francisco desde que chegasse ao Araguaari, durou somente seis dias.



Cassini, 1798; no fim do séc. XVIII, esta carta italiana registra os governos do Pará e Maranhão já separados, e o limite da *Colonie Francesi* passando junto ao Oyapock

Em 1808, o novo governador do Pará, capitão-general e tenente-general José Narciso de Magalhães de Meneses, seguindo um plano concertado com o

ministro do exterior inglês, George Canning ²²⁴, determinou a D. Rodrigo que agisse para *reintegrar primeiramente as nossas fronteiras ao que eram antes do infeliz Tratado de Badajós e Madri e para destruir Caiena com o socorro dos ingleses.* ²²⁵ Caiena se notabilizara por ser, desde 1797, o local

de confinamento dos deportados políticos; a população se sentia intranquila, sem confiança nas autoridades francesas. Em 27 de outubro de 1808, partiu de Belém expedição chefiada pelo tenente-coronel Manuel Marques com 751 homens²²⁶. Acompanhou os portugueses uma flotilha inglesa sob o comando de James Lucas Yeo, sobrinho de sir Sidney Smith, almirante inglês.²²⁷

A 12 de novembro de 1808, atingiu o cabo Norte. No dia 14 de dezembro, ocuparam a pequena povoação francesa no Oiapoque; o forte Saint Louis estava coberto por mato²²⁸. Foi celebrada uma cerimônia de juramento à bandeira de Portugal no dia 12. A 6 de janeiro de 1809, as forças portuguesas desembarcaram na Ilha de Cayenne, tomando em seguida os fortes Diamant e Degrad de Cannes. Prepararam o assalto à cidade, mas antes do ataque o governador Victor Hugues se rendeu.²²⁹

A 8 de janeiro de 1810, instalou-se um governo português chefiado pelo desembargador João Severiano Maciel da Costa²³⁰ (futuro marquês de Queluz, presidente da primeira Assembleia Constituinte e membro do primeiro Conselho de Estado do Império). A população aceitou com naturalidade a ocupação e durante o seu longo governo não houve incidentes.

NOVOS TRATADOS

Acompanhando a evolução dos acontecimentos na Europa, em 1810 Portugal e Inglaterra assinaram um tratado no Rio de Janeiro em que a Inglaterra se comprometia a ajudar Portugal a estabelecer os limites no norte do Brasil de acordo com a interpretação portuguesa do Tratado de Utrecht. Em 1814, com a queda de Napoleão, o Tratado de Paris entre França e Inglaterra estabeleceu a devolução de Caiena. D. João se negou a cumprir o acordo, de que não fora parte. Mandou o conde de Palmela, Antônio de Saldanha da Gama, e D. Joaquim Lobo da Silveira negociarem em Viena, com Charles Maurice de Talleyrand-Périgord, o representante francês, e lorde Robert Stewart, viscount Castlereagh, o representante inglês, uma convenção. Assinada a 12 de maio, ela precedeu a resolução do Congresso de Viena, de 9 de junho de 1815, pela

qual Portugal devolvia a Guiana até o Oiapoque, *limite que foi sempre considerado por Portugal como o fixado pelo Tratado de Utrecht*, e os dois países comprometiam-se a fixar definitivamente os limites logo que possível. No ano seguinte a França mandou ao Rio de Janeiro o duque de Luxembourg para tratar da transferência. A 5 de setembro de 1816, D. João VI mandou devolver a Guiana.²³¹

A 28 de agosto de 1817, novo tratado em Paris precisou que a devolução seria até o Oiapoque, esclarecendo que sua embocadura estava entre o 4º e o 5º graus de latitude setentrional e até o 322º graus de longitude a este da Ilha de Fer, e dele seguindo pelo paralelo de 2º24' de latitude setentrional até a fronteira com a Guiana Holandesa (atual Suriname).²³²

Embora a Convenção de Paris determinasse, em seu artigo 2º, que *se procederá imediatamente das duas partes à nomeação e envio de comissários para fixar definitivamente os limites das Guianas francesa e portuguesa, conforme ao sentido exato do artigo VIII do Tratado de Utrecht*²³³, fixando o prazo de um ano para conclusão dos trabalhos, o único ato que se seguiu foi a devolução da Guiana.

No dia 8 de setembro de 1817, o tenente-coronel Manuel Marques e o conde Carra-Saint-Cyr presidiram à devolução de Cayenne. Consta que o governador francês teria ficado impressionado com a tristeza dos colonos franceses ante a mudança de governo, e comentado, dirigindo-se ao secretário de governo, tenente Mafra:

...é espantoso, senhor Secretário, que franceses, vendo drapejar as cores nacionais, signo da dominação francesa, vertam lágrimas de saudade pela dominação anterior; faço votos por que, ao término de minha administração, receba demonstrações semelhantes.²³⁴

INDEPENDÊNCIA E IMPÉRIO

Em 1815 o Brasil tornou-se Reino. Posta a igualdade do Brasil com Portugal e Algarve, na prática o Rio era a capital do Reino Unido. Em Portugal, desaparecido o fantasma francês, clama-se pelo antigo *status*. Em 1816

morreu D. Maria I e D. João tornou-se rei. José Bonifácio de Andrada e Silva deixou a Real Academia de Ciências, onde era Secretário Perpétuo, e retornou ao Brasil em 1819. A 24 de agosto de 1820, houve uma revolução constitucionalista no Porto. Convocaram-se Cortes. Pressionado, a 24 de maio de 1821, D. João VI partiu com 4 000 pessoas, deixando D. Pedro como regente. A 9 de janeiro de 1822, D. Pedro rejeitou a pressão para também voltar a Portugal, no *Dia do Fico*. A 16, pela primeira vez, o novo reino teve um ministro brasileiro, José Bonifácio. A 6 de agosto foi lançada a palavra do Andrada assinada pelo príncipe: o Brasil *proclama à face do universo a sua independência política*. A 7 de setembro o riacho Ipiranga ouviu nosso grito.

Em 1832 o novo rei francês, Luís Filipe, o rei-cidadão, restabeleceu uma política expansionista. Em 34/35 o Instituto Francês e a Sociedade Geográfica de Paris²³⁵ declararam que o Vicente Pinzón era o Araguari. A 29 de agosto de 1836, o governador de Cayenne, Laurens de Choisy, comunicou ao governador do Pará, general Soares de Andréia, haver ocupado até o Araguari, de acordo com o Tratado de Amiens (que, é claro, nunca tinha estado em vigor e então estaria claramente suplantado pelo Tratado de Viena e pela Convenção de Paris). Em Paris o embaixador Araújo Ribeiro conseguiu ordem para a evacuação do território, o que foi feito a 10 de julho de 1840²³⁶.

A 29 de abril de 1840, o capitão engenheiro José Freire de Andrade procedera à instalação da Colônia Militar D. Pedro II no Araguari, a uma légua da fazenda de João Manuel Ferreira, estabelecido no Araguari desde 1821²³⁷.

No ano seguinte, um acordo, aliás uma troca de notas (5 de julho — 18 de dezembro de 1841), resolveu reconhecer um território contestado e declará-lo neutro. Esse novo território contestado se estendia do Oiapoque ao Amapá Pequeno, onde estivera o posto evacuado em julho de 1840.²³⁸

A ocupação do território pelo Brasil era muito concreta. Em Amapá já havia brasileiros em 1836²³⁹. Quando foi desativado o posto francês, eles criaram um pequeno povoado na margem esquerda do rio. Em 1849 eram 23 habitantes; em 1857, 158. Em 1847 Procópio Rola e Lira Lobato, de Macapá, eram criadores de gado na fazenda Nazaré, no Aporema²⁴⁰. Ainda em 1857 em Cunani, havia 40 brasileiros e um francês de pas-

sagem, e em Caciporé moravam 80 pessoas, dos quais alguns crioulos de Caiena.

Depois da independência vários movimentos nativistas surgiram ao longo do Brasil. Na Amazônia foram os cabanos. A 7 de janeiro de 1835, Félix Antônio Clemente Malcher assumiu um governo revolucionário. Bernardo Lobo de Sousa, presidente da província, foi assassinado. Macapá e Mazagão rejeitaram o governo (e o dinheiro, o que tinha consequências mais imediatas) cabano. Alguns cabanos se refugiaram nas ilhas de Santana e Vieirinha, mas, em 20 de dezembro de 1835, foram atacados e expulsos.

NEGOCIAÇÕES EM PARIS

Um gaúcho, Joaquim Caetano da Silva (Jaguarão, 1810, Niterói, 1873), doutor em medicina pela Universidade de Montpellier, sócio de várias sociedades científicas, cônsul-geral do Brasil na Holanda, desde 1850, se dedicou a estudar a questão do Oiapoque e da fronteira com a Guiana Francesa. Fez a leitura de uma primeira memória — *Memória sobre os limites do Brasil com a Guiana Francesa, conforme o sentido exato do artigo oitavo do Tratado de Utrecht* — no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nas sessões de 10 e 24 de outubro de 1851, diante do imperador. Continuou aprimorando seu trabalho, até que o apresentou à Sociedade de Geografia de Paris em 19 de fevereiro de 1858. A esta versão chamou de *L'Oyapock et l'Amazonie*.²⁴¹

Só em 1855 o visconde do Uruguai, Paulino José Soares de Sousa, iniciou negociações em Paris com o barão His de Butenval²⁴². A França tinha desde 1848 novo imperador, Luís Napoleão, que insistia no Araguari. As negociações foram demoradas e pouco produtivas, embora Uruguai apresentasse abundante documentação. Napoleão III teria mudado de ideia ao ler o memorial de Caetano da Silva e dito que ele valia por um exército²⁴³ — mas a França não mudou de atitude.

Finalmente em 1857 resolveram fazer um levantamento conjunto da região. Só o capitão-tenente José da Costa Azevedo (futuro barão de Ladário), representante brasileiro, apareceu para os trabalhos, que ini-

ciou em 27 de outubro 1858; o francês, tenente Carpentier, e sua equipe não fizeram sua parte. Costa Azevedo apresentou seu relatório em 27 de outubro de 1861. Fizera a exploração científica da costa, do Maracá ao Oiapoque, e do Caciporé, do Cunani, do Calçoene, do Maiacaré, do Amapá.²⁴⁴

Em 28 de junho de 1862, foi assinada declaração conjunta estabelecendo jurisdição das cortes de cada país sobre seus respectivos naturais na região já chamada de Contestada²⁴⁵.

LA RÉPUBLIQUE DU COUNANI

O OURO OU *LA COULEUR*

No Arouague, no sul da Guiana, o antigo sonho do ouro, que havia perseguido os guianenses desde os primeiros tempos, obcecando alguns, como os dois governadores D'Orvilliers, atingia o comerciante e funcionário local, Félix Coüy. Ele interessou um brasileiro, Manuel Vicente. Este foi buscar no Pará o patrocínio e a ajuda de um comerciante português, Jardim de Lisboa. Finalmente surgiu o personagem decisivo: Paulino, um dos empregados de Lisboa que havia trabalhado em Ouro Preto.²⁴⁶

Bateia à mão, Paulino subiu o Arouague, depois o Arataye, até o riacho Aïcoupaïe, onde, em 1854, descobriu o primeiro ponto economicamente interessante. No ano seguinte ele mostrou as primeiras 60 gramas de ouro que encontrou a um antigo cônsul da França no Pará, Prosper Chaton. Este levou-o de volta a Coüy.²⁴⁷ Em pouco tempo instalava-se a febre. Todos buscavam *la couleur*, o ouro.

A situação econômica da Guiana, que nunca fora boa, era péssima desde a abolição da escravatura, em 1848, por Napoleão III.²⁴⁸ Foi anarquicamente, sem ter quem bancasse grandes investimentos, que começou a exploração. Só aos poucos começaram a surgir as primeiras companhias com investimento europeu. Começaram também as primeiras imigrações de hindus, já presentes na Guiana Inglesa.²⁴⁹ Só na década de 1860, a situação se reverte, começam os *placers* (o nome espanhol *placer*, para os locais onde o ouro aparece em meio à areia ou ao cascalho, se institucionalizara na corrida do ouro do extremo-oeste americano e foi transposto para as Guianas) verdadeiramente rentáveis e começa a entrar muito dinheiro em Caiena.

N° 2 : 10 centimes. Tirage à 10.000 ex. 10 AOUT 1887. 14

LES NOUVELLES

DE FRANCE ET DES COLONIES

JOURNAL OFFICIEL DE LA RÉPUBLIQUE "LA GUYANNE INDÉPENDANTE"

PARAISSANT DEUX FOIS PAR MOIS

<p style="text-align: center;">RÉDACTION et ADMINISTRATION</p> <p style="text-align: center;">PARIS, 18, Rue du Louvre S. RICHARD, DIRECTEUR</p>	<p style="text-align: center;">ABONNEMENTS</p> <p>FRANCE, UN AN. 10 fr.</p> <p>ÉTRANGER, UN AN. 15 fr.</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p style="text-align: center;">PARTIE OFFICIELLE</p> <p>Par décrets signés à Venves par le Président à vie de la République de la Guyane Indépendante, sur la proposition du grand-chancelier :</p> <p>M. Guigues (Jean-Ferréol) est nommé Ministre d'Etat; Grand-Chancelier de l'Ordre de l'Etoile de Coussani;</p> <p>M. Quartier (Paul) est nommé Intendant Général du palais de la Présidence;</p> <p>M. Bosses (Louis), publiciste, est nommé Agent Général de la République de la Guyane Indépendante, la Légation de Paris, 18, rue du Louvre.</p> <p style="text-align: right;">Signé: Jules Gros.</p> <p style="text-align: center;">DÉCRET</p> <p style="text-align: center;">MODIFIANT LA LOI ORGANIQUE DU 29 AVRIL 1887</p> <p>L'Ordre de l'Etoile de Coussani comprend :</p> <ul style="list-style-type: none"> 1° Le Président de la République, chef souverain et grand-maître de l'Ordre. 2° 10 grands-croix; 3° 20 grands-officiers; 4° 30 commandeurs; 5° 100 officiers; 6° chevaliers en nombre illimité. <p>La décoration est une croix à quatre branches.</p> <p>Le centre de la croix représente d'un côté une étoile avec cette exergue: <i>Liberté, Justice</i>.</p> <p>De l'autre côté: République de la Guyane Indépendante.</p> <p>Les quatre branches de la croix sont raillées entre elles par une couronne d'olivier; elles sont émaillées en blanc, la couronne en vert.</p>	<p>La croix est d'argent pour les chevaliers, d'or pour les officiers et les grades supérieurs. Le fond du ruban est rouge, il est traversé au centre par une bande noire, les lièrres sont terminés par un filet noir.</p> <p>Les chevaliers portent la décoration suspendue par le ruban de l'Ordre. Ils peuvent se porter que le ruban, à la boutonnière gauche.</p> <p>Les officiers la portent de même, mais avec une rosette rouge traversée par une bande noire au milieu.</p> <p>Les commandeurs portent la croix suspendue au cou par le ruban de l'Ordre, lequel est pour ce grade de deux centimètres plus large que celui des officiers et des chevaliers.</p> <p>Les grands-officiers et les grands-croix portent avec le crochant, sur le côté droit, le ruban en sautoir, partant de l'épaule droite à la hanche gauche, où la croix se trouve suspendue. La croix pour ces grades est de 70 millimètres de diamètre.</p> <p>Ont été promus dans l'Ordre de l'Etoile de Coussani.</p> <p style="text-align: center;"><i>Au grade d'officier:</i></p> <p>M. Auguste Pasdeloup, éditeur de musique à Paris.</p> <p style="text-align: center;"><i>Au grade de chevalier:</i></p> <p>MM. Jules Guay, négociant à Paris. Victor Kerkove, négociant à Paris. Emile-Jean-Pélie Gros, secrétaire de l'Institut colonial de Paris. Howard Simondia, industriel à Paris. Pravot, conseiller d'arrondissement, maire de Venves (Belize). Jean-Provost Bourrel, négociant à Paris. Jean Rival, conseiller municipal, à Venves (Belize). Dullier, publiciste. Louis-Henri-Battus de Presti, Jean, représentant de commerce.</p> <p style="text-align: right;">Signé: Jules Gros.</p>	<p style="text-align: center;">PARTIE NON OFFICIELLE</p> <p>Nous remercions nos confrères de la Presse parisienne et de la Province, de l'excellente urbanité avec laquelle ils ont accueilli la fondation de la Nouvelle République de la Guyane Indépendante.</p> <p style="text-align: center;">LA RÉDACTION</p> <p>Les bureaux de la Rédaction de la Guyane Indépendante sont installés, 18, rue du Louvre, à Paris où le chargé d'affaires et l'Agent général de la République seront visités tous les jours de 2 à 4 heures.</p> <p style="text-align: center;">Lettre de M. H. Coudreau à M. Jules Gros</p> <p style="text-align: right;">Cavenne, 2 juin 1887.</p> <p>Mon cher ami,</p> <p>A vous et à tous les vôtres, salut. Me voici arrivé, après la plus banale des traversées.</p> <p>La saison des pluies se prolonge ici, cette année, outre mesure. Je ne pourrai me rendre dans l'intérieur qu'au commencement de mois prochain. Je vais utiliser ce dernier mois d'hivernage à faire une excursion aux placers Sainte-Elle, la plus importante exploitation aurifère de la colonie. Au retour, je prendrai par l'Approuague et les Emerillons, pour me rendre aux Tomac-Humac. Un nouveau conteste vient de surgir, qui est très brillant: celui avec la Hollande, depuis qu'on a découvert sur la rive gauche de l'Acadassé gisements aurifères d'une richesse stupéfiante. Inutile de vous dire que je m'en</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Les Nouvelles de France et des Colonies, Journal Officiel de la République "La Guianne Indépendante" era o órgão de propaganda da aventura de Jules Gros, Jean-Ferréol Guigues e Paul Quartier; como se pode ver, Coudreau mantinha relações com Gros; mas era também ligado aos brasileiros da região; no exemplar de La France Equinoxiale, seu livro fundamental para o conhecimento da região, existente na Biblioteca Histórica do Itamarati, entre as inúmeras anotações de próprio punho do barão do Rio Branco, uma corrige Trajane Benito, grafado por Coudreau, para Trajano Benites; neste trecho Coudreau afirmava que em 1883 Trajano lhe pedira: volte entre nós com funcionários franceses

Félix Couÿ foi assassinado em 1863 por um brasileiro, um Paiva, logo condenado à morte e executado²⁵⁰. Paulino continuou algum tempo como o personagem decisivo na busca do ouro. Mas logo foi substituído por pessoas com maior experiência e conhecimentos técnicos. Com a época das empresas não se têm mais notícias suas.

A CRIAÇÃO DAS CAPITANIAS

A busca do ouro se concentrava no Arouague, mas se estendia aos rios próximos. Era a serra que continha o ouro. Muitos garimpeiros se instalaram no território contestado.

Prosper Chaton desde 1858 fizera renascer a localidade de Cunani, tornando-a uma base para garimpeiros. Aí criou um sistema de capitania, constituído por um primeiro e um segundo capitães e um brigadeiro. Essa instituição se estendeu à pequena Amapá. Os capitães falavam em nome dos habitantes e tentavam solucionar os seus problemas. Nenhum deles tinha, no entanto, *autoridade positiva*²⁵¹, isto é, não havia uma formalização da estrutura de governo. Essa autoridade se esperava que viesse do governo francês, que, entretanto, não a exercia, nem podia exercer, em razão do estado de neutralidade do território.

Em 23 de outubro de 1886, ou talvez um pouco antes (em agosto de 1886 segundo Coudreau), o então capitão de Cunani, Trajano Benítez — que três anos antes pedira a Coudreau, que visitava Cunani, que voltasse trazendo consigo funcionários franceses —, proclamou:

Eu Trajano, Capitão Chefe do rio Cunani, Chefe da Capitania da Guiana Independente, em nome e delegado pelos principais negociantes e pela maioria dos habitantes declaro o que se segue:

- 1) Organizar no nosso país um governo que será República e reconhecido depois pelas duas potências, a França e o Brasil.
- 2) O governo em questão já tendo sido declarado e proclamado em mais de 10 reuniões públicas as quais assistiu o Sr. Guigues, explorador. Segue-se que queremos:

a) nos reger pelas leis francesas, quer dizer que adotamos o código francês como legislação de nosso país

b) que a língua francesa seja a língua governamental

c) ... nosso presidente, o Sr. Jules Gros...

Nossa república tendo sido declarada... pedimos a proteção dos Estados vizinhos.

Viva a França

Viva a República da Guiana independente...²⁵²



Moeda da *République de la Guyanne Indépendante*; Jules Gros operou, na Europa, uma imagem de nação independente, levada pouco a sério pela imprensa internacional; mas havia, pelo menos, uma base de realidade na adesão de homens como Trajano Benites e Eugène Voissien

Jules Gros era um escritor e geógrafo que vivia em Vanves, uma pequena cidade ao sul de Paris. Instalando-se com um aparato caricato, Gros dedicou-se a encontrar apoio político mas, sobretudo, financeiro. Nomeou um Ministério, com Jean-Férreol Guigues como presidente do Conselho e Paul Quartier como ministro de Obras Públicas. Instituiu títulos honoríficos, muito valorizados nesta época, e abertamente vendidos. Emitiu moeda e notas de 25, 50, 100 e 500 francos. Editou um diário oficial, *Les Nouvelles de France et des Colonies, Journal Officiel de la République "La Guyane Indépendante"*. Criou as armas e a bandeira do Cunani.²⁵³ Se expôs ao ridículo. Mas finalmente os governos francês e brasileiro se moveram e teriam impedido que chegasse ao território contestado — embora o governador em Caiena recebesse uma delegação de representantes distritais do Cunani.²⁵⁴

A REPÚBLICA DO CUNANI

FIRMINO

Em 5 de janeiro de 1894, dois brasileiros, Germano Ribeiro Pinheiro e Firmino,²⁵⁵ que talvez fosse seu irmão, explorando o alto Calçoene, acharam ouro. Mais ou menos na mesma época a mesma descoberta foi feita por Clément Tomba ou Tamba, um africano, provavelmente um dos muitos trabalhadores africanos livres migrados entre 1848 e 1865²⁵⁶. A zona aurífera, excepcionalmente rica, era pequena: oito quilômetros de comprimento por três de largura²⁵⁷.

O ouro era quase todo exportado por Caiena. E era contado como produção da Guiana. Essa, que vinha se mantendo em torno de 1500 quilos anuais há vinte anos, pulou em 1894 para cinco toneladas²⁵⁸. Com o ouro, toda a riqueza ficava com a Guiana e sobretudo com seus comerciantes. A população francesa explodiu. Os franceses ocuparam o Calçoene.

A situação de atrito, de fardoeste, se agravava. O capitão de Calçoene²⁵⁹ era Eugène Voissien. Esse resolveu barrar o acesso dos brasileiros às minas. A população do Contestado, embora tremendamente aumentada pela chegada de franceses e *créoles* de Cayenne, ainda era majoritariamente brasileira. Em Cunani viviam 286 pessoas, das quais só duas não eram brasileiras: uma era um português, outra um natural de Caiena. No Caciporé viviam 120 brasileiros; em Uaçá, viviam 80; no Curipi, 70; em Arucauá, 60 índios. Só em Amapá a população era maior: em 1899 lá viviam 600 pessoas, todas brasileiras.²⁶⁰ Os franceses se concentravam no Calçoene.



Rugendas, 1827;
uma mina de ouro no sul do país no começo do séc. XIX não diferia
muito das minas do território contestado na época dos conflitos

O TRIUNVIRATO

No dia 10 de dezembro de 1894, os brasileiros passaram à ofensiva na região do Cunani. Reuniram-se em Amapá os homens de maior prestígio, Francisco Xavier da Veiga Cabral, dito o Cabralzinho, Desidério Antônio Coelho, Manuel Gonçalves Tocantins. Desidério foi aclamado chefe do movimento.

Convocou-se uma Assembleia Geral do Cunani para o dia 26 de dezembro. Lavrou-se ata:

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro do ano de mil oitocentos e noventa e quatro pelas sete horas da noite [sic] na sala da Capitania do Amapá, achando-se reunidos grande número de habitantes e muitas famílias o sr. Desidério Antônio Coelho que, achava-se no governo deste distrito, abriu a sessão e agradecendo a nomeação do Capm. do lugar pediu

a sua demissão; foi então por ele mesmo lembrado da criação de um novo governo conforme o programa incluso a do Triunvirato e seus suplentes sendo eleitos por unanimidade para Presidente o reverendo cônego Maltez, Francisco X. da Veiga Cabral e Desidério Antônio Coelho. Suplentes: os Senrs. Raimundo Antônio Gomes, João Lopes Pereira, Manuel Joaquim Ferreira. Foi então nomeada uma Comissão para comunicar esta decisão ao Revmo. cônego Maltez, foi saudada por todos os presentes. Aceito o cargo, depois dos presentes terem prometido o seu apoio para que pudesse Governar [sic] com segurança. O ex-Capitão Eugênio Voizen [sic], declarou publicamente aceitar a nova forma de Governo, tendo sido nesta ocasião nomeado Cap. Honorário do Exército Amapaense. Tomaram a palavra os senrs. Franc^o X. da Veiga Cabral e Desidério Antônio Coelho, agradecendo a confiança que o povo do Amapá neles deposita elegendo-os membros do Triunvirato prometeram envidar todos os esforços no exato cumprimento de seus deveres. Também falou o Senr. Marcílio Bevilacqua que foi bastante aplaudido. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão depois de terem assinado todos os presentes. O 1^o Secretário *ad hoc* – Marcílio Bevilacqua.

Nota: Encerrada a sessão o Senr. Dr. Tocantins que achava-se presente ao ato tomou a palavra e em eloquente discurso felicitou o povo amapaense por ter tido a feliz inspiração de querer entrar no caminho da ordem e progresso escolhendo três cidadãos distintos para governarem o Território do Amapá e convidou a manter-se unido ao seu Triunvirato e dar-lhe todo o apoio a fim de que ele pudesse trabalhar pelo progresso da localidade. Foram levantados vivas ao Triunvirato, ao Estado do Pará, ao dr. Lauro Sodré, etc. R^o C^o Maltez Presidente – 1^o Vice-Presidente Francisco da V. Cabral – 2^o V. P. Desidério A. Coelho. Os seguintes Snrs. e Senras. estavam presentes. [Seguem cerca de cem assinaturas.]²⁶¹

O engenheiro Manuel Gonçalves Tocantins, um dos membros do governo provisório, retirou-se do triunvirato, em favor do cônego. Formado geógrafo em Liège, na Bélgica — publicara vários trabalhos científicos — e educador — ensinara na Escola Normal e dirigira o Colégio Marquês de Santa Cruz, em Belém — era sem dúvida um dos líderes intelectuais da nova república.

Embora nominalmente o cônego Maltez fosse o presidente do triunvirato, na prática o comando foi assumido por Cabralzinho.

Do mesmo modo que a república de franceses se referia às leis e poderes da França, de quem buscava proteção, os brasileiros subordinam-se publicamente ao Estado brasileiro e às constituições do Pará e do Brasil — colocando-se implicitamente sob a tutela do Estado brasileiro.

AS LEIS

O novo governo tinha a ideia clara da necessidade de estabelecer um estado de direito. Para isso eram necessárias leis. É preciso lembrar que a constituinte republicana era recente, e a nova Constituição o mais forte símbolo da União. Começaram portanto por uma lei fundamental:

Governo do Amapá

Art. I – A partir da data da 1ª sessão deste Governo fica abolido o antigo sistema de Capitania.

Art. II – O Território do Amapá será d’huje [sic] em diante governado por três cidadãos eleitos pelo povo o qual o Governo terá o título de Triunvirato do Amapá.

Art. III – Para substituir a qualquer um dos membros do Triunvirato serão eleitos mais três suplentes que os substituirão em todo [sic] por qualquer motivo de impedimento.

Art. IV – O Triunvirato exercerá amplo poder sobre o Território do Amapá, tanto quanto à parte Policial Judiciária como Municipal e Administrativa.

Art. V – O Triunvirato ficará obrigado a organizar as leis do País, fazendo em todo para que sejam Leis de paz e promovam a tranquilidade das famílias, segurança individual aos Cidadãos, aumento e progresso da localidade, servindo de base para as nossas leis a Constituição do Pará.

Art. VI – Para manutenção da ordem pública e fiel cumprimento das leis do País, o Triunvirato esforçará para o mais cedo possível organizar três ou quatro batalhões do Exército Defensor do Amapá fazendo ordem entre os Cidadãos mais prestantes da localidade.

Art. VII – Todo o cidadão será obrigado a prestar seu concurso para manutenção da ordem todas as vezes que para este fim for chamado pelo Triunvirato.

Art. VIII – Em consideração dos serviços prestados pelo ex-Capm. Honorário Eugênio Voizen fica o mesmo cidadão desde hoje nomeado Capm. honorário do Exército Amapaense, podendo usar o mesmo título sem nenhuma jurisdição do País.²⁶²

O decreto número 2 instituía um exército, sinal de que contavam com a própria população para uma possível luta pela garantia do novo estado:

Triunvirato do Amapá, 27 de Dezembro de 1894

Decreto nº 2

O Triunvirato do Amapá, eleito pelo povo, decreta o seguinte:

1º - Fica criado um Exército de Infantaria, defensor do Amapá, composto de quatro batalhões, tendo cada batalhão quatro companhias.

2º - É nomeado General Comandante Geral do Exército o Sr. Francisco Xavier da Veiga Cabral.

3º - São nomeados oficiais:...²⁶³

O 1º batalhão tinha como comandante o Coronel Antônio C. Vasconcelos. Integravam o estado-maior: tenente-coronel Bernardo Batista da Silva; major fiscal Raimundo Marcelino do Amaral; capitão-ajudante Antônio de Carvalho; alferes quartel-mestre Lucas Evangelista Pinheiro; alferes secretário Eliezer Leite. Suas quatro companhias eram comandadas pelos capitães Manuel do Nascimento Cardoso, Pedro Alcântara de Macedo e Lima, João Gualberto da Costa e Estêvão Antônio Alves.

O segundo batalhão era chefiado pelo coronel Joaquim Félix Belfort e suas quatro companhias pelos capitães Tertuliano Belfort, João Augusto da Silva, Félix Lopes de Sá e Pedro Henriques de Noronha Filho.

O terceiro batalhão era chefiado pelo coronel Antônio da Veiga Cabral e suas quatro companhias pelos capitães Cândido de Sousa Teles, Manuel Roiz de Oliveira, Damásio Pedro de Mininéia e João Florêncio Lameira.

O quarto batalhão era chefiado pelo coronel Antônio Pinto d'Almeida.²⁶⁴

O decreto número 5 era o Código Penal:

Para conhecimento de todos os residentes do Amapá e de acordo com a resolução do Triunvirato, publico o seguinte Decreto:

Decreto nº 5

O Triunvirato do Amapá eleito unanimemente decreta e manda publicar por edital desde já para os devidos fins o seguinte:

1º - Fica desde já abolida a prisão de qualquer cidadão em ferros ou troncos.

2º - Todo e qualquer indivíduo que faltar o respeito às famílias com palavras obscenas será processado sumariamente por este Triunvirato e será condenado a três meses de prisão, os quais cumprirá na Cadeia de São José do Pará, para a qual será remetido logo que incorra nessa pena.

3º - Fica marcada a pena de cinco anos de cadeia no máximo, três no médio e dois no mínimo a todo aquele que incorra no crime de ferimentos leves, na de quinze anos no máximo, dez no médio, cinco no mínimo, por ferimentos graves; na de vinte e cinco anos, no máximo, quinze no médio e dez no mínimo no crime de morte.

4º - Só este Triunvirato poderá comutar a pena dos réus e incursos nos arts. 2º e 3º deste decreto, de acordo com as atenuantes que em sua defesa apresentarem no curso do processo.

5º - Revogam as disposições em contrário.

Dado na Secretaria do Triunvirato do Amapá, em 19 de fevereiro de 1895.ass) Francisco Xavier Veiga Cabral, 1º Vice-Presidente; R. Gomes, 2º Vice-Presidente; João L. P., Suplente e secretário.²⁶⁵

O Decreto nº 6, de 18 de fevereiro de 1895, tratava do fisco:

...todo e qualquer cidadão que abater gado vacum para vender ao povo nesta cidade pagará por cabeça mil-réis vendendo a carne a 500 o quilo-grama, se porém cobrar mais de quinhentos réis por quilo pagará 5.000 réis por cabeça.

O art. 2º determinava que os direitos seriam pagos ao Presidente do Triunvirato, que estivesse em exercício, passando este o recibo.²⁶⁶

O Decreto nº 7, de 18 de fevereiro de 1895, tentava a coesão na defesa do território:

Art. 1º - Todo o indivíduo que tentar perturbar a boa marcha do governo deste Triunvirato, aconselhando o povo a cometer faltas desrespeitando as leis, sofrerá a pena de deportação para fora deste Território, por três anos.²⁶⁷

O Decreto nº 8 de 18 de fevereiro de 1895, tornou obrigatória a inscrição dos nascimentos e falecimentos. No art. 1º estabelecia:

Fica criado um cartório de registro civil.

E no art. 2º:

São obrigados os moradores deste território a participarem no cartório civil o nascimento de crianças e o falecimento de qualquer pessoa que lhes pertença.

Os infratores ficavam sujeitos à multa de cinco mil-réis ou prisão por três dias. Cada registro custava 1.000 réis, quando de nascimento; e quinhentos réis, o de óbito. As certidões davam direito a custas de mil-réis.

O art. 6º estabelecia que nenhum enterramento poderia ser efetivado sem primeiro os interessados fazerem as participações ao cartório do registro civil, sob a pena de multa de dez mil-réis ou prisão por cinco dias.²⁶⁸

As ordens administrativas também se faziam com formalidade. Em 19 de fevereiro de 1895, expediram instruções para o Inspetor do Cujubim:

Por ordem deste Triunvirato intimo vinte moradores dessa localidade, compreendendo também os do Lago Novo e Duas Bocas, para que com máxima brevidade reunidos tratem da limpeza do rego do Macari, sendo que quinze homens trabalham na limpeza e cinco tratam dos mariscos para

o sustento dos mesmos durante os dias de trabalho. A limpeza consiste em abrir para cada lado do rego duas braças, pondo bem retirado do canal o lodo e capim que cortarem. Faça-o compreender que trata-se da limpeza simplesmente em benefício dos moradores desses lugares.

Cumpra e faça-os cumprir sob pena de desobediência e prisão.

Ass.) Francisco X. Veiga Cabral, P. R.; Ant. G. 1º V. P.; João L. P., 2º V. P.²⁶⁹

TRAJANO

Neste momento ressurge Trajano Benitez. Assumindo uma atitude de contestação, provoca um manifesto:

Senhores Presidentes e membros do Triunvirato Amapaense.

O povo brasileiro residente no Counany leva ao conhecimento de V. Exas que o ex-capitão Trajano tem continuado a içar aqui a bandeira francesa, depois de ter por várias vezes rasgado e pisado o nosso pavilhão brasileiro e com impropérios tem sempre insultado a nossa cara Pátria Brasileira. Trajano, Exmos senhores, é brasileiro e essa razão mais influi para o seu grande crime. Um dos expostos, Trajano, tem metido em ferros e troncos cidadãos sem culpas nem crimes, cidadãos que aqui têm vindo por passeio e como não lhe davam somas, que exigia, sofriam tudo quanto martírio que Trajano e seus companheiros entendiam. Pedimos a V. Exas a deportação desses indivíduos deste nosso torrão, pois que aqui só servem de estorvos ao progresso do brasileiro.^{269a}

O Triunvirato respondeu:

Este Governo atendendo às constantes queixas que tem recebido contra o infame procedimento que aí tem tido o degenerado brasileiro Trajano e seus comparsas, de desrespeito à nossa cara pátria, tendo tido o arrojo de rasgar e pisar o pavilhão brasileiro, e perseguindo os nossos bons patrícios e patriotas, que não se têm querido sujeitar aos procedimentos como os

que acima ficam ditos. Atendendo que o fim de nosso governo é especialmente tratar do progresso deste território e mais, acabar de uma vez para sempre com os abusos até hoje praticados contra brasileiros RESOLVE este Governo expulsar deste território o infame e mísero brasileiro Trajano ... e seus companheiros de igual procedimento. Vão daqui encarregados deste Governo a capturar o indivíduo Trajano e demais culpados, o dr. Major Félix Antônio de Sousa, que tem como seus auxiliares o Cap. Luís Borralho Bentes, Ten. Sabino Leite e outros patriotas, que cumprirão as ordens dos encarregados desta diligência. Recomendamo-vos todo o vosso auxílio para o mais breve possível serem capturados os criminosos e nos serem apresentados aqui para terem o destino que merecem. Cumpram e façam cumprir sob pena de desobediência a este Governo. Cidade do Amapá, 25 de abril de 1895.^{269b}

Trajano foi preso em obediência a essas ordens. A descrição que se segue foi feita pelo comandante militar da Guiana, que procura mostrar isenção mas não pode deixar de, a um só tempo, se defender e se apaixonar.

TRAGÉDIA EM AMAPÁ

A LUTA

O comandante militar da Guiana, capitão Peroz, precisou fazer um longo relatório dos fatos graves que aconteceram a seguir. Ele foi publicado imediatamente no *Moniteur de la Guyane Française*, e traduzido e divulgado por Sílvio Meira²⁷⁰. Parcial, defensivo, ele é mesmo assim um extraordinário guia dos acontecimentos:

Caiena, 27 de maio de 1895

O comandante de batalhão Peroz, comandante das Tropas, ao Senhor Comissário Geral Charvein, Governador da Guiana.

Senhor Governador.

Destes ordem para que eu procedesse a um inquérito geral a respeito dos acontecimentos que acabam de ocorrer no território contestado, sobre o combate do Amapá e sobre as causas contingentes que os provocaram.

O relatório que segue é baseado sobre os informes oficiais que me foram entregues no regresso do aviso *Bengali*, sobre os depoimentos de numerosos súditos franceses e brasileiros habitantes do território contestado ou da província do Pará, sobre as respostas a mim feitas diretamente, sem intermediários nem recurso de intérprete, pelos habitantes do Amapá trazidos a Caiena pelo tenente naval Audibert, à vista de cartas provenientes, quer do Brasil, quer do território contestado, emitidas na maior parte por cidadãos brasileiros, números do *Diário Oficial* do Estado do Pará e de diversos documentos, tudo por mim traduzido; enfim, sobre informações de controle que tomei junto aos militares de todos os graus que assistiram ao combate do Amapá.

Tenho a honra de ser, com um profundo respeito, Senhor Governador, vosso muito devotado servidor.

Cmte. PEROZ²⁷¹

Seguia o relatório:

RELATÓRIO DECORRENTE DE UM INQUÉRITO GERAL SOBRE OS ACONTECIMENTOS DO TERRITÓRIO CONTESTADO FRANCO-BRASILEIRO E SOBRE O COMBATE DO AMAPÁ

ACONTECIMENTOS SOBREVINDOS NO TERRITÓRIO CONTESTADO FRANCO-BRASILEIRO

A 9 de maio, às 8 horas e 30 minutos da manhã, o Senhor Comissário Geral Charvein, Governador da Guiana, reunia com urgência em seu gabinete, em conselho consultivo, o Diretor do Interior, o Comandante das Tropas, o Chefe do Serviço Judiciário, o comandante do *Bengali*.

Na cidade, corria a notícia desde a véspera que os nacionais franceses foram gravemente molestados e saqueados no território contestado, o capitão Trajano, representante dos interesses franceses em Cunani, fora levado à força e conduzido ao Amapá sob escolta, por bandidos cidadãos brasileiros, armados e comandados pelo chamado Cabral, ex-Chefe insurrecional da Província do Pará.

Uma carta recebida pelo Governador confirmava esses fatos e os apresentava com as cores mais sombrias.²⁷²

Até aqui era a reação natural de defesa dos interesses dos franceses, e também do sentimento patriótico ainda tão exacerbado naqueles dias. O governador, no entanto, incita os responsáveis para uma reação desproporcional, dentro da concepção colonialista e imperialista francesa, pretendendo criar, para a França, uma política de fato consumado:

DELIBERAÇÃO DE UM CONSELHO CONSULTIVO PRESIDIDO PELO GOVERNADOR

Depois de haver exposto esses acontecimentos ao Conselho, após lhe ter representado que desde 26 de outubro de 1893 havia cientificado o Departamento, através de 28 cartas e 7 cabogramas, da situação cada dia mais comprometida dos nossos interesses no território contestado, solicitando instruções firmes para a salvaguarda e a manutenção do direito da França, cartas e cabogramas aos quais o Departamento havia respondido por quatro despachos nos quais nenhuma linha de conduta firme era in-

dicada. O Sr. Charvein perguntou aos membros do Conselho se eles não eram de opinião que o momento era chegado de fazer respeitar nossos nacionais e nossos direitos, ou pelo menos de procurar dominar alguns dos larápios que perturbavam essa região e de libertar o capitão Trajano, detido ilegalmente no Amapá.

Ao correr do debate assim conduzido, o sr. M. Lalaune, Presidente da Câmara de Comércio, e E. Le Blond, vice-presidente da citada Câmara, foram, a seu pedido, introduzidos no Conselho e declararam que todos os fatos assinalados eram exatos, que nosso pavilhão além do mais havia sido levado para Cunani e substituído pela bandeira brasileira, que os comerciantes de Caiena estavam profundamente chocados com esses atentados e a população exasperada, que todos pediam reparação imediata e proteção para nossos nacionais e nosso pavilhão.

A deliberação continuou até as onze horas; todos os casos que podiam se apresentar foram encarados, as vias e meios, as possibilidades de execução de uma ação de polícia armada discutidas, e finalmente o Conselho decidiu por unanimidade que era urgente enviar sem nenhuma demora o aviso *Bengali* ao Amapá a fim de libertar o nosso representante, e prender, se possível, os autores de seu rapto, e se informar sobre o estado de perturbação no qual pareciam encontrar-se as aglomerações franco-brasileiras estabelecidas às margens do Cunani e do Calçoene.

Para levar esse programa a bom fim, pareceu necessário ao Conselho que um Destacamento de tropas fosse embarcado no *Bengali*, encarregado de libertar Trajano no Amapá, enquanto uma brigada de gendarmaria seria enviada pelo navio comercial *Liffeld*, diretamente a Calçoene onde apoiaria com a sua presença os nossos compatriotas, prenderia se os houvesse os piratas que, se afirmava, ocupavam os desembarcadouros do rio, e se informaria sobre o estado dos espíritos.

ORDEM PARA ORGANIZAÇÃO DE UMA MISSÃO DE POLÍCIA MILITAR

Suspensa a sessão, o Governador dá ordem ao Comandante das Tropas para organizar os destacamentos de tropas e de gendarmaria, de dar instruções a seus chefes e de preparar o conjunto de operações.²⁷³

Estava, assim, decidida a intervenção militar. Não era a primeira vez, mas — fora as tentativas de De Ferroles, feitas antes do acordo de fronteiras — até então elas haviam sido lançadas sobre o espaço vazio. Agora elas se projetavam sobre uma região em que a população local tentava suprir a falta de governo, resultado justamente da insistência francesa em manter uma dúvida sobre a fronteira, criando um potencial para sua expansão. Desta vez também, embora o comandante Peroz insistia em que era uma missão de polícia e não de guerra, havia — como ficará claro mais adiante — a decisão de prender cidadãos brasileiros. Não é demais insistir em que uma missão de polícia não teria também cabimento, pois Trajano era reconhecidamente brasileiro, estando completamente fora da responsabilidade francesa. Se fosse empregado francês, caberia a este governo fazer um protesto diplomático, no máximo.

INSTRUÇÕES DO GOVERNADOR AO COMANDANTE DO *BENGALI*

Decide que o capitão-tenente naval, comandante do aviso *Bengali*, será chefe da missão enviada ao Amapá o durante e dia lhe envia instruções da qual realço a passagem seguinte: “Eu não precisaria vos recomendar quanto é necessário tato e prudência no cumprimento dessa missão que é uma missão de polícia e não de guerra. Nenhum ato de repressão deverá ocorrer senão em consequência de atos delituosos bem evidentes e de uma resistência material que vos seja impossível vencer pela persuasão.”

INSTRUÇÕES VERBAIS COMPLEMENTARES DO GOVERNADOR AO COMANDANTE DO *BENGALI*

O Senhor Comissário Geral Charvein, no dia 10 à tarde, depois de avisar e em presença do Comandante das Tropas, completa essas instruções com as recomendações verbais seguintes dirigidas ao capitão-tenente naval Audibert: “No caso de encontrardes no Amapá tropas regulares brasileiras, conferenciai com o seu chefe, ao qual solicitareis cópia de suas instruções e ordens de serviço; pedi que vos entregue o capitão Trajano, nosso representante em Cunani, assim como os autores de seu rapto. Deveis estabelecer um processo verbal de verificação: 1º) da presença no Amapá de tropas regulares brasileiras; 2º) da concordância ou da recusa do chefe dessa tropa de ceder à vossa requisição relativa ao caso Trajano; depois, regressareis a Caiena.”

Essas instruções poderiam portanto ser resumidas da seguinte maneira: “Não empregar a força senão em caso de absoluta necessidade, não empregá-la em hipótese alguma contra forças regulares brasileiras.”²⁷⁴

Não é o que fica claro a seguir, nas ordens passadas aos policiais e *compatriotas convocados*, quando a milícia de Cunani é chamada de os *piratas* e se prepara uma armadilha:

INSTRUÇÕES DO COMANDANTE DAS TROPAS À BRIGADA DE GENDARMARIA ENVIADA A CALÇOENE

Por sua vez, o Comandante das Tropas conseguia a aprovação pelo Governador das instruções seguintes relativas à conduta da brigada de gendarmaria embarcada no *Liffeld*:

“A brigada de gendarmaria ao chegar à corredeira Firmino, no rio Calçoene, se dissimulará a bordo do barco até que os piratas estabelecidos à margem ou qualquer um desses piratas suba a bordo. Nesse momento, ela se lançará sobre esses homens, impedirá que saiam da embarcação e os algemará.”

“O Chefe dessa brigada exercerá o comando com mão forte sobre os nossos concidadãos presentes a bordo; se for necessário, empregará a força e ordenará o uso de suas armas por todos os gendarmes ou compatriotas convocados.”

“Se verificar a possibilidade de descer a terra para, com o apoio dos nossos concidadãos armados, prender alguns piratas que tenham ficado à margem, executará essa operação.”

“Se, à chegada do vapor *Liffeld* no rio Calçoene e depois que esse vapor ancorar, nenhum pirata vier a bordo, ele tentará, como foi dito acima e se tal for possível, arrebatá-los os citados piratas dos locais em que se tenham colocado na margem.”

“Se a empreitada lhe parece muito perigosa ou se não puder contar com a ajuda suficiente de nossos compatriotas embarcados no *Liffeld*, aguardará ancorado a chegada do aviso *Bengali*, cujo comandante lhe dará novas instruções.”



Cachoeira do Petit Dégrad, no rio Calçoene, região das minas de ouro; a palavra *dégrad*, atualmente usada para designar as cachoeiras, significava o desembarcadouro (Coudreau afirmava: *dégrad signifie endroit d'atterrissement ou de débarquement*; e o Pe. Labat: *lieu ou lon débarque*); no Calçoene, e só no Calçoene, os franceses eram majoritários na época da corrida do ouro

“De uma forma geral, para que a operação prescrita dê certo, será necessário que o comandante do destacamento da gendarmaria não se faça ver e não faça aparecerem seus homens a não ser no momento preciso em que julgar poder agir com sucesso.”

“Se, para assegurar o êxito da operação, for necessário enviar primeiro à terra alguns garimpeiros, recomendará a estes guardar silêncio o mais absoluto sobre a presença da gendarmaria a bordo.”

“Terminada a missão, trará a Caiena os piratas prisioneiros e os entregará à Justiça Civil.”

“Se lhe for impossível prender um ou muitos dos piratas citados, ao chegar o aviso *Bengali*, ele se colocará à disposição do Comandante desse navio que poderá, em caso de necessidade, requisitar seu destacamento.”

No dia 10 à tarde, 6 gendarmes escolhidos e um brigadeiro embarcavam no vapor *Lifield* e seguiam viagem para Calçoene.

Seguiam-se as ordens para os militares.

De outra parte, o Comandante das Tropas fazia divulgar a ordem geral seguinte nº 24:

ORDEM GERAL INSTRUINDO O DESTACAMENTO DE INFANTARIA DA MARINHA

De acordo com as ordens do Governador, um destacamento comandado pelo capitão Lunier, do batalhão de infantaria da marinha, composto, organizado, armado e equipado como segue, embarcará amanhã, dia 10 do corrente, a bordo do aviso *Bengali*, às 5 horas da tarde, com a data administrativa de 11, para ser empregado em uma missão especial.

O capitão Lunier é colocado sob as ordens do capitão-tenente naval Audibert, comandante do *Bengali*, chefe da missão. O comandante do destacamento de infantaria naval receberá deste oficial todas as ordens relativas ao serviço a bordo do destacamento de infantaria naval e todas as demais relativas ao cumprimento da missão especial de que está encarregado o comandante Audibert.

Quando o capitão Lunier receber a ordem para descer a terra com seu destacamento operará de acordo com as instruções escritas que lhe foram dadas pelo comandante do *Bengali* e para atingir o fim proposto; mas ficará completamente independente do comandante Audibert quanto à execução das medidas próprias a assegurar o êxito da operação.

As operações de embarque e desembarque são ordenadas e reguladas em seus detalhes pelas providências e determinações de bordo, o detalhamento das operações de terra é da competência exclusiva do comandante do destacamento de infantaria naval.

O destacamento de infantaria naval é formado da maneira seguinte:
1ª Seção: capitão-tenente Destoup, com 30 homens: 1 sargento, um cabo furriel, 3 cabos, um corneteiro, um sapador, um ajudante de sapador, 22

soldados; 2ª Seção: ajudante Saffroy, com 30 homens: 1 sargento, 3 cabos, um corneteiro, um sapador, um ajudante de sapador, um ..., 21 soldados.

O médico de 2ª classe Condé fará parte do destacamento, ele será abastecido, por conta do hospital, do material necessário.

Os oficiais e homens da tropa estarão com equipamento de campanha, os homens de posse de 120 cartuchos; 80 cartuchos por homem serão colocados nas caixas de cobre em postos em reserva a bordo do *Bengali*.

Os colchões e mantas dos homens da tropa serão levados a bordo às duas horas e lhes servirão de leito.

As seis esquadras serão munidas de utensílios de acampamento, de maneira a poder estabelecer bivaque e fazer o serviço de cozinha.

Os sapadores e ajudantes serão munidos de machados.

Quando o destacamento for chamado a operar em terra os homens só levarão a mochila, os demais sacos ficarão a bordo sob a guarda de um ou dois homens.

O capitão Lunier se entenderá com o comandante do *Bengali* para que a instalação necessária à conservação das armas e munições durante a permanência a bordo, seja assegurada.

Caiena, 9 de maio de 1895.

O Comandante do batalhão e comandante das tropas

Cmte. PEROZ

Aprovado: O Governador CHARVEIN²⁷⁵

Tratava-se portanto de uma operação militar e não de polícia. De homens treinados, bem ou mal, para uma missão de guerra e não para uma ação policial.

INSTRUÇÕES VERBAIS DO COMANDANTE DAS TROPAS AO CAPITÃO LUNIER

No dia 10, às 5 horas da tarde, o destacamento do capitão Lunier embarcava no *Bengali*. Os quadros e soldados que o compunham eram escolhidos entre os melhores do batalhão de infantaria naval.

O capitão Lunier, oficial de um sangue-frio notável e de um grande valor, havia recebido do Comandante das Tropas as instruções verbais seguintes:

“Não empregar as forças senão em caso de estrita obrigação; não penetrar na vila a não ser com plena consciência, depois de, preliminarmente, fazer-lhe o cerco. Não avançar com a sua pessoa sem estar acompanhado de uma sólida escolta de maneira a afastar dos homens de Cabral a idéia de um ataque, mas não pô-la em ação a não ser sob ameaça de um ataque ou diante de uma resistência armada. “Não fazer aparecer a infantaria naval, colocada nos arredores da vila, se não houver resistência armada; mas combinar com ela com um sinal de forma a que ela possa socorrer se for necessário. Executar fielmente as ordens do capitão-tenente naval Audibert, chefe da missão, em tudo o que diz respeito à execução da própria missão especial de que é encarregado.”²⁷⁶

Peroz conta a seguir a chegada das tropas, dos policiais e dos voluntários ao Cunani:

OPERAÇÕES DA MISSÃO. PARTIDA DO AVISO *BENGALI*

O destacamento de infantaria naval embarcou no dia 10, às 5 horas da tarde; o *Bengali* deixava Caiena no dia 11, às seis horas da manhã, levando uma canoa, cujo patrão devia ter por missão ir a Cunani saber das novidades e se assegurar da exatidão do aprisionamento de nosso representante pelos bandidos de Cabral.

O *Bengali* pára durante o dia 12 diante da embocadura do rio Caçoene, na qual ele não pode entrar; lança um tiro de canhão de pólvora para avisar o *Liffeld* de sua chegada. Depois de uma espera bastante longa, ninguém lhe dando resposta, nem vindo ao seu encontro, ele se transfere para o rio Cunani e ancora após ter enviado a sua canoa a fim de obter informações. A noite se passa e o patrão da canoa não dá sinal de vida; mas, à noite, o sr. Bisson, associado da casa Coudreau, estabelecido em Cunani, passa perto da embarcação; ele foi chamado e convidado a subir a bordo para fornecer ao comandante as informações que fossem de seu conhecimento. Ele confirma a prisão de Trajano.²⁷⁷

Começam agora uma série de *flash-backs*, de recuos no tempo, como no cinema, para explicar os antecedentes. Vamos continuar acompanhando Peroz:

Dou, desde logo, para não ter de voltar ao assunto, os detalhes desse aprisionamento:

RAPTO DO CAPITÃO TRAJANO PELO BANDO DE CABRAL

Um grupo de vinte bandidos, mais ou menos, comandados pelo de nome Luís Bentes, que se dizia oficial brasileiro e que nossos registros dão como sendo, na verdade, alferes do exército brasileiro, chegam a Cunani na noite do dia 27, viajando em canoa; estão armados de fuzis Winchester; parecem disciplinados; estão vestidos como as demais pessoas do país. O alferes veste uma roupa burguesa. Todos pertencem ao bando de Cabral; um homem de uma certa idade, convenientemente vestido, os acompanha.

Vão primeiro bater à porta de M.me Coudreau, que os envia ao sr. Bisson, seu associado; eles querem conservas e líquidos e o alferes diz que está encarregado de levantar a carta do rio. Bisson lhes bate a porta na cara, não sabendo bem qual a questão.

No outro dia pela manhã, às seis horas, o mesmo Bisson, saindo de sua casa, vê estrangeiros montando guarda, fuzil ao ombro, todos em torno da casa de José Dalous [da Luz]. Bisson parlamenta com os sentinelas, deixam que entre. Vê Trajano sentado sobre um banco, a cabeça nas mãos; atrás dele, sobre uma mesa, duas bandeiras francesas, uma enrolada e a outra dobrada. Trajano muito emocionado por esse aprisionamento não pode lhe responder; os guardas que o cercam fazem sair Bisson.

Uma certa efervescência reina do lado de fora; alguns habitantes de Cunani, partidários da França, falam em arrebatá-lo das mãos dos bandidos brasileiros.

O homem idoso citado mais acima avança então e adverte a população que ele fala e age em nome da lei brasileira, e se alguém reage será aprisionado, conduzido ao Pará e julgado.

Pela manhã Trajano é levado ao Amapá e colocado a ferros. Sua família o seguiu.²⁷⁸

Era difícil que os homens do novo governo do Cunani se apresentassem como militares brasileiros usando simultaneamente os títulos da

autoridade que tentavam impor, em cujo nome agiam. Fora esse detalhe, os fatos devem ter se passado assim mesmo.

CAUSAS DA PRISÃO DE TRAJANO

É necessário procurar a causa desse rapto? Todas as respostas a esse respeito que me foram dadas por cidadãos brasileiros, são acordes perfeitamente: questão de nacionalidade.

Cabral afirmava bem alto representar o governo da Província do Pará, pretendia ter competência para administrar a região do Amapá, Cunani e Calçoene.

Seu primeiro ato de autoridade sobre Cunani é o de afastar dessa vila o representante da França.

O pretexto? Há cinco anos, Trajano, que, antigamente, arvorava em sua casa às vezes as duas bandeiras francesa e brasileira, cessara de hastear esta última.²⁷⁹

Ainda uma vez, seria incoerente que Cabral, a um só tempo, se apresentasse como representante do Pará e como chefe de um governo. Mas Peroz tem razão: Trajano fora preso por uma questão de nacionalidade — pretendia ostentar o poder da França diante de um governo que se pretendia livre de qualquer vínculo com ela.

Esse governo era a contrapartida do que até então, por oito anos, tentara se implantar no Cunani e ser reconhecido internacionalmente, buscando e reivindicando o apoio da França. Dele era o *pavilhão autônomo* baixado do mastro da Prefeitura:

RESULTADO DESSA PRISÃO EM CUNANI. O PAVILHÃO BRASILEIRO É DEFINITIVAMENTE IÇADO

Além da viva emoção que esse golpe de força inqualificável produziu no Contestado teve por resultado imediato que, em consequência das ordens deixadas por Luís Bentes, o oficial segundo de Cabral, no domingo dia 12 de maio o pavilhão brasileiro foi içado sobre a casa que servia de Prefeitura em Cunani, em lugar do pavilhão autônomo que flutuara até então.

À tarde desse mesmo dia, em uma reunião de uma parcela da população de Cunani, foi decidido que, sem permitir no futuro a Cabral executar golpes de força, se terá em conta, no entanto, na medida do possível, a sua autoridade e se deixará içar a bandeira brasileira sobre a casa comum.²⁸⁰

Mesmo na versão do oficial francês, portanto, a população acolhia a autoridade de Cabral. A outra parcela da população, a que não se reuniu, não era decerto pró-francesa — o menor sentimento neste sentido seria destacado e proclamado neste relatório.

Inicia-se então a operação de guerra:

CHEGADA DO BENGALI AO ANCORADOURO DO AMAPÁ

O Comandante do Bengali, estando convicto de que Trajano fora aprisionado e devia achar-se no Amapá, encaminha-se para essa vila. Ele ancora na baía de Maracá, no porto habitual.

Ficara combinado entre este oficial e o capitão Lunier que a operação de contornar a vila do Amapá se faria pela manhã cedo, de maneira que o bando de Cabral, surpreendido, não pudesse se reunir, obtendo-se dessa forma facilmente e sem efusão de sangue possível, o resultado almejado.

Mas o Amapá é construído sobre um canal, a 13 milhas do ancoradouro, são necessárias duas horas para ir de um ponto ao outro, e somente à maré montante, quando a água já está alta. Ora, era muito tarde para aproveitar a enchente; era preciso pois adiar a operação para uma outra maré.²⁸¹

Eram, como se pode ver, militares incompetentes, não haviam programado a hora de chegada. Não seria o erro mais grave, no entanto.

Eis aqui as ordens dadas a esse respeito pelo chefe da missão e pelo capitão, comandante do destacamento de desembarque.

ORDENS DADAS PELO COMANDANTE DO *BENGALI* E PELO CAPITÃO LUNIER PARA O DESEMBARQUE E A OPERAÇÃO

A missão que vos incumbe é a seguinte:

“Atingir a vila do Amapá para arrebatara o capitão Trajano que se acha prisioneiro, e também o de nome Cabral, seu raptor, e no caso em que nem

Cabral, nem Trajano se encontrem na vila, tomar o número de reféns que julgardes necessário.”

“Vosso destacamento e a companhia de desembarque do *Bengali* operarão em conjunto sob vosso comando; as embarcações regressarão, sob o comando do 2º tenente naval d’Escricenne, até o ponto que escolherdes para o desembarque. O sr. 2º tenente naval Boulain terá a guarda das embarcações.”

“As eventualidades da maré e a necessidade de agir rapidamente obrigam a empreender essa operação de noite e podereis regressar o mais cedo possível no dia 15.”

“As ordens precisas do Governador são no sentido de que vamos fazer em Amapá um ato de reparação e de justiça. O fim será atingido da maneira mais satisfatória se não houverdes dado um só tiro de fuzil. O uso das vossas armas só deve ser feito em caso de legítima defesa.”

“É vossa atribuição tomar todas as medidas que julgardes próprias ao êxito da operação.”

“O capitão-tenente naval, comandante do *Bengali* AUDIBERT.”²⁸²

Não só era uma missão militar; havia a programação de sequestro e tomada de reféns, ações que contrariavam os acordos internacionais e a ética dos Estados, mas que eram ainda comuns nos atos de imperialismo das grandes potências.

De acordo com as instruções do capitão-tenente naval, chefe da missão, o capitão encarregado de dirigir a operação do Amapá, ordena:

“Preparativos – Os homens estarão uniformizados, sem mochilas, o bernal contendo alimento frio e 3 pacotes de cartuchos, 2 outros pacotes de cartuchos desmanchados em cada cartucheira. O vinho e o café distribuídos serão colocados nos pequenos cantis aos cuidados dos chefes de esquadra. Os sapadores e os homens munidos de sabres de abate, levarão seus utensílios”.

“Os cabos trarão cobertores à razão de 1 por 3 homens; esses cobertores deverão ser deixados a bordo no momento do desembarque; um homem por seção fica a bordo do *Bengali* para a guarda dos equipamentos”.

“Ordem de marcha – O comboio é formado da vanguarda à retaguarda sucessivamente pela vedeta, a baleeira, a canoa nº 2, a canoa nº 1.”

“A 1ª Seção do destacamento de infantaria da marinha é colocado na lancha nº 1 com o capitão-tenente Destoup; a 2ª Seção na lancha nº 2 com o ajudante Saffroy, os fuzileiros na baleeira com o 2º tenente da marinha d’Escrienne; o capitão, o 2º tenente Boulain, o médico de 2ª classe Condé e seu enfermeiro, e guia são transportados na vedeta.”

“Os chefes de embarcações cuidam com cuidado extremo a que essa viagem, o desembarque e a operação se façam no maior silêncio.”

“Desembarque – A Seção Destoup desembarca à altura do cemitério; esse oficial intercepta rapidamente a vila desde o rio até o caminho que sai na igreja.”

“A Seção Saffroy desembarca por sua vez à altura da mesma vila de maneira a contatar com a outra Seção em direção da igreja. Essas duas seções devem formar um semicírculo contínuo partindo do rio abaixo para sair acima da vila. Essa cintura é formada de grupos da força de uma escolta que se colocam nas saídas; cada seção designa uma esquadra que, ao sinal convencionado, penetrará na vila sob o comando do capitão-tenente Destoup para a 1ª seção, do sargento Perrin para a 2ª e expulsará todos os homens válidos para a casa do merceiro que se acha abaixo do povoado, à margem do rio. Durante esse tempo, os fuzileiros desembarcam de maneira a penetrar diretamente na localidade.”

“Ataque de surpresa - Quando as duas seções fizerem a sua junção, o capitão-tenente Destoup faz tocar EM GUARDA por um corneteiro. A esse sinal as duas esquadras designadas e os fuzileiros navais, menos os homens encarregados da vigilância das embarcações, revistam todas as casas, fazem sair todos os homens capazes de resistência e os conduzem à casa acima indicada, onde duas sentinelas serão previamente colocadas.”

“É proibido expressamente atirar sem ordem dos oficiais; a baioneta empregada como ameaça, em caso de resistência, deve ser suficiente para levar a bom fim a empreitada. Os homens e os graduados não se esquecerão de que se trata não de uma operação de guerra, mas de uma simples missão de polícia que se deve fazer sem efusão de sangue, a menos que haja complicações pouco prováveis das quais os oficiais serão juizes únicos, e o

toque de corneta marcando o fim do golpe de mão, os dois destacamentos se reunirão à proximidade da casa à margem do rio.”

“O Capitão LUNIER.”²⁸³

Incompetente, o capitão esquecera de combinar com os adversários que não haveria resistência. Ele ressaltava: *não se trata de uma operação de guerra a menos que haja complicações*. Ora, a resistência era a mais previsível e natural das complicações possíveis. Tratava-se de uma operação de guerra. Uma operação mal planejada.

DESEMBARQUE NO AMAPÁ

Às oito horas, o embarque está terminado; a vedeta reboca as embarcações nas quais se acham 58 soldados de infantaria naval comandados pelo capitão-tenente Destoup e 36 marinheiros comandados pelo 2º tenente naval d’Escricenne. O capitão Lunier, comandante da expedição, o 2º tenente naval Boulain, chefe da flotilha, o doutor Condé, médico das tropas da Guiana, o piloto Evaristo, guia e intérprete, vão à frente, a bordo da vedeta.

Em viagem, o comboio encontra muitas pirogas que fogem na direção da vila.²⁸⁴

Qualquer veleidade de surpresa, portanto, já estava ultrapassada.

Às dez horas e quinze, chega-se à altura do cemitério do Amapá. Os barcos da companhia de infantaria da marinha são desligados e vêm de encontro à lama. Alguns minutos depois, a vedeta e os fuzileiros navais estavam diante da praia lamacenta que serve de desembarcadouro para a vila.

O relatório do capitão-tenente Destoup explica de maneira muito precisa como, a partir desse momento, os acontecimentos se desenrolaram, a emboscada da qual foi vítima o capitão Lunier, seu corneteiro e quatro fuzileiros navais e o combate que se seguiu. Esse documento tem um valor irrefutável: além de ter como garantia a retidão e lealdade do capitão-tenente Destoup, ele é apoiado pelo testemunho de todo o pessoal militar ou naval presente nas diversas fases desse triste episódio, de todos os cidadãos brasileiros presos no Amapá como participantes do combate e daqueles que pediram proteção às nossas tropas. Controlei cada fato com a mais completa minúcia e nenhum dentre eles é controvertido.

Eis aqui narrações que se relacionam com os acontecimentos sobrevindos depois do desembarque até o abandono do Amapá por nossas tropas.

É oportuno observar que o capitão-tenente Destoup relata primeiro os fatos que ele assistiu ou que decorrem de seu comando para somente apresentar a seguir deles e da emboscada e a primeira parte da ação da qual ele restabeleceu os detalhes através de uma sindicância imediata no próprio local, enquanto o interrogatório do corneteiro Pinson, morto em consequência dos seus ferimentos, do furriel Schirtzinger, do piloto Evaristo, todos três acompanhantes do capitão Lunier, dos tenentes navais d'Escricenne e Boulain, do médico de 2ª classe Condé, compõem o fundo.²⁸⁵

Passa então Peroz a palavra a um dos oficiais que participou da ação, e que tem ainda maiores razões para uma atitude defensiva.

EMBOSCADA E COMBATE DO AMAPÁ. RELATÓRIO DO CAPITÃO-TENENTE DESTOUP

Tenho a honra de vos relatar que, sendo chamado pelas circunstâncias a substituir na direção do combate do Amapá o capitão Lunier, ferido mortalmente, venho expor os fatos da forma como os vi se desenrolarem, e aqueles de que tive conhecimento posterior através de informações e investigação.

RELATÓRIO SOBRE O COMBATE DO AMAPÁ OPERAÇÕES COMANDADAS PELO TENENTE DESTOUP

Segundo as ordens dadas pelo capitão Lunier, comandante do destacamento expedicionário, ordens que se seguiram à nota do lugar-tenente da marinha Audibert, chefe da missão, as três seções (duas de infantaria da marinha e uma de marinheiros, mais os marinheiros armados, agregados especialmente a cada embarcação, foram colocadas em marcha na embocadura do rio do Amapá, quarta-feira 15, pelas oito horas da manhã, na ordem seguinte: vedeta, duas pequenas canoas com os marinheiros sob as ordens do tenente da marinha d'Escricenne, duas grandes embarcações contendo as duas seções de infantaria da marinha (tenente Destoup).

O conjunto das embarcações estava sob a direção do tenente da marinha Boulain que, com o capitão Lunier, o doutor Condé e Evaristo (piloto) encabeçava a vedeta.

A viagem do aviso *Bengali*, do ancoradouro ao Amapá durou cerca de duas horas.

Chegados a cerca de 150 metros da vila do Amapá, à altura do cemitério (a) [o relatório era acompanhado de um mapa, a que se referem as letras entre parênteses], as duas últimas canoas trazendo a infantaria da marinha, foram largadas e lançadas com toda a velocidade para a margem direita a fim de proceder-se ao desembarque. A missão dessas duas seções era a de seguir uma vereda, do cemitério até o Amapá, através da floresta e formar em torno da vila, rio acima, um semicírculo que seria fechado se assim fosse necessário.

Enquanto essas duas seções operavam seu movimento, a vedeta e as duas outras embarcações chegavam à altura do Amapá, a cerca de 40 metros das primeiras casas.

Segundo a ordem do capitão Lunier, a chegada diante do Amapá devia fazer-se de noite, mas em consequência da responsabilidade negada por dois pilotos, da impossibilidade reconhecida de fazer a viagem às 9 horas da noite (hora da maré), a partida foi adiada para a manhã do dia seguinte, às 8 horas.

Modificações verbais resultaram dessa mudança de horas, isto é, que a 2ª seção da infantaria da marinha desembarcaria no cemitério com a 1ª seção, em lugar de desembarcar na vila, e que esta seção deveria ocupar o setor afeto primitivamente à 1ª seção.

O desembarque da companhia de infantaria da marinha dura alguns minutos; é efetuado em plena vazante e termina às 10 horas e 15.

As duas seções de infantaria da marinha, em fila indiana, marchando em passo cadenciado sobre a vila, chegam ao ponto (b) quando uma salva de tiros se faz ouvir. O tenente Destoup faz soar o clarim de Ditely com a ordem: “Começai o fogo”, sinal convencionado em caso de resistência ou ataque e ocupa as posições seguintes (ver o plano anexo):

1ª Seção, na frente sobre a estrada (a), uma esquadra da 2ª seção (sargento Loustau) controlando a encruzilhada (b) e as duas outras esquadras

(ajudante Saffroy) barrando o caminho (c) devendo seguir em flanco por trás da vila.²⁸⁶

Enquanto isso Lunier já entrara na cidade, como será narrado mais adiante.

Tiros estouram de todos os lados; o tenente Destoup enxerga então uma fração do bando de Cabral (cerca de quarenta homens) concentrada no ângulo das duas ruas (d) dirigindo seus tiros sobre os marinheiros e as embarcações. Ordena três salvas de tiros e carrega à baioneta sobre esse bando que foge precipitadamente em direção da igreja, deixando em terra muitos mortos.

De todas as casas parte uma fuzilaria muito forte sobre a 1ª Seção de infantaria da marinha, enquanto o bando principal de Cabral, apoiado pelas casas da praça (c), continua a atirar sobre ela. Nesse momento, o chefe da 1ª Seção recebe em seus próprios braços o capitão Lunier, ferido mortalmente; coloca-o rapidamente ao abrigo e assume o comando; depois, a fim de evitar ser fuzilado pelo flanco e de frente, ordena o cerco sucessivo de todas as casas.

A esquadra do sargento Loustau não abandona mais a rua (a), segundo as ordens recebidas; ela controla a encruzilhada (b) e domina a vila pelo lado sul.

A 2ª Seção, do ajudante Saffroy, recebe ordem do comandante do destacamento de fortalecer com uma esquadra a 1ª Seção. Essa esquadra executa o movimento cortando pela direita através do terreno que se estende entre o ponto (e) e o ponto (d).

Nesse momento, o capitão do Cunani, chamado Trajano, que pôde escapar das mãos do bando de Cabral, vem correndo e se coloca sob a proteção da Seção Saffroy.

A marcha torna-se difícil em direção do ponto (c); as portas e janelas estão solidamente embarricadas e apoiadas por trancas, a fuzilaria é de parte a parte de grande intensidade. A última fração Saffroy recebe ordem de reforçar novamente. As duas Seções de infantaria da marinha, menos a esquadra do sargento Loustau executam um combate de ruas, conquistam

o resto da vila que durante a ação e sucessivamente, à medida que avança o ataque, é entregue às chamas.

Trajano, apavorado com a fuzilaria, se refugia na mata.

Os homens do bando de Cabral que puderam escapar ao nosso tiroteio desapareceram na direção (f), terreno arborizado, pantanoso, quase impenetrável, à margem do qual muitos deles foram mortos.

Depois da tomada total da vila, cessados os tiros (uma hora da tarde, mais ou menos), um pouco de ordem foi restabelecida em todas as frações, instalando-se um serviço de segurança.

Os feridos e os mortos foram recolhidos e transportados para as embarcações onde o 2º tenente da marinha Boulain os recebia e os colocava sobre uma canoa, que o doutor Condé havia escolhido antecipadamente, nela instalando uma ambulância.

As buscas no sentido de encontrar Trajano foram infrutíferas.²⁸⁷

O objetivo nominal da expedição, o resgate de Trajano, ficara inteiramente frustrado. A ordem, nesse caso, era de levar reféns.

O tenente Destoup, comandante do destacamento, se apresenta então diante do desembarcadouro, ponto (d), para saber do 2º tenente da marinha Boulain se a maré permite ficar ainda algumas horas em terra. O 2º tenente da marinha Boulain lhe explica que é urgente a necessidade de embarcar sem perda de tempo, pois é de recear que a demora de alguns instantes não permita que as embarcações alcancem o *Bengali*. Segundo as instruções escritas ou verbais de que tinha conhecimento ou que havia recebido o comandante do destacamento no momento em que, o capitão Lunier e o 2º tenente da marinha d'Escricenne estando feridos, assumia o comando, a missão do destacamento expedicionário estava cumprida; não restava senão ocupar-se dos feridos e transportá-los o mais depressa possível para bordo, onde a assistência de que necessitavam lhes podia ser prestada.

É dada ordem de embarque a todas as frações que se retiram por escalões, de forma a prevenir uma volta ofensiva ou uma surpresa, muito pouco prováveis diante das perdas consideráveis que o bando de Cabral acaba de sofrer.

Como abaixo do Amapá, na margem direita, uma emboscada poderia ser preparada, na passagem, o sargento Loustau recebe ordem de seguir com sua esquadra (12 homens) pelo caminho que conduz ao cemitério, do ponto (b) ao ponto (a); essa fração tem por missão proteger a passagem das embarcações diante do cemitério; em seguida faz-se o embarque sem incidentes.

O Amapá foi evacuado e nenhum tiro perturbou a partida.²⁸⁸

Passa então Destoup à sua versão do que aconteceu com Lunier e Cabral:

OPERAÇÕES E FATOS QUE PROVOCARAM O COMBATE

No correr deste relatório foi dito que enquanto a infantaria da marinha realizava o desembarque, a vedeta e as duas outras canoas chegavam diante do Amapá a 40 metros mais ou menos das primeiras casas. Neste último ponto o desembarque se operou sobre uma margem difícil, lamacenta e não abordável.

O capitão Lunier avança em direção do ponto (d), acompanhado de seu cabo furriel, de um corneteiro e do piloto-intérprete Evaristo; percebe neste ponto (d) um indivíduo que agita duas bandeiras, uma de quarentena, a outra de cores brasileiras e que o adverte para não avançar.

O capitão Lunier aproxima-se desse homem e pede-lhe que o conduza à casa de Cabral para parlamentar. O pequeno grupo assim formado avança pela rua (b) até a casa de Cabral, onde aquele aparece. O capitão lhe pergunta: “Sois Cabral?” “Perfeitamente”, responde aquele. “Então, acrescenta o capitão, meu amigo, é possível me entregar Trajano?” Cabral lhe responde, mostrando com gesto ameaçador uns quarenta homens que vinham se enfileirar atrás dele, com fuzil na mão. “Trajano, se o quiser vá buscá-lo!” “Então o sr. me obriga a arrancá-lo à força”, termina o capitão puxando seu revólver, e intima Cabral a segui-lo em direção às embarcações. Nesse momento, Cabral aproveita quando o oficial vira a cabeça para ver onde estão os seus homens, lança-se sobre seu braço, arranca-lhe o revólver, se abaixa e faz fogo sobre ele à queima-roupa com a mesma arma, ordenando a seus homens: “FOGO!”²⁸⁹

Fiquemos com a narrativa do inimigo de Cabral: diante de um revólver, diante de tropas francesas, o chefe de governo do Cunani não se amedronta, resiste à prisão, toma a arma que ameaça sua vida, dispara em legítima defesa. Não importa se o diálogo não foi exatamente esse, se a ameaça falada foi mais ou menos explícita: Cabral tinha outra saída, a da covardia, da destruição do movimento que representava — mas a sua opção foi defendê-lo com risco da própria vida.

Instantaneamente explode uma salva de tiros que derruba o capitão Lunier ferido por quatro novas balas, e dizima os marinheiros que, sob as ordens do 2º tenente naval d'Escricenne, estavam colocados armados em duas frações, um pouco antes do ponto (d), sobre a estrada (b), seja a cerca de 150 metros atrás.

Todas as casas vizinhas estavam hermeticamente fechadas à chegada do capitão Lunier. Um fogo violento parte de todas as aberturas dessas casas. O corneteiro Pinson, da infantaria da marinha, que se achava ao lado do capitão, cai mortalmente ferido, muitos outros marinheiros são mortos ou feridos; o 2º tenente naval d'Escricenne tem o maxilar estourado tentando reunir os seus marinheiros inteiramente deslocados por essas descargas que surgiam de todas as direções.



A cidade e o Rio Amapá, onde ocorreu o combate entre os franceses e Veiga Cabral

As casas que haviam sido vistas fechadas nada mais eram do que o disfarce de uma emboscada; um grande número de homens armados estavam emboscados por trás das janelas e portas, esperando o sinal.

Cabral fortalecido por este primeiro sucesso se coloca com o grosso de seu bando na encruzilhada (d), esperando dessa forma destruir os marinheiros que se achavam nas embarcações ou que as procuravam e aqueles que tentavam juntar-se ao 2º tenente naval d'Escrienne. É obrigado imediatamente a bater-se em retirada completamente descoroçoado pelo fogo e pela carga de baioneta da 1ª seção de infantaria da marinha que surge à frente em sua direção (d).

O prosseguimento das operações já foi narrado na primeira parte deste relatório.

O combate do Amapá durou das 10 horas e 30 minutos da manhã a 1 hora da tarde.

Tivemos do nosso lado seis mortos, entre os quais figura o capitão Lunier, vinte feridos entre os quais o 2º tenente naval d'Escrienne.

A lista geral dos mortos ou feridos vai anexa a este relatório.

Pode-se estimar a perda sofrida pelo inimigo em cerca de sessenta homens mortos.²⁹⁰

Os franceses sobrestimavam nesse primeiro momento o tamanho de seu ato de guerra. Mais tarde reduziriam sensivelmente o número de vítimas declaradas; tudo indica que foram 38: Joaquim Pracuúba, de 10 anos, queimado vivo em sua própria casa — semiparalítico, não tivera tempo de fugir às chamas; Margarida de Freitas, de 32 anos, massacrada com o filho do colo; Clemente Freitas, de 80 anos, morto com tiro de fuzil quando se encontrava deitado em uma rede, no interior de sua residência; José Rodrigues Rosas, de 30 anos, morto a tiros; Joaquim Rodrigues, de 37 anos, morto a tiros; Manuel Joaquim Ferreira, de 35 anos, morto a tiros; Gertrudes de Macedo, de 30 anos, casada, massacrada; Ana, mulher de Emídio, massacrada; Sebastiana, filha de Emídio, massacrada; Ana Vieira Branco, de 37 anos, casada com Manuel Gomes Branco, morta juntamente com seus quatro filhos menores, o último com quatro meses de idade; Solindo, filho de Emídio, massacrado; o que ocorreu com Joaquim, músico, de 17 anos, empregado de Emídio;

Raimundo Marcelino de Siqueira, de 57 anos, massacrado; Maria Floripes do Amaral, de 45 anos, casada, massacrada em sua casa; Domingos Favacho, de 37 anos, solteiro, morto a tiros; Francisca Favacho, de 44 anos, casada, massacrada; Caetano Favacho, 37 anos, solteiro, morto a tiros; Carolina, de 37 anos, solteira, morta a tiros; Gemino de Moraes, de 21 anos, morto a tiros; José de Moraes, 15 anos, viúvo, massacrado; Maria Cooly, de 24 anos, massacrada; Fabrício, de 18 meses, filho de Maria Cooly, morto com a mãe; Leocádia Tambor, de 48 anos, casada, massacrada em sua casa; Manuel, de 7 anos, massacrado juntamente com a mãe; Alfrida Batista da Silva, de 13 anos de idade, morta com a mãe; Feliciano Ramos, de 65 anos, casado, morto a tiros; Pedro Chaves dos Santos, de 26 anos, casado, morto a tiros; Francisco Manuel Rodrigues, português, com 44 anos, massacrado; Rosa Xavier, de 16 anos, casada, massacrada; Antônio Bonifácio Belmiro, de 19 anos — serviu de guia aos franceses, sob prisão e logo a seguir foi colocado à frente dos combatentes, servindo de barricada; Cipriano, menor, filho de Manuel Domingos, massacrado; Mateus Leite, de 30 anos — não foi encontrado o seu cadáver; Manuel dos Santos, de 49 anos, morto em fuga; Raimundo Brasil, de 9 anos, filho de Francelino de Freitas, massacrado; João de Deus, de 42 anos, morto em casa de Bernardo Batista da Silva.²⁹¹ Esta a relação macabra em que se misturam mulheres, velhos e crianças. Mas não é a quantidade que assinala o crime: é sua natureza. Esta relação, publicada pelo *Diário de Notícias* de 11 de junho de 1895, deve lhes ter sido transmitida por fontes do Amapá. No dia 1º de junho estivera na redação do jornal um enviado de Cabral, Maximiano José do Nascimento, portador, com Francisco do Couto, de correspondência do presidente do Triunvirato para o governador Lauro Sodré.²⁹²

Eu não saberia encerrar este relatório sem explicar que estive no Amapá à frente de soldados de elite, cuja bravura e abnegação completa foi a característica durante duas horas e trinta minutos de combate encarniçado contra bandidos decididos a tudo, muito bem armados de fuzis de repetição. O tenente, Destoup.²⁹³

Retoma a palavra o comandante Peroz, tentando transformar algoz em vítima:

O EPISÓDIO DO AMAPÁ COMEÇOU POR UM COVARDE ASSASSÍNIO COM PREMEDITAÇÃO E EMBOSCADA

Primeiramente, é da maior importância registrar com que metuculoso cuidado o capitão Lunier toma todas as precauções para não alarmar a população do Amapá. Esse cuidado ressalta já superabundantemente de sua ordem escrita e daquela do comandante do *Bengali*, precedentemente citados.

Ele deixa a 200 metros atrás de si uma escolta e avança à procura de Cabral, acompanhado somente de seu corneteiro, de seu furriel e do intérprete Evaristo.

Parece-me difícil tanto quanto possível, para evitar todo conflito, de dar um igual exemplo de abnegação, pois o capitão Lunier sabia que Cabral era um aventureiro tão perigoso que julgava ter atrás de si todo o Brasil.

A conversação mesma que ele mantém com esse bandido denota seu cuidado de não contemporizar. Poderia ter-se retirado, fazendo marchar sua escolta, dando à infantaria naval que cercava a vila o sinal de avançar para o centro. Não fez nada disso, pois via na atitude dos homens de Cabral que uma ordem dessa natureza, um sinal desses levaria à fuzilaria. Espera que Cabral o siga e, estando um tanto afastado dos seus, esse aventureiro não se julgasse no direito de blasonar de tão alto e de ameaçar e assim achariam um meio de entendimento.²⁹⁴

Era o mesmo e repetido erro primário de julgamento, o de presumir que o adversário fará o que lhe ordenam, por mais absurdo que seja. É o velho argumento de quem consumou o latrocínio, de que o culpado foi o morto, que reagiu.

Pode-se julgar que esse era o sentimento que o guiou, tendo em vista a sua ordem, as suas recomendações verbais anteriores sobre os planos que ele tinha em mente nas diversas hipóteses que pudessem se apresentar. Como quer que seja, ele é vítima, com o corneteiro Pinson e uma parte de sua escolta, de um covarde assassinato.²⁹⁵

Uma operação de guerra, os assaltantes têm perdas, e foi um *covarde assassinato*?

A repressão ia ser sangrenta, pois a primeira coisa que viram os soldados de infantaria da marinha, desembocando pela rua do sul, foi o seu capitão, o ventre aberto, o peito baleado, tendo suas entranhas em uma das mãos, com a outra se apoiando nas paredes e caminhando em direção do capitão-tenente Destoup para lhe passar o comando.

De resto, o combate iniciado por um assassinio termina por um ato de banditismo: nenhuma detonação se fazia mais ouvir, os homens se reuniam, quando partem de uma casa dois tiros isolados que ferem gravemente dois soldados, sendo que um, o soldado Saintaigne, acaba de morrer no hospital de Caiena. Era o funcionário brasileiro Pereira, a soldo da intendência de Macapá, poupado pelos nossos a quando da visita de sua casa, que lhe agradecia de tal maneira, assim como um aventureiro meio-inglês, meio-brasileiro integrante do bando de Cabral.

Esses dois homens estão atualmente em Caiena nas mãos da Justiça.²⁹⁶

Eram prisioneiros de guerra. Foram presos Manuel Gomes Branco, João Lopes Pereira, Marcílio Beviláqua e João da Cruz. Manuel Gomes Branco tivera a família destrocada: em Amapá tinham ficado os cadáveres da mulher e dos quatro filhos. Uma das mãos, ferida, começava a gangrenar, é feita sua amputação. O tratamento que receberam foi digno dos administradores da ilha do Diabo, um dos mais tristemente notórios presídios do mundo, ameaça aterrorizante para os condenados franceses — e que nesse dia tinha entre seus prisioneiros a maior vítima de injustiça que jamais houve no exército francês, Dreyfus. Inocente condenado pela discriminação e pelo preconceito, sua história, narrada no *J'accuse*, de Zola, é um libelo perene contra o tipo de homens com que Cabral e os prisioneiros estavam lidando.

MOTIVOS POR QUE O DESTACAMENTO NÃO PERMANECEU NO AMAPÁ

A ação da missão armada enviada ao Amapá era uma missão de polícia; também a eventualidade de permanecer, a não ser durante 24 horas, foi

afastada pelo chefe de missão, assim como pelo capitão Lunier. Nem um nem outro havia admitido que sua tropa pudesse ocupar temporariamente o Amapá, para que não fosse possível arguir haver uma ocupação, por mais curta que fosse, de um ponto qualquer do território contestado, pela tropa francesa. Também qualquer ordem de permanência fora dada. Trajano liberto, os culpados ou alguns dentre eles presos, deveria o destacamento regressar para bordo.

LIBERTAÇÃO DO CAPITÃO TRAJANO

Nossa chegada libertou Trajano. Mantido em ferros até 14 de maio, véspera de nossa chegada, durante 17 horas, ele vinha de ser libertado durante uma ausência de Cabral, sob condição formal de não tentar evadir-se da casa que lhe servia de prisão; de resto, um serviço de guarda armada fora instalado em todas as saídas.²⁹⁷

Há aqui contradições na narrativa cuidadosamente organizada de Peroz: se Cabral estava na cidade para resistir a Lunier, não poderia estar ausente. E é claro que a maneira como Trajano era mantido prisioneiro era a ordenada por Cabral. É Trajano que fica mal com a declaração de que assumira o compromisso *de não tentar evadir-se*, e que *pôde fugir*.

No alvoroço causado pelas primeiras descargas, Trajano pôde fugir; ele se pôe sob a proteção da seção Saffroy, que controla os arredores da vila. Quando esta tropa se envolve no tiroteio, amedrontado pela chuva de balas que caem por todos os lados, Trajano se salva entrando na floresta, onde já se havia refugiado parte inofensiva da população.

Não cabia pensar em ir à sua procura. No estado de superexcitação causado pelos assassinios de que seu chefe e camaradas haviam sido vítimas, era de recear que uma procura nos bosques por parte de nossos soldados, degenerasse numa verdadeira caçada humana, o que convinha evitar a todo preço, a repressão devendo cessar ao último tiro dos homens de Cabral ou dos habitantes do Amapá. Melhor valia deixar Trajano, que conhece maravilhosamente bem o país, regressar por si próprio a Cunani, do que se expor a semelhante eventualidade.²⁹⁸

Confessa aqui a incapacidade de comando. Mas talvez tratava-se, simplesmente, de disfarçar a covardia.

REEMBARQUE DO DESTACAMENTO

Nada teria portanto justificado uma longa permanência de nossos soldados no Amapá. O capitão-tenente Destoup e o 2º tenente Boulain decidem pois pelo embarque e o regresso, baseando-se nas condições de navegabilidade do rio do Amapá e a hora da maré.

Cerca de cinquenta fuzis foram apreendidos dos bandidos habitantes do Amapá; quatro quintos dessas armas eram de fuzis de repetição. Foram utilizados para compor padiolas sobre as quais se transportavam os feridos às embarcações, depois de estarem depositados na margem; dez somente, de diversos modelos, foram embarcadas como peças de comprovação.

Uma bandeira brasileira flutuava em um mastro fincado em frente à vila. A última ordem do capitão Lunier ao morrer foi a de retirá-la; esse pavilhão foi igualmente apreendido, assim como o pavilhão da quarentena.

Esses fuzis e essas duas bandeiras foram os únicos objetos levados do Amapá; e, a esse respeito, devo salientar esse fato que, apesar do horror do atentado cometido, nenhum soldado retirou das casas, mesmo daquela do chefe dos bandidos, mesmo daquela em que a resistência foi mais enérgica, o mais insignificante *bibelot*, exceção feita dos galões do ombro de um uniforme de coronel pertencente a Cabral e que estão nas mãos do comandante do *Bengali*.²⁹⁹

Os habitantes de Amapá eram agora *bandidos*: tinham então os franceses um representante entre *bandidos*? *Bandidos* que lutavam para defender suas casas, que viviam pacífica e ordeiramente. *Bandidos* porque não tinham mais aceito a intransigência da minoria francesa. Porque Peroz é quem afirmará mais adiante: a população era quase exclusivamente composta de brasileiros.

REGRESSO DO BENGALI A CAIENA. HOMENAGENS FÚNEBRES, EMOÇÃO, SUPEREXCITAÇÃO VIOLENTA NA CIDADE

No dia 17, às 5 horas da tarde, o *Bengali* aportava a Caiena sem ter fundeado durante a passagem por Calçoene. O estado de decomposição avançada dos corpos que se desejava, a todo preço, fazer repousar em terra francesa, não havia permitido atrasar a chegada.

O sepultamento teve lugar ao aproximar-se a noite, à luz de tochas e de lanternas; todas as tropas da guarnição tomam parte. A cidade inteira acompanha ou segue o cortejo, a emoção é considerável. No cemitério, depois da cerimônia, vozes numerosas se elevam do meio da multidão, gritam vingança e pedem que uma convocação seja iniciada para a formação de tropas voluntárias e milícias volantes.

As mulheres da cidade mostraram elas também, com mil manifestações delicadas, pelo envio de flores, de víveres de toda espécie, pela oferta de seus serviços como enfermeiras, o seu patriotismo e a viva dor que o atentado do Amapá lhes causou.

As Assembleias reunidas desde a manhã em sessão extraordinária — Comissão Colonial, Conselho Municipal — votam, à unanimidade, um crédito de muitos milhares de francos para erguer um monumento comemorativo à memória dos nossos soldados mortos no campo da honra.³⁰⁰

Estava criado, acreditavam os provocadores, o pretexto para a ocupação, primeiro passo para a anexação. A ideia de vingança — dos franceses mortos num ataque? —, de lavagem da honra, foram utilizados nessas aventuras, com maior ou menor sucesso, em todos os tempos. Para exércitos coloniais era tão corriqueira como água.

MANIFESTAÇÕES, PEDIDO DE OCUPAÇÃO MILITAR IMEDIATA DO TERRITÓRIO CONTESTADO

Os dias que seguem são de agitação ainda indescritível: homens procuraram o escritório do Comandante das Tropas para se alistarem; a multidão se desloca em massa ao encontro dos destacamentos de soldados que vão e vêm a serviço ou em manobras.

O sepultamento do corneteiro Pinson, no segundo dia posterior, é ainda objeto de uma manifestação patriótica imponente. O mesmo ocorreu no dia 25 nas homenagens fúnebres pelo repouso da alma de nossos mortos.

Em todas as casas, em todos os lugares de reunião, nas praças, pede-se a ocupação, a mão armada, imediata do território contestado e os cidadãos da Guiana se oferecem para essa missão.

Os poderes públicos terão o dever de levar em conta esse sentimento quando tiverem de encarar as diversas eventualidades que podem regu-

lar essa questão do território contestado. A lentidão, as protelações, as transações, as meias-medidas, as indigências de vista e de ideias em meio às quais dormitava durante tantos anos, malgrado os avisos reiterados, advertências repetidas frequentemente nos últimos tempos, todas essas fraquezas geraram o drama sangrento de 15 de maio.³⁰¹

A VIDA DE NOSSOS COMPATRIOTAS ESTÁ EM PERIGO

No Amapá, nossos soldados foram assassinados. Que se tome cuidado! Daqui a pouco, em todos os pontos do território contestado, a vida de nossos compatriotas estará em perigo se o Governo não tomar a deliberação enérgica e sábia de ocupar militarmente toda a região.³⁰²

Aqui falava um chefe militar aos dirigentes políticos, pressionando pela decisão de força, acenando com uma realidade completamente distorcida: no episódio, segundo seu relato, morreram 6 militares franceses e 60 civis brasileiros; nenhum francês fora ameaçado de morte pelo governo dos brasileiros em Amapá. Se algum governo tinha que tomar medidas para garantir a vida de seus cidadãos, dentro da lógica de Peroz, era o governo brasileiro.

RESPONSABILIDADE DO BRASIL NO INCIDENTE DO AMAPÁ

Esta afirmação me leva a provar, como resulta deste inquérito, que a mão do Brasil se estende pouco a pouco sobre essa região, ontem dissimuladamente, hoje abertamente, e que uma pesada responsabilidade recai sobre o Governo dessa nação na emboscada do Amapá.

E antes de tudo, todos os Chefes, todos os condutores dessa organização com o fim de interditar aos franceses o acesso ao território contestado ou de os expulsar, vem diretamente da Província do Pará e são cidadãos brasileiros: Cabral, chefe insurrecional do partido democrata; Luís Bentes, alferes do exército brasileiro; um negro de certa idade que se denomina “General” Rosendo, pertencente também ao exército; João Lopes Pereira, professor primário no Amapá a soldo da Intendência de Macapá; Desidério, ex-revolucionário no Pará, Raimundo Marcelino do Anuto, Raimundo Antônio Gomes, Manuel Joaquim Ferreira, ex-estudante no Pará, membro do partido democrata, Epifânio Dalous, Juan Belforte chefe da região do Redondo, etc. etc...

Como essas pessoas tiradas de diversas classes da sociedade brasileira se achavam assim reunidas no Amapá, onde, no meado de dezembro último, depõem a mão armada o capitão Voisin e o substituem por uma espécie de triunvirato composto de Cabral, de Manuel Ferreira e de Pereira, com Raimundo Marcelino como Major Fiscal?³⁰³

Estas indagações contêm sua própria resposta: porque os movimentos insurreccionais populares têm por característica essa mescla de origens e classes, que se encontram na luta pelo interesse comum. Peroz reconhece aqui mais uma vez a autoridade do Triunvirato sobre Amapá, lá mesmo onde fora prender seu chefe. E, ao relatar suas medidas contra os franceses, em nenhum momento cita atentado à sua vida.

Por que a sua administração, desde o início, é endereçada contra os nossos concidadãos e chega até à interdição absoluta, para eles, de subirem o rio, sob pena de serem recebidos a tiros de fuzil e saqueados, até a proibição sob pena de multa, da exportação, pelos homens do Amapá, de bois para o Amapá?

Segundo aquelas instruções, uma vez sua autoridade implantada sem contestação no Amapá, se estende ela a mão armada sobre os outros rios?

De onde lhe vem o apoio moral que lhe dá a audácia de igual embargo sobre o Contestado?

Onde encontra ela o dinheiro que é necessário abundante para sustentar, nutrir, armar e pagar uma verdadeira companhia no Amapá e um batalhão no resto do território?³⁰⁴

Da narrativa da luta ficara claro que o exército que Cabral pretendia organizar ainda era um sonho. A luta foi feita, de parte dos brasileiros, por civis, que talvez já tivessem a estrutura decretada Triunvirato, mas não tinham, justamente pela limitação de seus recursos humanos e materiais, o equipamento e o treinamento que caracterizam as organizações militares.

E o salário da polícia secreta, muito bem organizada, instalada mesmo em Caiena?

Não é necessário ir muito longe para achar o ponto de partida dessas atitudes, pois é de dezembro a abril que começa e se completa a organização indicada mais acima e que se produzem os atos daí decorrentes.³⁰⁵

Passa agora Peroz a outro recuo no tempo: narra à sua maneira a tomada do poder em Amapá pelo Triunvirato. Vamos aceitar, neste próximo trecho do seu relatório, os deslocamentos, as presenças, deixando de lado as intenções adivinhadas, a *conspiração* do governo brasileiro.

MISSÃO BRASILEIRA DO DOUTOR TOCANTINS E DO CÔNEGO MALTEZ

Até o fim do ano último, o território contestado franco-brasileiro era relativamente tranquilo. Certos sintomas de agitação, certas tendências brasileiras, certos atos condenáveis se haviam produzido; mas eles provinham de individualidades viciadas ou recalcitrantes conhecidos de todos. O sentimento geral dos habitantes desse território quanto à parte relativa às reivindicações francesas, era geralmente favorável a nosso país; a unanimidade dos testemunhos que tomei a esse respeito da parte dos habitantes de Caiena e daqueles do Contestado não deixa existir nenhuma dúvida a esse respeito.

No decorrer de novembro, um vapor brasileiro desembarca em Cunani uma missão brasileira composta do doutor Tocantins, que se dá como major do exército brasileiro e se ocupa em verdade das funções de médico-major, acompanhado de um soldado ordenança portador de seu uniforme, do cônego Maltez, cura de Santana do Pará, com poderes espirituais sobre a ilha de Baile, sobre Macapá e sobre o território contestado, e de um personagem cuja intemperança é tal que o doutor Tocantins dele se livra prontamente.

Todos três estão abertamente a soldo do Governo brasileiro e indenizados especialmente para sua missão. O doutor Tocantins pretende, diante dos franceses, ser encarregado pela Companhia Fluvial do Pará de estudar a possibilidade de criar um serviço regular de vapores de Pará a Caiena com escalas em Macapá, Cunani e Calçoene, e estar a serviço dessa Companhia; mas o cônego Maltez confessa que todos dois estão pura e

simplesmente a serviço do Brasil. Ver-se-á de resto mais adiante o que se deve pensar da alegação do primeiro.

A missão é recebida no prédio da escola onde estabelece seus escritórios e na qual iça uma gigantesca bandeira brasileira.

O doutor Tocantins sobe o rio, faz o levantamento à bússola, em companhia de um membro da missão Coudreau, o sr. Bisson, que o auxilia nesse trabalho. Ele explora a região em todos os sentidos, parlamenta com os habitantes de língua portuguesa, e, enfim, convoca uma reunião geral da população de origem brasileira na casa de Vasconcelos, em Cunani.

Embora nenhum habitante de nacionalidade francesa tenha sido admitido e o segredo sobre a deliberação tenha sido ordenado, pude saber por muitas fontes e particularmente do filho do juiz de paz de Cunani, que era seu escrivão, quais foram as resoluções que ele adotou diante das instruções dadas ao doutor Tocantins pelo Governo brasileiro.

Podem resumir-se em algumas palavras: subtrair aos franceses toda a influência na região, tornar-lhes as possibilidades de vida cada vez mais precárias, finalmente, fechar-lhes o acesso ao território contestado e estabelecer uma administração regular dependente da comarca de Macapá.

Um pavilhão brasileiro estava içado na cumeeira da casa habitada por Tocantins, este estava acompanhado de um soldado do exército regular, de um cônego; seria mais do que o necessário, fora toda documentação oficial, para provar aos habitantes de Cunani que o Governo brasileiro não esperava manter-se neutro por mais tempo no Contestado e que sua autoridade ia fazer-se sentir.

De resto, seu enviado não escondia que a organização administrativa da qual havia esboçado o plano, seria feita por homens vindos do Pará, que seriam ajudados nessa tarefa por uma tropa armada.

Assim se apoiariam as reivindicações dos patriotas prevendo que, logo mais, forças regulares ocupem a região.

Não restava mais ao povo de Cunani senão submeter-se e fazer coro com Tocantins.

Por seu lado, o cônego Maltez vinculava os fiéis à Província do Pará; nas prédicas frequentes, inspiradas por um patriotismo ardente, ele exortava os habitantes do Contestado, tanto em Cunani, quanto em Macapá, a romperem todo o laço com a Guiana e a França, e de se adaptarem às ins-

truções que lhes seriam transmitidas pelos representantes que o governo brasileiro ia enviar-lhes.

Ultimamente, os padres de Caiena iam frequentemente levar o socorro da religião ao território contestado, o cônego delegado cortava, rapidamente, o laço espiritual assim criado com a França.³⁰⁶

Mais uma vez, é Peroz quem afirma: o sentimento da população era de *fazer coro* com o sentimento pró-brasileiro. E o simbolismo da bandeira é muito presente: ele se escandaliza com o pavilhão brasileiro içado na cumeeira da casa habitada por Tocantins, como os brasileiros haviam se escandalizado com o pavilhão francês levantado por Trajano.

CHEGADA DE CABRAL AO AMAPÁ

Enfim, enquanto o cônego Maltez vem em dezembro parlamentar em Caiena e averiguar o estado dos espíritos, Tocantins volta ao Amapá. Logo chega do Pará Cabral, acompanhado de vinte e cinco homens armados; logo Voisin, que foi durante muito tempo capitão do Amapá, é destituído; as pessoas do Amapá que protestam são ameaçadas com fuzis; as novas eleições são feitas com o revólver na mão, e Cabral sai das urnas em primeiro lugar. O triunvirato, do qual dei mais acima a composição, estava constituído.

A partir dessa época os sentimentos da população em face da França mudam completamente; tornam-se logo hostis.³⁰⁷

Se os brasileiros tivessem se imposto nas eleições com o *revólver na mão*, a população não se teria tornado hostil à França, mas ao Triunvirato e ao Brasil.

Em janeiro, chega ao Amapá um grupo de mineradores de Caiena enviados pelo sr. Bally. Proíbe-se ao grupo de ir mais além, obriga-se a regressar ameaçando de fuzilaria se ele não obedece imediatamente. Muitos brasileiros desejam mesmo saqueá-lo; à frente Desidério. O cônego Maltez, que se acha na vila, faz ver que não se pode chegar a esse ponto e os garimpeiros franceses podem retirar-se sem maior dano.³⁰⁸

Ainda uma vez Peroz afirma que os franceses puderam *retirar-se sem maior dano*.

ATUAÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO POR INTERMÉDIO DE CABRAL

Cabral, entretanto, percorre e estuda a região. Em março, ele retorna ao Pará; ali fica até abril e desembarca a 17 com um reforço de cinquenta a sessenta homens, dos quais muitos trazem o cinturão vermelho de serviço dos graduados do exército brasileiro, enquanto que muitas centenas de outros homens armados chegam ao Contestado pelo interior. Ele traz consigo um uniforme de oficial superior do exército brasileiro, malas ricamente abastecidas, recursos, e, o que é mais importante, instruções que mostra ao professor Pereira e aos membros do triunvirato, e das quais fala a muitas pessoas, entre outras ao sr. Masse do qual narrarei mais adiante a triste odisséia. Vem definitivamente administrar e dirigir a região em nome do Brasil, interditar o acesso dos franceses e os rechaçar, se preciso.³⁰⁹

Se houve esse envolvimento com o governo brasileiro — e seria de qualquer forma estranho ele mostrá-las a um francês — ele ainda não foi comprovado documentalmente: todas as afirmações de Peroz são de ouvir dizer, e de ouvir dizer de segunda mão. Quanto às centenas de homens armados, onde estavam as armas, que não apareceram no momento da única luta nem nunca foram diretamente vistas?

No Pará, ele se manteve em relações seguidas com Filipe José de Lima, senador, jornalista, do partido governamental; mantém-se em correspondência com os srs. Vicente Chermont de Miranda e Pais de Carvalho, todos dois membros do governo central, o último senador no Rio. Foi-lhe prometido um posto elevado no exército e 200 contos de mil-réis [sic] por conta do crédito de 2 milhões, recentemente votado, caso tenha êxito em sua missão; o senhor Filipe José de Lima foi encarregado pelo governo do Pará de parlamentar com ele para tratar da criação, nessas condições, das colônias do Amapá e de Cunani.³¹⁰

Também sobre esse ponto faltam documentos. Certamente os senadores pelo Pará, os políticos paraenses em geral eram partidários de uma solução que assegurasse a manutenção do território contestado como

brasileiro, nos termos do Tratado de Utrecht, como aliás sustentavam há muito os sucessivos governos e partidos brasileiros, não só no Pará.

Ele regressou ao Amapá no mesmo navio no qual veio a Mme. Coudreau, mulher do explorador. Ora, esta afirma que na visita que seu marido e ela fizeram ao governador do Estado do Pará, este último lhes declarou, sem ambiguidade alguma, que sua intenção era de fazer ocupar pelas forças regulares, por motivos de ordem policial, o Amapá, Cunani e Calçoene. Podemos admirar-nos que o sr. Coudreau e sua mulher, todos dois franceses, mantidos por tanto tempo por nosso governo e sustentados por ele, não tenham considerado de seu estrito dever comunicar sem tardança essa grave notícia ao governador da Guiana; mas, não podemos pôr em dúvida essa afirmação feita por Mme. Coudreau de uma forma muito precisa e em circunstâncias muito particulares para não ser tomada como absolutamente verídica.³¹¹

O que considera grave notícia — obtida ainda por terceiros, e portanto passível de dúvida — é menos do que se considerou no direito de fazer: mandar uma força policial. Também cabe a dúvida sobre por que o governador do Pará, Lauro Sodré, político de enorme experiência, faria tal afirmação a um homem de certa autoridade, um cientista, que publicara em 1886 um livro apologético sobre a França Equinocial — isto é, o Amapá — e tinha negócios no território contestado.

De mais, com o vapor que trouxe Cabral ao Amapá, chega em todas as escalas do território contestado a nova notícia de que Cabral será seguido a curto prazo de três batalhões de tropas regulares, que serão colocadas sob o comando de um general. Esse rumor não é a confirmação do informado pelo próprio governador?

Durante a ausência de Cabral, alguns dias antes de seu retorno, o aviso francês *Bengali* estava presente no Amapá para assegurar a exatidão da nova notícia espalhada em Caiena, de que essa parte do território contestado era inteiramente fechada aos franceses. Antes de deixar a sede de sua residência, Cabral havia dado ao professor Pereira instruções formais a nosso respeito; com efeito, o comandante do *Bengali* e algumas pessoas

que o acompanhavam, todos sem armas, são convidados por Pereira a regressar a bordo e a não tentar ficar por mais tempo no Amapá ou penetrar no interior; e esse convite não constitui nenhuma cortesia, porquanto durante a conversação, o professor trata nosso representante como pirata.³¹²

Aqui enfim Peroz dá um testemunho de um participante de um episódio no Amapá. Não se sabe exatamente em que circunstâncias Pereira usou a palavra pirata; mas neste relatório ela já foi usada muitas vezes por Peroz em relação às autoridades do partido brasileiro. Ainda uma vez, o testemunho é de que houve interdição de circulação, mas não uso de violência maior.

As instruções que Cabral traz do Pará devem ser mais formais ainda do que aquelas deixadas com Pereira, pois ele desembarca no Amapá no dia 17 e a 27 Trajano e o pavilhão francês que flutua sobre a casa dele são arrebatados por um destacamento armado; os habitantes do Amapá dispõem as suas casas em estado de defesa e se mantêm em alerta; expedições vão à floresta cortar madeira para reforçar no interior das casas portas e janelas; os homens adultos são avisados de que os que se recusarem a atirar sobre os franceses serão fuzilados; uma guarnição de cerca de quarenta homens fica em guarda na vila quando Cabral se ausenta com o seu bando.³¹³

Voltamos ao domínio da especulação e da afirmação inaceitável pelo bom senso: se Cabral esperava o ataque e dispunha de tanta força, por que não estava com ela plenamente preparada para o combate? A descrição do combate deixa claro que eram civis os mortos — a relação brasileira mostra que nem todos eram homens, que havia mulheres e crianças —; e os militares, nenhum deles morreu? Por que nenhum militar entre os quatro prisioneiros?³¹⁴

Que esse homem disponha de recursos necessários para recrutar e sustentar, no Amapá somente, uma guarnição de uma centena de homens, para manter em Caiena um custoso sistema de espionagem, que tenha tido os meios de ação de que dispôs, que tenha sido possível a ele, um inimigo reconhecido do Governo atual, um ex-chefe de insurreição, o

homem perigoso por excelência graças à sua inteligência e à sua energia, a seus talentos militares e a seu espírito de organização, que esse homem tenha podido recrutar abertamente no Pará homens em grande número, comprar-lhes armas, ir e vir sem controlo na cidade, parlamentar com diversas autoridades locais de alto posto, sem a conivência e sem a ajuda e o apoio do governo do Pará, isso parece de todo impossível.

Que esse Cabral, qualquer que seja o seu valor e o seu temperamento, por iniciativa própria tenha tomado por si mesmo a iniciativa de verdadeiros preparativos de guerra contra os nossos compatriotas, contra a França por consequência, enquanto sabia perfeitamente que uma guarnição francesa de uma certa importância, em todo o caso mais forte e mais poderosa que o seu bando, podia estar presente no Amapá em dois dias, apoiada por um aviso de guerra, me parece ultrapassar o limite das coisas admissíveis, se ele não se sentisse apoiado por todo o Brasil.

Seria preciso que ele tivesse perdido a razão completamente para empreender a tarefa de resistir sozinho às forças militares da Guiana francesa ou somente às equipes de mineradores de ouro que, com todo o direito, podiam vir de Caiena numerosas e armadas lhe exigir passagem.

Ora, Cabral é ao contrário um homem muito bem equilibrado, malgrado o ardor de seu temperamento. Os últimos decretos baixados por ele para os habitantes do Amapá relativamente à municipalidade, são marcados com o timbre do bom senso.³¹⁵

É a primeira afirmativa a explicação simples: impossíveis são esses fatos de ouvir dizer. Cabral portanto não dispunha de recursos necessários para *recrutar e sustentar uma guarnição de uma centena de homens ou para manter em Caiena um custoso sistema de espionagem*. Cabral, sendo um homem informado e inteligente, não fez os preparativos de guerra que poderiam provocar uma reação armada francesa: mas as armas francesas dispensaram tais preparativos.

Admito de bom grado que, preparando às forças francesas uma emboscada covarde, oferecendo-lhes combate, ele ultrapassou as instruções que lhe haviam sido dadas. Está fora de dúvida que o governador do Pará o desconsiderará a esse respeito, como é também fora de dúvida que o go-

vernador do Pará e talvez o governo brasileiro são os verdadeiros agentes responsáveis pelo sangue vertido no Amapá a 15 de maio.

A cumplicidade de um ou de outro, ou dos dois, é inegável.

Além disso, a conduta do governo brasileiro nesse acontecimento não é a mesma tomada por ele para fundar a colônia militar de Dom Pedro, depois a colônia de Aporema, e enfim a dos lagos, colônias que, malgrado nossos direitos e nossos protestos, platônicos é verdade, o governo do Rio de Janeiro inclui oficialmente no município de Macapá e administra?³¹⁶

A Colônia Militar D. Pedro II tinha mais de 50 anos: fora fundada em abril de 1840. Ficava fora do limite do território contestado, no rio Araguari, afluente do Amazonas. O Aporema também era ao sul do território contestado. Isto é, ao sul do território tornado neutro pelas tratativas oficiais entre os dois governos: como mostrou mais tarde o barão do Rio Branco, as pretensões francesas podiam variar, e muito, chegando mesmo ao delírio geográfico. Mas nunca o governo brasileiro ou o governo português, antes da independência, aceitaram nem mesmo discutir uma fronteira ao sul do Araguari.

Primeiramente, o revolucionário ou as pessoas sem idoneidade enviadas, em troca de seu perdão, a fim de colonizar o Contestado, depois o padre, em seguida o professor, seguido logo do aventureiro soldado e administrador, enfim uma guarnição e uma administração regular.

Medidas imediatas de proteção aos nossos compatriotas se impõem.

Nossa indiferença ou nossa fraqueza haviam permitido até esta data essas usurpações; hoje, o sangrento acontecimento ocorrido contra a nossa vontade, por circunstâncias inelutáveis que deveriam ter sido previstas há muito tempo, mudou violentamente o aspecto das coisas.

Antes de toda distribuição das responsabilidades, antes de toda abertura a um entendimento diplomático, se impõem medidas de dignidade nacional e de salvaguarda de nossos compatriotas.

Como afirmei mais acima, uma viva agitação reinava em toda a parte norte do território contestado depois das atividades da missão Tocantins, inicialmente, e do chefe Cabral, depois.

Era de tal ordem que, mesmo antes de 15 de maio, o milhar de franceses distribuídos por esse território não se considerava mais em segurança; muitos haviam sido molestados, outros, em grande número, ameaçados.³¹⁷

Atenção a este número: um milhar. A população do Contestado era da ordem de dez mil habitantes.

O Governador da Guiana, enviando a bordo do vapor *Liffeld*, no dia 10 de maio, uma brigada de gendarmaria, cedia à obrigação de proteger os mineradores que aguardavam à foz do Calçoene um barco a fim de retornar a Caiena; os avisos eram incisivos, sua segurança estava em perigo.

E, com efeito, à chegada do *Liffeld* no rio Calçoene, os gendarmes interrogam os franceses que vieram ao seu encontro e eis a seguir o que lhes foi respondido e as informações que eles colheram depois:

Interrogados a respeito do que se passa no rio, respondem que tudo está tranquilo sob o aspecto dos atos de pirataria, mas que boatos alarmantes circulam a tal ponto que toda a vila está em estado de alarme há muitos dias; espera-se de momento a momento ser atacado por brasileiros vindos de Macapá, saqueado e expulso.³¹⁸

Numa relação de nove mil para mil não era necessário esperar por alguns homens — quantos poderiam ser? — para o saque e a expulsão, se tal fosse seu desejo.

Essa notícia nova, dizem eles, se espalhou depois da chegada ao Amapá do capitão Daniel. Ele havia anunciado a todos os seus compatriotas a determinação tomada pelo de nome Cabral de expulsar deste rio os franceses que o exploram em prejuízo dos primeiros ocupantes, os brasileiros.

Desde esse dia, uma mudança notável se operou entre os brasileiros estabelecidos na corredeira Daniel e estes, esperando sempre o sinal de revolta que deve vir do Amapá, tornaram-se muito arrogantes e chegam mesmo a nos ameaçar, com armas na mão, pela menor futilidade.

Os trinta brasileiros que se acham estabelecidos nesse ponto estão todos armados de fuzil de guerra americano; também os de nacionalidade france-

sa estão pouco tranquilos e evitam dar prosseguimento às suas numerosas provocações. Essa fraqueza parece torná-los cada vez mais audaciosos.

Depois dessa declaração, nós nos transportamos ao *dégrad* Daniel onde se acha uma aglomeração de trezentas a quatrocentas pessoas e as informações que ali recolhemos junto a muitos notáveis de nossos compatriotas tendo confirmado a declaração precedente, conduzimo-nos para junto do capitão Daniel, chefe dos brasileiros do Calçoene, e o interpelamos a respeito dos rumores que ele havia espalhado quanto à chegada próxima de um bando armado vindo do Amapá.³¹⁹

Na região do Calçoene a relação realmente se invertia. Mas fica explícito que a presença armada não era do exército brasileiro, nem mesmo das tropas do Amapá, mas do exército francês, que interpelava e apreendia armas — dos brasileiros.

Ele se recusou a responder a nossas perguntas pretextando não conhecer nem o francês e nem o crioulo.

O chefe do partido brasileiro, o capitão Daniel Pedro Fero, está devidamente provisionado em armas de guerra.

...Continuamos nossa caminhada para o *dégrad* Daniel, onde realizamos logo uma minuciosa busca no alojamento do capitão, a qual nos permitiu a apreensão de três fuzis de guerra, sendo dois de repetição carregados e provisionados.³²⁰

E com três fuzis travaria combate com a França?

Ora, é preciso considerar que o mesmo ocorre com quase todos os outros brasileiros e esses homens, que conhecem maravilhosamente bem a região, podem, emboscados ao longo das margens e sem que seja possível reconhecê-los, nem mesmo os ver, dizimar na passagem nossos minerdos que descem o rio em pirogas.

É inegável que o evento do Amapá, que é uma covarde emboscada, será apresentada a todos os brasileiros do território contestado como sangrentas represálias contra seus compatriotas, represálias que geram vingança; e

talvez essa vingança se traduzirá em atos de banditismo em que os nossos concidadãos serão as vítimas.

Só a presença de forças militares nessas paragens poderá impedir iguais acontecimentos futuros, e não julgo conveniente esperar que o Brasil se encarregue desse policiamento preventivo.³²¹

Volta Peroz a defender a intervenção francesa, esquecendo o terrível saldo que proclamava: sessenta mortos civis brasileiros contra seis mortos militares franceses.

O EPISÓDIO DO AMAPÁ FOI UMA EMBOSCADA PREPARADA COM ANTECEDÊNCIA

Resta-me demonstrar que o episódio do Amapá foi uma verdadeira emboscada, preparada com muita antecedência e maquinada de tal sorte que sem as prudentes precauções ordenadas pelo governador da Guiana, apoiando com uma companhia de infantaria da marinha a seção de desembarque do *Bengali*, nenhum de nossos marinheiros descidos a terra escaparia ao massacre.

Regressando do Pará, em abril, Cabral trazia com ele para o Amapá um reforço de 60 homens armados com fuzis de guerra. Dá-se-lhe ciência de que durante a sua ausência um aviso francês veio se informar da situação nova em que viviam os franceses, sua polícia o põe ao par da notícia de que em breve esse mesmo barco retornará.

Ele felicita como lhe convém ao professor Pereira pela insolência das suas respostas ao nosso representante, e reúne os habitantes do Amapá, tendo ao seu redor o bando armado, que confirma, por sua presença, a obrigação em que cada um se acha de lhe obedecer.

Faz jurar por todos de receber os franceses a bala se eles se apresentam novamente, e para que esse juramento seja fielmente cumprido, previne que fará fuzilar o primeiro que falhar.

Depois dá ordens minuciosas sobre a recepção que pretende nos proporcionar: “árvores serão cortadas na floresta para fortalecer as portas e janelas; — à chegada dos franceses, os homens válidos se trancarão em suas casas hermeticamente fechadas e embarricadas e aguardarão, com o fuzil na mão, a ordem de fazer fogo; — um homem portando uma ban-

deira brasileira e uma bandeira de quarentena virá ao encontro de nossos marinheiros e os proibirá de desembarcar; se, todavia, nossos enviados entram na vila, se deixará que penetrem fundo sem dar sinal de vida; depois uma parte do bando de Cabral, escondida na extremidade, sairá à rua e os fuzilará, todos os homens em armas escondidos nas casas os liquidarão a golpes de fuzil”.

Nos primeiros dias de maio, todos os preparativos estão terminados; uma guarnição é instalada definitivamente no Amapá. Cabral viaja para o lago Redondo para exaltar os sentimentos patrióticos dos habitantes. Durante sua ausência, os habitantes do Amapá têm piedade do capitão Trajano e lhe retiram os ferros.

No dia 13, Cabral é prevenido pela escuna *La Gabrielle* que o aviso *Bengali* foi notado. Ele chega ao Amapá no dia 14 pela manhã com o reforço, dá suas últimas ordens e nos espera.

É assim que o capitão Lunier foi recebido, é assim que ele e muitos dos homens de sua escolta foram covardemente assassinados. Mas Cabral não pensava que teria de enfrentar, uma vez cometido o seu atentado, uma força militar de certa importância. No dizer de seus espiões, o Governo da Guiana não devia reenviar às águas do Amapá senão o aviso *Bengali* com seus representantes, que escoltariam alguns homens da equipagem, os quais se venceria facilmente.

Toda essa maquinação criminoso se baseia nos interrogatórios dos cidadãos brasileiros, habitantes do Amapá ou que ali se achavam na época em que esse atentado se preparava.

A repetição e a concordância dos dizeres dessas pessoas, naturalmente levadas a amenizar as responsabilidades de seus compatriotas, lhes dão um valor irrefutável.³²²

Todo esse trecho é uma repetição de fatos já narrados antes. Continua a completa incompatibilidade entre as forças e as informações de que Cabral disporia e a de que efetivamente dispôs. Mas sobretudo é preciso negar com veemência a hipótese de emboscada: numa emboscada Cabral não se arriscaria a ir ao encontro de Lunier e ficar à mercê de sua arma; numa emboscada teriam sido aniquilados os franceses.

O título do próximo trecho do relatório Peroz diz tudo: *opiniões precedentemente emitidas*. Opiniões, não fatos.

DOCUMENTOS SOBRE OS QUAIS SÃO BASEADAS AS OPINIÕES PRECEDENTEMENTE EMITIDAS

Esse encadeamento de fatos, que se sucedem de maneira tão estreita e se desenrolam tão logicamente, não foi estabelecido sobre presunções, não mais do que neste relatório, a ação do Brasil, ação direta, virtual, não foi exagerada nem falseada.

Para que nenhuma dúvida permaneça no espírito, devo, antes de concluir, precisar aqui quais as pessoas de nacionalidade brasileira que interoguei e cujas respostas anotei, as revelações que me foram feitas por cidadãos franceses estabelecidos no Contestado e em relação com o Pará, as cartas apreendidas dos nacionais brasileiros, e, antes de tudo, os atos oficiais do Governo central brasileiro ou do Governo do Pará, dos quais um dos resultados certos é a emboscada do Amapá.³²³

Passa agora Peroz a descrever Cabral. Acusa-o de democrata e insurrecto. É preciso situar o momento histórico. A 24 de fevereiro de 1891, era aprovada a primeira constituição republicana. Em consequência de suas disposições transitórias, dissolveu-se o governo provisório, sendo eleito o marechal Deodoro da Fonseca para cumprir o mandato reduzido que terminaria em novembro de 1894. A crise, que se instalara desde o primeiro momento, aflorou durante a própria eleição: Deodoro foi eleito com muito menos votos que o seu vice, Floriano Peixoto. A agitação militar era constante, contando muitas vezes com o incentivo de Floriano. A 3 de novembro de 1891, o marechal Deodoro dissolveu o Congresso Nacional. Todos os governadores o apoiaram, menos o do Pará, Lauro Sodré. Mas um pronunciamento militar mais efetivo, comandado por Custódio de Melo, no dia 23 de novembro, provocou a renúncia de Deodoro e a sua substituição por Floriano. Não cessou, nem por isto, a permanente inquietação, frequentemente expressa em sérios levantes, e até mesmo em repressão sanguinolenta, até o governo de Prudente de Moraes, em 1894. Assim, estes termos mesmos de Peroz, “democrata e

insurrecto”, são os termos que devem ser aplicados a muitos dos heróis da criação do regime republicano no Brasil.³²⁴



Rara fotografia do herói de Amapá

QUEM É CABRAL?

Inicialmente, quem é Cabral? M. Garcin, estabelecido durante 9 anos no Pará e que, durante cinco anos, morou em uma casa defronte da dele e a frequentou, nos diz ser ele um homem ativo, enérgico, inteligente, bom para tudo, pronto para qualquer missão. Ele é subchefe de polícia, depois jornalista, depois revolucionário. Ele julga esse homem capaz de todos os crimes e de todas as vinganças; sua presença no Contestado devia constituir um grave perigo.

O *Diário Oficial do Estado do Pará* de 13 de junho de 1891 narra em detalhes, em seu artigo “A Revolta”, o golpe de força executado no dia 11, à uma hora da madrugada, por um bando de revoltados comandados por Francisco Xavier da Veiga Cabral. Um esquadrão de cavalaria, o 15º batalhão de infantaria, uma bateria do 4º de artilharia, marinheiros armados com metralhadoras, um destacamento de engenharia, um esquadrão de cavalaria da polícia, a canhoneira *Guarani* são somente suficientes para dispersar os revoltosos. Dois generais e um capitão da marinha conseguem com grande dificuldade dominar o bando comandado por Cabral.

E este homem que fez o Pará passar por um tal perigo, que cometeu esse crime de lesa-pátria, cujo espírito de revolta, a energia, a coragem e a habilidade constituem um perigo constante para a segurança da cidade, é visto agora em relações constantes com altos funcionários auxiliares imediatos do governador, sob os próprios olhos do Chefe deste Estado! Ele vai e vem com toda segurança do Pará ao território contestado, recruta e organiza bandos, arma-os com fuzis de guerra, e ninguém protesta na cidade vítima de sua revolta?

Certamente, é preciso fazer a parte das “coisas do Brasil”, mas pode-se fazê-lo com tanta amplitude? E não se é levado a pensar que Cabral recebeu mandato para cumprir qualquer missão secreta, da qual só ele poderia encarregar-se, porquanto mais capaz do que qualquer outro para a levar a bom fim, ele era também, mais do que qualquer outro, o homem que se pode facilmente desmentir, pois seu passado revolucionário é de natureza a afastar a ideia de qualquer entendimento entre o Governo e ele.³²⁵

AÇÕES ABERTAS DO GOVERNO BRASILEIRO. DOCUMENTOS OFICIAIS

Quais eram os serviços que o governo brasileiro esperava dele, e quais suas intenções em face do vasto território que se estende entre o Araguari e o Oiapoque?

Li no *Diário Oficial do Estado do Pará* de 19 de dezembro de 1891 um discurso seguido de um voto que nos orientará facilmente nessa pesquisa.

O senhor Marcos Nunes, em uma longa alocução, cortada e seguida de aplausos, reclama a criação de estradas, de centros agrícolas e de ingerência imediata do governo na Guiana brasileira, “do Rio Branco ao Tumucumaque, ao Oiapoque, ao Amapá”; é para o Brasil “uma questão de honra três vezes secular, uma questão de dignidade e de alto patriotismo”.

E conclui: “Nem uma pedra de nossas fortalezas, nem uma linha de nosso território”.

Vota-se e o projeto nº 3, relativo a essa organização, é aprovado.

No dia 28 de julho de 1893 o Brasil entra no período de execução material. O *Diário Oficial* desse dia traz a nomeação dos membros adjuntos

seguintes: Doutor Ulisses Paiva, Silvério José Néri, Francisco Cardoso Barata e Tito de Mource Rodriguez, para uma comissão encarregada de estudos especiais no Contestado. O presidente dessa comissão é Lourenço Ferreira Valente do Couto.

No dia 30, o mesmo diário abre a essa comissão um crédito de 1.000 contos de réis a fim de ocorrer às suas despesas.

Um decreto, lavrado no mesmo dia, dá o direito ao sr. Do Couto de requisição de passagens, às expensas do tesouro, junto à Companhia do Amazonas e à do Loide brasileiro.

Além disso, não teríamos razão de nos admirar se, desde já, o Brasil parecia considerar como seu o território contestado; é já um hábito velho ao qual os brasileiros de idade madura e longa data, se acostumaram. Vejo com efeito, em uma coleção oficial intitulada “Informações sobre as comarcas da província do Pará”, manual oficial em uso das administrações e do exército, que remonta a uma dezena de anos, que a “comarca de Montealegre é compreendida, desde o mês de agosto de 1873, nos limites seguintes: ao norte, a Guiana Francesa”. Mesmos limites são dados, págs. 51, à comarca de Macapá: “todo o território é limitado pelo Araguari, o Atlântico, o Tumucumaque e o Oiapoque”, englobados nitidamente na jurisdição brasileira. Além disso, desde esse mesmo ano de 1884, os habitantes do território contestado, Amapá e Cunani compreendidos, são convidados a enviar os seus boletins de votos a Macapá, assim como o contingente militar.

Nas eleições de 1894, o instituidor do Amapá, Pereira, viu seu ordenado mensal aumentado de 40.000 réis pela Intendência de Macapá, em recompensa pela maneira como ele havia conduzido as eleições gerais em sua vila, da qual foi nomeado escrutinador.

Também os brasileiros se consideram perfeitamente em sua própria casa no território contestado.

O senador comandante Veríssimo usava a esse respeito, no dia 6 de agosto de 1894, no Rio de Janeiro, uma linguagem que cumpro o dever de reproduzir, pois ele mostra a que diapasão o sentimento brasileiro ascendeu: “A França não tem nenhum direito a fazer valer sobre o Contestado; nossa ocupação é de direito e de fato. A própria ocupação de Caiena pela França é de direito duvidoso, e nós teríamos mais direito a reivindicar a

parte da Guiana dita francesa do que a França a reclamar um pedaço dos territórios da margem direita do Oiapoque. Além do mais, pouco importa a opinião da França. Em troca desses pretensos direitos, nós lhe daremos um tratado de comércio vantajoso. Se ela recusa, nós lhe fecharemos nossos portos. Mas, desde agora, devemos expulsar todo francês que tentar se estabelecer na Guiana brasileira. Esse assunto deve ser conduzido rapidamente e sem dar nenhuma atenção às recriminações e a gritarias.”

O senador federal Veríssimo tinha, nesse momento, a missão do governo central de investigar nos arquivos do Rio todos os documentos referentes ao Contestado, deles extraindo a sua substância; sua declaração foi escrita no mesmo dia.

O *Diário Oficial* do governo central no Rio, em seu número de 4 de julho de 1894 “pede seriamente a atenção de seus compatriotas sobre a intrusão dos franceses, garimpeiros no Contestado”.

O número de 14 de julho do mesmo diário insiste “a respeito de que os franceses continuem, sem ser molestados, a explorar territórios nacionais (Contestado) que o Brasil, por incúria e por falta de energia, se deixa esbulhar”. Todos os jornais do Pará são unânimes em protestar contra essas incursões dos franceses no território do Pará.

Cita em seguida um artigo do *Jornal dos Debates*, relativo ao Contestado, e termina: “Já não é sem tempo que se tem de alertar sobre os nossos limites, e é preciso que seja bem entendido pelo governo do Pará que nenhuma parcela dos territórios da margem esquerda do Amazonas pertence a uma potência, se não à nossa”.

Enfim em janeiro de 1895, o *Diário Oficial do Estado do Pará* anuncia que o crédito de 1.000 contos de mil réis [sic], solicitado por esse Estado para aumentar os seus recursos com o fim de instalação de colônias sobre o território contestado, acaba de ser votado por aclamação pelo Conselho Federal. Ele atesta que essa medida já conhecida provocou um entusiasmo imenso e que festas são promovidas nessa oportunidade.

Depois disso, será inútil de nossa parte indagar se a obra do doutor Tocantins, aquela do cônego Maltez, de Cabral e companheiros era toda de iniciativa privada?

É preciso repetir que a chegada de Cabral e de seu bando no Contestado se segue imediatamente à delegação de créditos?³²⁶

Desse longo trecho só uma coisa fica clara: o governo e os políticos brasileiros já não suportavam a presença francesa em território que era nosso desde o começo do século XVII, e sobre o qual tínhamos com a França um tratado de fronteiras claro e irrevogável, que só a má-fé podia distorcer. Não cita no entanto Peroz nenhum ato de força do governo brasileiro, nenhuma iniciativa que extrapolasse os termos dos acordos provisórios em vigor naquele momento.

CARTAS CONSULTADAS E TESTEMUNHAS OUVIDAS

Devo eu enumerar todas as cartas que tive entre as mãos; elas são ao número de 34, enviadas de diversos pontos do Pará, do Amapá ou do Contestado, 11 outras recebidas em Caiena me foram comunicadas.

As testemunhas ouvidas, cidadãos brasileiros livres, prisioneiros do Amapá, franceses, instalados no Contestado ou de passagem, se desdobram assim:

1º Cidadãos brasileiros domiciliados ao sul do Amazonas	- 31
2º Cidadãos brasileiros domiciliados ao norte do Amazonas	- 7
3º Franceses	<u>- 13</u>
	51

Logo, cinquenta e uma pessoas das quais cinco somente não puderam ou não quiseram me dar informações. Das quarenta e seis outras, nenhuma me deu o menor aviso de que estivesse em discordância com os dados colhidos na correspondência, nos relatórios diversos e outras peças de que dispunha.

OS FATOS SÃO PATENTES

Um acontecimento sobrevindo no segundo dia depois do regresso do Bengali a Caiena era todavia de natureza a fazer calar as bocas mais confiantes. Mas, podem-se esconder fatos de notoriedade pública?

Um francês de Caiena, sr. Edmond Masse, cuja correspondência a um de seus amigos de Caiena me foi de certa utilidade para restabelecer o

papel de Cabral no Amapá, chega a essa vila no meado de dezembro para prospectar o interior. Os habitantes se recusam a deixá-lo passar. No dia 18, Cabral desembarca e toma conhecimento da presença do sr. Masse; ele o interroga então, certo de que é um prospector experimentado, lhe dá ordem de partir para as minas com alguns de seus homens. O sr. Masse quer bem trabalhar para si, não para os outros. Recusa, Cabral o ameaça de o espancar; ele deve ceder e é engajado a força. É assim que, durante alguns dias, ele vive no meio do bando, assiste à derrubada do muito frouxo capitão Voisin, as novas eleições em que o bando de Cabral triunfa a golpes de faca e fuzil. Ele viu a obra do cônego Maltez, Cabral, o engenheiro que o acompanha; assistiu ao vivo as conversações que revelavam o papel oficial de Cabral, sabe que ele apresentou em reunião dos principais as instruções do Governo brasileiro que os credencia no território contestado. Em uma palavra, ele conhece muitas coisas.

Entrementes, ele é tomado por um grave acesso de febre. Regressa a Caiena no mesmo dia em que o *Bengali*, na escuna *Linda*, comandada pelo filho de Juan Belforte, um dos ardentes patriotas do Redondo, e tripulada exclusivamente por brasileiros. Enquanto esse vapor aguarda a sua quarentena, um amigo do sr. Masse, durante a longa noite a bordo, e este último, sem desconfiança, dá algumas informações em seu poder. No outro dia, o sr. Masse havia desaparecido, sem ser possível saber quando e como. Depois desse fato, nada ocorreu que fizesse suspeitar do que sucedera; quanto à escuna, ela deixou Caiena depois de uma sindicância sem resultado.³²⁷

Dizemos nós também: os fatos são patentes. Sem dúvida muitas das informações prestadas e transcritas por Peroz são verdadeiras. O problema é que nesses casos é preciso saber quem disse o quê. Isso não nos informa Peroz a não ser excepcionalmente. Sem distinguir as fontes, podemos ter suas cinquenta fontes como fidedignas — basta que a que sobra não o seja, e está contaminado todo o relatório. O episódio do desaparecimento de uma testemunha na própria cidade de Caiena beira o ridículo, mas não podemos esquecer que se trata de um documento oficial do exército francês que Peroz está redigindo, e que leva a sua autoridade de chefe militar: é portanto extremamente grave.

RESUMO

Em resumo, duas ordens de fatos chocantes sobressaem desse inquérito, que levei a efeito com toda independência de espírito, não tendo a guiar-me na busca da verdade senão as minhas investigações próprias. O sr. Comissário Geral Charvein, Governador da Guiana, mandando-me abrir processo, não me havia dado nenhuma indicação fora de alguns nomes de pessoas a citar e da lista dos números e datas de sua correspondência com o Departamento; a constatação da independência de espírito com a qual ela foi conduzida, tem o seu valor.³²⁸

Ele não se furtava ao auto-elogio.

Tudo foi feito de nossa parte para evitar a efusão de sangue no Amapá.

O primeiro fato, especial aos acontecimentos do Amapá, é que as instruções escritas e verbais dadas à missão de polícia militar enviada por nós ao território contestado franco-brasileiro estavam todas impregnadas do mais sábio espírito de prudência e da vontade bem arraigada do chefe da Colônia de fazer com que esse aparato militar tivesse por objetivo não provocar um conflito, mas somente tornar possível ao mesmo tempo a libertação do capitão Trajano e a captura dos culpados, bem como a proteção eficaz dos oficiais encarregados dessa tarefa.³²⁹

O que é, como já verificamos, falso: tratava-se de uma operação de guerra.

Da mesma forma, o oficial ao qual ela incumbe compreende tão bem que o papel da França não deve ser agressivo que, de propósito deliberado, expõe a sua vida para evitar todo pretexto à efusão de sangue e é traiçoeiramente assassinado, porquanto lhe bastaria fazer um sinal para que a vila do Amapá fosse subjugada pela força armada e obrigada a se render sem condições.

Também isso é falso, já que o que Destoup e Peroz narram é que imediatamente antes de morrer fez um sinal à tropa: mas era o sinal para o massacre.

O segundo fato, que se refere à situação atual do território contestado, é uma comprovação dolorosa para um francês convencido dos direitos da França sobre essa região.

Diante da ação vigorosa e enérgica do Brasil, ação levada até a brutalidade e de onde nasceu, em alguns anos, a posse de fato quase irrecusável do Contestado por essa potência, que fez o Governo francês?

Além da missão Coudreau, da qual nada ousou dizer, tanto seu desempenho me parece estranho, além da missão Casey, organizada e provida de maneira a ser levada a um fracasso quase certo, nada, absolutamente nada!³³⁰

É muito curioso que nem um lado nem outro confiavam inteiramente em Coudreau, que não se definia por nenhum dos dois partidos.

Entregue a uma iniciativa cujas responsabilidades deviam todas lhe incumbir, sem recursos, sem direção, o Governador da Guiana não podia agir a não ser mediante conselhos, vãos na espécie.

Enquanto o Governador da Província brasileira do Pará tinha à sua disposição um texto de lei, instruções firmes do governo central, ordens precisas para agir, um serviço de informações perfeito, uma reserva de homens inesgotável tendo, à sua frente, homens de ação, enérgicos, inteligentes e organizadores eméritos, uma caixa de mais de dois milhões, o Comissário Geral Charvein não tinha mesmo onde obter alguns milhares de francos necessários para se pôr a par da marcha dos acontecimentos; bem mais, não somente não possuía os meios pecuniários necessários para enviar de tempos a tempos alguns agentes de polícia para assegurar a ordem nos locais em que nossos concidadãos formavam centros franceses, mas até esses agentes de polícia lhe faltavam, e o impulso que levava os caienses a Calçoene, a Cunani e ao Amapá em busca de ouro, tinha desorganizado totalmente a polícia municipal, que só existia nominalmente.³³¹

Peroz compara os recursos do Brasil — e não dos brasileiros do Contestado — com os da Guiana Francesa, em vez de compará-los com os da França. Não tínhamos então, como não temos hoje, mais que uma fração de seus imensos recursos.

No momento em que se realizou o golpe de força de Cunani e no qual a nossa honra estava diretamente em jogo, as comunicações telegráficas não se faziam a não ser pelo Brasil, intermitentes e incertas.

O Chefe da Colônia não dispunha mais desse último recurso a fim de prestar contas ao nosso Governo e aguardar as suas ordens, a fim de ressaltar a sua responsabilidade. Os acontecimentos que se sucederam nos dias 8, 9 e 10 eram de tal natureza, que era impossível não agir o mais rapidamente possível, sob pena de comprometer gravemente o prestígio de nosso pavilhão.³³²

Logo veria Peroz que eram ele e Charvein que tinham *comprometido gravemente o prestígio do pavilhão francês*.

Além do mais, as narrações dos acontecimentos sobrevividos ao Contestado haviam exasperado a população caiense a tal ponto que iniciativas privadas perigosas era de recear que tivessem levado a resultados mais sangrentos ainda do que aqueles que nós deploramos.

CONCLUSÕES

Não terminarei este inquérito sem dizer da convicção profunda que ele me inspirou.

Os oito ou dez mil habitantes fixados atualmente no Contestado são brasileiros de coração e patriotas na alma. A ação de sua pátria de origem não ficou infrutífera; suas simpatias se inclinavam pela França há alguns anos apenas, hoje em dia eles estão diante de nós nos limites do ódio.³³³

Este é um dos pontos centrais deste documento, já citado pelo barão do Rio Branco em seu trabalho de defesa do direito brasileiro na região³³⁴. *Brasileiros de coração e patriotas na alma*. É difícil de acreditar que

a maioria deles estivesse algum dia se inclinado pela França, mas não se pode duvidar de Peroz quando afirma que o seu sentimento patriótico estava exaltado. Relembremos o número de franceses citado por Peroz: um milhar. Essa a população disseminada ao longo de todo o território. Em quatro pontos as concentrações passavam de uma centena de pessoas: cerca de 120 em Caciporé, de 300 no Cunani, de 600 em Calçoene e em Amapá.³³⁵ Fora em Calçoene e arredores, quase todos eram brasileiros natos. Ativara o seu patriotismo a brutalidade do ataque francês.

Eles podem ter à sua disposição mais de mil fuzis, dos quais uma parte armas de guerra de tiro rápido, e têm atrás de si todo o Brasil.

Eis a situação de fato, para o Brasil.

Qual é ela para a França?

Nossos concidadãos estabelecidos no território contestado ou que ali trabalham, expostos às piores vinganças, a entrada desse território comum à França e ao Brasil, fechada à primeira; essa rica região caída de fato nas mãos do governo brasileiro; a obrigação para nosso governo—se ele não se contenta com essa solução que regularia facilmente, em verdade, a questão do Contestado acerca de 183 anos—de ocupar sem demora pelas forças regulares os pontos do Amapá, Cunani e Calçoene; como consequências, a necessidade de reforçar a guarnição da Guiana de duzentos soldados de infantaria e de uma seção de artilharia, de organizar uma polícia volante crioula encarregada de correr a estrada em torno dos postos e de garantir a segurança no interior, de criar em Caiena uma base naval integrada por dois avisos de guerra de baixo calado para revitalizar e religar esses postos, afinal e acima de tudo, o dever de afirmar nitidamente diante do Brasil nossa vontade entranhada de administrarmos, nós mesmos, sós e sem parceria, o território contestado entre o Araguari e o Oiapoque, até que a questão de delimitação seja resolvida, de apoiar se necessário no Rio essa declaração por uma esquadra, e, finalmente, fazer incontinente o sacrifício dos cinco ou seis milhões necessários à organização e à execução desse programa.³³⁶

Expõe finalmente Peroz o fundo da questão: ambicionam os franceses da Guiana essa *rica região*. Sua proposta é o uso da força, a ocupação

militar, o que *regularia facilmente a questão do Contestado*. É fácil: a França, com seu poder, não tem por que discutir com um país de segunda ordem. Bastam soldados, navios, alguns milhões de francos e decisão política. Mas Charvein e Peroz, felizmente, não governavam a França.

É assim somente que o sangue do capitão Lunier, do corneteiro Pinson, do soldado Saigne, do segundo-mestre Arthure, dos sargentos Boze e Tissier, do marinheiro Donatan Pinson e dos 20 feridos do Amapá terá sido vantajosamente vertido pela pátria.

Caiena, 27 de maio de 1895

O Comandante de Batalhão, chefe das tropas da Guiana Francesa, Cmte.
E. PEROZ³³⁷

UMA CARTA DE COUDREAU A TOCANTINS

Quase em seguida o *Diário de Notícias*, do Pará, publicou carta de Henri Coudreau a Tocantins. Datada da véspera, 6 de junho de 1895, era quase um manifesto de solidariedade aos brasileiros:

Il.mo Sr. Dr. Tocantins, encarregado de missões científicas

Meu caro colega

Acabo de ler atentamente vosso relatório sobre o massacre do Amapá. Relata um conjunto de fatos que, desgraçadamente, não podem ser postos em dúvida, mesmo nos detalhes. Assisti ao inquérito que fizestes no Amapá e cotejei-o com o outro contrainquérito feito por mim mesmo e minha convicção é completa: os fatos são exatos no seu conjunto.

Peço-vos somente que distingais, nesse lamentável acontecimento, duas fontes de responsabilidade:

1º - A responsabilidade do Governo Francês — O Governo foi iludido em sua boa-fé por um pequeno bando de indivíduos, mais ou menos comprometidos em “camarinha”, que eu observo há alguns anos e cuja entrada próxima nas galés espero com paciência;

2º - A responsabilidade do bando de indivíduos em questão — Por hoje não marcarei na espádua senão o odioso instigador do massacre do Ama-

pá, o célebre Charvein, grande jacobino, anticolonial, que dá realmente a mão ao seu negro nas pequenas combinações auríferas do Contestado.

Não determino por ora porque não estou na França; mas fá-lo-ei nos jornais de meu país.

Falarei! Não consentirei que se diga que Caiena, a Caiena que conheceis, a Caiena com sentimento antifrancês, vós mesmo o tendes verificado, provocou um rompimento entre a França e o Brasil.

O coração e o bom senso das duas grandes nações amigas prevalecerão contra as patifarias dos negros e a raiva dos concessionários.

Cordialmente, meu caro Doutor, vosso devotado Henri Coudreau, encarregado de missões culturais, 1883-1895.³³⁸

A REAÇÃO

O sentimento dominante no Brasil, a partir das primeiras notícias chegadas a Belém, de onde se alastraram com rapidez, foi de imensa solidariedade com os brasileiros do Cunani e de exaltação patriótica. O próprio *Diário Oficial do Pará* noticiava:

A opinião pública está presentemente preocupada com a questão dos nossos limites com a Guiana francesa.

Dela tratou a última mensagem do Presidente da República, dirigida ao Congresso Federal, onde lêem-se estas palavras:

“De acordo com o governo francês está resolvida a exploração do território litigioso ao extremo norte da República, e para isso foi aberto o crédito necessário. Já se declarou àquele governo, por meio da sua legação — que o Brasil está pronto para satisfazer o compromisso que contraiu. É necessário que com brevidade se resolva esta questão de limites”.

E o Governador deste Estado, na sua Mensagem de 7 de abril último, referiu-se a este assunto nestes termos:

“Tendo o Congresso Nacional autorizado o governo a despender até a quantia de 1.000:000\$ com os trabalhos para a manutenção e desenvolvimento dos núcleos coloniais da margem direita do rio Araguari, situado dentro do território do nosso Estado, o ministro da Indústria, Viação e

Obras Públicas, no propósito de dar execução àquela medida do maior alcance político e econômico, cometeu-me o encargo de organizar as bases e instruções necessárias para semelhante serviço.

“Dessa tarefa desobriguei-me já, no empenho de conseguir que em prazo curto sejam iniciados os trabalhos, que darão em resultado o povoamento daquela zona, que confina com a parte do nosso território, cuja posse legítima nos é contestada pela França. Falam tão claramente a nosso favor os documentos e a tradição que é permitido esperar, confiamos na vitória do direito, que há de um dia marcar o fecho dessa questão de mais de século, que o império recebeu aberta do régimen colonial e aberta entregou à República. Sei que o governo federal tem dado já os primeiros passos para chegarmos ao desenlace dessa contenda. E tempo é já de fazê-lo quando recai sobre nós a grande culpa de ter deixado aquela tamanha área do terreno nacional aberta à exploração de aventureiros estrangeiros, que nela estão vivendo fora de regra e de lei.

“Espero que a sabedoria e patriotismo do governo federal servirão para garantia completa dos nossos direitos e defesa da integridade da nossa Pátria”.

A questão posta no pé em que vieram colocá-la as últimas e lamentáveis ocorrências, em as quais acharam-se envolvidos conterrâneos nossos, certamente dará lugar a que o Governo brasileiro esforce-se para que cheguemos mais rapidamente a vê-la fechada, seguidos os caminhos, que o patriotismo e a civilização indicam, certos e seguros.

Nos últimos dias de abril do corrente ano a nova dos sucessos ocorridos no Amapá, como fê-los públicos a imprensa, o Governador do Pará, dando por telegrama informações ao Ministro do Exterior da República, enunciava-se por esta forma:

“O Governo deste Estado não pode ser responsável pelas ocorrências do rio Amapá, onde nenhuma intervenção tem. Posso apenas informar-vos que nesse rio só existem brasileiros. Atenta atual exaltação ânimos povoação Amapá, acho de maior conveniência que o governo brasileiro consiga governo francês respeito cego águas territoriais zona contestada, onde nunca navegou navio guerra brasileiro. Será talvez inevitável conflito em que fiquem envolvidos brasileiros se persistir propósito governo francês.”

Dando ao Governo federal informação acerca dos acontecimentos de 15 de maio último, o governador do estado assim expressou-se, terminando a sua comunicação telegráfica:

“Situação exige reclamação imediata governo brasileiro a fim de ser obstada nova agressão aos brasileiros domiciliados no Amapá sem nenhum espírito de luta. Rio Calçoene está cheio de exploradores e aventureiros franceses e nunca Brasil enviou navio de guerra para desalojá-los. A fim de garantir vida nossos concidadãos convém impedir reprodução ataque contra pacífica população brasileira território contestado.”

Ainda em telegrama expedido ao ministro do exterior a 30 de maio disse o governador do Estado:

“Posso assegurar-vos de acordo com informações recebidas testemunhas fatos ocorridos Amapá que ataque franceses àquela povoação foi completamente inesperado. Não havia, nem houve nunca cidadãos franceses feitos prisioneiros. Força atacante era composta tropa regular terra e mar.

“Foram levados prisioneiros para Caiena, alguns compatriotas nossos.” O Governo do Estado confia na energia e no patriotismo do Governo Federal, ao qual pertence providenciar, por se tratar de assunto que é da competência exclusiva do Ministério das Relações Exteriores.

Consoante comunicação oficial recebida pelo Governador do Estado, o sr. Ministro do Exterior está agindo com a energia e critério que o caso reclama.³³⁹

Do lado da Guiana as reações variavam. Por um lado havia o mesmo sentimento de patriotismo, que levou inclusive à citação militar dos que se haviam destacado na luta. Entre os exaltados corria a falsa acusação de fuzilamento de Evaristo Raimundo, piloto brasileiro do *Bengali*, condutor portanto da tropa malfadada³⁴⁰. De outro, a indignação contra a barbárie, que prevaleceria e faria partir, desde agosto, o governador Charvein — aposentado em janeiro de 1896³⁴¹ —; Peroz também é logo transferido. Desde 1º de junho a França nomeia um cônsul em Belém³⁴².

Em 25 de outubro de 1895, Mr. Lamothe, substituto de Charvein, foi instruído a devolver as bandeiras brasileiras e libertar os prisioneiros.³⁴³ A 18 de novembro discursava no Conselho Geral da Guiana:

Antes de minha partida de Paris, o princípio da arbitragem foi aceito pelos dois poderes interessados. O telégrafo nos anunciava, faz alguns dias, a designação do árbitro. Devemos aguardar sua decisão com calma e dignidade, abstendo-nos de polêmicas ou de recriminações mais ou menos acerbas, que não podem de hoje em diante exercer nenhuma influência sobre o desfecho desse grande processo internacional.

Não será porém em alguns dias ou em algumas semanas que o árbitro poderá formar uma opinião definitiva sobre uma questão que de uma parte e da outra fez correr rios de tinta e cuja solução exige estudo prévio de numerosos textos diplomáticos e geográficos, porquanto é a interpretação contraditória desses textos que constitui a base mesma do litígio. Há portanto lugar para preocupação com a situação provisória durante esse período de espera, dos habitantes permanentes ou temporários do território contestado. Tinha-se o direito de conceber temores sérios relativamente à manutenção das relações pacíficas, nas jazidas minerais, entre quatro ou cinco mil mineradores, de raças e nacionalidades diferentes, absolutamente abandonados a si mesmos. Até este dia, muito felizmente, essas apreensões não foram justificadas por fatos materiais...³⁴⁴

De fato o problema mudara de cenário. Tratava-se agora de resolver definitivamente o pendência entre os dois países. Na cidade do Amapá mesmo, numa demonstração contundente da mudança, prevalecia o anticlímax do conflito armado.

Em princípio de 1896, Cabralzinho parte para um circuito de defesa da posição brasileira na batalha diplomática. Começa levando ao Presidente da República, Prudente de Moraes, longo relatório sobre os acontecimentos, ilustrado com mapas de Gonçalves Tocantins. A viagem mesmo é um sucesso. A cada porto, ao longo da costa, as manifestações de solidariedade e entusiasmo explodem.

Sua volta do Rio, em junho de 1896, é feita em meio a festa:

Às 9½ horas partiu do cais Pharoux uma lancha levando a bordo o sr. Capitão José Veiga Cabral, major Francisco Antônio da Veiga Cabral, chefe de Seção do Correio Geral, irmão e primo do heroico defensor dos nossos direitos, dr. Inocêncio Serzedelo Correia, deputado federal, membro da colônia paraense e o bravo general Veiga Cabral.

Seguiram-se outras lanchas conduzindo o corpo acadêmico, estudantes de preparatórios, oficiais e praças dos batalhões patrióticos, comércio nacional, funcionários públicos, operários e grande número de senhoras.

A multidão que se apinhava no cais ao avistar o destemido brasileiro saudou-o delirantemente com palmas e vivas estrepitosos.

Quando o *Brasil* fez sinal de largar ferros e o valente paraense ia se aproximando do pacote partiram exclamações entusiásticas, as quais agradeceu Veiga Cabral, visivelmente comovido.

Foi um verdadeiro delírio, as senhoras agitavam lenços, cavalheiros saudavam-no freneticamente e o herói do Amapá correspondia a todas estas saudações verdadeiramente satisfeito.³⁴⁵

UMA MISSÃO DE OBSERVAÇÃO

Era a vez do trabalho de gabinete. Mas ele não dispensava a informação e a contrainformação. Durante os próximos anos um cientista ilustre, o professor suíço Emílio Goeldi, seria usado como agente brasileiro. Desde logo foi mandado como observador e escreveu ao ministro das Relações Exteriores em 21 de novembro de 1895:

De volta da nossa expedição da Guiana brasileira, que o Brasil nunca devia ter tolerado que se chamasse de Territoire contesté franco-brésilien, redigi às pressas um relatório sumário, que entreguei a S. E. o Sr. Lauro Sodré e que muito provavelmente chegará às mãos de V. Exa. pelo mesmo vapor, com esta carta. Nesta carta eu queria ainda concentrar de modo mais nítido outras impressões gerais como juntar algumas informações que podem ser úteis por sua atualidade.

O território contestado é, folgo poder afirmá-lo do modo o mais positivo, habitado na sua maior superfície por brasileiros. Brasileiros são sem

exceção a gente do Amapá pelo sul; brasileiros são os moradores do rio Cunani, do rio Oiapoque. A língua usada é a portuguesa, o modo de vida, os costumes, a educação – tudo é tal qual como no Pará, porque quase todos são paraenses.

Nas ditas localidades há, quando muito, um total de meia dúzia de estrangeiros, sendo talvez uns três somente crioulos de Caiena. O único ponto do território contestado, onde de fato há uma completa inversão, é o rio Calçoene, formando os crioulos de Cayenne, Martinique e Guadalupe, enfim súditos franceses, decidida preponderância numérica. Com este rio a França entretém constantes relações, diretas e via Cayenne e Martinique.

Mas para o espírito de qualquer árbitro não é bastante saber que os moradores do território contestado são de origem brasileira. Importa tanto ou mais ainda saber se eles querem ser brasileiros. Pois posso afiançar, porque o vi e me convenci, que eles de fato querem pertencer ao Brasil, e não à França. O que o Sr. H. Coudreau escreveu acerca das simpatias

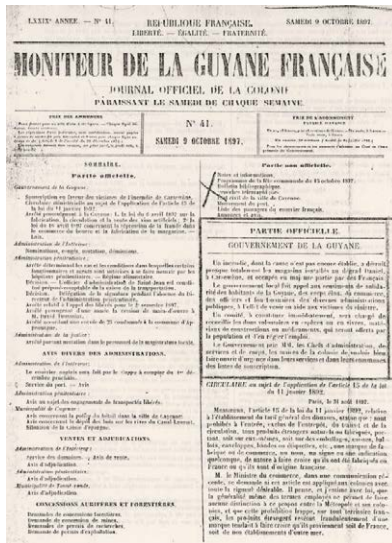


Cachoeira do rio Calçoene

para a França é grossa mentira, a gente de Cunani ficou indignada quando li os respectivos trechos do livro de Coudreau. Não encontrei em parte alguma o que poderia intitular um partido francês; há no Cunani um ou outro (no máximo umas pessoas) que são um tanto descontentes com a prisão de Trajano, mas estou por outro lado convencido de que o próprio Trajano voltando ao Cunani deixará as suas antigas relações com Cayenne e tranquilizará seus compadres e parentes. Quer me parecer que o Brasil faria um passo acertado tando tanto o Trajano como o piloto Evaristo com clemência: é melhor tê-los como amigos do que como inimigos rancorosos.

Quanto ao valor do território contestado não quero dissimular a minha firme convicção que as regiões baixas do Sul (Cabo do Norte e Amapá) não prestam para nada ainda por muito tempo. Por outro lado são belas e dignas de discussão as regiões do Norte, do Cunani até o Oiapoque. Não é por nada que a França se contentava com a parte setentrional, do A. Calçoene em diante: ela ficaria destarte com o pedaço bom, ao passo que o Brasil ficaria com o ruim! Cortar pelo meio o nó gordiano é coisa que não convém absolutamente ao Brasil. A divisa deve ser: *Ou tudo ou nada!* — Se o território contestado se limitasse ao Amapá, Sr. Ministro, não valeria a pena e o tempo de brigar. Um limite mais natural e mais estratégico não poderia haver e eu aconselharia tanto ao Brasil como à França de dar esta zona de presente; seria uma espécie de cavalo troiano! Mas como o norte do Contestado é tão bom como o sul é ruim, o litígio é plenamente justificado e o Brasil deve cuidar dos seus legítimos direitos.

Soube pelo Sr. Governador Dr. L. Sodré de uma recente reclamação francesa concernente ao impedimento de súditos franceses no Contestado. Como eles torcem os fatos! Tudo alteram, nunca vão com a verdade! O que há é isto: No Cunani, como no Amapá, o governo local proíbe, *proprio motu*, a invasão do curso superior dos rios por aventureiros de qualquer nação, e não só da francesa. Dizem que a consequência destas invasões é necessariamente a desordem, a falta de segurança individual, o desassossego, e apontam, como exemplo palpável, para o caso do rio Calçoene. Aos aventureiros i. e., mineiros, dão sempre a mesma resposta estereotípica: *Aguardem a solução do litígio, a arbitragem. Por ora ninguém sobe somos nós que não o permitem* [sic].



Os jornais da Guiana Francesa, enviados ao governo brasileiro, continuaram reportando um clima de tranqüilidade na região, mas não se tem nenhuma notícia de incidentes mais sérios

Ora, acho este procedimento perfeitamente razoável; é o fruto da própria iniciativa do povo indígena e a França se tornaria sumamente ridícula, se ela duvidasse de semelhante direito de vigiar cada um de seus torrão [sic] contra desordeiros. Ela poderia queixar-se, se houvesse exclusivismo relativo aos franceses, mas este não existe; sei que José da Luz intimou, no Cunani, por diversas vezes tanto ingleses como franceses e canoas com mineiros de diversas nacionalidades, a recuar. Esta tática é de fato perfeitamente lógica; esta gente quer as costas em paz e as costas são neste caso as cabeceiras dos rios; esta tática é filha da experiência prática. É um veto de paisanos contra aventureiros, e não de brasileiros contra franceses!

Igualmente infundadas são as reclamações francesas relativas ao Evaristo, o piloto do *Bengali*. Evaristo é paraense, de Benfica, perto do Pará, onde ele ainda hoje tem parentes, como ele mesmo me contou. É a segunda vez que os franceses caem na asneira de reclamar como seu patricio um que nunca o foi. Evaristo, de quem tirei a fotografia (que quando desenvolvida

e impressa mandarei a V. E.), fez, a modo de muitos vigienses do Pará, por bom número de anos, piloto e pescador, viagens para Cayenne, e conhece a costa desde o Pará até o rio Maroni e Suriname; e chegou a casar-se com uma crioula em Cayenne e residiu lá, como ele mesmo me contou. Ora, o Code Napoleon estabelece: *La femme suit la condition du mari!* Por consequência a tal crioula tornou-se brasileira, seguindo a própria lei francesa e eu queria ver a cara perplexa do Sr. Ministro Francês, para provar o caso inverso! — O caso Evaristo é o *pendant* para o caso Trajano.

A navegação para o Contestado não é muito boa durante o verão, e é decididamente má no inverno (janeiro para maio). O mar entre Macapá e o Cabo do Norte tem fama. Duvido que o vapor *Ajudante* aguente as viagens durante o inverno; parece que a Comp. do Amazonas encomendou um novo vapor apropriado. Merece menção especial o fato que os mapas de Mouchez, relativos à costa da Guiana, apesar de terem sido bastante bem feitos no seu tempo – hoje quase não servem mais para a navegação. As sondagens de hoje não correspondem mais às indicadas no Mouchez; desapareceram ilhas que ele indica, tem novas não mencionadas, os canais ... [ilegível] e muitos bancos cresceram e apresentam outro aspecto. O mapa hidrográfico da costa precisava ser renovado pelo menos de 5 em 5 anos, tão grandes as modificações que lá se realizam.

À pergunta, o que conviria fazer atualmente em relação ao território contestado, direi: prestar mais atenção ao norte do Contestado, animar os moradores do Cunani, do Caciporé e do Nassa e cuidar que estas grandes avançadas fiquem em contato entre eles e com o sul.

Prendendo assim no meio o rio Calçoene, a influência francesa acha-se por assim dizer num *cul-de-sac*, e o Brasil pode esperar tranquilamente o dia da liquidação final.

Reina paz no Contestado neste momento, mas devo confessar que a estrídula vizinhança dos crioulos no Calçoene com o Cabral no Amapá é uma fonte constante do perigo de novos encontros e novas complicações. Em linha reta a distância que os separa é de poucas horas; por terra, via rio Amapá Grande a viagem do Calçoene até o Amapá Pequeno não é maior do que um dia. Certo Lourenço Baixamar, de Marajó (Pará), indivíduo que muito simpatiza com os crioulos de Caiena, e constantemente reside em

Caiena e no Calçoene, abriu uma picada até o Amapá, com o fim evidente de preparar o caminho para uma expedição terrestre, atacando o Cabral pelas costas.

Peço desculpas a V.Ex^a da falta de coordenação de ideias nestas linhas escritas na última hora.³⁴⁶

Em seu relatório contava o cenário em Amapá:

Contemplamos mais longe os frescos monturos de destroços e restos de incêndio de mais de 15 habitações, produto daquele terrível massacre de 15 de maio de 1895, contra a razão e o direito e sob flagrante quebra de compromisso, através do então governador de Caiena — Charvein chamava-se o inábil diplomata de triste lembrança — realizado pelos soldados da marinha francesa que tudo reduziram a cinzas. Por toda parte ainda se acham os vestígios daquela feia chaga da mais jovem história colonial francesa, estampada em meros orifícios de balas nas paredes das casas do porto e da igreja. Creio com firmeza que em cada francês honrado e sensato, tanto quanto em mim, que não pertenço a nenhuma das nações em conflito, diante dos túmulos, que guardam no novo cemitério do Amapá numerosas mulheres, crianças, anciãos e enfermos assassinados, a involuntária pergunta explode: — Quem assume exatamente a responsabilidade neste escândalo sem remédio, que é um murro no rosto da civilização de nosso século?³⁴⁷

A NEGOCIAÇÃO

O BARÃO DO RIO BRANCO

A 6 de fevereiro de 1895, em Arlington, próximo à capital americana, com um frio terrível,³⁴⁸ chegava à casa do barão do Rio Branco, José Maria Paranhos, Juca Paranhos, a notícia da vitória do Brasil, da sua vitória na grande disputa de fronteiras com a Argentina. O presidente dos Estados Unidos arbitrara a nosso favor. Desde esse momento o grande diplomata se debruçaria sobre o que pretende seja sua próxima missão: o problema do Oiapoque.

A campanha seria árdua. Primeiro ela se travaria dentro do próprio Ministério do Exterior. Em seguida ao laudo do presidente Cleveland, se exterioriza a inimizade do general Dionísio Cerqueira, membro da missão, que se considera marginalizado na distribuição dos louros da vitória³⁴⁹. Rio Branco voltara ao consulado de Liverpool, seu posto formal, que manteve até fevereiro de 1896³⁵⁰. Mas já a 31 de abril de 1895, estava na sua residência francesa — Vila Molitor, nº 15, Auteil.³⁵¹ Daí propusera que a tarefa lhe fosse dada em missão especial, com a manutenção de Gabriel Toledo Piza e Almeida como ministro. Informalmente essa situação se estabeleceu e prolongou.

Desde 15 de novembro de 1894, era presidente Prudente de Moraes, que convidou em meados de 1896 a Dionísio Cerqueira para novo ministro do exterior.³⁵² Em outubro, Piza lhe comunicou que recebera instruções para as negociações continuarem em Paris. Rio Branco lhe pediu que fizesse saber a Prudente da situação de suas relações com o chanceler. O presidente lhe mandou de volta um recado: ele era insubstituível.³⁵³

Apesar da afirmação do novo governador de Caiena em outubro de 1895, nessa época ainda se discutia os termos do tratado de arbitramento. Piza negociou primeiro com o ministro Gabriel Hanotaux; este, tendo

dificuldade de lidar com o embaixador brasileiro, passou o encargo ao chefe do departamento político, Nizard. As dificuldades prosseguiram. Finalmente, por iniciativa francesa, as tratativas passaram ao Rio de Janeiro.³⁵⁴ Aí logo chegou Dionísio Cerqueira a um acordo com o representante francês, Pichon.

O Compromisso de 10 de abril de 1897 foi assim resumido pelo Barão na abertura de sua primeira exposição de defesa de nossos interesses:

A disputa [...] recaí sobre duas linhas de fronteira a estabelecer entre o Brasil e a Guiana Francesa:

1º A linha que se chama geralmente o limite marítimo, porque deve formar a fronteira da parte marítima do território contestado, isto é a linha que, partindo do litoral, segue o curso do rio Japoc ou Vicente Pinzón determinada pelo art. 8º do Tratado concluído em Utrecht no dia 11 de abril de 1713 entre Portugal e a França;

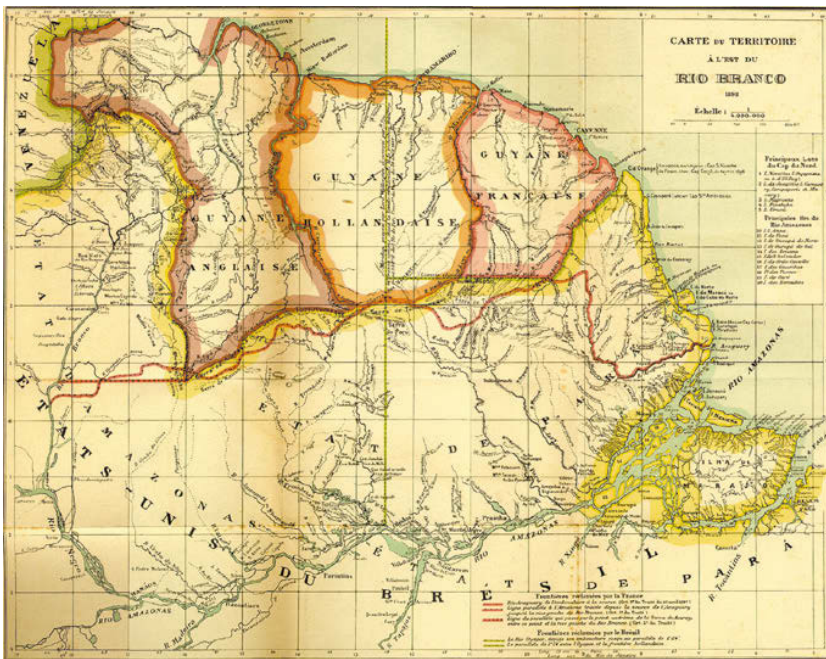
2º O limite interior que, partindo do Japoc ou Vicente Pinzón, deve se dirigir para o Oeste para completar a fronteira entre o Brasil e a colônia francesa.

O Árbitro será convidado a decidir qual é o rio Japoc ou Vicente Pinzón e a fixar o limite interior do território.³⁵⁵

Ao mesmo tempo era firmado um acordo reservado constituindo uma comissão mista local, transformando-se depois da decisão em comissão de demarcação. Para se ter uma ideia das dificuldades de relacionamento de Paranhos com o ministro, este se negou a comunicá-lo, sustentando que bastava saber que seria mantida a ordem no território³⁵⁶. Rio Branco se irritou também com a ausência de menção, nos termos, do artigo 109 do Tratado de Viena, o que deixava o flanco aberto para o uso pelos franceses do Tratado de Amiens.³⁵⁷

Mas o barão tinha uma capacidade de trabalho extraordinária. Atirara-se completamente à tarefa, e em novembro de 1895 já escrevia a um amigo: *Já estou armado de todos os mapas e fac-símiles que puderam ser encontrados em França, Alemanha, Inglaterra e Espanha, e completei o estudo do que está impresso, adquirindo os livros e folhetos que não tinha.*³⁵⁸ O gabinete de trabalho, com livros e documentos em aparente desor-

dem, mapas cobrindo várias mesas, tornou-se uma imagem indelével de nossa história diplomática. Convocara sua equipe especializada: Charles Girardot mergulhou no British Museum, Francisco Suárez nos arquivos de Lisboa, Domício da Gama a seu lado em Paris; seu filho Raul e Hipólito de Araújo o secretariavam; mas também usava os amigos espalhados pelo mundo — Rodrigo Vicente de Almeida, bibliotecário do rei de Portugal no palácio da Ajuda, João Lúcio de Azevedo, o grande historiador português, especialista em Vieira e nos jesuítas no Pará, Capistrano de Abreu, etc. A ela acrescentara Emílio Goeldi, não só como consultor, mas sobretudo como instrumento: suíço, membro eminente de todas as sociedades científicas de seu país, especialista na região, era a referência natural dos sábios convocados pelo árbitro para examinar os argumentos dos dois países.



Mapa apresentado na primeira Memória, mostrando os limites na interpretação brasileira e, demarcado em linha vermelha fina, o que parecia ser a interpretação francesa

Pois, ainda uma vez contrariando a opinião de Rio Branco, o governo da Confederação Helvética, a Suíça, fora escolhido como árbitro. O barão temia a diferença de opiniões num corpo colegiado, que tornava impossível um foco preciso de suas táticas diplomáticas. O Conselho Helvético era composto por sete membros, presididos por Walter Hauser;³⁵⁹ o relator do processo de arbitramento foi Eduard Müller, ex-presidente da Confederação.

Em agosto de 98 foi ratificado o tratado. Já era certa a eleição do sucessor de Prudente, Campos Sales, colega de Rio Branco na Faculdade de Direito de São Paulo. A designação oficial do representante brasileiro foi então concertada entre os dois presidentes. Em viagem à Inglaterra para tratar da dívida externa brasileira, Campos Sales passou por Paris e encontrou o embaixador em Berna, Olinto Magalhães, que Paranhos fizera vir especialmente para o pequeno jantar que oferecia.³⁶⁰ Saiu dali o novo chanceler. Apesar disto houve dificuldades, que o fizeram ameaçar de abandonar a missão.³⁶¹

O pretexto para a presença de Goeldi na Suíça eram os problemas, reais, de saúde de sua mulher. Em dezembro de 1898 comunicava a Rio Branco sua chegada a Berna:

Conforme instruções orais e particulares recebidas de S. Ex^a o Sr. Dr. Pais de Carvalho, ponho-me inteiramente à disposição de V. Ex^a Aqui observarei a máxima reserva relativamente ao fundo da minha vinda; nem ao próprio Sr. Secretário da Legação dei até agora mais a saber.³⁶²

Recebia de volta suas instruções:

Por ora o que desejo é que V. S. trate de ir fazendo relações em Berna, sem dar a conhecer a pessoa alguma que se ocupará também da questão do Contestado, [...] para que, quando chegue a ocasião, possa V. S. colher notícias seguras sobre a impressão que haja produzido a leitura de nossos argumentos e peças justificativas e me habilite assim a tomar as providências que sejam necessárias...³⁶³

A primeira memória estava quase pronta. Ela devia ser entregue no dia 5 de abril de 1899 em Berna. Escrevia em seu diário:

3 de abril. Só dormi duas horas, das 2 às 4 da madrugada. — 4 de abril. Às 6 da manhã terminei as últimas provas da Memória e mandei-as por Charles [Girardot] à tipografia Lahure. Não me deitei esta noite. Passei-a em claro, e Raul também, a meu lado, para consultas. Gama conservou-se também a meu lado, dormindo um pouco sobre uma cadeira inglesa. Às 6½ segui para a tipografia para rever provas. Dei um passeio (depois de um mês de reclusão) pelo Jardim de Luxemburg e Boulevard Saint-Michel, e voltei para a tipografia, onde estive até ao meio-dia. A essa hora fomos almoçar, Lahure, Gama, eu, o Guillaume (o paginador) no restaurante Fleures. Às 2, terminada a revisão, fui tomar bilhetes para Berna, fazer compras, e visitar Lardy, ministro da Suíça. Partimos para Berna pelo trem das 9 da noite, via Pentatur, eu, Amélia, Raul e Gama.³⁶⁴

Seu trabalho era avassalador. Uma combinação de construção lógica, linguagem perfeita, e informação irretocável o tornavam definitivo. Começava por assinalar os poderes do Árbitro, por lembrar os atos de Viena, e por mostrar que estava em vigor o artigo 8º do Tratado de Utrecht, e apenas ele; que o Árbitro deveria definir que rio era o Vicente Pinzón daquele artigo, e escolher um limite interior para completar a fronteira a partir de sua nascente. Descrevia em seguida os limites reclamados por cada parte, os territórios contestados, sua ocupação recente.

Partia então para uma magnífica aula de história: começava pelos descobrimentos e os tratados de divisão do mundo novo entre Portugal e Espanha — mas assinalava: não é só por eles que Portugal baseava seu direito, mas sim pela conquista permanente destes territórios desde o começo do séc. XVII. Contava então das explorações e expedições de ocupação do primeiro século; depois historiava a conquista e fixação dos portugueses no Pará; a presença francesa na Guiana no séc. XVII, até a criação de Caiena; o começo da ocupação permanente, com De la Barre e De Ferroles; as negociações de 1700; chegava à guerra de sucessão de Espanha e as negociações de Haia e Utrecht; e finalmente historiava os diversos problemas depois da letra clara de 1713 — a

insistência francesa em distinguir o Oiapoque e o Japoc ou Vicente Pinzón, os tratados impostos, os atos de Viena, a neutralização de 1841, a discussão de 1855 e 1856.

Concluía:

Os direitos do Brasil à fronteira do Oiapoque parecem suficientemente estabelecidos pelo artigo 8º do Tratado de Utrecht face aos diversos artigos do Tratado provisório de 1700, e aos documentos apresentados agora.

Quanto à linha interior, o Brasil pede a da Convenção de 1817, porque é o único limite baseado sobre uma estipulação em vigor.

A linha paralela ao Amazonas reclamada pela França não foi estabelecida por qualquer tratado. Os que foram impostos a Portugal na época do Diretório e do Consulado só tiveram uma existência efêmera. O primeiro não foi nem mesmo ratificado por Portugal; o último, assinado num Congresso onde Portugal não estava representado, não podia ser obrigatório para esta Potência. Todos estes tratados, aliás, foram declarados nulos.

A fronteira interna, segundo o Tratado de 1797, devia ser formado por uma linha reta tirada da fonte do Calçoene para o oeste até o rio Branco. Esta linha, traçada hoje, pararia na fronteira holandesa.

A linha interna, segundo os Tratados de Badajós (1801) e Amiens (1802), partia da fonte do Araguari, mas era uma linha reta, que passaria ainda mais ao norte que a da Convenção de 1817. A linha do Tratado de Madri, anulada no momento da ratificação, também não era paralela ao Amazonas.

Se o Tratado de Utrecht, na sua integridade, e não só o artigo 8º, estivesse em vigor, a linha interior deveria ser a da divisão de águas sobre as serras Tumucumaque, desde a fonte do Japoc ou Vicente Pinzón até o ponto de encontro com a fronteira holandesa.

O Brasil estima que a longa posse que tem da margem esquerda do Amazonas e do curso inferior dos afluentes desta margem torna indiscutíveis seus direitos a todos os territórios ao sul das serras do Tumucumaque e do Acaraí.³⁶⁵

Ambas as demonstrações principais, a da longa e continuada posse e a da identidade do Japoc ou Vicente Pinzón com o Oiapoque, eram exaustivas. Sobretudo nesta última demonstração se apoiava largamente

no trabalho de Joaquim Caetano da Silva, mas ia além, cobrindo todas as lacunas. A memória era acompanhada, aliás, como seus tomos IV e V, da última edição de *L'Oyapoc et l'Amazone*, datada daquele ano mesmo. Acompanhavam também uma plêiade de documentos históricos e um extraordinário atlas.

Era necessário agora fazer o serviço de relações públicas. Instala-se Rio Branco em Berna, na Vila Trautheim, uma casa grande e confortável. Uma das filhas solteiras, Amélia, belíssima segundo a opinião unânime dos contemporâneos, fazia as honras da casa³⁶⁶ — a mulher falecera em janeiro de 1898³⁶⁷. Ela abre mais um caminho no seu trabalho de encantamento dos dirigentes suíços, que não podiam ser abordados diretamente sem as formalidades de praxe. Amélia se liga, assim, à filha do presidente Hauser³⁶⁸. Logo esse, como o ex-presidente Emil Frey, como Deucher e Comtesse, membros do Conselho Federal, contam-se abertamente entre seus amigos.³⁶⁹

Mas havia trabalho a fazer. Não era do seu feitio deixar qualquer brecha, era preciso responder cuidadosamente a todos os pontos da memória francesa. Acumulou nova montanha de documentos a serem apresentados como anexos.

Trabalha-se firme aqui até duas e três horas da manhã. A tipografia que escolhi nesta cidade aumentou o seu pessoal e material e vai dando conta do trabalho mui rapidamente.³⁷⁰

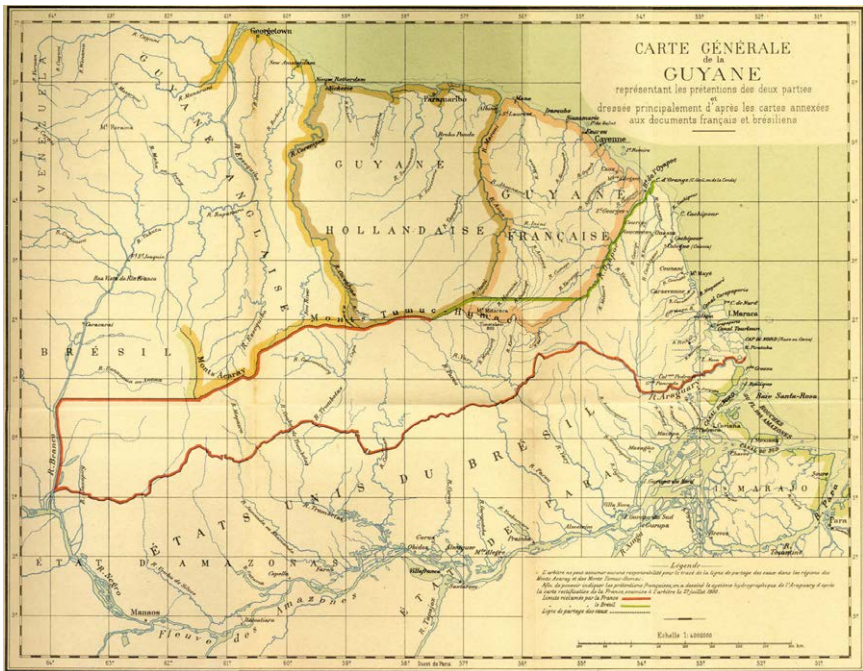
A 2 de novembro começou a redigir, vertiginosamente, a réplica brasileira. As noites de 3 e 4 de dezembro passou, com Raul, em claro. A 5 trocava as palavras e invertia as sílabas. *fiquei com medo de arriar a carga de uma vez.*³⁷¹ Mas a 6 a segunda memória é entregue.³⁷²

*A memória francesa era falha. Não tendo bases fatuais para embasar sua posição, ela caía numa argumentação que Rio Branco começa chamando de hábil e muito complicada*³⁷³. E prossegue:

não é portanto necessário dar grandes proporções a esta segunda Memória do Brasil. O interesse de nossa causa não é de nos envolver numa dialética sutil, mas, ao contrário, de simplificar o debate, e de dizer o essencial para

esclarecer a convicção de nossos juízes.³⁷⁴

Chama a atenção para o centro da argumentação francesa, a tese de que o Japoc não era o Oiapoque, mas o Araguari. Mas adverte que há um ponto inicial a esclarecer: não está entre os poderes do Árbitro uma solução intermediária, ardentemente defendida na memória francesa. E cita um mestre de direito francês para mostrar que essa hipótese, embora admissível se expressamente contratada entre as partes, falseia a própria concepção de arbitragem internacional.



Mapa apresentado por Rio Branco na segunda Memória, com os limites já explicitados pelos franceses como indo por uma paralela ao Amazonas até o Negro

Retoma então a questão dos nomes, examinando as inúmeras vezes, antes de 1713, em que se tinham assinalado a identidade entre os dois nomes (com suas infinitas grafias) e ao mesmo tempo distinguido

Araguari e Vicente Pinzón. Das narrativas da viagem de Pinzón, dos mapas colhidos através de toda a Europa, conclui:

Assim, sobre o terreno escolhido neste negócio por nossos contraditores, que querem identificar com o rio Fresco e com o Vicente Pinzón primitivo a fronteira estabelecida em Utrecht, e pretendem que os nomes antigos e históricos devem prevalecer sobre o nome moderno de Oiapoque, geralmente conhecido no momento das negociações de Lisboa e Utrecht, se chega forçosamente às seguintes conclusões:

Se é ao antigo rio Fresco guianense que o limite de Utrecht devia ser colocado, seria necessário estabelecê-lo no Aprouague, e o território francês compreendido entre este rio e a margem esquerda do Oiapoque caberia ao Brasil.

Se é ao Vicente Pinzón primitivo que é preciso estabelecê-lo, nossa fronteira avançaria neste caso até o Maroni, e não seria mais uma lasca do território francês, mas toda a Guiana Francesa que deveria ser incorporada ao Brasil.³⁷⁵

Antes ele já voltara ao tema da latitude, mostrando numa superposição de um mapa do sul da França do geógrafo do rei (Sanson) em 1658 com os contornos contemporâneos — Marselha iria parar no meio do mar Mediterrâneo — a extravagância de querer utilizar os números primitivos em relação ao Vicente Pinzón, enquanto a própria boca do Amazonas era assinalada com erros de igual ou maior magnitude. E acrescenta um precioso documento do padre Pfeil³⁷⁶, validador da cartografia da época. Nada fica sem resposta, e resposta definitiva. Sua última palavra é de novo o pedido de reconhecer o Oiapoque como o Japoc ou Vicente Pinzón e como fronteira interna o limite do paralelo 2° 24', estabelecido em 1817.

O prazo para o laudo é de um ano a contar da entrega, isto é, em dezembro de 1900. Volta então a ser fundamental o trabalho de corte, de sedução aos meios governamentais e intelectuais de Berna. Goeldi, que voltara a Belém e ao trabalho do Museu Paraense (que atualmente leva o seu nome), é chamado de volta e chega em maio³⁷⁷, instalando-se em Zurique. De lá retoma seu trabalho de contrainformação. Já em junho

de 1899 escrevera ao Barão:

...separei-me do Presidente [Müller, o relator], agradecido e convencido da amabilíssima recepção, convencido também de que a entrevista seria útil e proveitosa aos interesses do Brasil.³⁷⁸

Em junho de 1900 Rio Branco escrevia ao ministro do Exterior:

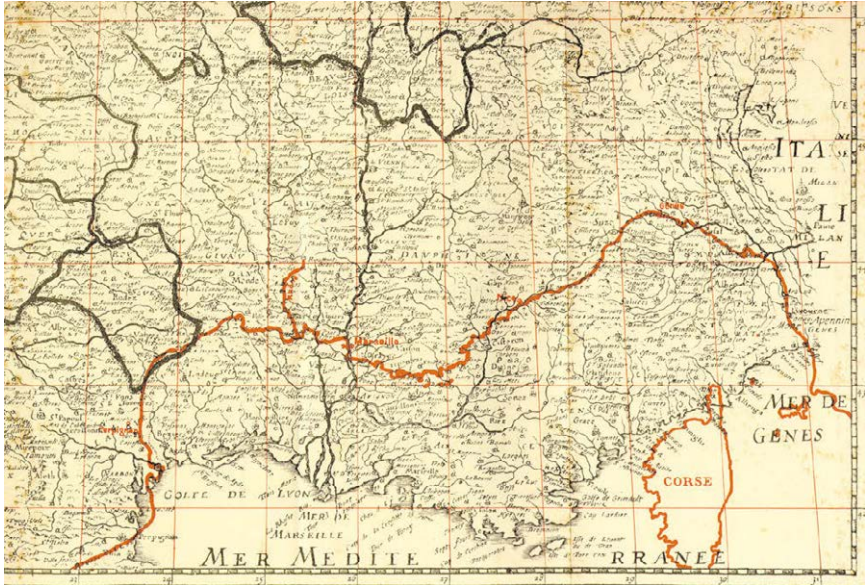
As notícias que pude obter em Zurique pelo intermédio do Dr. Emílio Goeldi, chegado do Pará a 16 de maio, são muito satisfatórias. Ele esteve com o Sr. Müller em Ramsen no dia 24 e tem tido várias entrevistas com os dois professores daquela Universidade incumbidos de dar parecer sobre certas questões geográficas. Ambos estão convencidos do nosso direito. O Sr. Müller foi trabalhar em Ramsen, não só para ocupar-se exclusivamente do assunto, mas também para escapar às importunações dos franceses. Sentia-se até espionado em Berna. Acha que a nossa documentação é imponente pelo número e pelo seu valor probante; que o outro lado apenas apresentou poucos documentos e alguns deles indignos de fé, como ficou demonstrado pelo Brasil.³⁷⁹

Apesar das notícias positivas, fica ansioso com a hipótese de um compromisso³⁸⁰, que agradaria os diplomatas e os franceses — *elles fícariam satisfeitos com qualquer coisa*, sustenta, *porque tudo para elles seria ganho*.³⁸¹ Mas o ex-presidente Frey lhe dá a entender que o parecer de Müller é da identidade do Oiapoque com o Vicente Pinzón e da divisão interior pela divisão de águas do Tumucumaque.³⁸²

O LAUDO

Era correta a informação. Marcou-se a data de 1º de dezembro, ainda uma vez sob neve, para a cerimônia de entrega do laudo. Foi portador o secretário do Departamento Político, Graffina. O barão do Rio Branco arrumou o cenário para a solenidade, colocando ao fundo o busto em bronze de seu pai, o visconde do Rio Branco. Um funcionário suíço

*depositou numa cadeira os 2 volumes do laudo e 12 exemplares dos considerandos da sentença. Graffina em um pequeno speech declarou o objeto da sua missão, de que fora incumbido pelo Conselho Federal. Acrescentou que, cumprido esse dever, podia, também, dizer que essa missão lhe fora muito agradável e anunciou que a decisão era a favor do Brasil. Declarei, então, que essa notícia me alegrava sumamente, e aos brasileiros presentes.*³⁸³



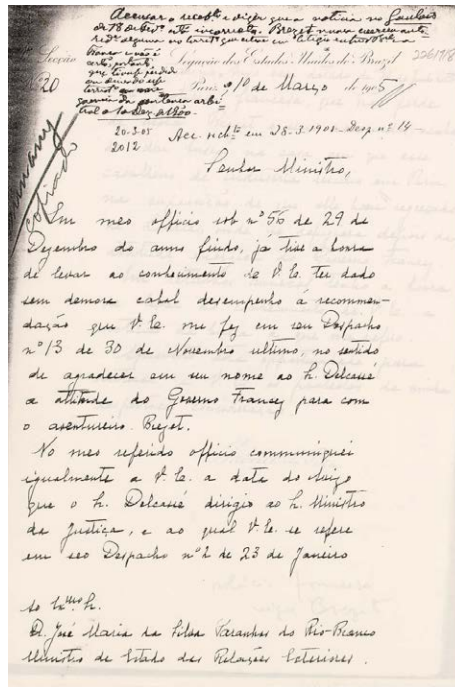
Superposição de mapa do geógrafo do rei de França, Sanson, com mapa contemporâneo, pondo por terra a parte da tese francesa que se apoiava na ausência de especificação de coordenadas no tratado de Utrecht e no erro em alguns mapas da época

Dizia a sentença:

Vistos os fatos e os motivos expostos, o Conselho Federal Suíço, na sua qualidade de Árbitro chamado pelo Governo da República Francesa e pelo Governo dos Estados Unidos do Brasil, segundo o Tratado de arbitramento de 10 de abril de 1897, a fixar a fronteira da Guiana Francesa e do Brasil certifica, decide e pronuncia:

1º) Conforme o sentido preciso do artigo 8º do Tratado de Utrecht, o rio Japoc ou Vicente Pinzón é o Oiapoque, que se lança no oceano imediatamente a oeste do cabo de Orange e que por seu *thalweg* forma a linha fronteira.

2º) A partir da nascente principal deste rio Oiapoque até a fronteira holandesa, a linha de divisão das águas da bacia do Amazonas que, nessa região, é constituída na sua quase totalidade pela linha de cumeada da serra Tumucumaque, forma o limite interior.³⁸⁴



Correspondência diplomática sobre as pretensões de Brézet com anotação do barão do Rio Branco: acusar o recebimento e dizer que o noticiário no *Gaulois* de 18 de outubro está incorreto. Brézet nunca exerceu autoridade alguma no território que esteve em litígio entre o Brasil e a França e não é certo, portanto, que tivesse perdido ou deixado este território em consequência da sentença arbitral de 1º de dezembro de 1900

A NOVA OCUPAÇÃO

O FIM DA REPÚBLICA DO CUNANI

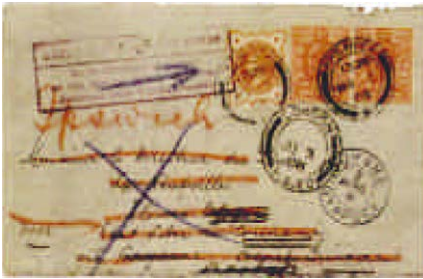
Enquanto isso os sonhos de alguns franceses continuavam se voltando para Cunani e Calçoene. Albert Franken e Adolphe Brézet se declararam sucessivamente presidentes da République du Counani. Pretenderam que tinham transferido a sede de seu governo para uma Yelemen³⁸⁵ (este lugar, indicado no mapa oficial da república do Counani, não aparece nos mapas brasileiros), no alto Jari e ter apresentado protesto junto ao Conselho Helvético, não sendo escutados.

Instalando-se em Paris desde março de 1904, Brézet continuou a fingir e se afligir. Fixada a fronteira entre o Brasil e a Guiana Inglesa em junho, mais uma vez parte do pretendido território da república (que iria até o rio Negro) foi definido como brasileiro. Mas com capitais ingleses, o pretendido presidente tentou montar uma expedição militar. Os governos de Brasil, França e Inglaterra agiram para impedi-la.³⁸⁶ Com o passar do tempo, Brézet se mudou de Paris para Londres e viveu caricatamente dando entrevistas e vendendo concessões.



Brézet em traje de fantasia

Para facilitar sua tarefa publicou uma série de *Livres Rouges du Counani*, volumes de propaganda e aberta ficção. Nele sustentava, por exemplo, ter derrotado, com pesadas baixas para os invasores, as tropas brasileiras que tentavam fazer cumprir o laudo suíço. As baixas teriam se dado não só no norte, mas até mesmo em Macapá. O Vaticano teria designado um delegado apostólico para Counani; e em agosto de 1903, teria sido firmado um acordo com as Guianas Inglesa e Francesa sobre o tráfego de navios com a bandeira do Counani.³⁸⁷ Brézet seria supostamente sucedido em 1911 por Jules Gros, Jr.³⁸⁸ Mas a Republique du Counani há muito era uma ficção.



Carta endereçada da Inglaterra ao *État Libre du Counani* e que, tendo chegado à Guiana Francesa, foi devolvida por ter endereço ignorado

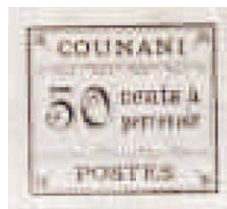


Carta postada para a *Capital Federal*, portanto por alguém que reconhecia o território como brasileiro



Carta postada para o Pará, curiosamente em *lanc-patuá*

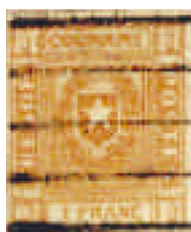
Os selos do Counani se tornaram raridade filatélica; a coleção do Sr. Joaquim Marinho, de Manaus, inclui muitos deles, dos quais mostramos uma seleção



Selos emitidos em 1893



Selos emitidos em 1904



Selos emitidos em 1904

TERRITÓRIO DO AWWRICARI

A 25 de fevereiro de 1901, um decreto legislativo do governo Campos Sales incorporava o território contestado ao estado do Pará.³⁸⁹ Mas desde 21 de janeiro, o governador Pais de Carvalho decretara:

O Governador do Estado, tendo em vista a deliberação pela qual o Governo Federal o autoriza a tomar posse do território que se achava em litígio entre o Brasil e a França, de acordo com a solução dada pelo laudo do Conselho Federal Suíço, a cujo arbitramento havia sido submetida a questão, em virtude de comum acordo dos países, firmado no tratado de 20 de abril de 1897:

DECRETA:

Art. 1º – Fica incorporado ao Estado o território compreendido entre a margem esquerda do rio Araguari e a direita do Oiapoque, com os demais limites que lhe foram determinados pelo laudo de Berna.³⁹⁰

Para o território, que recebeu o nome de Aricari, foi enviado Egídio Leão de Sales. A 27 de janeiro fez proclamação para ser lida em Calçoene, Cunani e Caciporé:

confio que os meus jurisdicionados, compenetrando-se dos seus deveres de verdadeiros republicanos e dos que estão sob a proteção da República Brasileira, todos me auxiliarão para que eu nunca tenha ocasião de fazer valer a minha autoridade material, aplicando os rigores da lei³⁹¹.

Em fevereiro vai ao Calçoene, onde as bandeiras estrangeiras são arriadas.

Em reunião das lideranças da cidade, passa revista às tropas e refaz o seu discurso. É respondido por um francês, Alphonse Edouard:

nós vos entregamos a missão de levar ao conhecimento do Governo o grande respeito e devoção que animam a colônia, que ainda está bem fraca; ela necessita de cuidados e atenções particulares porque é menos rica em

recursos diversos e imediatos do que os seus vizinhos, esta região precisa de um trabalho mais eficiente para pô-la em valorização³⁹².

Em 22 de dezembro de 1901, depois de longo debate sobre a estrutura administrativa do território, foram criados dois municípios: Amapá, com sede na cidade de Amapá, e Montenegro, com sede em Calçoene. A artificialidade da criação desses municípios – eles não atingiam, juntos, a população de 10.000 habitantes, levou a sua fusão a 14 de outubro de 1903, com o nome de Montenegro (que vinha do governador do Pará, Augusto Montenegro) e sede em Amapá.³⁹³

Enquanto isso, no sul, Macapá e Mazagão, municípios do Pará, tinham destinos diferentes: enquanto Macapá se consolidava como o centro da região, apesar do quadro geral de estagnação econômica, Mazagão era completamente abandonada. Grande parte de sua população se transferiu para a Vila Nova de Aneurapucu, que em 1915 se tornou sede do município com o nome de Mazaganópolis.³⁹⁴

A COLÔNIA AGRÍCOLA DE CLEVELAND

A fronteira não podia ficar inteiramente abandonada. Em 1907 a Colônia Militar D. Pedro II foi transferida do Araguari para o Oiapoque³⁹⁵. Mas era um gesto quase simbólico. A região já não era objeto de real interesse estrangeiro, e não havia necessidade de defesa efetiva. Os movimentos militares e econômicos se passavam somente na fantasia dos Brézet.

Mas alguns paraenses se preocupavam com a ocupação efetiva. O senador Justo Chermont conseguiu, em 1919, instituir uma Comissão Colonizadora do Oiapoque. Em abril de 1920, o engenheiro Gentil Norberto, cabeça da comissão, partiu para o rio Oiapoque. Em Santo Antônio do Oiapoque (diante de Saint Georges, a sede do cantão francês) encontraram o resto da colônia militar: um cabo e quatro soldados. Pouco adiante formara-se uma localidade, Martinica, com 6 moradores. Dois quilômetros acima resolvem se instalar.³⁹⁶

Seguindo um modelo que já fora testado por todo o Brasil, construiu-se o Centro Agrícola de Cleveland, Clevelândia, dando-se o nome

em homenagem ao presidente norte-americano. A 5 de maio de 1922, inaugurou-se a vila, já estando em funcionamento escola e hospital³⁹⁷. Entre os futuros colonos e construtores, destacavam-se os fugidos da grande seca de 1920 no Ceará.

Mas a natureza de Clevelândia mudaria rapidamente. Os pronunciamentos militares contra a política da primeira república aumentaram tremendamente a demanda de espaço nos presídios nacionais. Sem a truculência da *bagne* francesa, da terrível ilha do Diabo, optou-se por solução semelhante: o desterro de prisioneiros para os confins do território. Assim chegaram 250 presos em dezembro de 1924; mais 120 em janeiro de 1925; e em meados do ano, 577³⁹⁸. Além dos enormes problemas de convivência, do problema físico de alojamento, um maior abalou a cidade: uma epidemia de febre desintérica.

A combinação desses problemas com o fim do *boom* da borracha e com a diminuição da imigração nordestina resultou, ainda uma vez, em progressiva decadência. O quadro era triste em 1927, quando Rondon passou por lá:

Levo impressão tudo já está feito, sendo clima estável e regular. Palúdicos existentes foram trazidos dos seringais, população localizada goza saúde. Convém insistir fixar trabalhadores nesta fronteira, evitar se percam tantos esforços e dinheiro despendidos. Sem tenaz persistência não se alcançará a vitória.³⁹⁹

Bravo Rondon!

Em 17 de junho de 1940, instalou-se nos restos de Clevelândia o Pelotão de Fuzileiros Independente do Oiapoque. A unidade militar foi-se modificando ao longo do tempo: em 1942 Companhia de Fuzileiros e logo 3º Batalhão de Fronteira; em 1946 novamente Companhia; etc. Em 1962 transformou-se em Colônia e Guarnição Militar de Clevelândia, renomeada em 1964 Colônia Militar do Oiapoque.⁴⁰⁰

Martinica, valendo-se da liberdade ou libertinagem impossíveis em Clevelândia, logo progredira. Depois de ponto de prostituição instalou-se uma usina para extração de essência de pau-rosa. Em 1926 instalou-se uma capela, dedicada ao Divino Espírito Santo. E em 1927 Rondon

mudou-lhe o nome para Vila do Espírito Santo. Em 1937, entre Espírito Santo e Santo Antônio pousa o primeiro avião.⁴⁰¹

TERRITÓRIO DO AMAPÁ

A 13 de setembro de 1943, pelo Decreto-Lei 5.812, foi criado – junto com os de Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguazu – o Território Federal do Amapá. Limitava-se pelo Atlântico, pelo Amazonas, pelas fronteiras com as Guianas Francesa e Holandesa e pelo Jari até a fronteira. Era, de certa maneira, a recuperação da área da Capitania do Cabo do Norte. Dividia-se em três municípios: Amapá, Macapá e Mazagão. A capital era Amapá.⁴⁰²

Logo houve a primeira mudança: a capital, naturalmente, instalou-se em Macapá. Em seguida acrescentou-se o município de Oiapoque, com sede na cidade do Espírito Santo. Bem mais tarde, em 1956, foi a vez do município de Calçoene.

O ESTADO DO AMAPÁ

Novos municípios – Santana, Tartarugalzinho, Ferreira Gomes e Laranjal do Jari – foram criados em 1987. Mas mudanças mais profundas só viriam com a Constituição Federal de 5 de outubro de 1988. Assim constava das disposições transitórias:

Art. 14. Os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados

Federados, mantidos seus atuais limites geográficos.

§ 1º A instalação dos Estados dar-se-á com a posse dos Governadores eleitos em 1990.

§ 2º Aplicam-se à transformação e instalação dos Estados de Roraima e Amapá as normas e os critérios seguidos na criação do Estado de Rondônia, respeitado o disposto na Constituição e neste Ato.

§ 3º O Presidente da República, até quarenta e cinco dias após a promulgação da Constituição, encaminhará à apreciação do Senado Federal os nomes dos Governadores dos Estados de Roraima e do Amapá que exercerão o Poder Executivo até a instalação dos novos Estados com a posse dos Governadores eleitos.

§ 4º Enquanto não concretizada a transformação em Estados, nos termos deste artigo, os Territórios Federais de Roraima e do Amapá serão beneficiados pela transferência de recursos prevista nos arts. 159, I, a, da Constituição, e 34, § 2º, II, deste Ato.

Em 1991 foi promulgada a Constituição do Estado do Amapá. Ela mandou fazer plebiscitos em 22 localidades, para formação de novos municípios, mas só seis foram criados: Amapari, Serra do Navio, Cutias, Porto Grande, Itauba e Pracuúba.⁴⁰³

A LANC-PATUÁ

Em todo o estado do Amapá, mas sobretudo em Oiapoque e Macapá, comunidades falam a lanc-patuá, dialeto que mistura francês, inglês, português e línguas africanas. São os crioulos, *cruol* ou *creol*, os filhos de estrangeiro ou os que falam os dialetos. Em geral são *creol buezilien*, crioulos brasileiros, e seus pais vieram das Guianas inglesa, francesa ou holandesa.

Do Suriname o grupo mais distinto se formou possivelmente de descendentes de uma das comunidades *djuka*, chamadas de *bush negroes* por Herskovits, os Saramacca, habitantes das margens do rio Suriname, no coração do país.⁴⁰⁴ A língua saramaca (*saramaca tongo*), segundo Artur Ramos, um português negralizado⁴⁰⁵, se distinguiu da língua de influência inglesa do litoral, *taki-taki*; ambas, no entanto, tinham estrutura africana. Para Julieta de Andrade, que pesquisou a lanc-patuá no Amapá, é difícil entender a variante local, que possivelmente mistura os dois falares, sendo por vezes necessário um tradutor intermediário.

Os outros falam uma língua de ressonância francesa. Mas é curioso como se transformam. Tu é *u*, como em *vous*, passando por *you*. Há, como é normal nas línguas derivadas, crioulo ou *pidgin*, uma grande

simplificação de formas pronominais e de gênero, número e grau, e são comuns as aglutinações: *vuljalé*, tu já foste. As palavras (*nom*) sofrem derivações muitas vezes quase sistemáticas: se iniciam em vogal e são em geral usadas no plural, começam com um *z*: *les oranges*, *zoanj*, *les animaux*, *zanimô*. Se são em geral usadas no feminino singular, incorporam um *la*: *la porte*, *la maison*, *la mort* resultam em *lapoota*, *lamezon*, *lamó*. O feminino é feito, quando necessário, pela explicação *fam* (mulher): *polis*, policial, *polis fam*, policial mulher, *lapolis*, a polícia, *lapolis fam*, polícia feminina. O plural em geral não existe: *timun bel* é criança bonita ou crianças bonitas. Mas se se trata de objetos próximos, ganham um sufixo e a partícula *c* os antecede: *c timunan bel*, estas crianças são bonitas. O tamanho é dado por *ti* ou *piti* antecedendo a palavra; mas *ti* e *guan* como prefixo indicam imaturidade ou maturidade: *timun* criança, *ti mun*, gente pequena, *guanmun*, adulto, *guan nom*, homem grande. O prefixo *bi* (de *big*) também é usado: *bibuá*, pedaço grande de madeira.

Em princípio os adjetivos seguem os substantivos. *Li c hion nom guam*, ele é um homem grande; mas *li c hion guan nom*, ele é um herói. O artigo definido é dado por *a* ou *an* sufixado ao substantivo: *chapo*, chapéu, *chapoa*, o chapéu, *chapo muen*, meu chapéu. O artigo indefinido é *hion*, invariável. Os pronomes pessoais também são simplificados: *muen* é eu, me, mim, meu, minha, meus, minhas; *u* é você, tu, te, ti, teu, tua, teus, tuas... Os verbos são invariáveis; os tempos são dados por partículas: *ca*, presente, *cai*, futuro, *ti*, pretérito. Assim *li ca soti*, ela está saindo; *li cai soti*, ela vai sair; *li ti soti*, ela tinha saído; *li ticai soti*, ela ia sair.

As comunidades levam uma vida ainda simples e presa a valores tradicionais. A grande figura é o *munchê*, de *monsieur*, o médico-líder-espíritual-protetor. É ele quem preserva os valores africanos, o segredo das ervas e dos ritos.

AS FESTAS, A FESTA DE SÃO TIAGO

As festas tradicionais brasileiras tiveram, e têm, sua versão no Amapá. Desde as mais gerais, como o Natal do Menino Jesus, a Páscoa do Senhor, a Independência do Brasil, até às mais localizadas.



A festa de São Tiago, em Mazagão

Suas formas têm a variação normal de cada expressão local ao longo do país. Julieta de Andrade registrou cantigas de roda, orações, rezas, magias, receitas de cozinha:

Aicó

Metê aicó, jabá, vinég, sibu epi lay. Quitei búi jic anpúen pú metê puev, luil epi hion tulher cio pú pá bai zagué.

Feijão

Ponha feijão, jabá, vinagre, cebola e alho. Deixe ferver até no ponto de colocar pimenta, óleo e uma colher de açúcar para não dar azia.

Ou receitas de medicina popular:

Pú lestomac uvé

Puan hion z epi túhei jema, melangei epi bue qui van an fomacê, bat lê ben bat.l Léi delê, buei; apue vomim meté plastei.

Para estomago aberto

Pegue um ovo e tire a gema, misture com breu que vende na farmácia, bata-o bem batido. Quando ele estiver dissolvido, beba; depois de vomitar, colocar emplastro.

Ou adivinhas maliciosas:

- Quiles leng qui faman ká metê san maui hue?
- C dei.
- Qual a roupa que a mulher veste sem o marido ver?
- É o luto.

Em Mazagão tem hoje especial relevo o velho combate de Santiago Matamouros. Numa comunidade que tem origem na África muçulmana, nas terras dos mouros — a fortaleza de Mazagão era um posto avançado no combate contra os infiéis, para as bandas de Alcácer el Quibir, onde desapareceu el-rei d. Sebastião antes de vir ressurgir em lenda nessas suas terras do Brasil —, é natural que a versão seja especialmente rica.

Na representação da batalha imaginária, inicia-se com a entrega de presentes envenenados aos cristãos. Desconfiados, esses deitam parte aos animais da mouraria. À noite, em baile de máscaras que os traiçoeiros oferecem — já comemorando antecipadamente sua vitória —, os cristãos, disfarçados, comparecem levando o resto da comida. Perdem os infiéis, nessa tragédia de enganos, seu rei Caldeira.

É uma criança, o menino Caldeirinha, o novo rei mouro. Recomeça a luta. Mandam agora o Bobo Velho, que não é bobo, mas espião. Os de Portugal, que também não são bobos, apedrejam-no. E mandam seu espião, Atalaia. Heroico, Atalaia rouba o pavilhão do crescente, mas, pego, é decapitado.

A seguir Caldeirinha sequestra e vende as crianças cristãs. Inicia-se finalmente a batalha feroz, num dia prolongado pela divindade para ver a derrota do povo infiel. E o baile do Vominê consagra e conagra a população de Mazagão.

ESPERANÇA E CERTEZA

O Amapá, para mim, não era uma região estranha. Nascido no Maranhão, constituía o Amapá parte dessa vasta região que, nos começos do Brasil, era toda a Amazônia — o estado do Grão-Pará e Maranhão. Mais tarde separados Maranhão e Pará; depois, separada a Província do Rio Negro ou Amazonas; depois, do Maranhão saiu o Piauí. Do Pará desmembrou-se em 1942 o território do Amapá, agora estado. É uma só região geográfica. As mesmas etnias, os mesmos problemas, as mesmas esperanças. Uma convivência permanente do homem com a natureza.

Falar sobre o Amapá é falar sobre o Brasil, este enigmático continente tocado pelos portugueses há 500 anos e ainda carregado de segredos. Sempre agarrados ao litoral durante séculos, arriscamo-nos pelos sertões da serra do Mar e do Planalto Central à cata de preciosidades, cruzamos pelos caminhos de terra e pelos rios, latitudes e longitudes inimagináveis, semeamos aqui e acolá a nossa presença. Mas ainda estamos longe de consolidar os conselhos do Patriarca José Bonifácio de Andrada e Silva:

Fazer a independência, preservar a soberania, construir uma nação.

Ou de Tiradentes:

Se todos quisermos, seremos um grande país.

Fez-se a independência. Luta-se hoje pela soberania ameaçada pelo abismo tecnológico que nos separa do Primeiro Mundo.

E se está construindo a Nação brasileira pela incorporação secular de seus espaços físicos, humanos e simbólicos.

Ninguém confunde a origem regional de um baiano, de um mineiro ou de um gaúcho. Antes de tudo, eles trouxeram para a Nação brasileira

seu quinhão territorial e cultural. Eles e tantos outros não identificados. E não tolhidos nessas expressões, graças também a uma identidade linguística que consagra uma razão comunicativa mais perfeita do que a que juntou outros povos. Outros rincões há, entretanto, nos quais a identidade se perde numa vaga noção hemisférica — *do Norte* — em que o interlocutor mais confunde geograficamente o Amapá com o Acre, o Maranhão, Pará, Rondônia ou Roraima com Amazonas do que os diferencia.

Tanto Roraima quanto o Amapá aqui estão. Aqui está o Oiapoque, onde pousa na fronteira com a Guiana Francesa uma modesta cidade com seu nome e de onde partem regularmente brasileiros rumo a Caiena em busca de vida melhor. Fazem isso há muito tempo. Muito antes que a recessão jogasse no exterior milhares de jovens do Centro-Sul do país. Já são 15.000 os brasileiros clandestinos e semiclandestinos que vivem na Guiana Francesa, enviando às famílias residentes no Amapá os meios de vida. Até mesmo comunidades indígenas inteiras se deslocaram para o território francês da Guiana, alegando terem lá melhores oportunidades e melhores tratamentos.

Curiosamente, o Amapá tinha muito do vestígio e do destino trágico de Portugal. As ruínas da Fortaleza de São José de Macapá, à entrada da cidade nas margens do Amazonas, sublinham o gosto pela conquista do colonizador, enquanto a vida morna e alagada ao seu redor denota um certo abandono. Tal como na praia lusitana, os homens, os jovens, os arrojados vão até Belém, vão para Caiena, vão até diuturnamente trabalhar do outro lado do Rio Amazonas, nos grandes projetos do Jari: vão sempre em busca de um vir-a-ser impossível de se realizar dentro de casa e deixam, no rastro, a ferida da perda que se desmancha sonoramente no mar-abaixo.

Do outro lado do Equador, existe um povo de tradições que se misturam com os mistérios da Amazônia, cujas virtudes, potencialidades e tragédias ainda nos escapam. São o Amapá e o amapaense.

Eram insulados.

A era do voluntarismo como forma matriz de ocupação do território nacional não se substituiu por um tipo capaz de alcançar o Amapá.



Garça Real nos alagados do Pracuúba

Ao das trilhas do período colonial, seguiu-se a rolagem de populações agrícolas por artérias que empurraram a fronteira agrícola até o norte do Mato Grosso e Rondônia.

O Amapá estava fora dessas rotas, na margem esquerda do Grande Rio.

O intervencionismo português, que tantas marcas deixaria na ocupação militar do extremo sul do país, também não encontrou fortes razões militares para adensar a fronteira setentrional.

As mesmas razões que valorizam o Chuí desvalorizam o Oiapoque, tanto antes como até duzentos anos depois da independência.

A questão da ocupação do espaço nacional passou por distintas estratégias, cada uma delas responsável pela abertura de novas fronteiras de ocupação e desenvolvimento.

A era getuliana, sob uma nítida inspiração geopolítica, de origem militar, que se iria reproduzir no período mais recente de 1964/1985,

impulsionou duas ideias básicas: a *Marcha para o Oeste*, que iria dar origem à ocupação do Vale do São Francisco, sob a égide da Fundação Brasil Central, e a criação dos Territórios Federais, desmembrados de alguns estados, como os de Roraima e Amapá, saídos do Amazonas e Pará, respectivamente. O núcleo dessas estratégias era a ocupação demográfica de espaços vazios, pouco contando, ainda, a contribuição dessas áreas à economia nacional.

Mais tarde, com a era Presidente Juscelino Kubitschek, começaria um novo estilo de intervenção no espaço nacional, melhor instrumentalizado e conduzido pelo Estado, com vistas à expansão do mercado nacional ou eliminação de tensões localizadas. Realmente, não só o nível de industrialização no centro do país estava a exigir maior elasticidade das áreas primário-exportadoras internas, superior à capacidade de resposta dos estados sulinos, como a processo de legitimação passava pela adoção de políticas capazes de ampliar o circuito do reconhecimento.

As necessidades econômicas apontavam para a tentativa de criar novos pontos de sustentação à expansão da fronteira agrícola rumo ao Centro-Oeste; as tensões políticas para a incorporação do Nordeste, além da engenharia da seca. Daí Brasília e a Sudene, origens e pontos de referência imediatos da experiência brasileira de planejamento para a desenvolvimento regional. Uma era de amplas liberdades democráticas, quando as decisões públicas inspiraram-se em forças e processos reais – políticos e econômicos.

O período autoritário não reforçou as linhas básicas de ocupação do espaço nacional dos governos Vargas e JK. Pelo contrário, abandonou-as em benefício de programas especiais, tanto no nível urbano quanto no regional. É verdade que isso se impunha, pois as grandes metrópoles passavam a concentrar a maior parte da população nacional e exigir a formulação clara de políticas de desenvolvimento urbano.

Do ponto de vista estritamente regional, há alguma relação cruzada com a experiência anterior, mas redefinida sob novas prioridades, aí ressaltando a extensão de instrumentos de desenvolvimento regional para a ocupação da Amazônia: Sudam, Basa, Suframa.

O enfoque estratégico, dominante no auge do AI-5, substituiria a ação sobre os territórios federais, criados com os objetivos de induzir

e orientar a ocupação das áreas territoriais pela Transamazônica, que magicamente operaria como *vaso comunicante* para descomprimir o excesso de tensões do Nordeste. Teria assim o duplo papel de promover a soberania e desafogar as tensões sociais.

Do ponto de vista econômico, a *Marcha para o Oeste*, de Vargas, secundada pela construção de Brasília, por JK, daria ensejo ao programa de aproveitamento dos cerrados. Um arquipélago de ações tópicas, inseridas em um conjunto disperso de programas especiais, complementaria o referencial estratégico de ocupação nacional.

Mantivemos o instrumental estratégico existente. Foi uma fase de sustentação do que existia: manutenção dos territórios federais, Sudene, Sudam, Brasília e cerrados. Com exceção, essencial e abrangente da ferrovia Norte-Sul, com vértice em Itaqui, no Maranhão, na expectativa de encontrar não apenas uma saída viável para a produção explosiva de grãos no Centro-Oeste, mas, também, de criar um novo eixo de modernização na economia nacional interligando a região geoeconômica de Brasília com o Norte-Nordeste. Essa estratégia abrirá uma nova e grande área de expansão capaz de mudar a face do país, e reação à exploração predatória improvisada da Amazônia que levou à suspensão da implantação de grandes projetos agropecuários na região com base na concessão de incentivos fiscais simultânea à criação das reservas extrativistas.

A compreensão da necessidade de adotar a nova face do desenvolvimento com a preocupação ecológica determinou o Projeto Nossa Natureza e o conjunto de leis – as melhores do mundo – de proteção ao meio ambiente.

O bombardeio desses projetos, por poderosos interesses externos e internos, atrasava as providências e atenções que o Norte e o Nordeste merecem e esperam ver cumpridas.

No meu Governo, a prioridade centrou-se no setor político. A retomada da democracia. Minha própria presença no Senado é um testemunho de que não padeço nem da onipotência do isolamento, nem da do silêncio. Tenho a humildade para enfrentar o diálogo sobre meus próprios atos praticados num momento cruciante de nossa História. Eu, que sempre tive a capacidade de ouvir duras e ásperas críticas, por que

não ouviria minha própria consciência sobre inevitáveis imperfeições de um passado? Fui Governador do Maranhão, orgulho-me disso, e ainda guardo a vontade de vir a fazer coisas que não pude fazer.

O mesmo digo da Presidência da República. Orgulho-me do legado de liberdade que contribuí para transmitir à Nação, mas jamais poderia ter mudado o país como num passe de mágica. Na essência, mudou politicamente, e com isso se credencia para um novo milênio. Mas lamento o conturbado momento que não me permitiu atacar alguns problemas. Hoje, amadurecem em minha consciência temas e questões que a experiência e o tempo me credenciam a melhor vê-los e equacioná-los.

Ora, há aqui um ranço de discriminação e um desconhecimento de alternativas modernas de elevação dos níveis de renda dividida em regiões subdesenvolvidas. Paradoxalmente, dadas as características da integração do mercado mundial, é possível afirmar, hoje, que mesmo uma longínqua ilha do Pacífico, sem quaisquer vantagens comparativas fatorias, é capaz de fundar bases relativamente sólidas à sua economia local: basta que saiba tirar proveito de sua localização ou circunstâncias. A verdade é que a elevação de seu nível de renda dependerá basicamente de sua capacidade para *interceptar* os fluxos internacionais de rendimentos, oferecendo algum serviço inexistente.

A questão dos novos estados, porém, não chega a ser tão grave. O Amapá, por exemplo, detém vantagens comparativas suficientes não só para elevar o nível de sua renda interna, mas, concomitantemente, os níveis de produtividade e de contribuição à economia nacional. Não poderá por certo reproduzir as estratégias e instrumentos tradicionais do desenvolvimento regional nem alimentar expectativas de consubstanciar um modelo substitutivo de importação similar ao do Centro-Sul do país.

Temos de dar ênfase ao desenvolvimento sustentado, com uma visão dos recursos imensos da Amazônia, fugindo ao modelo chamado de *dente de serra* em que a economia sobe e desce ao sabor de contingências externas.

Há que considerar, primeiro, que o *status* anterior o mantinha numa situação tipicamente colonial, onde o enclave do manganês iniciado em 1954 só contribuiu para reforçar essa condição.

A grande massa de recursos fiscais, oriundos do Imposto de Renda e impostos indiretos (IPI, ICM) era apropriada integralmente pela União que, supostamente, devolvia à comunidade sua cota-parte na forma de salários e investimentos do Governo do Território.

Graças a isso praticamente nenhum outro benefício atingia a região, que jamais teve acesso a recursos de programas especiais (Polonorte, Polocentro) ou incentivados (Sudam, Basa).

É bem provável que o futuro demonstre haver maior abundância de recursos sob o novo invólucro institucional de Estado do que o anterior. E aí se começará a descobrir a viabilidade do Amapá. É possível visualizar um vasto campo de investimentos privados que em breve poderá convertê-lo em tributário da economia nacional, sobretudo no tocante à geração de divisas. Com uma população pequena – 400.000 habitantes –, concentrada num raio de 90 quilômetros com epicentro em Macapá, o novo estado é o único da Federação que não exhibe problemas sociais graves. Esses, nos grandes centros de oeste do país, radicam na miséria, na violência e nos elevados custos para equacioná-los. Nas áreas pioneiras estão os conflitos de terra, envolvendo populações ribeirinhas, posseiros, comunidades indígenas e garimpeiros. Longe desses problemas, o Amapá tem sido preservado naturalmente pela sua geografia: distante seis dias de barco de Belém.

Existem vastas extensões de terras apropriadas à bubalinocultura nas zonas alagadas pela maré amazônica, igualmente longe dos aluviões de ouro, onde se condensam cerca de cinco mil garimpeiros oriundos da própria terra, e das comunidades indígenas, onde vivem apenas cerca de 800 almas que preferem as regiões altas mais ao norte do estado.

Mercê do isolamento natural, o Amapá preservou-se em todos os sentidos. É talvez a única região da Amazônia que se salvou da exploração predatória. Tivesse, aliás, havido algum macrozoneamento ecológico à década de 70, e as autoridades federais teriam preferido localizar os projetos pecuários na faixa litorânea do Amapá, sem derrubar nenhuma árvore, nem afetar o meio ambiente, e com possibilidades de escoar a proteína produzida para a Comunidade Econômica Européia, com a qual faz fronteira, via Caiena (Guiana Francesa), distante 400 quilômetros de

Macapá, ou para os Estados Unidos, via Miami, limite ao norte de uma região mais ou menos homogênea de que faz parte: o Caribe.

Como se não bastasse, é nas costas do Amapá, em consequência da matéria orgânica abundante empurrada pelas *terras caídas* do Rio Amazonas, que se localizam grandes bancos pesqueiros de produtos nobres, cobiçados por tantos quantos se dedicam à atividade.

Tem, pois, o Amapá, uma vocação natural para a produção de proteína muito superior à capacidade interna de consumo, o que faz deste cenário norte-hemisférico um caso excepcional no contexto brasileiro.



Campos do Araguari com búfalos e garças

Além dessa excelência, detém o Amapá reservas incalculáveis de minérios, primeiro deles o manganês, explorado incessantemente há 40 anos sem grandes contribuições à diversificação da economia local e à elevação de seu nível de capitalização interna. Dentro de pouco tempo, porém, toda essa riqueza de reservas minerais estará revelada e se constituirá contribuição decisiva à produção nacional.

Enfim, entre as aguadas litorâneas de rara apropriação à cultura do búfalo e as surpresas escondidas sob a serra de Tumucumaque, estende-se, ainda, uma faixa de cerrados por onde se iniciou a ocupação do território, pobre, porém suficiente para abrigar um processo de substituição de importações de víveres, hoje, vocacionada para o reflorestamento.

Aí certamente se consolidará o eixo natural de ocupação do estado, denominado Macroeixo Macapá/Oiapoque, pelo qual margeia a rodovia e se consolidará, também, o desenvolvimento propriamente agroindustrial de uma região que extrapola suas potencialidades.

Sobre esse amplo e promissor cenário de oportunidades econômicas é que se insere a criação da Zona de Livre Comércio do Amapá no âmbito da nova concepção.

A economia amapaense é marcada pelo isolamento, sobrevive num nível extremamente baixo de produtividade, insuficiente para impulsionar autonomamente um processo de profundas transformações. À permanente perda de população economicamente ativa, melhor qualificada, sucede-se a incorporação de contingentes migratórios extremamente pobres oriundos das barrancas do rio Amazonas e das incontáveis ilhas da foz do grande rio.

Difícilmente o Amapá conseguiria reproduzir a modelo primário-exportador interno que condicionou a desenvolvimento de extremo sul do país e agora se estende na via da fronteira agrícola em expansão, incorporando terras agricultáveis e novos produtos. Tampouco é viável pensar-se aqui em grande projeto interligado ao processo de desenvolvimento do extremo sul, tal como ocorreu com a petroquímica, com a siderurgia ou com as grandes usinas hidrelétricas.

O Rio Amazonas separa e nos separa do desenvolvimento do Amapá que, para ocorrer, deverá obedecer a suas peculiaridades geográficas, naturais, humanas e culturais. É um desenvolvimento baseado na con-

servação, na defesa ecológica e na sustentabilidade com recursos naturais locais. O Amapá é a parte caribenha do Brasil, como o Rio Grande é a pampeana, o Mato Grosso, a pantaneira, o Amazonas e o Acre, a amazônica, a Bahia, a afro-brasileira, São Paulo, a ítalo-brasileira, e assim por diante.

Macapá está mais próximo sociocultural e economicamente de Caieira do que do Brasil.



Esse *ser do Amapá*, que é um ser meio caribenho, que está no clima, na paisagem, nas cores da região, misturando-se aqui e acolá com o açaí, com o muçã, com expressões indígenas, é também um *ser brasileiro*, que, como tal, identificado, considerado e valorizado, incorpora-se à nação.

Vivemos o dilema do *Patriarca* de construir a nação. Chegou a vez do Amapá, agora transformado em estado-membro da Federação e incorporado à economia nacional com seu próprio modelo: extrovertido, flexível e democrático.

A Zona de Livre Comércio do Amapá constitui o toque externo que faltava ao Estado nascente para que rompêssemos as cadeias internas do atraso e do subdesenvolvimento e iniciássemos uma trajetória própria de incorporação de progresso.

Alguns sinais de reversão já são visíveis. Já começa a se movimentar rumo ao porto de Santana o projeto flutuante de celulose do Jari, que condicionou o Amapá a *estado-dormitório*, visto que os seus trabalhadores só podiam ser solteiros, forçados a deixar os laços familiares do outro lado do rio Amazonas, no município de Laranjal do Jari, que abriga mais de 5.000 pessoas.

O Centro-Sul, com sua poderosa estrutura produtiva que concentra mais de 70% do parque industrial, não precisa assustar-se. Jamais haverá concorrência com o Amapá, visto que aí será permitido, apenas, o processamento industrial da matéria-prima local. Jamais, também, a escala da Zona de Livre Comércio do Amapá alcançará a do Centro-Sul, cuja lógica de funcionamento e objetivos obedecem a outros parâmetros. Trata-se, nesse caso, de um instrumento para o desenvolvimento regional de uma área marginalizada da economia nacional, mas de grande importância estratégica e cultural. É nossa única fronteira paradoxalmente simultânea com o Caribe, diretamente, e com o Mercado Comum Europeu via Guiana Francesa. E, curiosamente, nosso porto de embarque mais próximo do mercado com o qual mantemos o maior volume de transações: Estados Unidos.

Mas esse instrumento regional pouco altera o rumo da economia continental: ele passa a ser decisivo para a organização da economia amapaense e criação de oportunidades novas para o novo estado brasileiro.

A proposta da Zona Franca é até conservadora, modesta, para as potencialidades da área.

Mas terá um papel fundamental na região e na vida dos amapaenses.

A tal ponto que podemos afirmar que, daqui a algum tempo, constataremos que a História do Amapá se dividirá em dois momentos: antes e depois desta Zona de Livre Comércio.

A esta última corresponderá a deflagração de grande movimentação econômica no estado, com a transformação de uma trágica cultura burocrática responsável pela expulsão de sua gente, para uma nova si-

tuação trazida pelo intercâmbio intenso com o resto de mundo, onde os amapaenses passarão a ser identificados e considerados perante a nação, numa redefinição dinâmica.



Macapá; em primeiro plano, o forte de São José de Macapá, uma das mais belas e maiores fortificações do Brasil, vigiando a margem esquerda do Amazonas

Esse novo modelo, já perceptível na virada do século, reverterá o processo migratório, engendrando forças capazes de conduzir a melhor ocupação do território na região e a sua transformação em importante tributário da economia do país.

As transformações ocorridas, com a criação da Zona de Livre Comércio, deram uma nova configuração ao estado. Ao invés de um clima de abandono, com a economia baseada apenas nos salários públicos, surgiu um polo econômico mercantilista com braços fortes no exterior.

Hoje, em vez de sair para comprar, o Amapá recebe contingentes de compradores. O seu comércio teve um salto qualitativo. Os empresários têm mais contato com Miami, USA, Panamá, China, Europa, do que com o Centro-Sul do Brasil.

Como Macapá e Santana estão na costa, seu crescimento não afeta um modelo capaz de preservar e conservar o tesouro ecológico do estado. Ele será o abastecedor de matéria-prima, essências e produtos regionais a serem aí pesquisados e desenvolvidos.

A ocupação será feita pelo eixo divisório entre a selva e a área baixa dos campos. Esse eixo, que basicamente é uma linha divisória que passa por Macapá e vai até o Oiapoque, será de grande dimensão e não afetará o meio ambiente. O projeto do Amapá forte deve conjugar a construção de uma infraestrutura de porto, estrada, energia, com a formação de recursos humanos especializados em operar com projeto de industrialização baseado em duas pontas: o tradicional, para exportação, e o modernizador, conjugado com recursos naturais e pesquisa científica.

A Zona de Livre Comércio é o embrião desse processo, atendendo a vocação do Amapá, de posição estratégica, para ser centro modelar no Brasil. Exportador e modelo de crescimento sem destruir a natureza.

Isso trará emprego e perspectiva para essa juventude que outrora emigrava sem perspectiva.

A Zona Franca, assim, deve ser tida como um marco na história do Amapá: antes e depois dela. Aproveitá-la para o grande impulso inicial é tarefa de visão do futuro.

O Amapá será um estado forte e pioneiro na Amazônia.

J. S.

BIBLIOGRAFIA

- I. A. H. DE OLIVEIRA MARQUES, *História de Portugal*, 7ª edição, Lisboa, Palas Editora, 1977
- II. ANTÔNIO LOPES, *Topônimos Tupis*, in *Revista de Geografia e História*, nº 2, São Luís, Sioge-Ma, 1947
- III. ANTÔNIO VIEIRA, *Cartas*, 3 vol., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925-1928
- IV. ARTUR CÉSAR FERREIRA REIS, *A Amazônia e a cobiça internacional*, 5ª edição, Manaus, Civilização Brasileira/Suframa, 1982
- V. ARTUR CÉSAR FERREIRA REIS, *Das condições defensivas da Capitania do Pará ao findar do século XVIII*, in *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 7, Rio de Janeiro, 1943
- VI. ARTUR RAMOS, *As Culturas Negras no Novo Mundo*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937, [Biblioteca de Divulgação Científica]
- VII. ARTUR VIANA, *As fortificações da Amazônia, I, As fortificações do Pará*, in *Annaes da Biblioteca e Archivo Publico do Pará*, tomo IV, Pará, 1905
- VIII. BARÃO DO RIO BRANCO, *Obras*, vol. III, *Questões de Limites, Guiana Francesa, 1ª Memória*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1945
- IX. BARÃO DO RIO BRANCO, *Obras*, vol. IV, *Questões de Limites, Guiana Francesa, 2ª Memória*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1945
- X. BERNARDO PEREIRA DE BERREDO, *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, 2ª edição, Typographia Maranhense, Maranhão, 1849
- XI. CARLOS DE LIMA, *História do Maranhão*, São Luís, 1981
- XII. CARLOS STUDART FILHO, *Fundamentos Geográficos e Históricos do Estado do Maranhão e Grão Pará*, Biblioteca do Exército Editora, 1959
- XIII. CASTILHOS GOYCOCHEA, *A Diplomacia de D. João VI em Caiena*, Rio de Janeiro, G. T. L., 1963
- XIV. CHARLES-MARIE DE LA CONDAMINE, *Viagem pelo Amazonas, 1735-1745*, São Paulo, Edusp/Editora Nova Fronteira, 1992

- XV. DIOGO DE CAMPOS MORENO, *Jornada do Maranhão*, Rio de Janeiro, Editorial Alhambra / Alumar, 1984, [Documentos Maranhenses]
- XVI. DORA MONTEIRO E SILVA ALCANTARA, *Fortaleza de São José de Macapá*, Rio de Janeiro, 1979
- XVII. FERNANDO RODRIGUES DOS SANTOS, *História do Amapá da Autonomia Territorial ao Fim do Janarismo, 1943-1970*, Macapá, Fundecap/ Gea, 1998
- XVIII. FERNANDO RODRIGUES DOS SANTOS, *História do Amapá*, 3ª edição, Macapá, 1994
- XIX. FRANÇOIS FROGER, *Relations d'un Voyage fait em 1695, 1696 et 1697...*, Paris, M. Brunet, 1698
- XX. GASPAR DE CARVAJAL, ALONSO DE ROJAS E CRISTOBAL DE ACUÑA, *Descobrimientos do Rio das Amazonas*, trad. e notas de C. de Melo Leitão, Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, [Brasiliana, série 2ª, vol. 203]
- XXI. HÉLIO VIANA, *Estudos de História Colonial*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1948, [Brasiliana, Série 5ª, Vol. 261]
- XXII. HÉLIO VIANA, *História do Brasil*, 15ª edição, São Paulo, Melhoramentos, 1994
- XXIII. HENRI A. COUDREAU, *Dix ans de Guyane*, in *Bulletin de la Société de Géographie*, Paris, 1892
- XXIV. HENRI A. COUDREAU, *La France Equinoxiale*, 2 livres, Paris, Chalmel Ainé, 1886
- XXV. J. CAPISTRANO DE ABREU, *Capítulos de História Colonial*, 4ª edição, Rio de Janeiro, Sociedade Capistrano de Abreu / Livraria Briguiet, 1954
- XXVI. JARBAS A. CAVALCANTI, *Fortaleza de São José de Macapá*, 2ª edição, Macapá, Editora S. José, 1997
- XXVII. JEAN BAPTISTE LABAT, *Voyage du Chevalier des Marchais en Guiane... 1725-1727*, 4 livres, Amsterdam, La Compagnie, 1731, livre IV
- XXVIII. JEAN MOCQUET, *Voyage en Afrique, Asie, Indes Orientales et Occidentales*, Rouen, Jacques Caillove, 1645
- XXIX. JEAN PETOT, *L'or de Guyane*, Paris, Éditions Caribéennes, 1986
- XXX. JOÃO FILIPE BETENDORF, *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, Rio de Janeiro, 1910
- XXXI. JONAS CÂNDIDO SOBRAL, *Meu Brasil adorado*, edição de cordel

- XXXII. JOSEPH JASOR, *Le contesté Franco-Brésilien en Guyanne (1856-1900)*, tese apresentada na Université Paris Sorbonne, Paris IV, 1992
- XXXIII. JULIETA DE ANDRADE, *Cultura Crioula e Lanc-Patua no Norte do Brasil*, São Paulo, Escola de Folclore, 1984, [coleção pesquisas]
- XXXIV. LEWIS A. TAMBS, *The free State of Counani: vaudeville republic no original final flicker of Equinoctial France?*, tese apresentada à French Colonial Historical Society, 1993
- XXXV. LUÍS VIANA FILHO, *A vida do Barão de Rio Branco*, Brasília, Senado Federal / Fundação Alexandre de Gusmão, 1996
- XXXVI. MARCOS CARNEIRO DE MENDONÇA, *A Amazônia na Era Pom-balina*, 3 vol., Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico do Brasil
- XXXVII. MAURICE PIANZOLA, *Des Français à la conquête du Brésil, XVIIe siècle, Les Perroquets Jaunes*, Paris, Éditions L'Harmattan, 1991 [Recherches & Documents, Ameriques Latines]
- XXXVIII. ROGÉRIO ALCINO, *Clevelândia do Norte*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, Editora, 1971
- XXXIX. SERAFIM LEITE, S. J., *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943, vol. III
- XL. SERAFIM LEITE, S. J., *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943, vol. IV
- XLI. SÍLVIO MEIRA, *Fronteiras Setentrionais, 3 Séculos de lutas no Amapá*, 3ª edição, Editora Itatiaia / Editora da Universidade de São Paulo, 1989, [Coleção Reconquista do Brasil, vol. 134]

NOTAS

1. Antônio Lopes, 18
- 1a. Rio Branco III, 41
2. Capistrano, 42
3. Rio Branco IV, 26, 22
4. apud Amazônia flora fauna, Edições Alumbramento, Rio de Janeiro, 1993/94
5. Vieira, carta LXXXVI, ao rei D. Afonso VI, 28 de novembro de 1659
6. Condamine, 113
7. Rio Branco III, 17, 25, 15-20, 27-30, 32
8. Rio Branco III, 31
9. Rio Branco III, 11-12, 12-14, 32
10. Hélio Vianna, 34
11. Oliveira Marques, I, 309
12. Oliveira Marques, I, 310
13. Oliveira Marques, I, 311
14. Hélio Viana, 36
15. Oliveira Marques, I, 314; Hélio Viana, 37
16. Carlos Studart Filho, 24
17. Rio Branco III, 37-; Hélio Viana, 41; Berredo, 3
18. Capistrano, 75
19. Rio Branco III, 37
20. Rio Branco III, 39
21. Rio Branco III, 40
22. Rio Branco III, 38
23. Rio Branco III, 40-43
24. Rio Branco III, 43
25. Hélio Viana, 68
26. Rio Branco III, 48
27. Descobrimentos, 17
28. Descobrimentos, 58-59
29. Descobrimentos, 61
30. Descobrimentos, 77
31. Rio Branco III, 42, 48
32. Descobrimentos, 18-
33. Rio Branco III, 49
34. Rio Branco III, 50
35. Rio Branco III, 51
36. Rio Branco III, 51
37. Rio Branco III, 52
38. Rio Branco III, 52
39. Rio Branco III, 53-54
40. Rio Branco III, 54-55
41. Rio Branco III, 60-61, ACFR, Cobiça, 26-27
42. Rio Branco III, 61, Hélio Viana, 233
43. Rio Branco III, 60
44. Rio Branco III, 62-; Hélio Viana, 176
45. Berredo, 540
46. ACFR, Cobiça, 27
47. Rio Branco III, 63; Berredo, 589
48. Artur Viana, 242-
49. Hélio Viana, 176; ACFR, Cobiça, 27
50. Pianzola
51. Rio Branco III, 53, 55-; Rio Branco IV, 97-
52. Pianzola, 45
53. Jornada
54. Jornada, 30
55. Jornada, 33
56. Jornada, 36
57. Jornada, 43
58. Jornada, 179-184
59. Berredo, §410
60. Berredo, §403
61. Rio Branco III, 58, Artur Viana, 230; Berredo, §403-406 diz a 3 de dezembro; João Lúcio escreveu sobre isto.
62. Berredo, 408
63. Studart, 160
64. Rio Branco III, 44-45
65. Rio Branco III, 60, Hélio Viana, 171
66. Rio Branco III, 59-60

67. Vieira Cartas, carta LXVI, ao Pe Pro-
vincial do Brasil, 1654
68. Hélio Viana, Estudos, 260
69. Hélio Viana, Estudos, 265
70. Rio Branco III, 62
71. Rio Branco III, 65
72. Berredo, 674
73. Rio Branco III, 65
74. Carlos de Lima, 63-66; Hélio Viana,
153-154; Berredo, 764-
75. Hélio Viana, Estudos, 252-291
76. Studart 161, 186; Hélio Viana, 170
77. Rio Branco III, 58
78. Rio Branco III, 62-63
79. Rio Branco III, 123 nota
80. Berredo, 663
81. Capistrano, 198
82. Descobrimientos, 151
83. Rio Branco III, 66
84. Berredo, 693-709-; Studart 182-198
85. Capistrano, 198
86. Berredo, 755
87. Descobrimientos, 102-103
88. Descobrimientos, 285
89. Descobrimientos, 275
90. Descobrimientos, 277-278
91. Rio Branco III, 66
92. Descobrimientos, 193-195
93. Berredo, 612-618; Artur Viana, 242- ;
Rio Branco III, 63; Berredo, 614-618
94. Rio Branco III, 70, 74 (carta de Vieira
de 28.11.1659); Capistrano, 197
95. Rio Branco III, 67
96. Rio Branco III, 75
97. Rio Branco III, 76
98. Rio Branco III, 77
99. Rio Branco III, 75
100. Rio Branco III, 74
101. Rio Branco III, 74
102. HCJB III, 345-
103. Rio Branco III, 74
104. HCJB III, 275
105. Rio Branco III, 76
106. HCJB III, 254; Vieira, Cartas, III, 434
107. HCJB III, 255; Betendorf, 402
108. HCJB IV, 283-
109. Betendorf 345
110. Betendorf 348
111. Rio Branco III, 95; Betendorf 427-
112. HCJB III, 258-259
113. Rio Branco III, 96; HCJB III, 264
114. HCJB IV, 135
115. Rio Branco III, 88
116. Rio Branco III, 89-; Berredo, 1356
117. HCJB III, 254-255
118. Rio Branco III, 71, 92, 93
119. Arthur Vianna, 243, 245
120. Rio Branco III, 85
121. Rio Branco III, 78
122. Rio Branco III, 62
123. Rio Branco III, 78
124. Rio Branco III, 79-80
125. Rio Branco III, 80
126. Rio Branco III, 81
127. Rio Branco III, 81
128. Rio Branco III, 82
129. Rio Branco III, 83
130. Rio Branco III, 83
131. Rio Branco III, 84
132. Rio Branco III, 85
133. Rio Branco IV, 121
134. Rio Branco III, 98
135. Rio Branco III, 96; HCJB III, 264
136. Rio Branco III, 97
137. Rio Branco III, 98
138. Rio Branco III, 103
139. Betendorf 625
140. Betendorf 626
141. Rio Branco III, 102; Betendorf 627;
Artur Viana, 243-244
142. Rio Branco III, 110, citando o barão
His de Butenval, 57
143. Rio Branco III, 121
144. Rio Branco III, 107-108
145. Rio Branco III, 113, 118-, 123-, 150-155
146. Rio Branco III, 144-155

147. Rio Branco III, 155
 148. Rio Branco III, 156
 149. Rio Branco III, 157
 150. Rio Branco III, 164-167
 151. Rio Branco III, 170
 152. Hélène Minguet, in Condamine, 8-16
 153. Condamine, 71-72
 154. Condamine, 113
 155. Condamine, 113
 156. Condamine, 117
 157. Rio Branco III, 178
 158. Clevelândia 30
 159. Rio Branco III, 179; Condamine, 116
 160. Rio Branco III, 12-, 27-; Rio Branco IV, 120
 161. Pombal, 31
 162. Pombal, 33
 163. Pombal, 35
 164. Pombal, 366
 165. Pombal, 557-558
 166. Pombal, 404-407
 167. Artur Viana, planta entre 244-245
 168. Artur Viana, 277
 169. Artur Viana, 278
 170. Pombal, 44
 171. Pombal, 90
 172. Pombal, 96-97
 173. Pombal, 115-117
 174. Pombal, 118
 175. Pombal, 132
 176. Pombal, 209
 177. Pombal, 266
 178. Pombal, 1214
 179. Pombal, 1159
 180. Pombal, 354
 181. Pombal, 302
 182. Pombal, 398
 183. Pombal, 438
 184. Pombal, 518
 185. Pombal, 635
 186. Pombal, 908-909
 187. Pombal, 330, 417
 188. Pombal, 340
 189. Pombal, 356
 190. Pombal, 636-638
 191. Pombal, 420
 192. Capistrano, 276
 193. Pombal, 646-647
 194. Pombal, 800
 195. Pombal, 833-834
 196. Artur Viana, 282
 197. Artur Viana, 283
 198. Artur Viana, 284
 199. Dora Alcântara, 15
 200. Artur Viana, 285
 201. Artur Viana, 286
 202. Dora Alcântara, 16
 203. Artur Viana, 287
 204. Artur Viana, 274
 205. ACFR, Condições, 284
 206. ACFR, Condições, 285
 207. ACFR, Condições, 289
 208. Rio Branco III, 181
 209. Rio Branco III, 182
 210. Rio Branco III, 182
 211. Rio Branco III, 182-183
 212. Rio Branco III, 184
 213. Clevelândia, 63
 214. Capistrano, 306/307
 215. Goycochêa, 66
 216. Goycochêa, 73; Meira, 172; Hélio Viana, 342
 217. Goycochêa, 67
 218. Goycochêa, 91
 219. Goycochêa, 92
 220. Hélio Viana, 343
 221. Hélio Viana, 343
 222. Hélio Viana, 380
 223. Goycochêa, 122
 224. Goycochêa, 123-126
 225. Clevelândia 35
 226. Goycochêa, 139, 141
 227. Tambs, 6; Goycochêa, 130
 228. Goycochêa, 138, 141-142
 229. Tambs, 6, 7; Clevelândia 36; Hélio Viana, 381; Goycochêa, 145-149
 230. Hélio Viana, 381; Goycochêa, 167, 170
 231. Meira, 37; Goycochêa, 188

232. Meira, 173, 188-189; Rio Branco III, 5; Goycochêa, 198
233. Rio Branco III, 5-
234. Clevelândia 37; Goycochêa, 171
235. Tambs, 8
236. Clevelândia 38-39; Rio Branco III, 30, 34
237. Rio Branco III, 34
238. Rio Branco III, 34
239. Rio Branco III, 34, 36
240. Rio Branco III, 35-36
241. Meira, 163-165
242. Rio Branco III, 190
243. Meira, 164
244. Meira, 35
245. Tambs, 9-10
246. Petot, 39-40
247. Petot, 40-46
248. Petot 55
249. Petot 78
250. Petot 74
251. Coudreau, La France Equinoxiale, 2, XXXV
252. Jasor, 64-
253. Jasor, 65-
254. Tambs, 14
255. Tambs, 15; ACFR, Cobiça, 93; Clevelândia, 41; Meira, 17-20
256. Petot, 78; Meira, 21
257. Petot, 124
258. Petot, anexos
259. é como lemos o ato de criação da república: a sala era a da capitania; Voisien era capitão; mas os franceses eram tão minoritários fora de Calçoene que é difícil aceitar que ele fosse capitão em outra localidade; depois era em Calçoene que estavam as minas, e como comandante aí que faz sentido ele barrar o acesso.
260. Rio Branco III, 36-37
261. Meira, 45
262. Meira, 60
263. Meira, 55-56
264. Meira, 56
265. Meira, 56-57
266. Meira, 57
267. Meira, 57; embora Meira dê a data de 1º de fevereiro para o decreto nº 7, estando ele entre dois decretos publicados a 18 de fevereiro, presumimos uma falha tipográfica
268. Meira, 58-59
269. Meira, 59
- 269a. Meira, 57-58; no documento transcrito por Meira, está *quanto o martírio Trajano*; presumindo uma falha de transcrição, resolvemos alterar para *quanto martírio que Trajano...*
- 269b. Meira, 58; no documento transcrito por Meira, está *abusos até hoje praticados por brasileiros*; também aí presumimos um erro de revisão, e alteramos a transcrição do documento para a forma que logicamente deveria ter tido...
270. Meira
271. Meira, 103
272. Meira, 104
273. Meira, 104-105
274. Meira, 105
275. Meira, 106-108
276. Meira, 108
277. Meira, 108-109
278. Meira, 109
279. Meira, 109-110
280. Meira, 110
281. Meira, 110
282. Meira, 110-111
283. Meira, 111-112
284. Meira, 112
285. Meira, 112-113; ainda aqui há uma aparente descontinuidade no texto transcrito por Meira, mas mantivemos a mesma redação...
286. Meira, 81-82
287. Meira, 82-83
288. Meira, 83-84

289. Meira, 84
290. Meira, 84-85
291. Meira, 79
292. Meira, 77; ainda uma vez é possível que tenha havido um erro tipográfico no livro de Meira: *José de Moraes, 15 anos, viúvo, parece estranho...*
293. Meira, 85
294. Meira, 113
295. Meira, 113-114
296. Meira, 114
297. Meira, 114; ainda em Meira, *Também qualquer ordem*
298. Meira, 114-115
299. Meira, 115
300. Meira, 87-88
301. Meira, 88
302. Meira, 115
303. Meira, 115-116
304. Meira, 116
305. Meira, 116
306. Meira, 116-118
307. Meira, 118
308. Meira, 118
309. Meira, 118-119
310. Meira, 119
311. Meira, 119
312. Meira, 119
313. Meira, 119-120
314. Meira, 76
315. Meira, 120
316. Meira, 120
317. Meira, 120-121
318. Meira, 121; com esta construção em Meira...
319. Meira, 121-122
320. Meira, 122
321. Meira, 122
322. Meira, 122-123
323. Meira, 123
324. Hélio Vianna, 558-566
325. Meira, 86-87
326. Meira, 124-126
327. Meira, 126-127
328. Meira, 127
329. Meira, 127
330. Meira, 127
331. Meira, 127-128
332. Meira, 128
333. Meira, 128
334. Rio Branco III, 33
335. Rio Branco III, 33, 36, 37
336. Meira, 128-129; é possível que haja neste parágrafo mais um lapso na transcrição de Meira, o texto deveria ser algo como *que dura a cerca de 183 anos*
337. Meira, 103-129, 81, 86-88
338. Meira, 89-90
339. Meira, 134-135
340. Meira, 92
341. Meira, 95
342. Meira, 133
343. Meira, 92
344. Meira, 96-97
345. Meira, 139
346. ACFR, Cobiça, 96-98; a data, segundo Artur César Ferreira Reis, é de 1893; mas só tendo Cabralzinho agido em dezembro de 1894, e o episódio de Trajano sendo de maio de 1895, é provável que a carta seja de 21.11.1895.
347. Meira, 155
348. Vida de Rio Branco, 200
349. Vida de Rio Branco, 204
350. Rio Branco III, 213
351. Vida de Rio Branco, 206, 208
352. Vida de Rio Branco, 222
353. Vida de Rio Branco, 223
354. Vida de Rio Branco, 221-223
355. Rio Branco III, 1-2
356. Vida de Rio Branco, 236; Meira, 136
357. Vida de Rio Branco, 224
358. Vida de Rio Branco, 219-220, a Domício da Gama,

359. os outros membros eram Brenner, Müller, Zemp, Deucher, Comtesse e Ruchet; Meira, 174
360. Vida de Rio Branco, 230-231,
361. Vida de Rio Branco, 240-
362. Vida de Rio Branco, 251-252
363. Vida de Rio Branco, 252
364. Vida de Rio Branco, 253
365. Rio Branco III, 190-191
366. Vida de Rio Branco, 255
367. Vida de Rio Branco, 226
368. Vida de Rio Branco, 261
369. Vida de Rio Branco, 265-266
370. Vida de Rio Branco, 258
371. Vida de Rio Branco, 259
372. Vida de Rio Branco, 261
373. Rio Branco IV, 1
374. Rio Branco IV, 1-2
375. Rio Branco IV, 71
376. Vida de Rio Branco, 259
377. Vida de Rio Branco, 263
378. Meira, 147
379. Vida de Rio Branco, 264
380. Vida de Rio Branco, 266-267
381. Vida de Rio Branco, 270
382. Vida de Rio Branco, 268
383. Vida de Rio Branco, 274
384. Meira, 176
385. Tambs, 21
386. Tambs, 24-25
387. Tambs, 23-24
388. Tambs, 27
389. Clevelândia, 44
390. Meira, 178
391. Meira, 179
392. Meira, 180
393. Clevelândia, 111-114, História do Amapá, 52-53
394. História do Amapá, 58-59
395. Clevelândia, 114
396. Clevelândia, 70-79
397. Clevelândia, 89
398. Clevelândia, 94
399. telegrama de Rondon a Miguel Calmon, em Clevelândia, 99
400. Clevelândia, 101-106
401. Clevelândia, 115-120
402. Clevelândia, 121; História do Amapá, 62-63
403. História do Amapá, 84
404. Artur Ramos, 237-239, 250; Julieta de Andrade, 30-31, 41
405. Artur Ramos, 256

Entre Macapá e o cabo do Norte, no local onde o grande canal do rio se encontra mais apertado pelas ilhas, e sobretudo em frente à grande foz do Araguari, que entra no Amazonas pelo Norte, o fluxo do mar oferece um fenômeno singular. Durante os três dias mais próximos das cheias e das luas novas, tempo das marés mais altas, o mar, em vez de levar cerca de seis horas para subir, chega à sua altura máxima em um ou dois minutos: pode-se bem imaginar que isso não possa ocorrer tranquilamente. Ouve-se a uma ou duas léguas de distância um ruído assustador, que anuncia a pororoca. É o nome que os indígenas desses cantões dão a essa terrível vaga. Na medida em que nos aproximamos o ruído aumenta, e logo se vê um promontório de água de 12 a 15 pés de altura, depois outro, depois um terceiro e por vezes um quarto, a intervalos breves, e que ocupam toda a largura do canal. Essa onda avança com rapidez prodigiosa e, ao passar, destrói e arrasa tudo o que lhe resiste.

La Condamine, 1745.



9 786556 764436



BAIXE GRATUITAMENTE
ESTE LIVRO EM SEU CELULAR

Encontre este livro gratuitamente em formato digital acessando: livraria.senado.leg.br

SENADO FEDERAL

